

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tulio Magalhães Rodrigues

Um novo atalho para um velho caminho:
a influência do conservadorismo norte-americano em intelectuais da Nova Direita no
Brasil (2008-2013)

Juiz de Fora

2026

Tulio Magalhães Rodrigues

Um novo atalho para um velho caminho:

a influência do conservadorismo norte-americano em intelectuais da Nova Direita no
Brasil (2008-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub

Coorientador: Prof. Dr. Bruno Garcia

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Magalhães Rodrigues, Tulio.

Um novo atalho para um velho caminho : a influência do conservadorismo norte-americano em intelectuais da Nova Direita no Brasil (2008-2013) / Tulio Magalhães Rodrigues. -- 2026.
254 p.

Orientador: Jorge Gomes de Souza Chaloub

Coorientador: Bruno Garcia

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2026.

1. Direita Brasileira. 2. Conservadorismo estadunidense. 3. Intelectuais. 4. Transnacionalismo político. 5. Influência política. I. Gomes de Souza Chaloub, Jorge, orient. II. Garcia, Bruno, coorient. III. Título.

TÚLIO MAGALHÃES RODRIGUES

Um novo atalho para um velho caminho: a influência do conservadorismo norte-americano em intelectuais da Nova Direita no Brasil (2008-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 4 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Jorge Gomes de Souza Chaloub - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Bruno Garcia e Souza - Coorientador
Universidade Nova de Lisboa

Prof(a) Dr(a) Christiane Jalles de Paula
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Odilon Caldeira Neto
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) André Kaysel Velasco e Cruz
Universidade Estadual de Campinas

Prof(a) Dr(a) Helio Maurício Pirajá Cannone
Universidade Estadual de Campinas

Juiz de Fora, 23/02/2026.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GOMES DE SOUZA CHALOUB, Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 21:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Caldeira Neto, Professor(a)**, em 25/06/2026, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helio Mauricio Pirajá Cannone, Usuário Externo**, em 30/06/2026, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Jalles de Paula, Professor(a)**, em 10/07/2026, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Garcia e Souza, Usuário Externo**, em 17/07/2026, às 06:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uff (www2.uff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2884512** e o código CRC **8B0A00CB**.



Documento assinado digitalmente
ANDRE KAYSEL VELASCO E CRUZ
Data: 31/08/2026 17:04:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Este trabalho é dedicado aos meus pais, João e Adelia, ao meu irmão, João Victor, à saudosa memória de minha madrinha, Neusa, e a memória do meu querido avô, Luiz. Uma menção especial dirijo a mim próprio, pela perseverança demonstrada nos momentos de adversidade.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de um doutorado é longa e repleta de percalços, emoções e dificuldades que superamos em prol de nos testarmos. Essas provações, ao longo dos últimos quatro anos, transformaram minha perspectiva sobre muitas coisas, e isso não teria sido possível sem o apoio de diversas pessoas durante o percurso.

Assim, presto aqui meus agradecimentos a todos que estiveram presentes apoiando minha jornada, seja com incentivo, conselhos ou paciência nos momentos em que as forças faltavam.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família: aos meus pais e a meu irmão, pelo apoio incondicional em todos os momentos; e à minha companheira, Jaqueline, pela extrema paciência, apoio e resiliência ao longo desta jornada.

Em segundo lugar, manifesto minha profunda gratidão a todos envolvidos diretamente na produção deste trabalho. A meu orientador, Jorge, agradeço imensamente pela generosidade, paciência e amizade que demonstrou em nossa relação de orientação. Desde nossa primeira conversa, ainda durante o mestrado, mostrou-se sempre gentil e atencioso, disposto a auxiliar na elaboração do meu trabalho, sempre cordial e disponível para me aconselhar, mesmo diante de minha eventual teimosia. Muito obrigado.

A meu coorientador, Bruno, agradeço igualmente pela enorme generosidade de me ajudar a compreender um tema, os Estados Unidos, que até então me era inexplorado. Sou muito grato por sua disponibilidade, incentivo e paciência na condução de nossas conversas, além dos ensinamentos ao longo deste período, que me marcaram profundamente como acadêmico. Muito obrigado.

À comunidade da UFJF, em especial ao Departamento de Ciências Sociais, agradeço a toda a coordenação, professores e funcionários pela gentileza e acolhimento que recebi durante todos os anos como estudante da Universidade. A todos, o meu muito obrigado.

Por fim, à Capes, pelo apoio financeiro que viabilizou parte fundamental desta pesquisa. Sua contribuição foi indispensável para o andamento do trabalho.

Os moralistas insistem no dever de controlar as paixões; e é claro que estão certos em fazer isso. Infelizmente a maioria deles deixou de insistir no dever não menos essencial de controlar as palavras e os raciocínios baseados nelas. Os crimes por paixão só são cometidos quando o sangue está quente, e ele fica quente apenas ocasionalmente. Mas as palavras estão conosco o tempo inteiro, e (sem dúvida, graças ao condicionamento da primeira infância) estão carregadas de um poder de sugestão tão grande que servem de algum modo para justificar a crença nos encantamentos e fórmulas mágicas. Muito mais perigosos que os crimes por paixão são os crimes por idealismo — os que são instigados, alimentados e moralizados pelas palavras sagradas. Tais crimes são planejados quando o pulso está normal e são cometidos a sangue-frio e com grande perseverança durante um longo período de tempo. Em tempos passados, as palavras que ditavam os crimes por idealismo eram predominantemente religiosas; agora são predominantemente políticas (Huxley, 2014, p. 428-429).

RESUMO

Esta pesquisa investiga como um segmento da direita nacional, sob a designação de “Nova Direita”, incorporou e resgatou, no momento em que emergiam os contornos discursivos dessa manifestação, um repertório político influenciado pelo conservadorismo norte-americano da Guerra Fria. Intelectuais heterogêneos, entre eles Olavo de Carvalho (apontado pela mídia como o “parteiro” dessa vertente), Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé, operaram de forma dispersa, porém convergente, na formulação de um vocabulário crítico à esquerda. Atuaram como mediadores conceituais de termos como “politicamente correto”, “marxismo cultural” e “gramscismo”. Embora adaptadas ao cenário nacional, tais categorias correspondiam a reapropriações de debates estadunidenses cujos temas originais já haviam perdido o frescor em seu contexto de origem. Esse processo foi impulsionado por convicções pessoais e interesses vinculados a *think tanks* transnacionais, em um fluxo raramente submetido a mediações críticas. A atuação desses autores foi decisiva para estruturar o ideário que viria a ganhar destaque acentuado e capilaridade após 2013. Assim, este trabalho busca compreender a influência teórica do pensamento conservador norte-americano sobre autores da direita brasileira entre 2008 e 2013, período marcado pela afirmação desse campo e pela crescente ocupação de espaços no debate público e na mídia tradicional.

Palavras-chave: Direita Brasileira. Conservadorismo estadunidense. Intelectuais. Transnacionalismo político. Influência Política.

ABSTRACT

This research investigates how a segment of the Brazilian right, designated as the "New Right," appropriated and revitalized a political repertoire influenced by Cold War-era American conservatism during the emergence of its discursive framework. A diverse group of intellectuals, notably Olavo de Carvalho (frequently described by the media as the "intellectual progenitor" of this trend), Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo, and Luiz Felipe Pondé, operated in a dispersed yet convergent manner to formulate a vocabulary critical of the left. They acted as conceptual mediators for terms such as "political correctness," "cultural Marxism," and "Gramscism." Although adapted to the national scenario, these categories reflected reappropriations of US debates whose original momentum had already waned in their primary context. Driven by both personal convictions and strategic interests linked to transnational think tanks, this process was seldom subjected to critical contextual mediation. The efforts of these authors were decisive in structuring the ideology that would gain significant prominence and capillarity after 2013. Thus, this study seeks to understand the theoretical influence of American conservative thought on Brazilian right-wing authors between 2008 and 2013, a period marked by the affirmation of this field and its growing foothold within public debate and traditional media.

Keywords: Brazilian Right. American Conservatism. Intellectuals. Political Transnationalism. Political Influence.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACLU	<i>American Civil Liberties Union</i>
ACTV	<i>American Coalition for Traditional Values</i>
ADA	<i>Americans for Democratic Action</i>
AfD	<i>Alternative für Deutschland</i>
AIB	Ação Integralista Brasileira
CBN	<i>Christian Broadcasting Network</i>
CFR	<i>Council on Foreign Relation</i>
CNP	<i>Council for National Policy</i>
COF	Curso Online de Filosofia
CPUSA	<i>Communist Party USA</i>
DEM	<i>Dead European Males</i>
DW	<i>Deutsche Welle</i>
ECT	<i>Evangelicals and Catholics Together</i>
ERA	<i>Equal Rights Amendment</i>
FEE	<i>Foundation for Economic Education</i>
HUAC	<i>House Un-American Activities Committee</i>
IFE	Instituto de Formação e Educação
ISI	<i>Intercollegiate Society of Individualists</i>
ISR	<i>Institut für Sozialforschung</i>
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Intersexual e demais
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MBL	Movimento Brasil Livre
NEH	<i>National Endowment for the Humanities</i>
NICB	<i>National Industrial Conference Board</i>
NKVD	<i>Naródníy Komissariát Vnútriennikh Diel</i>
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSCIP	Organização Social de Interesse Público
PNL	Programação Neurolinguística
SPUSA	<i>Socialist Party USA</i>
SWP	<i>Socialist Workers Party</i>
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
YAF	<i>Young Americans for Freedom</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OS EUA E UMA REFERÊNCIA À DIREITA	18
1.2	OS EUA E A INFLUÊNCIA SOBRE A DIREITA BRASILEIRA	27
1.3	TEMAS, DEBATES E MÉTODOS DE PESQUISA	30
1.4	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	35
2	O CONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO DA GUERRA FRIA	37
2.1	EMPRESÁRIOS CONTRA O <i>NEW DEAL</i> : A FORMAÇÃO LIBERTÁRIA NOS EUA (1930-1950)	43
2.2	HERANÇA DO SUL: UM CONSERVADORISMO TRADICIONALISTA	53
2.3	O ANTICOMUNISMO — <i>RED SCARE</i> E <i>RED MENACE</i>	63
2.4	A <i>NATIONAL REVIEW</i> E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA COESÃO CONSER- VADORA	79
2.5	DA BÍBLIA ÀS URNAS: O ATIVISMO EVANGÉLICO E A MOBILIZAÇÃO DA DIREITA CRISTÃ NOS EUA (1960-1980)	88
2.6	A DIVERGÊNCIA LIBERAL E AS ORIGENS DO NEOCONSERVADO- RISMO.	97
2.7	OS PALEOCONSERVADORES E O MARXISMO CULTURAL	102
3	OLAVO DE CARVALHO: A ESQUERDA E A REVOLUÇÃO CULTURAL	109
3.1	GRAMSCISMO E O ANTICOMUNISMO OLAVISTA	116
3.2	O “GRAMSCISMO” NO BRASIL SOB UMA LENTE AMERICANA	122
3.3	O “MARXISMO CULTURAL”: ENTRE ADAPTAÇÃO E CONSPIRAÇÃO. .	136
3.4	“GUERRAS CULTURAIS” E A IMPORTAÇÃO DE UMA MACRO TEORIA ANTICOMUNISTA	143
4	O IMAGINÁRIO POLÍTICO ESTADUNIDENSE NA REPAGINAÇÃO DA DI- REITA BRASILEIRA: A AMEAÇA VERMELHA E A RETÓRICA ANTIPE- TISTA	151
4.1	O ATALHO NORTE-AMERICANO: INFLUÊNCIA DOS EUA NA DIREITA BRASILEIRA (2008-2013)	159
4.2	A IMPORTAÇÃO DE UM INVERNO IDEOLÓGICO: OS EUA E O MANUAL CRÍTICO DE RODRIGO CONSTANTINO (2005 - 2013)	165

4.2.1	A cruzada contra o Politicamente Correto e a importação de um discurso conservador	178
4.2.2	A Fabricação totalitária: o mito do “Fascismo de esquerda” na retórica conservadora	185
4.3	REINALDO AZEVEDO: UM ANTICOMUNISTA MIDIÁTICO	190
4.3.1	O antipetismo e suas bases olavistas	192
4.3.2	Paralelos transnacionais: anticomunismo e os EUA	198
4.3.3	A afirmação de uma identidade política	203
4.4	PONDÉ E O POLITICAMENTE INCORRETO: UM DIÁLOGO COM OS ESTADOS UNIDOS	209
4.4.1	Por um revisionismo conveniente: uma filosofia politicamente incorreta	215
4.4.2	Um conservadorismo tradicionalista	218
4.4.3	<i>Think tanks</i> e a conservação de ecossistemas ideológicos	221
5	CONCLUSÃO	224
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da direita tem se mostrado um desafio complexo nos últimos anos. Há pelo menos uma década, pesquisadores vêm se debruçando sobre fenômenos como o *Tea Party*, o *Brexit* e o trumpismo, exemplos que vêm desafiando suas investigações e gerando intensos debates acadêmicos.

No caso brasileiro, um fenômeno análogo, ainda que com características próprias, passou a ser designado, tanto por atores internos quanto pela mídia, como “Nova Direita¹”. Trata-se de uma autodenominação retórica adotada por um grupo heterogêneo de intelectuais, jornalistas, políticos e acadêmicos que, ao longo dos anos 2000, passaram a se identificar publicamente com o rótulo de direita. Embora pertencessem a gerações distintas e mantivessem profundas divergências quanto ao campo político nacional, esses atores convergiam ao apontar a esquerda (frequentemente identificada por eles com o comunismo) como causa central dos males do país.

Essa crítica foi amplamente difundida por jornalistas como Reinaldo Azevedo e Leandro Narloch que, apesar das diferenças geracionais e ideológicas, construíram uma narrativa comum segundo a qual a esquerda representaria o principal fracasso político nacional. Intelectuais como Luiz Felipe Pondé e João Pereira Coutinho reforçaram essa leitura, argumentando que a hegemonia da esquerda no debate público sufocava as vozes de direita e obscurecia suas propostas. Já coletivos como o MBL (Movimento Brasil Livre) traduziram essas críticas para uma linguagem acessível nas redes sociais, ampliando sua ressonância entre jovens e simpatizantes e consolidando a identificação com o rótulo de direita.

Esse ecossistema em formação teve o ano de 2013 como ponto de inflexão, marcado pelas jornadas de junho e pelo início de uma crise política que se aprofundaria nos anos seguintes. Contudo, suas ideias já circulavam antes: especialmente na atuação de jornalistas e acadêmicos em colunas de jornais de grande circulação e nas mídias sociais. É o caso da *Folha de S. Paulo*, que publica colunistas como João Pereira Coutinho e Luiz Felipe Pondé desde 2008, e do *blog* de Reinaldo Azevedo na

¹ Importante ressaltar, contudo, que essa designação não constitui uma categoria analítica consolidada na literatura sendo questionada por sua imprecisão conceitual (Lynch; Chaloub, 2025). Neste trabalho, o termo será empregado entre aspas, como “Nova Direita”, para indicar sua natureza discursiva e, portanto, provisória, evitando tomá-lo como uma classificação teórica estanque.

revista *Veja* (entre 2005-2017), um espaço que foi influente na crítica à esquerda cuja visibilidade resultou na publicação de uma trilogia² sobre temas políticos.

Esse ambiente propício logo foi percebido pelo mercado editorial. A editora Record, por exemplo, passou a explorar esse nicho a partir de 2012, ano em que contratou o editor Carlos Andreazza, fortalecendo uma linha editorial alinhada ao discurso que ganhava força na mídia e nas redes sociais, espaços em que intelectuais dessa crescente direita atuavam e debatiam amplamente ideias e argumentos conservadores.

Isso foi visto na popularização de autores como Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino, figuras que constantemente reivindicavam o rótulo de direita e defendiam o combate à esquerda e ao comunismo no campo das ideias. Ambos, além disso, compartilhavam um referencial ideológico comum baseado em correntes do pensamento político estadunidense.

O filósofo Olavo de Carvalho articulava sua interpretação do espectro político brasileiro com base em uma analogia com os embates ideológicos dos Estados Unidos, tratando-os como modelo explicativo central. Sua leitura supunha que os conflitos locais derivavam de uma transposição direta das polarizações estadunidenses, especialmente aquelas associadas ao anticomunismo e à crítica à cultura progressista. Após sua mudança para os EUA, em meados de 2005, intensificou sua atuação por meio de cursos e redes de difusão digital. Embora tenha se inspirado em correntes do conservadorismo norte-americano, como aquelas ligadas à crítica da Escola de Frankfurt e ao anticomunismo cultural, sua síntese ideológica incorporou também elementos de tradições esotéricas e anti-modernas próprias, o que a distingue de formulações estritamente estadunidenses (Chaloub, 2023)³.

Já o economista Rodrigo Constantino exaltava políticas públicas liberais e via políticos e intelectuais estadunidenses, em especial figuras ligadas ao libertarianismo e ao conservadorismo tradicionalista⁴, como modelos de referência para o contexto

² *O País dos Petralhas* vol.1 e 2 (publicados em 2008 e 2012). Além de *Máximas de um país Mínimo* (2009).

³ O conservadorismo estadunidense não é homogêneo, mas sim um campo intelectual diversificado, composto por correntes distintas e marcado por um longo histórico de disputas no âmbito político.

⁴ Essa contrariedade entre valores libertários e conservadores se manifesta em um aspecto comum: a defesa do livre-mercado combinada com a defesa de valores moralistas no campo cultural, baseados em estruturas sociais tradicionais alicerçadas no cristianismo e na família patriarcal.

brasileiro. Suas publicações, assim como as de Carvalho, associavam a esquerda brasileira a um cenário de crise ideológica semelhante ao observado nos EUA da década de 1960⁵. Em 2015, o economista foi morar nos EUA, reforçando sua identificação tanto com o país quanto com sua tradição conservadora.

No entanto, os Estados Unidos como um espaço de referência não foram exclusividade desses dois autores: o nicho editorial dessa direita publicou obras não só de ideólogos brasileiros, mas também de autores norte-americanos⁶. Essas publicações reproduziam ideias comuns a Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino e Luiz Felipe Pondé por meio de um vocabulário político forjado nos embates culturais dos Estados Unidos, como “Marxismo Cultural”, “Politicamente Correto” e “Fascismo de Esquerda”, expressões até então marginais no debate público brasileiro, mas que passaram a circular como explicações alternativas para a crise política nacional.

Essa apropriação contemporânea, contudo, não surgiu do vácuo. Ela se inscreve em uma tradição ideológica forjada já durante a Guerra Fria, quando o anticomunismo (frequentemente articulado nos Estados Unidos por círculos políticos, intelectuais, católicos e evangélicos como defesa da “civilização cristã ocidental” contra ameaças internas e externas) foi amplamente disseminado em países alinhados ao Ocidente, incluindo o Brasil. Ali, esse repertório anticomunista, mediado por elites militares, religiosas e intelectuais, tornou-se um pilar duradouro da estruturação ideológica da direita brasileira, estabelecendo canais de receptividade contínua a narrativas norte-americanas. Vale notar que, nesse mesmo contexto de tensão ideológica, surgiram também reações contrárias (como as revoltas sociais e a contracultura) que desafiavam tanto o *establishment* conservador quanto as estruturas de poder tradicionais. Décadas depois, parte desses pilares ideológicos, reconfigurados no calor das

⁵ Nessa atribuição, esses autores indicavam que a esquerda brasileira tomava como referência a *New Left* americana e suas ideias, que haviam contribuído para a contracultura nos EUA e para o surgimento do que ficou conhecido como “politicamente correto” nas universidades.

⁶ Foram publicadas obras como *Ideias têm consequências* (2012), de Richard M. Weaver, e *A política da prudência* (2014), de Russell Kirk. Outros pensadores, a exemplo de Eric Voegelin, tiveram obras relançadas, como *A nova ciência da política*, e novas traduções publicadas, entre as quais a coleção *Ordem e história* (2014). O mesmo ocorreu com relançamentos de títulos dos economistas Friedrich Hayek (2012), Milton Friedman (2014) e Ludwig von Mises (2010). Além disso, ganharam tradução trabalhos de autores como James Burnham (2019), Leo Strauss (2015) e Gertrude Himmelfarb (2018), que atendiam ao nicho voltado ao contexto estadunidense. Tais publicações evidenciam o interesse de autores brasileiros pela produção intelectual dos Estados Unidos. Cabe ressaltar que os austríacos Hayek e Mises foram figuras centrais na organização e consolidação do campo conservador estadunidense no pós-guerra.

“Guerras Culturais” tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, foi retomada por uma nova geração de articuladores intelectuais e midiáticos.⁷

Contudo, essa apropriação transnacional não resultou em uma matriz teórica autóctone, mas sim em uma recombinação retórica de repertórios importados, o que, embora não implique falsidade, pode gerar uma percepção de originalidade em que há, sobretudo, reiteração adaptada.

A “Nova Direita” (ou, em termos mais precisos, “Novas Direitas”) que emerge no Brasil a partir dos anos 2000 não representa uma simples atualização de correntes ideológicas preexistentes, tampouco uma mera reprodução de modelos estrangeiros. Trata-se de um fenômeno marcado por uma ruptura qualitativa com a tradição política brasileira recente, sobretudo pela superação do retraimento ideológico que caracterizou a direita durante décadas⁸. A “Nova Direita”, ao contrário, reivindica explicitamente sua identidade política ao converter o termo “direita” em bandeira afirmativa, abandonando o antigo estigma.⁹

Essa mudança de postura foi viabilizada pela emergência de novos campos de informação, especialmente a internet. Plataformas digitais permitiram que intelectuais, jornalistas e ativistas contornassem os filtros tradicionais de acesso à esfera pública, até então controlada por veículos midiáticos e instituições acadêmicas percebidas como alinhadas à esquerda. Nesse ambiente, tornou-se possível não apenas difundir

⁷ O antipetismo, observado entre 2014 e 2018, configurou-se como uma forma de anticomunismo latino-americano promovida pela “Nova Direita”, movimento que, já em meados da década de 2010, utilizava as redes sociais para associar o Partido dos Trabalhadores a uma suposta ameaça comunista e fomentar um clima de “pânico vermelho” (Agência Pública, 2015). Esse cenário se intensificou com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. Autores, influenciadores e grupos alinhados às suas ideias passaram a condenar veementemente o que interpretavam como “comunismo” no país, identificando-o sobretudo com os governos anteriores do PT, o que fortaleceu as teses anticomunistas no debate público (D’Almonte; Dibai, 2025).

⁸ Como destacado na pesquisa de Madeira e Tarouco (2010), sobre identificação política no campo partidário brasileiro durante a adaptação ao sistema democrático, houve uma mudança “na principal dimensão utilizada” para definir os conceitos de esquerda e direita no país: de um eixo histórico (apoio ou oposição ao regime militar) para um eixo econômico (desregulamentação *versus* privatização) (Madeira; Tarouco, 2010, p. 6-7).

⁹ Fenômeno que é frequentemente descrito como “direita envergonhada”, termo usado para caracterizar indivíduos e grupos políticos que evitavam se identificar publicamente como “de direita”, um campo ideológico que era associado ao regime autoritário de 1964 (Pierucci, 1987; Mainwaring; Meneguello; Power, 2000). Como destacou o historiador Odilon Caldeira Neto: “[...] após a ditadura, eram não somente as elites políticas que empreendiam um afastamento frente a qualquer vinculação e evidência de um passado-presente autoritário. Setores da sociedade civil também buscaram o distanciamento desses indícios, vínculos ou mesmo práticas.” (Caldeira Neto, 2016, p. 48-49).

ideias antes marginalizadas, mas construir comunidades interpretativas, forjar linguagens próprias e disputar espaço no debate político. De acordo com Amadeu (2015, p. 223), esse campo “abriu espaço para novas lideranças e novos articuladores políticos”, servindo, assim, menos como simples canal de transmissão e mais como o espaço de reapresentação e renovação de uma subjetividade política de direita no Brasil.

Essa reconfiguração implicou uma reocupação do campo intelectual. Diferentemente das direitas da Nova República, que muitas vezes se refugiaram em uma atuação tecnocrática ou em uma “clandestinidade” acadêmica para evitar o estigma ideológico¹⁰, a “Nova Direita” faz da disputa cultural seu eixo central. Seus expoentes não se apresentam apenas como gestores ou políticos, mas como combatentes culturais, resgatando e popularizando bibliografias (de Mises a Kirk) que, embora já disponíveis, permaneciam periféricas no debate público nacional¹¹. Sua originalidade, com isso, não reside no conteúdo doutrinário, mas na forma de articular ideias antigas: uma hibridização estratégica entre liberalismo econômico e conservadorismo moral, impulsionada por uma lógica transnacional de mediação.

Mais do que copiar modelos externos, a “Nova Direita” reinterpreta repertórios globais, sobretudo norte-americanos, para responder a dilemas locais. Termos como “marxismo cultural” (categoria retórica de origem conspiratória) e “politicamente correto” são apropriados como ferramentas de agitação simbólica, mediados por intelectuais que dominam tanto a produção de conteúdo digital quanto a atuação em grandes veículos. Essa transnacionalização não é mecânica: trata-se de uma recombinação pragmática de tradições nacionais e internacionais, conforme descrito pelo cientista político Cas Mudde (2019) como uma difusão transnacional de repertórios da ultradireita.

¹⁰ É importante ressaltar que setores da direita brasileira desenvolveram formas distintas de pensamento político, desde a centralização monárquica dos saquaremas no Império até o conservadorismo católico de Jackson de Figueiredo nas décadas de 1910 e 1920 e o liberalismo econômico de Roberto Campos no século XX. Contudo, a associação de parcelas significativas dessa direita com o regime militar de 1964 a 1985 gerou um estigma simbólico que limitou sua circulação nos meios acadêmicos e culturais durante a Nova República. Embora essa produção intelectual não tenha desaparecido, muitas de suas vertentes operaram em espaços institucionalmente marginalizados ou com baixa visibilidade pública (Mattos, 1987; Figueiredo, 1922; Campos, 1999).

¹¹ Consolidou-se uma mudança significativa: passou-se de um país que, após a ditadura, evitou o termo “direita”, tornando-se, nas palavras de Caldeira Neto (2016, p. 85b), “um Brasil sem direita”, para um cenário em que emergiu um movimento de reinvenção dessa identidade política, reinterpretada como injustiçada pela hegemonia da esquerda.

Embora plural (composta por liberais radicais, conservadores morais e grupos religiosos), essa configuração opera sob uma lógica de aglutinação que, apesar de suscetível a disputas internas, confere ao campo uma notável capilaridade estratégica. Essa pluralidade permite disputar terreno em múltiplas frentes: da economia à educação, da segurança à cultura. Sua novidade, portanto, reside menos em uma coesão doutrinária absoluta e mais na eficácia da ocupação da esfera pública e na construção de uma narrativa capaz de transformar o antigo anticomunismo em uma plataforma de engajamento popular. Não se trata de uma unidade homogênea, mas de uma nova forma de articulação política no Brasil contemporâneo.

Além disso, cabe destacar desde o início que o referencial estadunidense desta pesquisa não corresponde à direita trumpista contemporânea, marcada pelo nacionalismo *antiestablishment*, pelo revisionismo institucional e pela retórica pós-2016. O foco recai exclusivamente sobre o conservadorismo intelectual forjado nos Estados Unidos entre 1950 e 1990, no contexto da Guerra Fria, especialmente o movimento fusionista que articulou, ainda que de forma tensa, o libertarianismo econômico e o tradicionalismo moral sob a égide do anticomunismo. Nesse período, pensadores como Russell Kirk, William F. Buckley Jr., James Burnham, Richard Weaver e Friedrich Hayek elaboraram uma resposta ideológica relativamente coesa ao liberalismo progressista e ao comunismo internacional, fundamentada na defesa da tradição judaico-cristã, da ordem moral hierárquica, do livre mercado e da soberania nacional frente à ameaça soviética. Trata-se de um campo político e intelectual historicamente situado, cuja lógica interna, antagonismos e referências diferem claramente das dinâmicas que orientam a direita estadunidense no século XXI.

Essa delimitação temporal não é arbitrária, mas responde a uma exigência empírica central: identificar os repertórios discursivos efetivamente mobilizados por intelectuais brasileiros da chamada “Nova Direita” entre 2008 e 2013. A análise mostra que autores como Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé recorreram de forma sistemática a pensadores, obras e debates consolidados durante a Guerra Fria, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1990. Foi nesse contexto que emergiram conceitos centrais à presente investigação, como “marxismo cultural”, “guerra cultural” e “politicamente correto”, muitas vezes associados às críticas neoconservadoras às universidades e aos embates em torno do cânone literário.

Se, no contexto estadunidense, havia uma base histórica e institucional que sustentava embates ideológicos (especialmente diante das consequências do pós-

guerra), no Brasil dos últimos anos, essas ideias eram assimiladas com base na conveniência e na atribuição retórica de valores alheios aos problemas sociais nacionais, quase sempre pensados sob a ótica estadunidense. Na maior parte dos casos, ausentava-se uma mediação contextual sistemática ou uma avaliação crítica das diferenças estruturais entre os contextos brasileiro e estadunidense. Prevaleceu, sobretudo em círculos midiáticos e editoriais, uma estratégia de legitimação ideológica que recorria a analogias com debates estrangeiros, transferindo diagnósticos e soluções sem adaptação às especificidades históricas e institucionais do Brasil.

A penetração dessas ideias, propagadas por meio de um repertório político estrangeiro, despertou nossa atenção. É dessa inquietação, observada tanto nos grupos em questão quanto na assimilação de suas ideias no Brasil, que surgiu esta tese.

Busca-se, assim, elucidar os contornos discursivos dessa corrente contemporânea no Brasil e demonstrar como tais inspirações consistiam, na realidade, na retomada de velhas fórmulas da direita conservadora dos EUA, e não em ideias genuinamente novas.

1.1 OS EUA E UMA REFERÊNCIA À DIREITA

A “Nova Direita” brasileira surgiu como um fenômeno híbrido: misturava liberalismo econômico, conservadorismo moral e inspirações anticomunistas. Esse ideário foi articulado em um momento de crise de representação política e expansão da internet como novo espaço de disputa política, tendo o ano de 2013 como ponto de inflexão. Diferentemente de contextos anteriores, essa gramática política foi acompanhada pelo crescimento de um mercado editorial que a popularizava, especialmente entre o público jovem (Viana, 2015; Fachin; Rocha, 2016; Suzin, 2024).

A partir de 2013, o cenário literário desse segmento ampliou-se significativamente. O trabalho do editor Carlos Andreazza no setor de não ficção do grupo Record, aliado à aposta no campo da direita¹², que ganhava voz na internet, impulsionou o investimento e a popularização dessa esfera.

O reposicionamento da editora privilegiou autores alinhados a essa vertente ideológica, tendo o filósofo Olavo de Carvalho como peça central no novo catálogo. O lançamento de *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2013) foi

¹² Outras editoras, como a *É realizações* e a *Leya*, também aderiram à tendência, assim como selos do grupo CEDET, como a *Vide Editorial*.

seguido por *Esquerda caviar: a hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no mundo* (2013), de Rodrigo Constantino. Este era outro autor cujo posicionamento intelectual incorporava “aspectos performáticos (estratégias retóricas, formação de redes) e relacionais” (Silva, 2018, p. 81), tornando-o adequado ao novo perfil que a editora buscava promover.

Esse impulso editorial contou ainda com o apoio de *think tanks* que ganharam destaque no período, como o Instituto Millennium e o Mises Brasil, este último uma plataforma de difusão do libertarianismo de inspiração austríaca, fundados entre 2005 e 2010. Somou-se a isso o ativismo do Instituto Liberal, que renovou seu posicionamento no debate público com a chegada de Rodrigo Constantino à presidência em 2013. Esses grupos produziram eventos, publicações e um *marketing* político que dialogava diretamente com os autores dessa “Nova Direita”, facilitando a disseminação de ideias identificadas com os debates políticos dos EUA.

O ideário que caracteriza essa direita é multifacetado, inspirando-se em intelectuais e debates políticos do conservadorismo norte-americano, especialmente naqueles das décadas de 1950 e 1990. Trata-se de um período marcado por intensos conflitos políticos, disputas ideológicas e tensões sociais nos Estados Unidos, no qual o historiador George H. Nash (2006), um de seus principais cronistas, identificou o que chamou de “Movimento Intelectual Conservador”. Essa expressão, cunhada por Nash, tem se mostrado uma ferramenta analítica importante para compreender a direita política norte-americana, sobretudo em seus desdobramentos recentes, nos quais termos e ideias daquele contexto têm ressurgido no debate público¹³.

Esse reaparecimento pode ser observado nos debates em torno da expressão “politicamente correto” que ocorreram nos Estados Unidos entre as décadas de 1980 e 1990 e que, nos últimos anos, ganhou espaço no debate público brasileiro. Como analisa a historiadora Ellen Schrecker em *The Lost Promise: American Universities in the 1960s* (2021), as universidades estadunidenses, após os ataques à liberdade acadêmica durante o macarthismo nos anos 1950, experimentaram uma revitalização na década de 1960, período de efervescência democrática e intelectual. Contudo, a partir dos anos 1970, iniciou-se um novo declínio, impulsionado pela crise fiscal, pela reação conservadora e pela crescente mercantilização do ensino superior, fenômeno

¹³ O movimento *Tea Party* e a vitória eleitoral de Donald Trump nos EUA são exemplos recentes que têm mobilizado debates sobre a direita conservadora norte-americana (Perls-tein, 2016).

simbolizado pela Lei *Bayh-Dole*¹⁴ (1980), que permitiu a comercialização de pesquisas universitárias financiadas com recursos públicos.

A intensificação desses conflitos coincidiu com os debates sobre a reformulação do cânone literário e a incorporação de políticas identitárias, elementos centrais das chamadas “Guerras Culturais”. Desse embate emergiram questões controversas que permanecem no centro do debate acadêmico e político nos Estados Unidos, como os conflitos em torno da linguagem politicamente correta. Esta foi originalmente adotada por setores da Nova Esquerda (*New Left*) e por movimentos sociais como instrumento de inclusão de grupos marginalizados, mas acabou sendo progressivamente ressignificada por setores conservadores como um mecanismo de censura dissimulada.

Nesse contexto, os discursos conservadores passaram a construir uma narrativa de enfrentamento, interpretando as mudanças no ambiente universitário como um ataque direto à cultura cristã ocidental e ao cânone literário tradicional. Conforme Wilson (1994, p. 1, tradução nossa) descreve, a “mitologia do politicamente correto declara que os conservadores são vítimas de uma ideologia de esquerda dominante nas universidades americanas, oprimidos por estudantes e professores radicais determinados a doutriná-los”. Contudo, o autor enfatiza que essa narrativa distorce a realidade, transformando excessos pontuais em “um mito que pouco se assemelha ao que realmente ocorre nos *campi* universitários”.

A ressignificação do politicamente correto como instrumento de disputa ideológica não se limitou ao campo semântico. Como demonstra Roberts (1992), o conceito emergiu originalmente vinculado a preocupações liberais, progressistas e humanitárias com os pobres, pessoas em situação de rua e grupos desfavorecidos, refletindo um projeto de inclusão social. Contudo, o mesmo termo que nos anos 1960-70 simbolizava engajamento democrático foi progressivamente apropriado pelo conservadorismo nas décadas seguintes. Entre os anos 1980 e 1990, consolidou-se como

¹⁴ Uma legislação dos Estados Unidos, aprovada em 1980, que permitiu que universidades e pequenas empresas retivessem os direitos de patentes de invenções desenvolvidas com financiamento público. Antes da lei, o governo federal detinha os direitos sobre essas invenções, o que dificultava sua comercialização. Com a *Byh-Dole Act*, instituições de pesquisa ganharam a autonomia para licenciar patentes ao setor privado, incentivando a transferência de tecnologia e a inovação.

categoria pejorativa no léxico político da direita, não mais como mecanismo de equidade, mas como alegado artifício para silenciar maiorias em prol de minorias.

Com isso, suas principais críticas orbitavam em torno de uma suposta “ameaça à liberdade de expressão”, intolerância e hostilidade à cultura ocidental, uma “ideologia alienígena” que buscava derrubar a “cultura dominante e as estruturas de poder” (Roberts, 1992; Moller, 2016). No entanto, sua origem nos *campi* universitários tinha objetivos legítimos. Nos EUA, no qual a segregação e discriminação sexual eram problemas cotidianos, normas que visavam reduzir opressões baseadas em papéis sociais, cor da pele ou orientação sexual eram necessárias. Como observa Moller (2016), a linguagem politicamente correta tornou agressões antes naturalizadas menos toleráveis, dando visibilidade a questões como homofobia, xenofobia e misoginia, antes tratadas como banalidades. “A reação conservadora ao politicamente correto nos Estados Unidos começou na era Reagan, que marca, de várias formas, o fim do grande ciclo progressista iniciado com o término da guerra.” (Feres Júnior, 2017, p. 55).

O embate entre conservadores e progressistas intensificou-se com a ascensão de Ronald Reagan, que promoveu discussões sobre uma suposta “corrupção comunista” na educação. O politicamente correto foi interpretado como fruto da influência da Escola de Frankfurt¹⁵ nas universidades, atraindo a atenção do governo. Um exemplo disso foi a ação do neoconservador William John Bennett, diretor do *National Endowment for the Humanities* (NEH), que em 1984 publicou *To Reclaim a Legacy: A Report on the Humanities in Higher Education*. Bennett argumentava que as humanidades, especialmente o estudo da civilização ocidental, haviam perdido espaço na formação universitária: “As humanidades, e particularmente o estudo da civilização ocidental, têm perdido seu lugar central no currículo do estudante universitário.” (Bennett, 1984, p. 13, tradução nossa).

Em síntese, defendia-se que o currículo universitário deveria focar na civilização ocidental, com ênfase em obras clássicas e suas ideias. Essa visão era

¹⁵ Conforme documentado na historiografia de Martin Jay (2008), a Escola de Frankfurt, ao migrar para os Estados Unidos em virtude da ascensão nazista, contribuiu para uma complexa reconfiguração do pensamento progressista ocidental. Embora guardassem reservas quanto ao pragmatismo local, intelectuais como Max Horkheimer, Theodor Adorno e, especialmente, Herbert Marcuse exerceram diversos graus de influência no campo universitário estadunidense. Esse processo encontrou em Marcuse o principal catalisador para a chamada *New Left* entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, apesar das tensões internas entre o rigor teórico de Adorno e o ativismo estudantil, o legado crítico do grupo foi apropriado como base para o questionamento da cultura de massas e para os debates multiculturais contemporâneos.

compartilhada pelo grupo de estudiosos reunidos por Bennett: “A maioria dos membros do grupo de estudos acreditava que o currículo deveria ser baseado em literatura, história e textos filosóficos, em vez de obras secundárias e livros didáticos.” (Bennett, 1984, p. 22, tradução nossa). Além disso, a religião tinha papel fundamental, com o estudo da Bíblia considerado essencial para compreender as bases da civilização.

Para justificar as conclusões do grupo, Bennett apresentou dados que mostravam um declínio no número de graduados em humanidades entre 1970 e 1983, além da redução na procura por cursos, especialmente em história. Segundo ele, a causa estava na forma como essas disciplinas eram ensinadas: o currículo, a bibliografia e até a postura dos professores. “O grupo de estudos ficou alarmado com a tendência de alguns professores de humanidades que apresentavam seus assuntos de forma tendenciosa e ideológica.” (Bennett, 1984, p. 33, tradução nossa). Eles argumentavam que a autoridade intelectual havia sido substituída por um relativismo que priorizava habilidades técnicas e especialização, afastando os alunos do pensamento crítico e do valor do conhecimento em si.

O documento contou com a colaboração de 32 acadêmicos, incluindo o presidente da Universidade Boston, John R. Silber; o filantropo John E. Sawyer, da *Andrew Mellon Foundation*; o historiador Frederick Rudolph; o sociólogo David Riesman (Harvard); e o filósofo Paul Oskar Kristeller (Columbia). Eles identificaram problemas no ensino superior desde os anos 1960, atribuindo-os a um suposto viés ideológico dos professores, que supostamente priorizavam agendas políticas em detrimento do rigor acadêmico. A solução proposta era uma reforma curricular que excluísse debates considerados partidários, além de rejeitar a substituição de autores clássicos por figuras periféricas no cânone universitário — um sinal, segundo o grupo, da degradação do ambiente acadêmico.

O relatório teve ampla repercussão, inspirando eventos como *The Humanities and the Public Interest*, realizado em Yale¹⁶ em 1986, que discutiu o estado das humanidades nos EUA. Além disso, intelectuais conservadores, como Allan Bloom, E. D. Hirsch Jr. e Roger Kimball aprofundaram o debate em obras que criticavam a suposta crise nas universidades.

¹⁶ Matéria sobre o tema disponível em: < <https://www.nytimes.com/1986/04/13/weekinreview/education-watch-the-humanities-castles-for-the-masses.html>>. Acesso em 22 nov. 2024.

Bloom, professor em Cornell, Chicago, Yale e outras instituições, publicou em 1987 *The Closing of the American Mind*, ampliando as críticas de Bennett. Ele condenava o “relativismo moral”, que, segundo ele, estava destruindo a liberdade de pensamento nos campi norte-americanos (Feres Júnior, 2017, p. 55). Discípulo de Leo Strauss e Richard McKeon, Bloom via os movimentos dos anos 1960 como responsáveis por uma doutrinação universitária que substituíra a formação moral pela especialização técnica. Para ele, a democratização do acesso havia banalizado o conhecimento: “[...] A sensibilidade inflamada pela teoria democrática radical vê todo limite como arbitrário e tirânico.” (Bloom, 1987, p. 33).

Bloom também acusava minorias, especialmente o feminismo, de distorcer a história e corroer as tradições acadêmicas:

O último inimigo da vitalidade dos textos clássicos é o feminismo. As lutas contra o elitismo e o racismo nos anos 60 e 70 tiveram pouco efeito direto sobre a relação dos estudantes com os livros. A democratização da universidade dismantelou sua estrutura e a fez perder o foco. (Bloom, 1987, p. 82).

Ele atribuía essa mudança à influência da Escola de Frankfurt, citando Theodor Adorno e Herbert Marcuse como responsáveis por uma crítica cultural marxista que desprezava os valores ocidentais. “Os marxistas alemães... estavam obcecados pela cultura, repelidos pela vulgaridade burguesa, mas incertos sobre que cultura emergiria no futuro socialista.” (Bloom, 1987, p. 282). Na visão de Bloom, a esquerda universitária havia transformado as instituições em redutos de intelectuais alheios à história americana: “Fora das universidades, aquela turma jamais atrairia atenção.” (Bloom, 1987, p. 329). Suas críticas alinharam-se ao neoconservadorismo, defendendo que a recuperação dos clássicos e das tradições era essencial para reverter o que via como declínio cultural dos EUA.

Em paralelo às críticas de Allan Bloom, o teórico literário E. D. Hirsch Jr. abordou problemas semelhantes em *Cultural Literacy: What Every American Needs to Know* (1987). Professor emérito da Universidade da Virgínia e fundador da *Core Knowledge Foundation* (1986), Hirsch Jr. desenvolveu o conceito de “alfabetização cultural”, defendendo que a compreensão textual exige um repertório compartilhado de referências, não apenas habilidades formais:

Chamo de alfabetização cultural a rede de informações que todos os leitores competentes possuem. É o conhecimento de base que lhes permite ler um jornal com compreensão adequada, captar o essencial, inferir implicações e relacionar o texto a contextos não declarados —

o que, em última instância, lhe confere significado. (Hirsch Jr., 1987, p. 2, tradução nossa).

Seus argumentos apoiavam-se no relatório *National Assessment of Education Progress* (1986), encomendado pelo *Endowment for the Humanities*, que corroborava as conclusões de Bennett sobre o declínio educacional entre as décadas de 1960 e 1980. Hirsch Jr. identificou como causa central a falta de um conhecimento comum mínimo entre os estudantes, resultando em dificuldades básicas de leitura e escrita. A solução, para ele, residia no retorno a um ensino tradicional, baseado em conteúdos consolidados: “O antídoto para a especialização excessiva é revitalizar o domínio não especializado do discurso letrado, em que todos possam se encontrar.” (Hirsch Jr., 1987, p. 31, tradução nossa). Essa defesa de um currículo unificado alinhava-se às críticas de Bloom contra a suposta influência comunista na educação, reforçando o diagnóstico conservador de que as universidades haviam abandonado seus fundamentos culturais.

Essas discussões ganharam ainda mais força no cenário intelectual dos anos 1990, quando o pensador conservador Roger Kimball (então editor da revista *The New Criterion*) publicou *Tenured Radicals: How Politics Has Corrupted Our Higher Education* (1990). Na obra, Kimball ampliava as críticas ao politicamente correto e aos debates canônicos, analisando as universidades norte-americanas como herdeiras da mentalidade progressista da *New Left*. Sua perspectiva foi influenciada pelas teses de Allan Bloom sobre a decadência acadêmica nos EUA, atribuindo à esquerda a responsabilidade por esse processo.

Para Kimball (2009), o fenômeno do politicamente correto representava uma consequência direta do radicalismo político dos anos 1960 e da influência teórica de pensadores marxistas associados à Escola de Frankfurt. Ele denunciava especificamente as políticas universitárias que, sob o pretexto de combater discriminações, limitavam a liberdade acadêmica:

Em muitos *campi* por todo o país, administradores universitários lançaram regras “antiassédio” que preveem penalidades severas por palavras ou ações julgadas ofensivas a um amplo grupo de “vítimas” oficialmente designadas. Ostensivamente planejadas para evitar o assédio sexual, étnico e racial, essas regras representam, na realidade, um esforço para impor atitudes politicamente corretas pela limitação da liberdade de expressão. (Kimball, 2009, p. 28).

Por outro lado, o campo liberal (progressista) respondeu às críticas concentrando-se em duas principais ações: a defesa de pautas identitárias e do uso da linguagem politicamente correta como ferramentas de inclusão; e, ao mesmo tempo, o combate às críticas conservadoras, denunciando o uso político desses ataques para fins que iam além do debate em si, servindo como justificativa para a aprovação de medidas conservadoras e o atendimento a demandas de mercado.

No entanto, é importante destacar que esse debate no campo da esquerda era interno, complexo e heterogêneo, em contraste com a aparente homogeneidade da crítica conservadora. Autores como os filósofos Stanley Fish (1994), Cornel West (1994), Richard Rorty (1997), a teórica feminista bell hooks (1994), as filósofas Martha Nussbaum (1997) e Judith Butler (1997), entre outros autores, compartilhavam críticas ao posicionamento conservador sobre a universidade, as pautas identitárias e a linguagem politicamente correta, mas dialogavam dentro de suas próprias esferas de atuação, muitas vezes em discordância entre si.

O filósofo Stanley Fish, por exemplo, em seu livro *There's No Such Thing As Free Speech and It's a Good Thing* (1994), argumentou que as denúncias desses grupos não faziam sentido, pois não existe uma posição neutra ou superior: todos operam a partir de perspectivas parciais. "O politicamente correto, a prática de fazer julgamentos com base em convicções questionáveis, não é o nome de um comportamento desviante, mas sim do comportamento que todos necessariamente praticam." (FISH, 1994, p. 9, tradução nossa). Para ele, conservadores como William Bennett alegavam defender valores universais e apolíticos (como mérito, imparcialidade e liberdade de expressão), mas, na realidade, promoviam uma agenda política e ideológica específica dos seus grupos.

Reflexões semelhantes aparecem em Richard Rorty (1997), em *Achieving Our Country: Leftist Thought in Twentieth-Century America*, em que destaca que a iniciativa das universidades em incorporar pautas identitárias, como estudos afro-americanos, de gênero e cultura, ajudou a combater "formas socialmente aceitas de sadismo, tornando-as inaceitáveis." (1997, p. 79-80, tradução nossa). No entanto, Rorty critica a esquerda pós-1960, que ele chama de "esquerda cultural", por ter se desconectado da esquerda reformista, que lutava por mudanças políticas concretas. Enquanto essa esquerda cultural focava em questões abstratas e identitárias, deixou de lado lutas sociais, políticas e econômicas mais amplas. Para ele, sua atuação foi eficaz no

reconhecimento de identidades e na inclusão multicultural, mas falhou em avançar em pautas sócio-políticas concretas.

Contudo, a teórica feminista bell hooks, em *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom* (1994), argumenta que a “velha guarda” (composta majoritariamente por homens brancos) temia perder o controle das salas de aulas diante das mudanças em direção a pautas inclusivas e multiculturais. Para hooks, a universidade sempre reproduziu visões conservadoras e de grupos privilegiados, logo não era um espaço neutro ou apolítico. Além disso, ela tem uma interpretação distinta ao que Rorty refletirá anos depois, pois, ao contrário de sua crítica à “esquerda cultural”, defende que a luta por reconhecimento identitário é fundamental para a transformação social e indissociável das questões políticas e econômicas.

Nesse contexto, a filósofa Judith Butler, em *Excitable Speech: A Politics of the Performative* (1997), argumenta que as adaptações linguísticas discutidas nos debates sobre o politicamente correto estão ligadas ao princípio de igualdade, já que discursos de ódio prejudicam as condições necessárias para o exercício de direitos e liberdade por grupos marginalizados. Sua reflexão reitera, em parte, as ideias de Fish (1994) sobre a linguagem como ação. No entanto, Butler aborda o tema a partir de teorias da linguagem, como os atos de fala de John L. Austin, em vez de se engajar diretamente no debate político norte-americano da época.

Esse cenário ilustra o conflito que marcou o campo intelectual e político, mostrando como esses pensadores se posicionaram não apenas como debatedores teóricos em torno do politicamente correto, mas também como defensores de mudanças institucionais na educação. Suas críticas e elaborações discursivas serviram tanto para contestar visões conservadoras quanto para justificar transformações no sistema educacional.

Assim como o relatório de Bennett, as obras de Hirsch, Bloom e Kimball inflamaram o debate sobre o “politicamente correto”, que se tornou um instrumento retórico nas guerras culturais da era Reagan. Do outro lado do espectro, o campo progressista respondia de forma mais fragmentada, porém unido na defesa das universidades e das políticas de inclusão que ganhavam força no cenário público, particularmente nos anos 1990. No centro desse embate acadêmico estavam os chamados *Canon Wars*, a acirrada disputa sobre quais obras deveriam formar o cânone literário e humanístico das instituições de ensino.

De acordo com Taylor (1994), esse debate dividiu-se em dois campos antagônicos: de um lado, os “*Essentialists*” (ou “*Traditionalists*”), que defendiam a preservação do cânone tradicional, sustentando que a incorporação de novas obras baseadas em critérios identitários, com o propósito de incluir vozes marginalizadas, significaria abandonar os valores da civilização ocidental e comprometer os padrões de excelência acadêmica, posição que refletia os argumentos de Allan Bloom e E. D. Hirsch Jr.

De outro lado, os “*Deconstructionists*” (ou “*Progressives*”) contra-argumentavam que manter um núcleo canônico intocável, excluindo sistematicamente as contribuições de mulheres, afro-americanos, hispânicos, asiáticos e nativos americanos, tratando o cânone clássico como sagrado e imutável, equivaleria a negar as identidades desses grupos historicamente marginalizados e isolar a civilização ocidental de perspectivas desafiadoras, perpetuando assim o sexismo, o racismo e o eurocentrismo (Taylor, 1994, p. 13-14), como observado nos argumentos de Fish (1994) e bell hooks (1994).

As tensões entre pluralismo e identidade nacional, no entanto, já eram antigas nos EUA. O educador Henry Louis Gates Jr. (1992, XVI, tradução nossa) as descreveu como uma “guerra cultural”, na qual o projeto conservador buscava reduzir o debate a um confronto entre “*Ocidente versus o Resto*”. O autor, porém, desafia essa visão ao apresentar a cultura como um fenômeno poroso (isto é, dinâmico e interativo) e não como propriedade estática de grupos étnicos específicos. A politização do tema pelos conservadores, contudo, radicalizou o conflito, convertendo-o em instrumento de mobilização ideológica. O debate sobre o cânone, assim como as críticas ao “politicamente correto”, serviu menos a propósitos pedagógicos e mais a uma estratégia de polarização, na qual a definição de qual história merecia ser preservada tornou-se uma questão de poder. As guerras culturais, iniciadas nos campi universitários nos 1980, estenderam-se às esferas política e religiosa, consolidando um embate que ainda ressoa no cenário contemporâneo.

1.2 OS EUA E A INFLUÊNCIA SOBRE A DIREITA BRASILEIRA

Essa narrativa, desenvolvida nas Guerras Culturais norte-americanas, não permaneceu circunscrita aos EUA. Ganhando capilaridade na década de 2010, foi apropriada e reconfigurada por setores da direita brasileira, que encontraram nela um repertório mobilizador para suas próprias disputas simbólicas. No Brasil, essa influência se manifestou de forma particularmente visível em círculos intelectuais e midiáticos

alinhados à chamada “Nova Direita”, seja por meio de críticas anticomunistas à suposta “doutrinação ideológica” nas universidades, seja na defesa de uma moral religiosa como fundamento político, na rejeição a políticas afirmativas ou na promoção de ideias libertárias e do livre-mercado. Essas pautas emulam, ainda que de forma assimétrica, os temas centrais do movimento intelectual conservador descrito por Nash.

Nos últimos anos, esses elementos ganharam projeção no país, principalmente a partir da fusão entre uma agenda conservadora, lastreada em dogmas religiosos e moralistas, e uma agenda liberal articulada contra o que se denominou “esquerdismo” (Silva, 2020). Paralelamente, temas como o “Marxismo Cultural” foram transpostos para o debate público brasileiro. Essa categoria retórica, que emergiu no contexto das *Culture Wars* nos EUA como explicação conspiratória, sem base empírica no pensamento de Marx (Jamin, 2014; Moyn, 2018), adquiriu no país uma função mobilizadora semelhante, apesar da ausência de correlatos históricos análogos. Como resultado, intelectuais até então pouco relevantes em debates no Brasil foram popularizados em nichos políticos e editoriais. Esse fenômeno contribuiu para a consolidação de uma intelectualidade de direita cujos argumentos raramente mobilizavam categorias sociológicas ou históricas que partissem da realidade estrutural brasileira, concentrando-se, em vez disso, na crítica simbólica à esquerda e na projeção de conflitos culturais transnacionais.

Essa influência foi tanto direta, via alinhamento de pautas transnacionais (Caldeira Neto; Magalhães, 2024), quanto indireta, e “não intencional” (Zimmerling, 2005), através da recepção e reinterpretação de ideias por intelectuais do campo, que as assimilaram de duas formas distintas.

A primeira diz respeito à disseminação de um ideário financiado por *think tanks*, que se aliaram a intelectuais, grupos de mídia e movimentos políticos com o objetivo de promover no debate público pautas liberais e conservadoras, além de enfraquecer políticas progressistas nos âmbitos econômico e cultural¹⁷. Essa estratégia buscava

¹⁷ Isso foi observado nos debates em torno do movimento “Escola Sem Partido”, que ganhou visibilidade a partir de 2014, em discussões sobre posse de armas (nas quais o escritor Bene Barbosa tem atuado como ativista pró-armas), mas também em propostas legislativas como o Projeto de Lei 5358/2016, que busca criminalizar a apologia ao comunismo. Apresentado em 2016 pelo deputado Alceu Moreira (PMDB), o projeto permanece em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Propostas semelhantes, como o PL 1421/2023, do deputado Coronel Meira (PL), que pretende criminalizar a fabricação e venda de produtos com símbolos como foice e martelo quando usados para “divulgar o comunismo” — iniciativas que frequentemente

instaurar um embate ideológico na esfera pública, como forma de combater a esquerda e promover um pensamento de direita vinculado às redes políticas estadunidenses.

A segunda forma de influência reside na transposição mecânica de ideias e estratégias que, embora eficazes como ferramentas de mobilização, carecem de mediação teórica frente às especificidades brasileiras. Trata-se de uma importação que ignora a ausência de equivalência contextual entre os dilemas norte-americanos e a realidade nacional. Esses atores propuseram que tais modelos representavam a melhor maneira de enfrentar a esquerda e solucionar problemas políticos e sociais no Brasil. Nesse processo, conceitos e estratégias foram reinterpretados para demonstrar os supostos riscos de políticas públicas associadas à esquerda, exagerando-se seus impactos culturais e econômicos, de modo a sugerir que os desafios brasileiros se assemelhavam aos da polarização ideológica e cultural vivida nos EUA a partir dos anos 1960, especialmente durante os embates das “Guerras Culturais” nas décadas de 1980 – 1990.

Diante desse cenário, esta pesquisa investiga uma vertente da direita brasileira que ganhou visibilidade na primeira década do século XXI e consolidou-se como uma força política e intelectual empenhada na disputa do campo das ideias. O estudo concentra-se nos principais autores dessa vertente da direita para analisar, criticamente, seu repertório doutrinário em um contexto em que suas ideias, ainda embrionárias, já mobilizavam públicos ao se apresentarem como alternativas.

Ao promover um vocabulário político que combina ideias consolidadas da direita brasileira (livre mercado, família tradicional e valores morais conservadores), com uma linguagem atualizada, a “Nova Direita” incorporou elementos do debate público norte-americano. Conceitos como “Guerras Culturais” e uma certa interpretação do “gramscismo”, categoria retórica de origem anticomunista que reduz a teoria de Gramsci a uma suposta estratégia de subversão cultural (Mussi; Bianchi, 2021), foram importados.

Essa incorporação resultou em uma tradução cultural que enquadrava disputas sociais (sobre gênero, sexualidade e história nacional) não como debates legítimos, mas como uma imposição autoritária de uma “elite esquerdista” supostamente

ressoam um imaginário político mais próximo do conservadorismo norte-americano do que do contexto histórico e social brasileiro.

empenhada em silenciar o cidadão comum. Dessa forma, articulou-se um discurso de vitimização e resistência.

Essas ideias ganharam popularidade em um cenário de crise política, no qual novas ferramentas de informação, com destaque para a internet, divulgaram conceitos até então desconhecidos¹⁸. Uma nova geração de intelectuais, então, os adaptou e reformulou para um contexto distinto daquele de sua origem. Assim, a inovação dessa direita reside não no conteúdo, que recicla ideias já debatidas em outros contextos, mas na forma: na estratégia de importar, adaptar e disseminar influências estrangeiras, principalmente dos EUA, para tirar proveito da crise. Trata-se, portanto, de uma repaginação de argumentos preexistentes, e não de formulações genuinamente inéditas, cuja matriz reside, primordialmente, nos Estados Unidos.

1.3 TEMAS, DEBATES E MÉTODOS DE PESQUISA

Essas reflexões se inserem em um conjunto mais amplo de estudos que buscam compreender as transformações recentes no campo da direita brasileira. Inicialmente, as pesquisas concentraram-se em mapeamentos abrangentes, que contemplam desde a genealogia histórica dessas vertentes até sua articulação no espaço virtual, passando por partidos, *think tanks*, ativismo religioso e a relação com a direita em outros países latino-americanos¹⁹.

Com o tempo, os estudos passaram a adotar abordagens mais especializadas, concentrando-se na análise dos discursos²⁰, das linguagens políticas e de figuras centrais, como Olavo de Carvalho²¹, em um movimento que se intensificou entre 2014 e 2018, quando o fenômeno ganhou maior visibilidade.

Paralelamente, outros temas ganharam espaço, impulsionados pela crise política e pelo avanço eleitoral da direita em 2018: pesquisas sobre as bases conceituais

¹⁸ Termos como “guerras culturais” e “marxismo cultural” eram restritos a campos específicos de debate e tinham pouca ou nenhuma circulação no debate público. O filósofo Olavo de Carvalho já utilizava parte dessas expressões em obras da década de 1990, mas seus textos não obtiveram ampla recepção à época e circularam principalmente em espaços de menor visibilidade. Contudo, no contexto recente, essas expressões ganharam apelo significativo, em parte pela disseminação em redes sociais associadas a autores da chamada “Nova Direita”, o que contribuiu para sua entrada no cenário político e no debate público nacional.

¹⁹ Um desses primeiros esforços foi reunido na obra *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (2015), organizado por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas.

²⁰ Ver. Chaloub; Perlatto (2016).

²¹ Ver. Chaloub (2023).

e ideológicas do campo²², a atuação transnacional de *think tanks* (sobretudo na promoção de discursos como “escola sem partido” e “combate à ideologia de gênero” na educação²³) e o ativismo virtual como característica central no desenvolvimento e na propagação dessas ideias²⁴.

Contudo, diante das novas abordagens sobre o campo da direita, o termo “Nova Direita” tem sido questionado (Lynch; Chaloub, 2025) como categoria analítica, tornando-se insuficiente para abarcar a complexidade e a pluralidade ideológica que caracterizam o fenômeno da direita no Brasil contemporâneo. Diante dessa fragmentação, os estudos sobre o tema passaram a adotar abordagens mais delimitadas, abandonando generalizações em prol de investigações mais profundas e setoriais. Essa guinada analítica concentrou-se em aspectos especializados do fenômeno, como a influência transnacional na conformação de discursos, práticas políticas e identidades culturais no espectro da direita brasileira.

Nesse contexto, ganharam destaque análises que buscaram compreender as distintas tonalidades políticas e intelectuais desse campo, muitas delas inspiradas em perspectivas comparativas e globais. Um exemplo disso é a obra *The Far Right Today* (2019), do cientista político holandês Cas Mudde, que oferece um panorama abrangente das direitas ocidentais, destacando suas particularidades regionais e processos históricos, e tem influenciado as pesquisas do campo no cenário brasileiro.

Mudde propõe uma distinção analítica dentro do que chamou “ultradireita”, campo que consiste e separa a extrema direita da direita radical²⁵. Embora compartilhem pressupostos ideológicos comuns, como a crença na desigualdade natural entre grupos e a defesa de uma identidade nacional homogênea, elas diferem radicalmente em sua relação com a democracia. A extrema direita rejeita a própria essência da democracia (a soberania popular e o governo da maioria), alinhando-se a tradições antidemocráticas como o fascismo e o neofascismo. Já a direita radical aceita formalmente a democracia, mas rejeita pilares centrais da democracia liberal, como os

²² Isso pôde ser visto nos trabalhos de Messemberg (2017), Cepêda (2018) e Rodrigues (2018).

²³ Investigações desenvolvidas por Frigotto (2017) e Baggio (2016).

²⁴ Identificados nas pesquisas de Rocha (2019).

²⁵ A edição brasileira da obra (Eduerj, 2022) traduz o termo guarda-chuva (*Far Right*) como “Extrema Direita”, o que gera sobreposição com um dos subgrupos. Para fins de precisão analítica, adotaremos neste trabalho a acepção original: utilizaremos “Ultradireita” como o termo macro, subdividido em “Direita Radical” e “Extrema Direita”. Ressalva-se, contudo, que as citações diretas foram extraídas da tradução brasileira, sofrendo as devidas adaptações terminológicas para manter a coerência proposta.

direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação de poderes, assumindo uma postura reformista dentro do sistema. Sua retórica é frequentemente populista, dividindo a sociedade entre “o povo puro” e “as elites corruptas”.

A evolução histórica da ultradireita no pós-guerra é descrita por Cas Mudde (2022) através de quatro ondas que servem como quadro descritivo para as transformações de partidos, ideologias e contextos políticos. Inicialmente, a primeira onda (1945 a 1955) caracterizou-se pelo neofascismo do imediato pós-guerra, composto por grupos nostálgicos do regime derrotado que mantinham lealdade à ideologia original, embora muitos tenham adotado posturas apolíticas para operar na nova ordem democrática. Na sequência, a segunda onda (1955 a 1980) marcou a ascensão do populismo de direita. Nesse período, os partidos, embora abrigassem ex-fascistas, definiam-se pela oposição às elites e ao *welfare state* (Estado de bem-estar social), representando setores rurais e periféricos marginalizados pelo desenvolvimento econômico.

A partir da década de 1980, consolidou-se a terceira onda (1980 a 2000), centrada na direita radical em um contexto de desemprego e imigração em massa, especialmente após a queda da União Soviética. Esses partidos, apesar de aceitarem formalmente a democracia, passaram a promover agendas nativistas e autoritárias. Por fim, a quarta onda, iniciada no ano 2000 e vigente até o presente, é definida pela normalização da extrema direita no cenário político *mainstream*. Nesse estágio, partidos anteriormente marginais tornaram-se aceitáveis em coalizões governistas, e suas pautas passaram a dominar o debate público, impulsionadas por crises catalisadoras como os atentados de 2001, a recessão de 2008 e a crise de refugiados de 2015.

Essa periodização ajuda a compreender não apenas a trajetória da ultradireita no Ocidente, mas também suas reverberações no Brasil, no qual discursos antidemocráticos, antiglobalistas e antiprogressistas ganham força em um contexto de polarização e crise institucional, tornando-se também uma importante ferramenta em nossas análises.

A interpretação de Mudde demonstra que, longe de ser um fenômeno estático, a ultradireita (subdividida em extrema direita e direita radical) está em constante transformação, adaptando-se a novas conjunturas e redefinindo seus limites ideológicos. Trata-se de um processo aberto, que demanda estudos cada vez mais especializados.

Tais pesquisas ajudam a compreender não apenas a trajetória da ultradireita no Ocidente, mas também seus reflexos no Brasil, em que discursos antiliberais,

antiglobalistas e antiprogressistas (muitos dos quais operam dentro da democracia, embora manifestem hostilidade ao modelo liberal) ganham força em um contexto de polarização e crise institucional.

Essa abordagem transnacional, entendida como o estudo das conexões, transferências e apropriações ideológicas entre contextos nacionais, tem se consolidado como um eixo das pesquisas recentes²⁶. Isso é visto em discussões que destacam o anticomunismo e o nativismo como elementos unificadores de setores da direita em escala global, especialmente no que diz respeito ao ativismo religioso²⁷ conservador. Essas pautas cruzaram fronteiras, influenciando movimentos contemporâneos em diferentes países.

Os estudos nessa linha abrangem diversas dimensões. Entre elas, destacam-se a influência da religião²⁸, que tem sido um eixo central na mobilização de grupos conservadores, e o campo intelectual²⁹, no qual se observa a circulação de ideias, especialmente na América Latina. Além disso, as pesquisas analisam o papel das redes sociais na construção de comunidades virtuais militantes³⁰. Por fim, observa-se a “americanização da política brasileira”, fenômeno marcado pela incorporação de repertórios da direita radical estadunidense, a exemplo da retórica antissistema, da defesa da soberania nacional e do combate ao “politicamente correto” no contexto nacional.³¹

Nossa pesquisa se insere nesses campos de análise ao investigar um vocabulário político transnacionalmente circulado e apropriado por intelectuais de direita no Brasil, com foco na influência retórica e terminológica do cenário político estadunidense. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa dialoga, sobretudo, com a leitura de Mudde (2019) sobre a ultradireita, particularmente sua distinção entre direita radical

²⁶ Trabalhos como o do historiador Odilon Caldeira Neto (2025), têm contribuído para interpretar essa articulação no campo da direita brasileira. O autor analisa a ultradireita a partir de sua inserção em redes transnacionais, onde não apenas importa ideias globais, mas as reinterpreta em contextos locais. Na mesma linha, o estudo do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2024) explora o anticomunismo como um fenômeno transnacional. Ele demonstra como estratégias políticas, sobretudo estadunidenses, foram ressignificadas por atores da “Nova Direita” brasileira.

²⁷ Como visto nas recentes pesquisas do cientista político André Kayser (2023).

²⁸ Ver as pesquisas de Cowan (2016; 2021) sobre a influência e transnacionalização de ideias do campo religioso pela América.

²⁹ Ver. Mussi; Bianchi, 2021.

³⁰ Ver. Cesarino (2022).

³¹ Ver as pesquisas do Cientista Político Guilherme Casarões (2022), que tem tratado do tema.

e extrema direita. Paralelamente, a investigação inspira-se na nova história dos intelectuais (Sirinelli, 2003) e na história conceitual do político (Rosanvallon, 2010). Além disso, incorpora contribuições da ciência política, por meio das análises de Ruth Zimmerling (2001; 2005) sobre o conceito de influência, e da filosofia, mediante a análise da retórica política (Walton, 2013; Aikin; Casey, 2023).

Ademais, o estudo reconhece na sociologia dos intelectuais uma importante referência para a condução de suas formulações teóricas, principalmente suas reflexões contemporâneas. Essa perspectiva, como apontam Eyal e Buchholz (2010), afasta-se das correntes clássicas e pode ser dividida em duas vertentes: a Sociologia dos Campos e Mercados Intelectuais, que examina (i) a capacidade de intervenção pública, reconstruindo os espaços nos quais valores e atribuições intelectuais são criados e contestados; (ii) a autonomia relativa do campo intelectual em relação a forças externas; (iii) a circulação de modelos, investigando como certos tipos de engajamento intelectual surgem, triunfam ou fracassam em contextos transnacionais; e (iv) os modos de intervenção, analisando as estratégias de atuação pública dos intelectuais.

A Sociologia da Expertise amplia esse escopo ao considerar (i) comunidades epistêmicas, redes de especialistas que combinam conhecimento técnico com postura moral pública; (ii) performatividade, explorando como novos métodos de intervenção são criados por atores sociais; e (iii) efeitos de verdade, focando nas práticas que produzem legitimidade e autoridade intelectual.

Essas abordagens refletem uma mudança no paradigma: em vez de lamentar um suposto “fim dos intelectuais” (Benda, 1949; Aron, 1955), elas reconhecem que sua atuação se reconfigura diante das novas dinâmicas sociais, midiáticas e políticas do século XXI.

No contexto das transformações analisadas, a perspectiva performativa emerge como um modelo para entender os intelectuais e seus modos de intervenção, especialmente diante das novas dinâmicas de agência e produção intelectual. Como destacam Baert e Morgan (2017), as intervenções intelectuais podem ser compreendidas como performances no sentido de que “trazem algo à existência”. Os autores recorrem a uma analogia teatral, na qual o intelectual assume o papel de ator (indivíduo ou grupo que inicia a intervenção), e o público funciona como audiência, interagindo em um cenário físico ou intelectual no qual significados são negociados, legitimados ou marginalizados (Baert; Morgan, 2017, p. 7-8). Essa abordagem permite analisar como as intervenções intelectuais são moldadas por contextos históricos,

políticos e sociais, funcionando como palcos que atribuem sentidos específicos às ações. Nesse processo, a retórica surge como um dispositivo dramático, baseado em estratégias de persuasão que ganham relevância em um mundo multidimensional e descentralizado, no qual o conhecimento não é mais monopólio de elites tradicionais.

Diante desse cenário, o estudo dos intelectuais no século XXI exige novas perspectivas, capazes de captar as transformações sociais, a ampliação do campo intelectual e a perda do monopólio do conhecimento por grupos tradicionais. Essas mudanças impactam diretamente o cenário político, social e cultural, demandando dos intelectuais uma renovação interpretativa e uma atuação em espaços menos restritos. Para tanto, torna-se essencial a elaboração de roteiros poeticamente potentes, como propõe Alexander (2018), que mobilizem audiências, incentivem a participação em movimentos sociais, fomentem a criação de novas instituições e construam quadros simbólicos eficazes. Trata-se, em última instância, de performar socialmente, codificando significados e narrativas em palcos cada vez mais fragmentados, mas também de engajar públicos em um contexto em que a autoridade intelectual é constantemente contestada.

Esta abordagem é adequada à nossa pesquisa, uma vez que lida com atores que utilizam um modo particular de ação e de reivindicação de espaço no campo intelectual, caracterizado principalmente pelo apelo direto à opinião pública e a seus simpatizantes.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Diante disso, a pesquisa se divide da seguinte forma: o primeiro capítulo, o mais extenso, tem como objetivo apresentar o cenário político ideológico dos Estados Unidos por meio de uma revisão bibliográfica que explora as ideias do conservadorismo pós-1945. O texto parte da década de 1950, com recortes pontuais, e estende-se até a de 1990, analisando como certas ideias e argumentos ganharam relevância no contexto da Guerra Fria, especialmente no campo intelectual conservador.

O segundo capítulo analisa os discursos, as ideias e os argumentos do filósofo Olavo de Carvalho, identificando paralelos com o cenário norte-americano e demonstrando como ele os adaptava ao contexto político brasileiro. Esse processo ganhou força com o avanço da internet, espaço que Olavo de Carvalho utilizou para disseminar suas ideias. Além disso, o capítulo explora como essas discussões introduziram

categorias políticas alheias ao repertório político nacional, especialmente em sua interpretação do espectro político brasileiro.

Por fim, o terceiro capítulo sintetiza as reflexões centrais da pesquisa. Analisam-se a formação de *think tanks*, como o Instituto Millennium, e a influência de ideias estadunidenses na direita brasileira. O foco reside em três autores: Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé, cujas obras, artigos e *blogs*, produzidos entre 2008 e 2013, exemplificam a assimilação de conceitos oriundos dos Estados Unidos.

2 O CONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO DA GUERRA FRIA

Em outubro de 2005, o historiador americano Tom Reiss publicou na *The New Yorker* um artigo intitulado *The First Conservative: How Peter Viereck Inspired and Lost a Movement*, baseado em uma entrevista com o poeta e historiador Peter Viereck. No artigo, Reiss relembrou seu encontro com Viereck em 2002, quando o intelectual, já aposentado, o recebeu em sua casa. Na ocasião, o historiador revisitou a trajetória de Viereck no cenário intelectual estadunidense, destacando sua importância para o conservadorismo que ganhou projeção nos anos 1950.

O título de “primeiro conservador” atribuído a Viereck refere-se às suas publicações entre 1940 e 1960 e ao reconhecimento que obteve no meio intelectual norte-americano. Como observou George Nash, cronista do conservadorismo americano, os trabalhos de Viereck representaram “a primeira chamada para o novo conservadorismo” (Nash, 2006, p. 97, tradução nossa), uma reinterpretação e popularização do conceito na segunda metade do século XX (Nash, 2006; Reiss, 2005).

Esse novo conservadorismo, tal como formulado na obra de Viereck, diferenciava-se de um conservadorismo difuso que até então existia nos EUA. Este último manifestava-se ora como um movimento de grupos agrários do Sul, com discursos anti-industrialização, ora como uma reação de magnatas e isolacionistas contrários às políticas do *New Deal*, mas sem uma identidade política claramente definida. Viereck propôs, em vez disso, uma retomada do conservadorismo com influência de pensadores europeus, enfatizando a supremacia da lei e padrões de conduta em um contexto em que o próprio termo “conservador” era visto com ceticismo como categoria intelectual legítima.

Isso não significa que o conservadorismo fosse inexistente nos Estados Unidos antes desse período. Havia manifestações dele na atuação de grupos empresariais, intelectuais e políticos, porém, sem uma identificação explícita com o termo. O conservadorismo que emergiu nos Estados Unidos nos anos 1950 buscava uma identidade, reivindicando o rótulo “conservador” em um cenário em que essa definição ainda era ambígua e, muitas vezes, desprezada³². “‘Conservador’ estava entre as

³² Essa visão negativa do termo era compartilhada por intelectuais como o crítico literário Lionel Trilling (1949, p. 12), que vinculava o conservadorismo a uma concepção reacionária e afirmava que, nos Estados Unidos, o liberalismo não era apenas a tradição dominante no campo das ideias, mas “a única tradição intelectual”. Opinião semelhante era

palavras mais impopulares do vocabulário americano. Ser elogiado como conservador tornou-se uma desvantagem política insuperável.” (Viereck, 1949, p. 21, tradução nossa).

Viereck defendia que um “novo conservadorismo” deveria apelar não apenas “aos conservadores de mentalidade independente, mas também aos desiludidos ‘companheiros de viagem’”. Os primeiros devem aceitar mais planejamento econômico e repudiar honestamente sua hipocrisia pré-1929” (Viereck, 1940, recurso *online*, tradução nossa). Nessa perspectiva, o verdadeiro conservador seria aquele livre de rótulos ideológicos rígidos, comprometido com valores que preservassem princípios nacionais de comportamento, conduta política e cultura. Para ele, o conservadorismo deveria ser enraizado na história, conservando “as raízes que realmente existem”, valores concretos baseados na experiência, tal como Edmund Burke³³ fizera ao preservar não apenas os aspectos monárquicos da Revolução Gloriosa de 1688, mas também seus elementos constitucionais e liberais.

Essa visão foi desenvolvida em seu livro *Conservatism Revisited: The Revolt Against Revolt* (1949), no qual Viereck invocou pensadores europeus para justificar seu posicionamento, especialmente Burke, de quem tomou a noção de que “a liberdade nunca pode ser alcançada por meio da revolução, mas apenas pela lenta evolução do costume social” (Reiss, 2005, recurso *online*). Também destacou a figura do chanceler austríaco Metternich³⁴, que, para ele, representava a oposição equilibrada aos extremos da esquerda e da direita em defesa da tradição.

Metternich encarnava, para Viereck, o ideal conservador: uma reconciliação entre princípios monárquicos e democráticos. Em sua atuação no Império Austríaco, o chanceler formulou o conservadorismo como um meio-termo evolutivo, uma mediação que representava o “verdadeiro espírito ocidental”. Viereck identificou essa

defendida por autores como o cientista político Samuel Huntington (1957, p. 460), para quem o conservadorismo estadunidense não era uma força autônoma, mas sim uma forma de preservar as instituições liberais. Já o cientista político Louis Hartz (1955, p. 13) sustentava que a tradição política dos Estados Unidos era essencialmente liberal, uma vez que o país havia nascido moderno, sem uma tradição feudal ou movimentos de reação como os observados na Europa.

³³ Edmund Burke, teórico político Irlandês é considerado pai do conservadorismo moderno. Peter Viereck se refere a Burke nas reflexões encontradas no livro *Reflexões sobre a Revolução na França*, publicado em 1790.

³⁴ Klemens Wenzel von Metternich foi o Chanceler de Estado do Império Austríaco entre 1821 e 1848, tendo sido a figura central na diplomacia europeia após a queda de Napoleão Bonaparte.

mesma ideia em obras como *O Federalista* (1787-88), de Hamilton, Madison e Jay; *Defesa das constituições* (1787-88), de John Adams; *Cartas* (1791), de John Quincy Adams; *Disquisition and Discourse* (1850), de Calhoun; e *Democracy and Leadership* (1924), de Irving Babbitt. “Metternich resumiu a posição do conservador em relação à mudança social em quatro palavras...: ‘Estabilidade não é imobilidade’” (Viereck, 1949, p. 38, tradução nossa).

No entanto, esse “novo conservadorismo” não se limitou às reflexões de Viereck. Outros intelectuais do período interpretaram o movimento de maneira distinta, reforçando justamente os aspectos que ele condenava. Para Viereck, isso representou um obstáculo ao desenvolvimento do conservadorismo nos EUA, pois muitos desses pensadores incorporavam ideias estrangeiras de forma acrítica, adotando-as não como inspiração, mas muitas vezes como uma importação direta e inadequada ao contexto norte-americano. Essa tendência fez com que o próprio conservadorismo nos Estados Unidos, na visão do poeta, perdesse sua essência.

Tanto o agrarismo sulista, que revivia um aristocratismo do século XIX, quanto a reação empresarial contra o *New Deal*, baseavam-se, em sua visão, em raízes artificiais. Essa desconexão acentuou sua preocupação com a falta de harmonia entre os princípios centrais do conservadorismo americano: moderação e conciliação. O abandono desses valores evocava o alerta de Metternich sobre monarquistas e revolucionários: “ambos geravam o que ele considerava o maior perigo para a sociedade: o fanatismo” (Viereck, 1949, p. 110, tradução nossa).

Em 1951, em uma resenha crítica para a *Times Book Review* sobre *God and Man at Yale*, de William Buckley Jr. (obra celebrada entre conservadores), Viereck acusou o autor de atacar a liberdade acadêmica e tentar destruir uma das instituições mais tradicionais dos EUA: a Universidade. Em resposta, intelectuais alinhados a esse “novo” conservadorismo taxaram Viereck de “liberal disfarçado” (SANTOS, 2024, p. 102). Além disso, ele criticava a passividade dos conservadores em relação a grupos extremistas como a *John Birch Society*³⁵, que, embora anticomunista, representava uma ameaça à democracia americana.

Para Viereck (1949), os “novos conservadores” importaram da Europa um conservadorismo que rejeitava até mesmo o liberalismo moderado dos EUA, substituindo-o por um antiliberalismo panfletário e abstrato, alheio à cultura americana. Seu

³⁵ Grupo anticomunista ultraconservador formado em 1958.

argumento não era contra a influência europeia, mas sim a favor de uma base histórica concreta. O verdadeiro conservador seria aquele que assimilasse o que fosse duradouro, como o liberalismo britânico do século XVII ou as políticas do *New Deal*, conservando o caminho do meio entre os extremos.

Esse conservadorismo concebido e criticado por Peter Viereck é o foco deste capítulo: um movimento intelectual que emergiu nos anos 1950, consolidou-se como referência cultural na década seguinte e, nos anos 1970, transformou-se em uma força política influente, culminando na eleição de Ronald Reagan. Como observa a historiadora Kim Phillips-Fein (2011, p. 727, tradução nossa), esses intelectuais formaram um movimento pós-Segunda Guerra, com ampla influência no Partido Republicano, defendendo o livre-mercado, o *laissez-faire*, a oposição aos direitos civis, o anticomunismo e normas sexuais tradicionais.

O movimento ganhou impulso com obras como as de Viereck (1949), Russell Kirk (1953) e Richard Weaver (1948), além de ter sido amplamente estudado por historiadores (Phillips-Fein, 2011; McGirr, 2001; Schneider, 2003; Critchlow, 2005). Também enfrentou críticas (Hofstadter, 1964; Trilling, 1950; Schlesinger Jr., 1949; Huntington, 1957), em um debate marcado por tensões. A obra *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945*, de George H. Nash (1976), foi fundamental para consolidar a trajetória desse conservadorismo no meio acadêmico, destacando seus sucessos históricos e fracassos recentes (Burns, 2016). Nash reconstruiu a evolução dessas ideias, apresentando o conservadorismo da Guerra Fria como um conjunto de correntes unidas por um objetivo comum: o combate ao comunismo.

Nos últimos anos, esse legado intelectual e político tem sido transposto além das fronteiras dos EUA, especialmente no Brasil, em que temas como comunismo, religião e agendas globais ganharam destaque no debate público, sendo apropriados por setores da direita política. Essas pautas não apenas impulsionaram a emergência de “novas direitas” no país, mas também estabeleceram um diálogo transnacional com o conservadorismo norte-americano. Grupos políticos passaram a utilizar referências dos EUA como modelo interpretativo para a realidade brasileira, frequentemente caracterizando movimentos progressistas e políticas inclusivas como “ameaças” à ordem social.

Essa retórica foi amplamente instrumentalizada por partidos, movimentos sociais e lideranças religiosas, especialmente em oposição a políticas públicas voltadas para minorias. Sua difusão, potencializada por redes digitais e teorias conspiratórias,

alimentou narrativas que associavam instituições educacionais, órgãos públicos e iniciativas de inclusão social a um suposto “projeto comunista”. Tais discursos chegaram a defender intervenções autoritárias como resposta a essa alegada influência, revelando a radicalização do debate público.

Para fundamentar suas posições, esses grupos recorreram a elementos da história política norte-americana, como os embates entre a *New Left* (Nova Esquerda) e a direita durante a Guerra Fria. Apropriaram-se de um repertório anticomunista que generalizava qualquer mudança social como “avanço comunista”, além de incorporar estratégias de ativismo religioso-político, adaptando-as ao contexto nacional.

O anticomunismo, já presente na história brasileira, foi ressignificado como um eixo unificador, associando a esquerda política a uma suposta “ameaça globalista”. Ao mesmo tempo, setores evangélicos assumiram um papel central nessa mobilização, apresentando-se como defensores dos valores cristãos contra o que chamavam de “ataques à família tradicional”.

No plano econômico, intelectuais e políticos alinhados a essa agenda passaram a defender o livre mercado como único caminho para o desenvolvimento nacional, rejeitando políticas redistributivas. Embora essas ideias não representassem consenso na direita brasileira, e nem fossem novidades em nosso histórico político, ganharam força após as manifestações de 2013, marcando uma virada no cenário político.

Diante disso, este capítulo busca reconstruir, de forma sucinta, a trajetória intelectual da direita conservadora nos Estados Unidos entre 1950 e 1990, período que vai dos primeiros anos da Guerra Fria até a ascensão do movimento conservador na era Reagan. O objetivo é mostrar como ideias e discursos presentes no cenário brasileiro se articularam no contexto político norte-americano durante uma fase de intensos embates ideológicos, sobretudo no plano interno.

A análise empreendida neste trabalho organiza-se em torno de três eixos interconectados, que permitem compreender a formação intelectual e política do conservadorismo moderno nos Estados Unidos no pós-guerra.

O primeiro eixo examina as bases intelectuais desse movimento, destacando a tríade fundamental composta pelo libertarianismo, pelo tradicionalismo e pelo anticomunismo militante. Para fundamentar este último pilar, explora-se o impacto histórico e doutrinário do chamado *Red Scare* e da *Red Menace* sobre a cultura política norte-americana, analisando como a construção do “inimigo interno” legitimou práticas de

vigilância e redefiniu o papel dos intelectuais. Destaca-se o papel de figuras como James Burnham e Whittaker Chambers na formulação de uma crítica ideológica que uniu a análise geopolítica aos apelos morais e religiosos.

O segundo eixo centra-se na consolidação institucional do conservadorismo como um campo político coeso, tendo como marco decisivo a fundação da *National Review* em 1955. A revista é analisada como o núcleo aglutinador que proporcionou o espaço de convergência entre as vertentes examinadas no eixo anterior, encerrando o período formativo do pós-guerra e estabelecendo a base identitária da direita no cenário público.

O terceiro eixo aborda o papel da religião na institucionalização da chamada *New Right*, especialmente a partir da década de 1970. Analisa-se o ativismo político evangélico, personificado pela “*Moral Majority*” de Jerry Falwell, bem como as críticas e tensões internas que marcaram a incursão dos evangélicos na esfera pública. Paralelamente, examina-se a emergência de novas correntes, especialmente o neoconservadorismo e o paleoconservadorismo, que, embora divergentes em suas prioridades e diagnósticos, contribuíram para a reformulação da agenda política e intelectual do conservadorismo estadunidense nas décadas finais do século XX.

Essa investigação apoia-se em um amplo conjunto de fontes. Entre as primárias, destacam-se obras fundantes de pensadores centrais ao movimento, tais como Hayek e Kirk, cujos escritos estabelecem as bases teóricas do libertarianismo e do tradicionalismo, respectivamente. Já as fontes secundárias incluem estudos críticos de historiadores e cientistas sociais que analisaram o período com rigor contextual e teórico. Entre eles, citam-se George H. Nash, cuja obra oferece um panorama abrangente do conservadorismo intelectual; Robert K. Murray e Michael J. Heale, que abordam o *Red Scare* e o *Red Menace* e suas reverberações no campo das ideias; Kim Phillips-Fein, em sua análise das relações entre livre-mercado e o legado do *New Deal*; Paul Vincent Murphy, sobre o tradicionalismo sulista; Ellen Schrecker, referência na historiografia do macartismo; Matthew Avery Sutton, especialista no evangelicalismo político; e Justin Vaïsse, cuja periodização do neoconservadorismo ilumina suas transformações ao longo do tempo.

A escolha do recorte temporal (1950–1990) para o cenário estadunidense se justifica, em parte, pelo fato de que foi nesse intervalo que se forjaram ideias, referências intelectuais e estruturas ideológicas posteriormente apropriadas por intelectuais de direita no Brasil em seus debates sobre o campo político. Esse período permite

rastrear as origens de termos e expressões que circulam hoje no discurso conservador brasileiro, bem como compreender como esses elementos se consolidaram em um contexto de intensa polarização ideológica nos Estados Unidos. Contudo, reconhece-se que essa apropriação também incorpora influências posteriores, como das décadas de 2000 e 2010, especialmente no que diz respeito à retórica digital, à reconfiguração do populismo de direita e à assimilação de temas ligados às “Guerras Culturais” contemporâneas. Assim, embora o período 1950–1990 forneça a base conceitual e discursiva central, ele não esgota, por si só, as fontes de inspiração da “Nova Direita” brasileira. Nele, o conservadorismo transitou de uma posição marginal a uma força hegemônica, institucionalizando-se em *think tanks*, meios acadêmicos e aparelhos de Estado, e culminando na formação do chamado “consenso reaganista”, uma aliança tática, ainda que instável, entre libertários, tradicionalistas, evangélicos, anticomunistas e neoconservadores em torno de pautas comuns³⁶.

2.1 EMPRESÁRIOS CONTRA O *NEW DEAL*: A FORMAÇÃO LIBERTÁRIA NOS EUA (1930-1950)

Em sua sexta mensagem anual ao Congresso dos Estados Unidos, realizada em 04 de dezembro de 1928, o 30º presidente estadunidense, Calvin Coolidge, declarou:

Nenhum Congresso dos Estados Unidos já reunido, ao avaliar o Estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a que aparece no momento presente. No campo doméstico, há tranquilidade e contentamento, relações harmoniosas entre a gerência e o assalariado, liberdade de conflitos industriais e o mais alto registro de anos de prosperidade. No campo estrangeiro, há paz, a boa vontade que vem do entendimento mútuo que o conhecimento de que os problemas que há pouco tempo pareciam tão ameaçadores estão cedendo ao toque da amizade manifesta. (Coolidge, 1928, tradução nossa).

No entanto, onze meses após esse discurso, a Bolsa de valores de Nova York entrou em colapso, e o cenário descrito por Coolidge mudou drasticamente. As taxas de desemprego, que em 1929 giravam em torno de 3%, atingiram 24% em menos de três anos, em 1932. O setor agrícola foi um dos mais atingidos pela falta de incentivo para o controle dos preços gerando com isso a perda de propriedade dos produtores rurais por não ter capital para manutenção da produção (Lebergott, 1957, p. 211-242).

³⁶ As conexões com o caso brasileiro serão exploradas nos capítulos subsequentes (2 e 3).

A prosperidade deu lugar a uma profunda recessão, marcando um dos períodos mais sombrios da história dos Estados Unidos. Na década seguinte, transformações sociais significativas ocorreram em resposta ao colapso econômico, especialmente com a eleição de Franklin Delano Roosevelt e a implementação de seu projeto de governo, conhecido como *New Deal*.

O pacto social promovido por Roosevelt incluía a intervenção e regulação do governo em áreas como economia e trabalho, visando solucionar os problemas causados pela crise de 1929. Seu objetivo era combater o desemprego e a inflação, além de estabilizar a economia³⁷.

Do ponto de vista emergencial, o *New Deal* criou uma grande rede de assistência social materializada em agências e programas, como os *Civilian Conservation Corps* (CCC), a *Civil Works Administration* (CWA) e a *Federal Emergency Relief Administration* (Fera), com o objetivo de proporcionar emprego e renda a milhões de americanos afetados pela Depressão. (Limoncic, 2005, p. 141).

Essa atuação, contudo, não foi bem recebida por alguns setores da sociedade. Políticos, empresários e intelectuais³⁸ argumentavam que a intervenção do governo deveria ser limitada. “Para alguns, o *New Deal* nada mais seria do que o nome americano para o comunismo, e seu objetivo último era retirar dos que tinham para dar aos que não tinham” (Limoncic, 2005, p. 142). Essa visão foi especialmente defendida por magnatas da indústria, como a família Du Pont, uma das mais ricas dos Estados Unidos na década de 1930. A família, que havia enriquecido durante a Primeira Guerra

³⁷ O pacote de reformas propostas por Roosevelt, como indica Lowe (2012, p. 495-500), se estruturou em torno de uma legislação de emergência que buscou sanar as lacunas que atenuavam a crise social. As medidas propostas pelo Estado foram introduzidas de 1933 a 1940. Agiram no campo social e econômico, como na reestruturação do sistema bancário e financeiro através da intervenção do estado na garantia das obrigações bancárias com seus clientes; na criação de mecanismos que auxiliassem os produtores rurais, como a lei *Farmers’ Relief Act*, de 1933; na criação de auxílios sociais em renda para os estados com a finalidade de auxiliar em programas de rendas sociais (*Federal Emergency Relief Administration*, 1933); no estímulo direto do estado na criação de empregos (*Works Progress Administration*, WPA); no estímulo a retomada da indústria na Lei de Recuperação Industrial Nacional (*National Industrial Recovery Act* – NIRA – 1933); em programas de seguridade social (*Social Security Act*, 1935); na criação de uma legislação trabalhista que fortalecesse a proteção ao trabalhador e sindicatos (*Wagner Act*, 1935, e *Fair Labour Standards*, 1935), dentre outras medidas que buscavam corrigir as distorções que surgiram e foram ampliadas com a crise de 1929.

³⁸ Nesse cenário cabe citar o crítico do *New-Deal* Albert Jay Nock. Suas ideias foram referência para os libertários e conservadores estadunidenses da década de 1950. O seu trabalho foi admirado por influentes intelectuais conservadores tais como William Buckley Jr., Russell Kirk e Robert Nisbet (Hawley, 2016, p. 26). Um dos seus livros “*Our Enemy, The State*”, publicado em 1935, ganhou uma edição no Brasil no ano de 2018.

Mundial com a produção de munições, via com desconfiança as políticas de regulação do trabalho, controle da produção e redistribuição de benefícios sociais promovidas pelo governo Roosevelt.

A família Du Pont³⁹, de origens europeias e com modelo aristocrático de gestão em seus negócios, inicialmente apoiou a mudança de governo. Contudo, as políticas do *New Deal*, que buscavam incluir grupos sociais até então marginalizados, foram interpretadas como uma ameaça ao *status quo* que beneficiava grandes empresários, que décadas antes foram celebrados como os “heróis da nação⁴⁰” e os pilares do sucesso financeiro da América. Com a mudança de postura do Estado na promoção de uma agenda que incorporava “segmentos da sociedade americana que até então encontravam-se largamente marginalizados ou poucos representados no sistema político” (Limonicic, 2005, p. 145), sedimentou-se o apoio desses magnatas ao governo, pois as ações desenvolvidas no *New Deal*:

[...] juntamente com as iniciativas que vieram de Washington, passaram a simbolizar a rejeição da velha ordem da economia *Laissez faire*. Durante os anos do *New Deal*, os trabalhadores americanos ganharam o direito legal de serem protegidos da retaliação de seus empregadores quando tentavam organizar sindicatos. Eles ganharam um salário mínimo nacional e uma semana máxima de trabalho. O governo federal distribuiu alívio monetário, empregou pessoas em programas de obras públicas, estabeleceu seguro-desemprego e até criou um programa nacional de pensão para idosos, a Previdência Social. (Phillips-Fein, 2009, p.19, tradução nossa).

Em resposta a essas mudanças, grupos empresariais e políticos descontentes se organizaram. Em 1934, a família Du Pont, em parceria com a *General Motors* e a *American Legion*, realizou uma reunião em Nova York para discutir a criação de uma “associação de proprietários”, com o objetivo de alertar “sobre os perigos para os investidores representados pelo *New Deal*.” (Phillips-Fein, 2009, p. 20). Dessa reunião surgiu a *Liberty League*, uma organização composta principalmente por grupos patronais, políticos republicanos e democratas insatisfeitos com as políticas de Roosevelt. A *Liberty League*⁴¹ defendia o combate ao que consideravam “radicalismo Estatal”, a

³⁹ Manifestada na figura de Irénée du Pont, presidente do grupo.

⁴⁰ Ver. Matthew Josephson, *The Robber Barons: The Great American Capitalists, 1861-1901* (New York: Harcourt, Brace and Company, 1934).

⁴¹ Os membros do grupo entendiam que a proliferação das regulações do *New Deal* feria o núcleo dos valores americanos e ultrapassavam os limites de intervenção do governo.

preservação de direitos de propriedade e a defesa da constituição. Em essência, o grupo buscava um retorno ao modelo de livre mercado anterior à Grande Depressão, rejeitando a regulação governamental e as legislações trabalhistas implementadas pelo *New Deal*⁴².

Para isso, esses grupos investiram em campanhas de publicidade negativa, financiando panfletos, reuniões e o *lobby* político, na tentativa de desacelerar as medidas do programa⁴³. Um exemplo disso foi o apoio ao candidato republicano Alfred Landon, que concorreu contra Roosevelt nas eleições de 1936. Todavia, o esforço não surtiu efeito, já que Landon foi derrotado por uma ampla margem de votos, consolidando a popularidade de Roosevelt.

A liga rapidamente se tornou o símbolo da recalcitrância daqueles reacionários que Roosevelt apelidou de “monarquistas econômicos” em sua campanha de reeleição de 1936. Aos olhos da imprensa, serviu como o símbolo perfeito de oposição ao *New Deal*, uma luta de retaguarda por um punhado de homens ricos míopes, de mente pequena e egoístas contra os programas que estavam alimentando os famintos, socorrendo os sofredores e salvando a nação. (Phillips-Fein, 2009, p. 22-23, tradução nossa).

Eles sustentavam que as políticas promovidas pelo governo Roosevelt eram uma forma de tirania, devido à sua radicalidade. Para esses críticos, tratava-se de um modelo de intervencionismo de inclinação socialista, que contrariava os pilares americanos de desenvolvimento econômico e social. Ver. GOLDSTEIN, Jared A. *The american liberty league and the rise of constitutional nationalism*. *Temple Law Review*, vol. 86, n. 2, winter 2014. p. 287-330. Disponível em: <<https://www.templelawreview.org/lawreview/assets/uploads/2014/03/86-Temple-L-Rev-Goldstein-287.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2023.

⁴² Em 1934 o presidente da *Liberty League*, o democrata Jouett Shouse, fez o seguinte discurso: “[A *American Liberty League*] é uma organização apartidária formada. . . para defender e fazer cumprir a Constituição. . . [para] ensinar a necessidade de respeito pelos direitos das pessoas e da propriedade como fundamentais para toda forma de governo bem-sucedida. . . encorajar e proteger a iniciativa individual, de grupo e a empresa, promover o direito de trabalhar, ganhar, economizar e adquirir propriedade e preservar a propriedade e o uso legal da propriedade quando adquirida.” (Shouse *apud* Goldstein, 2014, p. 294, tradução nossa).

⁴³ Como destaca o historiador Flávio Limonci: “Importantes segmentos empresariais também se tornaram parte da coalizão do *New Deal* e do próprio Partido Democrata, como as grandes empresas que utilizavam tecnologias capitais-intensivas, as de varejo voltadas para a comercialização de produtos para o mercado interno e as do setor financeiro, interessados todos na constituição de um mercado de massas e na expansão do mercado internacional. Sem o apoio deste segmento empresarial, que reunia expoentes como o grupo Rockefeller, a *Standard Oil*, a *General Electric*, a *IBM* e a *Sears Roebuck*, o *New Deal* dificilmente teria reunido recursos políticos suficientes para fazer frente à oposição patronal representada, dentre outros, pela *Liberty League* e a *National Association of Manufacturers*, assim como pela *Constitutional Educational League* e outros grupos de pressão formados ao longo dos anos 1930 e 1940 e que nele percebiam, assim como no CIO [*Congress of Industrial Organizations*], a sovietação dos Estados Unidos.” (2005, p. 149-150).

Apesar dos esforços, a *Liberty League* não obteve sucesso em sua empreitada contra o *New Deal* e encerrou suas atividades em 1940. Entretanto, a oposição ao projeto político de Roosevelt continuou de forma mais dispersa, através de ações de empresários, políticos e intelectuais. Entre eles, destacaram-se os empresários Leonard Read e Jasper Crane, que buscaram resgatar a tradição do *Laissez-Faire* nos Estados Unidos. Diferentemente dos grupos patronais que focavam em negócios, esses empresários se dedicaram à divulgação de ideias, promovendo os princípios do livre mercado e criticando as falhas de uma economia planejada.

Leonard Read, um gerente da divisão ocidental da Câmara de Comércio dos Estados Unidos (*U.S. Chamber of Commerce*), começou a se envolver com empresários ainda na década de 1930. De origens humildes, Read foi profundamente influenciado por ideias que defendiam o livre mercado e se opunham ao *New Deal*. Uma de suas principais influências foi o empresário conservador William Clinton Mullendore⁴⁴, que o levou a refletir sobre a necessidade de criar uma organização dedicada à defesa e promoção de princípios do livre mercado. Durante a Segunda Guerra Mundial, Read observou que o cenário político econômico era desfavorável para uma oposição direta às políticas do *New Deal*. Concluindo que uma abordagem baseada na educação seria mais eficaz para combater gradualmente as medidas assistencialistas, atuando no campo das ideias.

De acordo com a historiadora Kim Phillips-Fein (2009, p.35), a virada ocorreu na primavera de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, Read mudou-se para Nova York para trabalhar no *National Industrial Conference Board* (NICB), uma organização fundada em 1916 que fornecia análises econômicas para empresários e o público em geral. O presidente da NICB contratou Read e outro escritor conservador, aparentemente com o objetivo de tornar a organização mais politicamente agressiva. No entanto, Read rapidamente se frustrou com o trabalho, especialmente com a exigência de que os palestrantes em eventos públicos representassem ambos os lados de uma questão. “Embora não fosse propenso à melancolia que afetava figuras como du Pont e Mullendore, Read estava cansado de trabalhar em organizações empresariais que exigiam compromissos ideológicos”. Ele desejava promover a educação ideológica de forma mais objetiva e estratégica.

⁴⁴ Empresário conservador que, nos anos 1950, era vice-presidente do grupo *Southern California Edison*, uma das maiores empresas no fornecimento de energia do sul da Califórnia, e subsidiária da *Edison International*.

Após renunciar ao NICB, Read visitou David Goodrich, presidente da *B.F. Goodrich Company*⁴⁵, que se comprometeu a ajudá-lo a fundar uma nova organização alinhada com seus ideais. Em 1946, Read criou a *Foundation for Economic Education* (FEE), uma *think tank* liberal que se tornou um centro de oposição à herança intervencionista do *New Deal* e o keynesianismo. Em um contexto em que o planejamento econômico e as ideias de John Maynard Keynes ganhavam força, a FEE buscava reviver o modelo econômico pré-depressão.

Jasper Crane, ex-vice-presidente da *Du Pont* (o mesmo grupo por trás da *Liberty League*), desempenhou um papel central no desenvolvimento do ativismo de oposição ao *New Deal*. Além de apoiar as ideias de Read e atuar como um conselheiro, o empresário foi um dos principais financiadores das iniciativas do grupo⁴⁶. Ele defendia que os americanos precisavam de um “livro sagrado” do capitalismo, assim como o cristianismo tem a Bíblia e o marxismo tem “O Capital”, o capitalismo de livre mercado precisava de sua versão. As ações da FEE, tanto no financiamento quanto na mediação de ideias liberais, foram fundamentais para o crescimento do ativismo do *Laissez-Faire* nos Estados Unidos durante a década de 1950. A organização tornou-se um pilar na promoção de uma visão econômica baseada no livre mercado e na liberdade individual nos EUA.

Nesse cenário, a chegada de intelectuais austríacos, que fugiam da perseguição nazista na Europa, como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, trouxera novas perspectivas para opositores do governo. De acordo com Nash (2006), suas ideias foram bem recebidas por empresários insatisfeitos com o *New Deal*, oferecendo uma alternativa ao pensamento keynesiano⁴⁷. Para esses intelectuais, o planejamento econômico era um caminho para o totalitarismo, uma reflexão baseada na experiência do nacional-socialismo alemão. Eles argumentavam que qualquer governo que adotasse esse modelo estaria fadado à submissão, incluindo os Estados Unidos e a Inglaterra.

⁴⁵ Empresa de manufatura aeroespacial, famosa pela produção de pneus.

⁴⁶ Papel também desempenhado por Harold Luhnow, amigo de Crane e gestor do *William Volker Fund* entre os anos de 1947 e 1964. Essa *think tank* conservadora, que nasceu ainda na década de 1930, atuou como uma financiadora de intelectuais e suas publicações durante a gestão de Luhnow, como no patrocínio à Hayek e Mises na atuação em universidades estadunidenses.

⁴⁷ Que ganhou espaço na administração de Roosevelt após a entrada dos EUA na Guerra.

Em 1940⁴⁸, Mises publicou *Nationalökonomie: Theorie des Handelns und Wirtschaftens*, obra que defendia o capitalismo de mercado e rejeitava o controle estatal na economia. Já Friedrich Hayek, em 1944, lançou *The Road to Serfdom*, uma ampla crítica ao planejamento econômico encontrado nas políticas sociais inglesas e estadunidenses. O livro de Hayek, escrito enquanto ele ainda vivia em Londres, argumentava que a concorrência de mercado era o único método eficaz para a coordenação social, evitando a coação e o intervencionismo arbitrário. Para Hayek (2010), o coletivismo, em todas as suas formas, era prejudicial ao desenvolvimento social, incluindo o Estado de Bem-Estar-Social. Sua obra foi amplamente criticada na Inglaterra⁴⁹, mas encontrou ressonância nos Estados Unidos, especialmente entre os críticos do *New Deal*. Argumentos semelhantes ao de seu mentor Ludwig von Mises (2010), que entendia o livre mercado como o melhor caminho para o desenvolvimento social, e que o mínimo de intervenção do Estado provocaria um aumento do centralismo e, conseqüentemente, do totalitarismo. A competição, como vista em seu discípulo, era o caminho para a liberdade não coagida, uma vez que a escolha deveria ser feita de forma espontânea e não baseada na regulação. Esse ideal econômico divergia do liberalismo do *New-Deal* “ao cercar a liberdade com conceitos adjacentes extraídos de uma cultura política que exhibe características conservadoras, sem ela mesma ser totalmente conservadora.” (Freeden, 1996, p. 276–277, tradução nossa).

As ideias de Hayek e Mises alinhavam-se às perspectivas de Crane e Read, que buscavam combater o planejamento econômico no campo das ideias. O livro de Hayek serviu como base bibliográfica para captar apoio entre empresários, enquanto a FEE facilitou a divulgação dessas ideias por meio de palestras, cursos, artigos e publicações. A aquisição do periódico *The Freeman*⁵⁰ em meados dos anos 1950 foi um passo importante nessa estratégia. Para esse grupo, Hayek e suas ideias

⁴⁸ Em 1949 o livro ganhou uma tradução em inglês com o título *Human Action: A Treatise on Economics*, que gerou visibilidade para o economista nos EUA.

⁴⁹ Políticos socialistas ingleses criticaram duramente o ensaio de Hayek, pois o autor argumentava que o totalitarismo poderia germinar em solo britânico caso o intervencionismo econômico permanecesse. Em contrapartida, a recepção nos Estados Unidos, em 1944, foi distinta: o livro ganhou imediato destaque e alcançou índices de venda significativos, superando as cinco mil cópias logo na segunda reimpressão. (Nash, 2006, p. 20).

⁵⁰ Nesse ponto vale salientar, novamente, o papel da FEE no marketing liberal. No ano de 1956 a FEE adquiriu o periódico *The Freeman*, que era conhecido nos meios liberais pelas publicações do crítico e libertário Albert Jay Nock, que havia sido seu primeiro editor na década de 1930. Essa aquisição serviu para compartilhar e financiar as publicações de Hayek e seus colaboradores da Sociedade *Mont Pelerin*. Ver. FEE. *About The Freeman*. Disponível em: < <https://fee.org/articles/about-the-freeman> >. Acesso em 02 fev. 2023.

poderiam fornecer o elemento que estava faltando na composição na luta desses empresários, uma bíblia do capitalismo que fosse de linguagem simples e apresentasse “um plano completo para uma sociedade viável baseada na livre iniciativa.” (Phillips-Fein, 2009, p. 49, tradução nossa).

Essas ideias ganharam espaço entre intelectuais e políticos na década de 1950⁵¹, oferecendo uma alternativa ao intervencionismo econômico. Economistas como Frank Knight, Henry C. Simons e Milton Friedman, da Universidade de Chicago, foram influenciados por Hayek e Mises, contribuindo para o desenvolvimento teórico do liberalismo de livre mercado e, tornando, a Universidade de Chicago como um dos principais núcleos desse pensamento nos Estados Unidos.

A influência de Hayek e Mises também foi fundamental para a criação da *Mont Pèlerin Society*⁵² em 1947, uma organização que reuniu intelectuais, economistas e empresários de diferentes países em defesa do liberalismo. Na década de 1950, Leonard Read chegou a se autodenominar “libertário” (Boaz, 1997, p. 27, tradução nossa), um termo que passou a ser usado para diferenciar esses pensadores dos liberais do *New Deal*. George Nash (2006) descreveu esse grupo como parte de uma tradição libertarianista, que buscava reviver os princípios do *Laissez-Faire* e se opor ao intervencionismo estatal.

De acordo com o historiador canadense Ronald Hamowy (2008, p. XXI, tradução nossa), o libertarianismo é herdeiro do liberalismo clássico do século XIX e da ideologia *Whig*⁵³ do período anterior. Sua perspectiva social parte do princípio de que os indivíduos devem ser tratados como serem autônomos, livres para tomar suas

⁵¹ Também é importante citar os economistas Henry Hazlitt e Floyd Arthur Harper, ambos executivos na FEE de Leonard Reed. Nos anos 1950, Hazlitt foi um dos editores do periódico libertário *The Freeman*, que contribuiu na divulgação de um ideário liberal, enquanto Harper transitou entre emergentes *think tanks* liberais que ganharam espaço nas décadas de 1950 e 1960. Além deles, o crítico social conservador Frank Chodorov que, como os demais, foi um grande crítico do *New Deal* e de políticas que privilegiassem o estado como protagonista na esfera econômica.

⁵² Foi uma rede internacional de intelectuais, economistas, empresários e jornalistas comprometidos com a promoção e desenvolvimento de ideias do liberalismo clássico. A Conferência foi organizada por Friedrich Hayek em 1947, nos Alpes Suíços. A reunião ocorreu no *Hotel Du Parc*, no topo do *Mont Pèlerin*. Desde então a conferência ficou conhecida como *Mont Pèlerin Society*. O objetivo do encontro foi a persuasão de intelectuais e formadores de opinião para o combate no campo ideológico ao socialismo, visto pelos idealizadores como uma ameaça para ordem liberal. (Onofre, 2018, p.160-161).

⁵³ Uma facção política que surgiu no final do século XVII na Grã-Bretanha em oposição ao absolutismo monárquico e a favor de uma monarquia constitucional e da supremacia do Parlamento. Ver. BURROW, J. W. A. *Liberal Descent: Victorian historians and the English past*. New York: Cambridge University Press, 1983.

próprias decisões, incluindo a determinação de sua própria “salvação” sem serem constrangidos a agir contra seus desejos. Já para os cientistas políticos estadunidenses Zwolinski e Tomasi (2023), o libertarianismo pode ser entendido como uma “família de teorias políticas”, em vez de uma única teoria. Em sua concepção, “libertário” denota aqueles que se opõem a doutrina do “*necessarianism*”, entendido por determinismo, e, portanto, acreditam que os seres humanos possuem o poder do livre-arbítrio. Os autores destacam que o libertarianismo passou por diversas fases de desenvolvimento e possui dois modos de atuação: uma versão restrita, *stricto sensu*, que emergiu da radicalização do liberalismo clássico de meados do século XIX, com teóricos como Herbert Spencer, Frédéric Bastiat e Lysander Spooner; e uma versão geral, mais ampla, que se refere a qualquer um dentro do que chamaram de “*Liberty Movement*”, um grupo diverso de intelectuais e ativistas unidos em apoio a mercados livres e governos limitados” (Zwolinski; Tomasi, 2023, p. 25). Friedrich Hayek, por exemplo, se enquadraria nessa versão ampla do libertarianismo não por adotar uma posição “moderada”, mas por rejeitar tanto o coletivismo quanto o libertarianismo anarcocapitalista, defendendo, em vez disso, uma forma de liberalismo clássico que aceitava limitadas funções estatais compatíveis com a ordem espontânea do mercado.

Com o aumento da imigração de europeus para os Estados Unidos no início do século XX, novas interpretações dos valores da liberdade passaram a circular com maior vigor, especialmente em razão da chegada de intelectuais estrangeiros e de suas ideias. Um exemplo disso são os trabalhos da escritora russa Alisa Rosenbaum, conhecida pelo pseudônimo de Ayn Rand, que havia imigrado para os Estados Unidos na década de 1920, vindo da União Soviética de Stálin. Em suas obras, Rand celebrou o *Laissez-Faire* e condenou o coletivismo soviético como uma violação das liberdades humanas. Seus livros alcançaram grande popularidade⁵⁴, embora seus esforços para criar uma instituição que defendia sua visão de liberdade não tenha prosperado.

⁵⁴ As obras da escritora somam mais de 37 milhões de cópias vendidas. Disponível em: < https://www.goodreads.com/author/show/432.Ayn_Rand>. Acesso em 19 fev. 2025. De acordo com Burns (2009), seu livro *Atlas shrugged* vendeu mais de 10 milhões de cópias nos Estados Unidos desde o lançamento em 1957, considerado a “bíblia” da administração Reagan. Com média anual de 74 mil cópias, o livro se tornou um dos mais influentes dentro dos Estados Unidos, ficando abaixo apenas da Bíblia. Ver. MOORE, Marilyn. Ayn Rand’s Atlas Shrugged Places in the top 20 on The Great American Read. *The Atlas Society*, 2018. Disponível em: < <https://www.atlassociety.org/post/ayn-rands-atlas-shrugged-places-in-the-top-20-on-the-great-american-read>>. Acesso em 22 fev. 2025.

Apesar disso, Rand apoiou Leonard Read e a FEE, enxergando nessa instituição um meio de romper com a mentalidade coletivista predominante.

Rand mantinha contatos com os empresários ligados à FEE e acompanhava o seu desenvolvimento no campo social. Como aponta a historiadora Jennifer Burns (2009), ela foi importante para o crescimento do grupo, inspirando confiança nos empresários e intelectuais que financiavam a FEE. Seu prestígio no campo intelectual, conquistado por sua produção literária amplamente aceita tanto entre esses liberais quanto pelo público geral, contribuiu significativamente para esse processo.

Embora discordasse de parte das ideias de Friedrich Hayek e tivesse maior afinidade com as teorias de Ludwig von Mises, Rand apoiou a iniciativa libertária da FEE, mesmo que o seu papel intelectual tenha sido menos proeminente em comparação com os autores austríacos. Como observa Burns (2009, p. 106, tradução nossa), “suas esperanças de mudança política repousavam quase inteiramente em Leonard Read, que se mudou para Nova York em 1946 e logo depois iniciou a *Foundation for Economic Education* (FEE)”.

A FEE, sob a liderança de Leonard Read, teve sucesso ao articular intelectuais, corporações industriais e políticos, promovendo gradativamente a divulgação das ideias de pensadores que defendiam o retorno ao *Laissez-Faire* e uma visão libertária. Essa visão surgiu em reação ao *New Deal*, visto por eles como uma variante do socialismo combatido por seus precursores europeus. A FEE serviu como uma ponte entre intelectuais libertários e doadores ricos da comunidade empresarial, muitos dos quais não eram necessariamente defensores do *Laissez-Faire*, mas se identificavam com a crítica à expansão do Estado.

Sua visão do mercado ajudou a inspirar uma profunda suspeita de qualquer expansão do estado, que foi adotada por muitos empresários e ativistas conservadores. Quer tenham lido Hayek ou Mises no original ou não, eles se familiarizaram com suas ideias centrais por meio de repetições e reiteraões infinitas por *think tanks* como a *Foundation for Economic Education* de Leonard Read. O trabalho desses dois pensadores se tornou, como Jasper Crane esperava, uma bíblia para aqueles que queriam voltar atrás no *New Deal*. (Phillips-Fein, 2009, p. 58, tradução nossa).

De modo geral, a percepção de que o liberalismo clássico estava em declínio na primeira metade do século XX reuniu pensadores de diversas tradições ideológicas e foi uma das poderosas influências na formação de um movimento conservador na mais liberal de todas as culturas políticas, os Estados Unidos. (Gamble, 2013, p. 479,

tradução nossa). Como aponta Nash (2006), para esses pensadores, o livre mercado não foi a falha do século XX, mas sim a ascensão dos regimes totalitários como o nazismo, que não era um produto do capitalismo, mas sim uma variante do totalitarismo. O surgimento dessa visão de mundo liberal foi estimulado pela ausência de uma tradição política e econômica que enfrentasse o avanço do estatismo, presente nas políticas do *New Deal*. Em um contexto em que o planejamento econômico e políticas sociais ganharam apoio e apelo social e o liberalismo de livre-mercado estava desacreditado socialmente, os esforços desses empresários e dos trabalhos de Hayek, Mises e outros se tornaram uma base teórica para sua revitalização.

2.2 HERANÇA DO SUL: UM CONSERVADORISMO TRADICIONALISTA

No norte dos Estados Unidos, as transformações provocadas pelo *New Deal* haviam gerado uma reação de empresários contrários ao governo, enquanto no Sul, um grupo de intelectuais e estudantes da Universidade de *Vanderbilt*, em Nashville, se mobilizou contra a industrialização do país, seus fundamentos econômicos baseados no *Laissez-Faire*, o modernismo e a centralização de poder estatal promovido pelo *New Deal*. Como resultado dessas críticas, em 1930 foi publicado o manifesto *I'll Take My Stand*, que reuniu doze ensaios de diferentes autores, com destaque para os professores de *Vanderbilt* John Crowe Ransom e Donald Davidson, além do ex-aluno e poeta Allen Tate.

Esses autores defendiam o Sul agrário como um espaço de tradição humanística, ameaçado pelo avanço do consumismo e da industrialização. Rejeitavam tanto o capitalismo *Laissez-faire* quanto o socialismo, o fascismo e, inicialmente, as políticas do *New Deal*. Em vez disso, propunham um “agrarianismo” baseado na redistribuição da propriedade rural privada. Sua visão era recuperar o individualismo de uma nação de pequenos agricultores, que consideravam a base econômica e social do Sul (Kolozi, 2017, p. 82).

Além disso, os agraristas foram influenciados por correntes do pensamento europeu, especialmente em relação à interpretação do declínio da religião e suas consequências na vida moderna. Como observa o historiador estadunidense Paul Murphy, “de certa forma, os agraristas procuraram preservar os valores e a estrutura da sociedade vitoriana, como era conhecida no Sul antes da década de 1920” (Murphy, 2001, p. 3, tradução nossa). Esses autores foram marcados por intelectuais como T.S. Eliot e G. K. Chesterton, filósofos como Tomás de Aquino e Spinoza, políticos como

John Calhoun, Thomas Jefferson e John Randolph de Roanoke, além de movimentos como o *New Humanism*⁵⁵, liderado pelo crítico literário Irving Babitt.

Dentre essas influências, destaca-se o papel da religião cristã, tanto suas vertentes evangélicas quanto católicas. O *Catholic Revival*, por exemplo, foi um elemento central na formação de figuras importantes do grupo, como Allen Tate. Segundo Murphy (2001, p. 36), Tate teve contato com movimentos católicos que compartilhavam dessa perspectiva cristã, os quais ganharam relevância na Europa em grupos como a *Action Française* de Charles Maurras, na *Opus Dei* e em iniciativas de esquerda nos Estados Unidos, como o *Catholic Worker* de Dorothy Day. Sua visão era profundamente medievalista, enxergando no mundo antes do século XVI um modelo de unidade social e intelectual.

Enquanto isso, Donald Davidson identificava-se com o ideal do Sul profundo, uma visão nostálgica do passado representada na mitologia da *Lost Cause*. Essa pseudo-religião, que surgiu logo após a Guerra Civil, acreditava incorporar os valores agrários e espirituais que supostamente faltavam no Norte. Ela enfatizava a necessidade de preservar o caráter cristão da cultura sulista em contraste com a cultura “superficial e materialista” do Norte vitorioso. Como Murphy destaca (2001, p. 41-42), a *Lost Cause* serviu como um movimento de revitalização que reforçava a ideia que o Sul mantinha uma identidade espiritual e moral superior.

De modo geral, o impacto da Grande Depressão e a intensa migração que ocorreu no território um pouco antes da Primeira Guerra Mundial, aliados à transformação da sociedade sulista, à expansão industrial, ao crescimento das cidades, bem como o declínio do cenário rural devido à redução da mão de obra e à desestruturação da economia baseada na terra, atuaram como catalisadores para o movimento que atribuía ao “Progresso” a responsabilidade pela situação em que se encontravam (Connelly, 1963).

Suas ideias, posicionamentos e agendas políticas e sociais foram criticados por intelectuais, em parte por resgatar valores que favoreciam a discriminação, a segregação, o supremacismo branco e uma apologia à escravidão como uma instituição

⁵⁵ Liderado pelos intelectuais Irving Babbitt e Paul Elmer More, o Novo Humanismo (*New Humanism*) emergiu no início do século XX como uma reação filosófica e literária contra as tendências modernas. Defendendo uma visão moralista e clássica da cultura, o movimento ganhou destaque nos debates intelectuais das décadas de 1910 e 1920, mas perdeu influência nos anos 1930, em meio às transformações sociais e políticas da Grande Depressão.

tradicional da sociedade estadunidense. (Murphy, 2001; Allit, 2009; Kolozi, 2017; Hawley, 2016). De acordo com o historiador Thomas Lawrence Connely (1963, tradução nossa), esses grupos foram chamados de “Neo-Confederados”, “reacionários” e “provincianos”, que idealizavam um passado romântico. Além disso, eles estabeleciam paralelos com movimentos agrários europeus, como o *Blut und Boden* (sangue e solo), *Heimatschutz* (proteção da terra natal) e *Heimatkunst* (arte regional), que, segundo o historiador alemão Peter Nicolaisen (1996), apresentavam ideias semelhantes, mas que, no contexto europeu, foram apropriadas pelos nazistas, que “vinculavam a raça alemã à terra”.

No entanto, os agraristas também foram vistos como intelectuais importantes no combate ao comunismo e o centralismo político e econômico. Autores conservadores, como Mel Bradford, professor de literatura da Universidade de Dallas, e Eugene Genovese, um importante historiador marxista especializado em estudos sobre as relações de classe e poder no Sul escravista dos Estados Unidos do pós-guerra, destacaram-se nesse debate. Bradford (1973), por exemplo, defendia que os agraristas promoviam uma sociedade fundamentada na comunidade, na família e na propriedade rural, em contraste com o individualismo fragmentado do capitalismo industrial, valores considerados fundamentais para a manutenção da cultura familiar. Segundo Bradford (1990, p. 132, tradução nossa), o conservadorismo sulista se define pela inclinação a um “ideal agrário”, a um “patriarcado” e a uma sociedade moldada por um “estabelecimento protestante” que rejeita o “apego egoísta a ideias abstratas”. Dessa forma, há uma predileção por “sociedades fechadas, rurais, religiosas e corporativas” (como a Roma antiga ou a Suíça primitiva), em oposição às “cidades-estados cosmopolitas, comerciais, seculares e individualistas.” (Bradford, 1990, p. 161, tradução nossa). A comunidade “era seu ideal *a priori*, um organismo social informalmente hierárquico no qual todos os sulistas (incluindo os negros, na medida em que a sobrevivência daquela comunidade permitia) tinham um senso de investimento e participação.” (Bradford, 1973, p. 4, tradução nossa).

Genovese foi uma figura controversa, pois iniciou sua carreira com uma perspectiva marxista, tornando-se uma referência importante para a historiografia da esquerda entre as décadas de 1960 e 1980. No entanto, no final dos anos 1980, ele mudou sua postura ideológica, afastando-se do marxismo e adotando uma visão conservadora em seus trabalhos, chegando a defender o Sul agrário dos Estados Unidos como um espaço de tradição que oferecia uma alternativa ao modernismo e ao

progressismo. Nesse contexto, ele escreveu obras que defenderam o legado intelectual produzido no Sul agrário, como *The Southern Front: History and Politics in the Cultural War* (1995) e *The Southern Tradition: The achievement and Limitations of American Conservatism*, (1994). Em sua obra de 1995, Genovese fez uma releitura que valorizava a mentalidade sulista, defendendo suas ideias contra as críticas da academia, que ele via como desinformadas e incapazes de compreender a história e cultura do Sul, ao descrever a região como um “deserto intelectual”. “[...] Isso é pura bobagem. Desde os primeiros dias até o presente, o Sul produziu uma *intelligentsia* que se manteve firme com a do Norte.” (Genevose, 1995, p. 248-249 - Tradução nossa).

Segundo ele, a esquerda não conseguira demonstrar como o socialismo poderia operar sem uma “economia de comando” ou incorporar mecanismos de mercado, falhando em apresentar uma alternativa viável ao capitalismo. Na visão de Genovese (1995), os sulistas eram críticos da centralização do poder político no governo federal, pois acreditavam que isso levaria a uma concentração de poder perigosa, abrindo caminho para a tirania e o totalitarismo. Em contraste, os sulistas defendiam os “direitos dos estados” como um meio de proteger os interesses das pessoas comuns contra a expansão desmedida dos grandes conglomerados e da burocracia estatal. Eles valorizavam uma vida comunitária fundamentada em valores tradicionais, fé e “preconceitos” compartilhados. Dentro dessa perspectiva, a estratificação social e a autoridade eram consideradas princípios essenciais, enraizados na ordem cristã e na natureza humana. Essa visão de mundo privilegiava o coletivo em detrimento do individualismo radical, visto por eles como uma força corrosiva para a sociedade.

O grupo de intelectuais agraristas manteve-se ativo após a publicação de *I'll take my stand*, mas perdeu relevância e aderência ideológica, especialmente devido às divergências internas sobre as políticas sociais do *New Deal*, que passaram a ser aceitas e defendidas por alguns membros do grupo⁵⁶. Com isso, no final da década de 1930, o ativismo dos *Southern Agrarians* havia se dissolvido, mas seu legado continuou a influenciar intelectuais conservadores nas décadas de 1940 e 1950. Pensadores como Russell Kirk e Richard Weaver foram influenciados ou compartilharam

⁵⁶ Essa atitude gerou controvérsia dentro do grupo, já que, anos após a publicação da obra, parte dos autores, especialmente Allen Tate e John Crowe Ransom, revisaram sua posição, abandonando a intransigência inicial e passando a adotar uma conduta mais flexível em relação ao *New Deal*.

ideias semelhantes às dos agraristas, utilizando-as como base para suas reflexões sobre a cultura e a política estadunidense, enfatizando as tradições da terra, da religião, da educação e da herança de ideias europeias no modo de vida, especialmente no modelo social encontrado nos Estados Unidos pré-Guerra Civil.

Dessa forma, se, por um lado, as políticas públicas de incentivo à economia poderiam pavimentar o caminho para um regime totalitário, na visão dos libertários, por outro, os valores estadunidenses, identificados na ligação dos indivíduos com Deus representado no valor da propriedade e da terra, estavam sob ameaça. Esses intelectuais, herdeiros de uma tradição europeia e de um legado intelectual do Sul dos Estados Unidos, como visto nas ideias dos agraristas, foram denominados por George Nash (2006) como “conservadores tradicionalistas” ou, na abordagem atribuída por eles mesmos, como parte do “novo conservadorismo”.

Isso pôde ser visto nos trabalhos do historiador Richard Weaver, que foi professor da Universidade de Chicago e concebia o Sul agrário como um espaço de culto à nostalgia, uma visão que permeou sua obra intelectual. Formado sob a orientação do poeta e professor John Crowe Ransom na *Vanderbilt University*, durante o auge do movimento agrarista, Weaver assimilou as ideias de Ransom e de seus pares, dedicando sua tese de doutorado ao tema. Intitulada *The Confederate South, 1865-1910: A Study in the survival of a Mind and a Culture* (1943), a tese foi uma homenagem a Ransom e, anos após a morte de Weaver (1968), revisada e publicada como *The Southern Tradition at Bay: A History of Postbellum Thought*, com o prefácio do próprio Ransom. De acordo com Murphy (2001), Weaver pode ser considerado um *neo-Agrarian* pela sua atuação intelectual nos anos 1950, especialmente pela defesa e disseminação do legado de Ransom e seus colegas.

Foi, no entanto, com *Ideas Have Consequences* (1948) que Weaver ganhou evidência no cenário conservador. Nessa obra, ele argumentava que o mundo moderno enfrentava crises profundas devido a escolhas intelectuais equivocadas, não a determinismos biológicos ou históricos. Para ele, havia uma “suposição de que o mundo é inteligível, de que o homem é livre e de que as consequências que agora estamos sofrendo é produto não da necessidade biológica ou de qualquer outro tipo, mas de escolhas tolas.” (Weaver, 2012, p. 8-9). O marco dessa degradação social para Weaver foi o século XIV, com a erosão das relações tradicionais, mas só se tornara um projeto consciente no século XIX. Weaver atribuída grande parte dessa

decadência ao triunfo do nominalismo⁵⁷ de William de Ockham sobre o realismo escolástico de Tomás de Aquino, um rompimento que, em sua visão, levou a civilização ocidental a um gradual retorno à “caverna” do relativismo e do niilismo. “Começou um movimento lento da luz do sol de volta para a caverna, onde o homem moderno agora se encontra.” (Preston, 2010, p. 71, tradução nossa).

A modernidade, em sua análise, trouxe avanços na educação e no conhecimento, mas ao custo do abandono das tradições religiosas e comunitárias. O resultado foi um mundo desenraizado, em que os laços familiares e espirituais se dissolveram, deixando os indivíduos à deriva em meio a um progresso vazio. “A fórmula da educação popular enfraqueceu a democracia porque está se revoltou contra a ideia de sacrifício, o sacrifício do tempo e dos bens materiais, sem o qual não pode haver educação da disciplina intelectual.” (Weaver, 2012, p. 60).

Weaver criticava especialmente o igualitarismo, que considerava uma ilusão perniciosa: sob o disfarce de justiça ele corroía as hierarquias naturais e enfraquecia a disciplina intelectual necessária para uma sociedade estável. Em sua visão, o igualitarismo, interpretado como um dos pilares da modernidade, “é nocivo porque ele sempre se apresenta como um reparador da injustiça, quando na verdade se trata justamente do contrário.” (Weaver, 2012, p. 48). Desse modo, nesse contexto, o Sul agrário representava uma resistência, um reduto de tradição, religiosidade e conexão com a terra, ainda que sua derrota na Guerra Civil o tivesse condenado à marginalização em uma era industrializada.

Para Weaver, o século XX, marcado por guerras e tensões, emergiu como uma era de vazio: sem bases, hierarquia, disciplina ou fé. A família, enquanto núcleo de transmissão da tradição ocidental, desintegrava-se em favor de um individualismo atomizado, isolando os indivíduos e minando sua capacidade de compreender o mundo.

⁵⁷ O nominalismo é a doutrina filosófica que nega a existência de “universais” reais, ou seja, entidades abstratas como Justiça, Verdade ou Humanidade que possuiriam realidade ontológica independente dos particulares sensíveis, sustentando que tais termos são meros nomes, ou *flatus vocis*, convencionados pela mente humana para agrupar fenômenos individuais. Para Richard M. Weaver, essa negação das formas universais, cuja ruptura ele localiza historicamente na virada do século XIV com Guilherme de Ockham, minou a metafísica da verdade objetiva e dissolveu a hierarquia de valores que sustentava a ordem moral cristã e clássica do Ocidente. Ao substituir o realismo ontológico pelo nominalismo, a cultura ocidental teria deslizado rumo ao relativismo ético, à fragmentação cultural e à subjetivação dos valores, processo que Weaver identifica como a “raiz metafísica” da crise moderna.

O único exemplo americano de uma sociedade aristocrática benevolente do tipo que Weaver favorecia tinha sido o Velho Sul, com sua “tradição ciceroniana de sabedoria eloquente”. Ele acreditava que era ociosa, aristocrática erudita, dedicada aos resquícios da verdade antiga. Tragicamente, essa sociedade tinha sido derrotada na Guerra civil e então se voltou para o “comércio e a tecnologia em sua economia e para a dialética da Nova Inglaterra e Alemanha em seus esforços educacionais”. Somente uma recuperação da velha sabedoria do realismo escolástico, reconhecimento de que há uma verdade absoluta e um renascimento da piedade e hierarquia, poderiam agora resgatar um mundo em naufrágio. (Allit, 2007, p. 167, tradução nossa).

Sua obra aproximava-se das críticas libertárias, como as de Hayek (2010), mas sob uma perspectiva distinta. Nash (2006) observa que ambos⁵⁸ identificaram o declínio do Ocidente como resultado do triunfo de ideias nocivas à sociedade. Cada uma, à sua maneira, lamentava, de certa forma, que a experiência da Segunda Guerra tornava o impossível mais real, que era o declínio do Ocidente e de seus valores. Como ressalta Murphy (2001, p.161, tradução nossa), embora Weaver fosse frequentemente associado aos “Novos Conservadores” do pós-guerra, em muitos aspectos, assim como Russell Kirk, ele compartilhava a visão de mundo da “direita profundamente enraizada do Centro-Oeste e nas pequenas cidades. De fato, ele participou da convergência do pós-guerra da corrente Davidsoniana do Agrarismo com a Velha direita”.

Contudo, foi na obra *The Conservative Mind* (1953), do filósofo Russell Kirk, que surgiu um estímulo à emergência de uma “autoconsciência conservadora”, capaz de mobilizar uma articulação intelectual no conservadorismo dos Estados Unidos. Kirk, veterano da Segunda Guerra Mundial e filho de um maquinista de Michigan, fora influenciado pelo pensamento de Edmund Burke durante seus estudos na Universidade de St. Andrews, na Escócia.

Seus argumentos seguiram os passos do medievalista inglês Fossey John Cobb Hearnshaw e do seu livro *Conservatism in England*, publicado em 1933. Nessa obra, o autor listou dez princípios para uma definição do conservadorismo. Kirk (1953, p. 40–41), diferente de Hearnshaw, listou seis que, para ele, compreendiam o pensamento político conservador, resumidos em: a crença em uma ordem transcendente, ou corpo de leis naturais, que rege a sociedade, bem como a consciência; convicção de que a sociedade civilizada requer ordens e classes, em oposição à noção de uma

⁵⁸ Todavia, é importante citar que ambos os grupos não se alinhavam, pelo contrário. “A ideia de que as duas correntes, libertária e tradicionalista, estavam de alguma forma alinhadas não é natural. Kirk nunca se considerou particularmente aliado de Hayek e seus pares.” (Garcia, 2021, p. 129).

sociedade sem classes; persuasão de que a liberdade e a propriedade estão intimamente ligadas, e sua separação afirmaria a legitimidade da expansão do Estado; fé na prescrição e desconfiança de sofistas, calculistas e economistas que reconstruiriam a sociedade com base em projetos abstratos. E, por fim, o reconhecimento de que a mudança pode não ser uma reforma benéfica, e que a inovação apressada pode ser uma conflagração devoradora, em vez de uma tocha para o progresso.

Assim como os agraristas do Sul, Kirk idealizava uma sociedade rural, descentralizada e anti-industrial; chegava, inclusive, a rejeitar carros e televisões, que considerava símbolos da decadência moderna. “Ele às vezes se intitulava um ‘*Northern Agrarian*.’” (Murphy, 2001, p. 143). Russell Kirk, de modo semelhante a Weaver, compartilhava das ideias dos agraristas. Identificava-se com os *Southern Agrarians*, especialmente Donald Davidson, um autor com quem concordava uma visão comum sobre os problemas da sociedade moderna. Ambos destacavam o declínio das raízes das comunidades tradicionais. No entanto, Kirk voltava seu olhar para o interior da Inglaterra e Escócia, enquanto Davidson se inspirava no Sul Agrário dos Estados Unidos.

Assim como os agrários do sul, Kirk detestava a cidade grande, o grande governo, o grande trabalho e os grandes negócios. Em vez disso, ele endossou uma economia descentralizada e pediu uma maior “consideração pelas reivindicações da vida rural”. Ele rejeitou televisores como “computadores eletrônicos” e se recusou a dirigir um automóvel, chamando os carros de “jacobinos mecânicos”. Kirk era um crítico amargo do industrialismo, assim como os agrários do sul, mas sua crítica ao capitalismo era muito mais limitada do que a dos agrários do sul. Assim como os agrários do sul, Kirk romantizou o passado pré-industrial de pequenas fazendas familiares e lojas autossuficientes. Da mesma forma, Kirk não era igualitário e considerava a desigualdade essencial para preservar a sociedade. (Kolozi, 2017, p. 126, tradução nossa).

Além disso, é importante citar a referência de Edmund Burke em sua análise sobre o conservadorismo. Segundo ele, Burke foi “o maior dos pensadores conservadores modernos.” (Kirk, 1953, p. 35, tradução nossa). Em sua obra, Kirk estabeleceu um paralelo entre Burke e John Adams, descrevendo-os como liberais que defendiam a diversidade do caráter humano, a prática da virtude e da prudência, os princípios tradicionais e o individualismo como um “símbolo moral supremo”. Essa visão contrastava com a dos chamados “liberais doutrinários”, que, em nome do progresso, subvertiam essa ordem, priorizando um futuro guiado pela razão em vez da experiência. Como observa Nash (2006, p. 107), Kirk ofereceu aos conservadores um argumento para se defenderem contra acusações de serem reacionários. Seu livro representou

um marco decisivo para um novo segmento conservador (tradicionalista) da emergente direita americana.

No entanto, nem todos os conservadores dessa linhagem tradicionalista endossavam essa visão agrarista. Peter Viereck, intelectual que cunhou o termo “novo conservadorismo⁵⁹” no pós-guerra, via os agraristas com ceticismo. Em um artigo de 1955 publicado na *The Antioch Review*, ele os acusou de promover um “conservadorismo fútil”, uma nostalgia artificial que remetia ao século XVIII não como expressão de um conservadorismo genuíno, mas como “um substituto sintético inventado”, chegando a compará-los a uma espécie de “Nescafé do conservadorismo.” (Viereck, 1955, p. 3, tradução nossa).

Ao contrário de Weaver e Kirk, Viereck defendia um conservadorismo reformista, baseado na ética judaico-cristã e no legado dos Pais Fundadores dos EUA. Em *Conservatism Revisited: The Revolt Against Ideology* (1949), ele definiu o conservadorismo como “o desejo de preservar uma herança comum: nossas instituições livres.” (Viereck, 1949, p. VI, tradução nossa). Para ele, conservadores e liberais deveriam encontrar um meio-termo para combater o totalitarismo, em vez de se agarrem a um passado idealizado. Como destaca Nash (2006), seu livro de 1949 foi fundamental para consolidar o novo conservadorismo como uma força intelectual. Sua originalidade não estava exatamente na novidade das ideias, mas na ousadia de resgatar o termo “conservadorismo” em um contexto em que esse conceito ainda carregava uma conotação pejorativa.

Nesse meio também houve a participação de intelectuais emigrados que contribuíram com este campo conservador, como o filósofo alemão Eric Voegelin. Radicado na Universidade do Estado da *Louisiana*, desde os anos 1930, Voegelin ganhou notoriedade no meio conservador com sua obra *A Nova Ciência Política* (1952). Nela, o autor analisou o totalitarismo como produto do gnosticismo moderno, um movimento que buscava imanentizar o sagrado, substituindo a religião por ideologias seculares. Voegelin interpretou esse fenômeno como uma revolta contra a tradição cristã, considerando o gnosticismo como a força motriz por trás dos males da modernidade. Suas análises apresentaram aos conservadores uma sofisticada ferramenta conceitual para criticar tanto o progressismo quanto as utopias políticas modernas.

⁵⁹ Referência essa ao título do seu livro *Conservative Revisited*, publicado em 1949.

A ascensão do gnosticismo nessa encruzilhada crítica aparece agora, sob nova luz, como a formação incipiente de uma teologia civil ocidental. A imanentização do *eschaton* cristão tornou possível dotar a sociedade, em sua existência natural, de um significado que o Cristianismo lhe negara. E o totalitarismo de nosso tempo deve ser entendido como o fim da estrada percorrida pelos gnósticos na busca de uma teologia civil. (Voegelin, 1982, p. 119).

Além de Voegelin, é importante mencionar o filósofo alemão Leo Strauss, que emigrou para os Estados Unidos nos anos 1930. A partir de 1949, lecionou filosofia política na Universidade de Chicago, tornando-se uma figura central no debate intelectual conservador. Em sua obra *Natural Right and History* (1953), Strauss desenvolveu uma crítica à filosofia política moderna, particularmente ao contratualismo de Hobbes.

Segundo Strauss, os teóricos do contrato social, ao fundamentar a política no conceito de estado de natureza, cometeram um erro crucial: transformaram a razão em mera reação ao medo, reduzindo a legitimidade do poder soberano a uma questão de vontade, e não de racionalidade. O filósofo atacou tanto o contratualismo hobbesiano quanto o historicismo, identificando neles as origens do relativismo que, em sua visão, corroía a filosofia política moderna. Para Strauss, a verdadeira sabedoria residia no retorno ao pensamento clássico, que contrastava com a “caverna” do mundo moderno — uma referência à alegoria platônica, simbolizando a degradação do conhecimento político.

Strauss via nesses movimentos intelectuais os mecanismos que levaram ao declínio da civilização ocidental, uma tese que ressoou profundamente entre os conservadores americanos (Nash, 2006). Sua obra não apenas refletiu sobre uma crítica filosófica ao liberalismo moderno, mas também apresentou uma base teórica para uma visão alternativa, fundamentada na tradição clássica e na defesa de princípios universais.

Enquanto, para os antigos, filosofar significa sair da caverna, para os nossos contemporâneos todo filosofar pertence essencialmente a um “mundo histórico”, “cultura”, “civilização”, “*Weltanschauung*”, isto é, ao que Platão chamava de caverna. Chamaremos essa visão de “historicismo”. (Strauss, 1965, p. 12, tradução nossa).

Esses novos conservadores, como aponta Nash (2006), eram orientados historicamente por uma visão europeia mais do que os liberais clássicos. Os conservadores tradicionalistas exaltavam a sabedoria de pensadores políticos do século XVIII

britânico, como o filósofo político irlandês Edmund Burke⁶⁰, visto por eles como o fundador do conservadorismo moderno. Eles também exaltaram os escritos do diplomata e filósofo francês Alexis de Tocqueville, além dos escritos do autor anglo-americano T. S. Eliot⁶¹. Os tradicionalistas buscaram um retorno ao cristianismo ortodoxo no ensino de uma clássica lei natural mediado por instituições comunitárias, como igrejas e sinagogas (Nash, 2021). A defesa dessa orientação buscou recuperar o espírito da civilidade ocidental perdido com a ascensão do liberalismo secular, que estava deteriorando o Ocidente. Para isso, enfatizaram a tradição cristã e a filosofia clássica como os meios de retorno a um estado de origem. Seu diagnóstico apontou que o declínio da religião provocou a ascensão de um racionalismo, o prestígio do materialismo científico, enquanto a experiência firmada por valores tradicionais, que conduziam a conduta social por uma hierarquia subordinada em classes, perdeu espaço neste cenário de ideias perniciosas.

Portanto, o tradicionalismo é um termo que atribui valor a um conjunto de intelectuais conservadores descontentes com o rumo da sociedade americana, em meados dos anos 1950. Esses pensadores buscavam resgatar um passado mítico, seja o Sul agrário, a Europa pré-moderna ou a filosofia clássica. Suas obras ganharam relevância em um contexto de Guerra Fria e expansão do liberalismo secular, mas permaneceram, em grande medida, marginais frente à hegemonia progressista do pós-guerra. Ainda assim, seu legado intelectual moldou o conservadorismo americano nas décadas seguintes, influenciando debates que perduram até hoje.

2.3 O ANTICOMUNISMO — *RED SCARE* E *RED MENACE*

A erradicação dos valores culturais não era a única preocupação dos grupos que temiam a influência do comunismo nos EUA. Enquanto a mobilização de valores nas esferas econômica e filosófica rivalizava em argumentos e estratégias para

⁶⁰ Se em Burke havia o iluminismo como pensamento que degradaria a ordem e hierarquia social dos valores ocidentais, para os tradicionalistas havia as consequências destas luzes na forma do liberalismo, e os frutos do seu progressismo: o comunismo. “Por seguir estas falsas luzes, a França comprou calamidades inegáveis, a um preço mais elevado do que o que alguma outra nação pagou pelas bênçãos mais inequívocas. França comprou a pobreza com o crime! França não sacrificou a sua virtude ao seu interesse, mas abandonou o seu interesse, para poder prostituir a sua virtude! Todas as outras nações começaram a constituir um novo governo, ou a reforma de um antigo, estabelecendo originalmente, ou impondo mais meticulosamente algum rito religioso.” (Burke, 2015, p. 89).

⁶¹ Foi um influente escritor, poeta e crítico literário estadunidense.

combater o totalitarismo como uma força de influência no país, as repercussões políticas relacionadas à segurança da América eram cada vez mais debatidas. Nesse contexto, a possível extinção dos EUA tornou-se a principal preocupação de figuras que, no passado, haviam sido radicais ligados a grupos socialistas, mas que, com o início da Segunda Guerra Mundial, perceberam que o avanço do totalitarismo como regime de governo representava não apenas uma ameaça aos valores americanos, mas à própria existência da nação. Esses intelectuais, funcionários públicos e políticos ficaram conhecidos como anticomunistas militantes (Nash, 2006).

O anticomunismo nos Estados Unidos, tema amplamente debatido na academia, manifestou-se com maior intensidade em dois momentos-chave: o primeiro entre 1919 e 1921, durante o chamado *Red Scare* (Terror Vermelho), e o segundo entre 1947 e 1957, marcado pela *Red Menace* (Ameaça Vermelha). No entanto, sua influência não se limitou a esses períodos, estendendo-se de forma contínua desde o final do século XIX (período marcado pela repressão a movimentos operários, anarquistas e socialistas) até o término da Guerra Fria. Tal influência apresentou reaparições cíclicas no debate público sempre que as instituições políticas, a ordem social ou a identidade nacional pareciam ameaçadas.

A consolidação do anticomunismo como pilar da cultura política e da política externa norte-americana foi, portanto, um processo gradual, diretamente ligado às preocupações que mobilizavam seus defensores: o medo da subversão interna, a defesa da propriedade privada e a percepção de ameaças ideológicas externas.

Esse movimento nos Estados Unidos, como aponta o historiador britânico Michael J. Heale (1990, p. 7), não surgiu de forma abrupta no século XX, mas nutriu-se de tradições mais antigas de oposição ao radicalismo de esquerda (especialmente ao socialismo e ao anarquismo) que já se manifestavam desde o final do século XIX, enraizadas nos conflitos de classe provocados pela expansão comercial e industrial do período. Esse crescimento econômico aprofundou as desigualdades sociais, levando movimentos trabalhistas a exigirem maior igualdade de direitos e a contestarem a concentração de riqueza. Como resposta, as elites proprietárias, que vinculavam a propriedade privada à liberdade individual, um princípio constitucional fundamentado em direitos naturais, passaram a encarar essas demandas com crescentes desconfiança, alimentando as bases do anticomunismo como forma de proteger seus interesses e manter a ordem estabelecida.

O radicalismo trabalhista, inicialmente tolerado como pequenos protestos, foi gradualmente ganhando proporções alarmantes para essas elites, especialmente após as reformas do *Homestead Act* de 1862. Essa lei, promovida por Abraham Lincoln, incentivava a migração para o Oeste ao conceder terras a baixo custo, desde que os beneficiários as cultivassem e nelas residissem. Influenciada pelo reformador George Henry Evans, ligado ao movimento sindical, a medida foi interpretada pelas elites agrárias como resultado de influências estrangeiras, em especial os eventos da Comuna de Paris (1871) (Heale, 1990, p. 13).

Os embates entre capitalistas e trabalhadores, principalmente nas cidades, eram vistos como um prenúncio de possíveis revoltas. Greves e manifestações, tanto no campo quanto nas áreas urbanas, passaram a ser encaradas como sinais de alerta. Um exemplo disso foi o incidente na Praça *Haymarket* (1886-87), em Chicago, onde protestos por melhores condições de trabalho foram reprimidos com violência, resultando na morte de um policial e dezenas de feridos. Conforme Heale (1990, p. 36), o episódio foi explorado para mobilizar a opinião pública contra a “*foreign mob*” e contra anarquistas e sindicalistas associados ao movimento trabalhista, todos culpabilizados pelo atentado.

A tensão social gerada por esses eventos desencadeou uma onda de xenofobia, na qual imigrantes eram frequentemente associados ao socialismo. Esse clima de hostilidade favoreceu o surgimento de organizações dedicadas a “combater a horda de estrangeiros”, manipulando o patriotismo da população nativa para justificar a oposição à imigração e às redes formadas por esses grupos no país. Nesse contexto, famílias tradicionalmente influentes, mas agora em declínio político, fundaram sociedades hereditárias como: *Sons of the Revolution*, *Daughters of the American Revolution*, e *Order of Founders and Patriots* (Heale, 1990, p. 36, tradução nossa). Essas associações não apenas demonizavam imigrantes e movimentos trabalhistas, retratando-os como “agitadores revolucionários” estrangeiros que supostamente ameaçavam substituir a bandeira americana pela “bandeira vermelha da Comuna”, mas também agiam de forma concreta: patrocinavam livros didáticos de viés nacionalista, premiavam redações sobre história dos EUA e criavam redes de combate à influência externa, promovendo uma narrativa histórica exaltadamente patriótica.

Durante a Era Progressista⁶² (1890-1920), embora conflitos trabalhistas tenham diminuído em algumas regiões, a hostilidade contra imigrantes anarquistas e simpatizantes de ideias radicais persistiu, intensificando-se com a Primeira Guerra Mundial. O crescimento do ativismo trabalhista alimentou associações entre demandas domésticas e eventos internacionais, especialmente a Revolução Russa de 1917. Empresários e grupos conservadores aproveitaram-se desse temor para desencadear um “*Red Scare*” (Terror Vermelho), usando a guerra e o exemplo bolchevique como justificativa para reprimir sindicatos e perseguir líderes socialistas. Um desses casos foi o do socialista Eugene V. Debs, preso sob a “*Espionage Act*”⁶³, lei que também censurou jornais radicais e movimentos de esquerda.

No pós-guerra, a propaganda da Terceira Internacional (*Comintern*), fundada em 1919 pelo Partido Comunista Russo, amplificou o ativismo socialista nos EUA. Seu discurso revolucionário, que pregava a abolição da propriedade privada e o fim do domínio burguês, circulou mesmo sob restrições governamentais. Segundo o historiador Robert K. Murray (1955), embora agressiva, a estratégia do *Comintern* baseava-se mais na propaganda do que na força direta. Nos EUA, seus panfletos defendiam a criação de “soviets” operários, impulsionando a formação do Partido Comunista Americano no mesmo ano. Apesar da censura federal, os ativistas burlavam o bloqueio distribuindo materiais em “dobras de jornais ou lançando-os de trens” (Murray, 1955, p. 54, tradução nossa), alimentando o pânico anticomunista e fortalecendo grupos como a *American Defense Society* e a *National Security League*, que promoviam a “americanização” como antídoto ao bolchevismo.

Contudo, a repressão atingiu até sindicatos não alinhados com o radicalismo, pois autoridades locais passaram a enxergar qualquer reivindicação trabalhista como infiltração soviética. Paralelamente, ações extremistas de grupos bolcheviques prejudicavam as lutas sindicais por melhores condições, criando um cenário de desconfiança generalizada. O ano de 1919 foi marcado por confrontos entre autoridades e movimentos trabalhistas, consolidando uma onda de “patriotismo” que elevou o antirradicalismo ao nível nacional. Greves e protestos eram sistematicamente retratados

⁶² Período de profundas mudanças na política, na economia e na estrutura social, impulsionado pelo avanço industrial, pelo crescimento acelerado das cidades e pela intensificação dos fluxos migratórios, caracterizado por uma forte mobilização coletiva em torno de novas reivindicações surgidas em meio a essas transformações.

⁶³ Lei instituída em 1917 para proteger a segurança nacional, criminalizando atos que prejudicassem o esforço de guerra ou veiculassem oposição ao governo.

como “ameaças bolcheviques” (Heale, 1990, p. 38, tradução nossa), culminando em prisões e deportações em massa, como os “*Palmer Raids*”⁶⁴ conduzidos pelo procurador-geral A. Michell Palmer contra supostos radicais. Esse cenário e também foi marcado pela fundação do Partido Comunista Americano (*Communist Party USA* — CPUSA) que surgiu de uma dissidência do Partido Socialista da América (*Socialist Party USA* — SPUSA).

Como destacou Murray (1955), a resposta estatal à “ameaça vermelha” envolveu uma série de medidas repressivas, incluindo decisões da Suprema Corte que criminalizaram ativistas, a criação de leis⁶⁵ como a de “*Criminal syndicalism*” e “*Criminal anarchy*”, além de outras ações que moldaram profundamente a percepção pública sobre o bolchevismo no país. Esse período representou uma nova fase no anticomunismo norte-americano, marcado pelo fortalecimento do nativismo e de uma defesa patriótica agressiva, que culminou no movimento conhecido como “*One Hundred Percent Americanism*”⁶⁶ — uma rejeição radical a qualquer influência estrangeira.

Essa busca por homogeneidade cultural coincidiu com o retorno do isolacionismo como princípio orientador da política externa. Grupos conservadores, aliando interesses econômicos, raciais e religiosos, passaram a defender a preservação de uma América anglo-saxônica, profundamente religiosa e onde a propriedade privada era considerada inviolável. Nesse contexto, radicais e dissidentes encontravam pouco espaço: como observa Heale (1990, p. 80, tradução nossa), mesmo “impulsos humanitários” na Casa Branca eram vistos com desconfiança, e aqueles associados a potências estrangeiras ficavam completamente isolados no cenário político.

⁶⁴ Uma campanha de repressão política liderada pelo Departamento de Justiça dos EUA, que visava a prisão e deportação de estrangeiros acusados de filiação ou simpatia a movimentos socialistas, anarquistas e comunistas.

⁶⁵ Leis que criminalizavam movimentos sociais, sobretudo os liderados por imigrantes, vistos como uma ameaça à ordem pública.

⁶⁶ O movimento *One Hundred Percent Americanism* emergiu durante e após a Primeira Guerra Mundial como uma expressão de nativismo militante, promovendo não apenas lealdade patriótica, mas uma homogeneidade cultural baseada na hegemonia de uma identidade branca, protestante e anglófona. Mais do que um sentimento cívico, funcionou como ideologia de coesão social que convergia interesses econômicos (oposição ao sindicalismo e ao socialismo) e agendas religiosas (sobretudo anti-catolicismo e anti-semi-tismo), articulando-os em torno da defesa de uma “civilização americana” idealizada. Essa visão serviu de justificativa para a repressão contra imigrantes, especialmente do sul e leste europeu, trabalhadores organizados e minorias religiosas, frequentemente rotulados como portadores de “radicalismo estrangeiro” (Murray, 1955; Higham, 1977; Cauter, 1978; Maclean, 1994; Heale, 1994).

O sucesso econômico dos anos 1920 legitimou essas demandas silenciando vozes críticas. No entanto, como ressalta Murray (1955), o impacto das medidas tomadas entre 1919 e 1921 foi duradouro: os imigrantes passaram a ser sistematicamente associados a ideologias radicais, o que influenciou diretamente a legislação migratória. Simultaneamente, o sistema educacional foi alvo de campanhas de conformidade ideológica, alimentando o extremismo político e um nacionalismo exacerbado. Grupos como a Ku Klux Klan (que em 1924 chegou a ter 4,5 milhões de membros) lideraram uma cruzada pela “americanização” dos currículos escolares, exigindo juramentos de lealdade de professores e leis de imigração mais restritivas (Murray, 1955, p. 265, tradução nossa). Essa agenda era amplamente apoiada pela imprensa, por setores influentes da sociedade e pelas chamadas “sociedades patrióticas”⁶⁷.

O clima de intolerância também atingiu a religião: clérigos que abordavam questões de justiça social eram imediatamente acusados de simpatizar com o radicalismo ou de serem “radicais declarados” (Murray, 1955, p. 174-175, tradução nossa). O mesmo ocorria com professores, profissionais liberais e qualquer pessoa que expressasse opiniões progressistas. Embora a educação e a religião tenham sido os campos mais visivelmente afetados, as liberdades civis estavam sob ataque em todas as esferas. Como destaca Murray (1955, p. 176, tradução nossa), “professores e clérigos não estavam de forma alguma sozinhos em sua incapacidade de exercer opiniões livres”.

Esse período, que entrou para a história como o “*Red Scare*”, foi, nas palavras de Murray (1955), uma histeria desproporcional à real ameaça radical. Alimentado pelo exagero e por medos irracionais, serviu principalmente como válvula de escape para os preconceitos de uma sociedade que, no fim, foi a maior vítima de sua própria intolerância. Como ironiza o historiador: “No final de outubro de 1919, o bolchevismo de fato dominava a nação. Mas, ironicamente, não foi resultado de nenhuma atividade revolucionária [...] Em vez disso, representou a ação deliberada do próprio povo americano” (Murray, 1955, p. 166, tradução nossa). Por meio de ações impensadas e um clima de paranoia, os EUA haviam criado seu próprio inimigo: e o resultado foi uma erosão das liberdades que nenhum movimento radical teria conseguido impor sozinho.

⁶⁷ Entre elas estavam a *National Security League* (fundada em 1914), a *American Defense Society* (criada em 1915) e a *National Civic Federation* — originalmente voltada para mediação entre capital e trabalho, mas que, após a guerra, assumiu um caráter patriótico. Essas organizações, entre outras, consolidaram-se no início dos anos 1920.

No final dos anos 1920 e início da década de 1930, o ativismo anticomunista perdeu força significativa. Essa queda decorreu principalmente da crise de confiança nas instituições e nos líderes empresariais, responsabilizados pela Grande Depressão de 1929. Nesse contexto de crise econômica, as ideias de justiça social ganharam maior receptividade popular, enquanto o Partido Comunista Americano emergia como principal representante da esquerda nos EUA, ampliando sua influência no movimento trabalhista.

Como destaca a historiadora Ellen Schrecker (1994, p. 5, tradução nossa), a ascensão do fascismo na Europa transformou profundamente o Partido Comunista Americano. De pequena seita composta principalmente por imigrantes radicais, a organização tornou-se o principal expoente da esquerda americana. “Seu número de membros saltou de cerca de 7.500 no início da década para aproximadamente 55.000 no final. Para muitos americanos desiludidos com o aparente fracasso do capitalismo, o comunismo ofereceu uma alternativa”. Muitos de seus líderes sindicais eram antes de tudo sindicalistas, e só depois comunistas, demonstrando o crescente apelo do Partido tanto entre novos filiados quanto entre simpatizantes.

O clima favorável do *New Deal* contribuiu para esse crescimento. Como membros do Partido participavam ativamente de organizações trabalhistas e sindicatos, sem evidência de que obstruíssem seu desenvolvimento, sua influência entre trabalhadores e a população em geral aumentava consideravelmente.

Contudo, essa relativa tranquilidade mudaria no final dos anos 1930 com o Pacto Nazi-Soviético⁶⁸, que provocou mudanças significativas tanto no movimento trabalhista quanto na linha do Partido Comunista. Orientado pela União Soviética, o Partido adotou inicialmente uma postura de neutralidade. Porém, com a ruptura do pacto, essa orientação mudou radicalmente para uma condenação veemente da Alemanha Nazista e apoio ao conflito. Quando os EUA entraram na guerra, os comunistas americanos transformaram-se em “superpatriotas”. No entanto, como observa Schrecker (1994, p. 7, tradução nossa), “a devoção do Partido Comunista americano à União Soviética foi um desastre para o partido, bem como a fonte de grande parte da hostilidade que encontrou”.

⁶⁸ Conhecido como *Molotov-Ribbentrop*, um pacto de não agressão entre a Alemanha e a União Soviética, assinado em 1939.

Esse contexto de mudanças de postura do Partido nos EUA, influenciado pelo pacto, inicialmente estabelecido entre Stálin e Hitler, motivou a dissidência e a própria mudança ideológica de simpatizantes desses grupos. Além disso, o início da guerra em 1939 representou um ponto de virada na atuação do governo em relação às investigações sobre o comunismo nos EUA. Como destaca o historiador britânico David Caute (1978, p. 111, tradução nossa), a divisão antirradical norte-americana havia se encerrado em 1924, mas os arquivos haviam sido preservados. Em 1939, esses mesmos registros foram retomados com a criação da *General Intelligence (antirradical) division* do FBI, por meio de uma diretiva presidencial⁶⁹ emitida em 6 de setembro daquele ano. “Foi a partir desse documento que o FBI posteriormente reivindicou seu poder de investigar organizações radicais sem um propósito específico de aplicação da lei, sendo, na prática, uma força policial política”.

O chefe do departamento, J. Edgar Hoover, era um anticomunista obsessivo e peça-chave na criação e disseminação de um consenso anticomunista.

Devido à posição estratégica do FBI dentro do governo, ele assumiu o controle dos esforços anticomunistas e conseguiu infundir suas próprias preocupações de direita no que, de outra forma, poderia ter sido um programa bastante restrito de segurança interna. (Schrecker, 1994, p. 23, tradução nossa).

Sua busca contou com uma massiva coleta de informações e uma vigilância intensa, utilizando o aparato burocrático disponível no FBI, como a reativação de antigos arquivos, informantes remunerados, relatos informais e até mesmo denúncias de ex-comunistas que haviam abandonado o idealismo soviético devido a desilusões ideológicas, pressão interna, conflitos com o partido, fatores religiosos e a própria ameaça que o regime soviético representava para os EUA (Caute, 1978; Diggins, 1994; Schrecker, 1994; Whitfield, 1991).

Essas movimentações do governo também incluíram a criação do Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara (*House Un-American Activities Committee - HUAC*) em 1938. O órgão foi instituído sob pressão de parlamentares conservadores

⁶⁹ A diretiva de Roosevelt designou o FBI para liderar as investigações sobre espionagem, sabotagem e violações da neutralidade, visando proteger a segurança nacional no prelúdio da Segunda Guerra Mundial. O documento buscava centralizar as informações e evitar os excessos persecutórios vistos na Primeira Guerra. Contudo, embora o escopo fosse limitado a esses crimes, o FBI posteriormente ampliou sua interpretação para monitorar grupos domésticos. A medida, se por um lado refletia preocupações legítimas com ameaças externas, por outro pavimentou o caminho para a expansão dos poderes de vigilância interna da agência. (Theoharis, 1976).

que formaram uma coalizão no Congresso, inicialmente em oposição às políticas do *New Deal* (embora sem grande efeito imediato). Essas ações eram vistas por “políticos de pequenas cidades, da ala da direita do Partido Republicano, e seus colegas democratas conservadores do Sul como uma maneira mais eficaz de combater o *New Deal* do que se opor diretamente às suas reformas econômicas e sociais.” (Schrecker, 1994, p. 12, tradução nossa). Essa articulação fortaleceu o ativismo do governo na busca por células e agentes comunistas no país, mas também ampliou a censura e a repressão política, principalmente após o fim da Guerra.

Durante o conflito, houve uma aparente conciliação entre o Partido Comunista e a democracia liberal norte-americana. Porém, essa relação voltaria a se transformar radicalmente com o fim da guerra em 1945, quando o Partido (novamente seguindo orientações de Moscou) voltou a adotar uma postura hostil em relação aos EUA. Essas constantes mudanças de posicionamento reforçaram a percepção negativa sobre os comunistas como figuras não confiáveis, ou mesmo como agentes de uma potência estrangeira. Foi nesse contexto que as acusações de infiltração comunista ganharam espaço tanto na mídia quanto no governo, marcando o início de uma nova era de tensões políticas.

Em 1947, o período que consolidou o início da Guerra Fria, os Estados Unidos assistiram à institucionalização do anticomunismo em sua política doméstica e externa. Em março daquele ano, o presidente Harry Truman apresentou ao Congresso a Doutrina Truman, marco decisivo na política externa norte-americana. Ao declarar que a segurança dos EUA estava em jogo “onde quer que a ‘agressão ameaçasse a paz ou a ‘liberdade.’” (Caute, 1978, p. 30, tradução nossa), o governo justificou sua intervenção global contra a influência soviética. Essa postura foi motivada pelo cenário internacional, incluindo a crise econômica europeia e a expansão do comunismo através de células políticas em países ocidentais, o que levou Washington a adotar medidas defensivas tanto no plano externo quanto no interno.

No mesmo contexto, em 21 de março de 1947, Truman lançou o Programa de Lealdade Federal por meio da Ordem Executiva 9835, que entraria em vigor em outubro. A medida autorizava o Procurador-Geral, Tom C. Clark, a listar organizações consideradas “totalitárias, fascistas, comunistas ou subversivas”, bem como aquelas que defendiam “atos de força ou violência para suprimir direitos constitucionais.” (Caute, 1978, p. 269, tradução nossa).

Foi nesse cenário que a HUAC obteve maior prestígio político, especialmente entre os republicanos, com aumento de suas verbas e intensificação de suas atividades no combate ao comunismo (Heale, 1994, p. 138-139). Dentre essas ações, destacaram-se as audiências públicas para expor organizações e indivíduos acusados de subversão ou radicalismo. Os alvos incluíam professores, religiosos, artistas, escritores, profissionais liberais e outros grupos. Além disso, o comitê investigou sindicatos de esquerda, vistos como focos de infiltração comunista; organizações de frente popular, com a imposição de sanções legais contra quem se recusava a colaborar com as investigações (o que poderia levar à prisão); e a busca por espiões comunistas infiltrados no governo norte-americano (Heale, 1994; Schrecker, 1994; Cauter, 1978).

Essa repressão provocou reações da esquerda e de setores da sociedade que repudiavam o excesso estatal. Como relata Ellen Schrecker (1994), o Partido Comunista migrou para a clandestinidade, escritores abandonaram carreiras ou adotaram pseudônimos, e houve dissidências no judiciário contra violações da Primeira Emenda, como a posição dos juízes Hugo Black e William O. Douglas no caso *Dennis vs. United States*⁷⁰ (1951). Acadêmicos, artistas e outros profissionais recusaram-se a participar das audiências, mesmo sob risco de demissão. Embora a resistência tenha sido ativa, seu impacto na política governamental foi limitado.

Três eventos marcaram esse período. O primeiro, em 1947, foi a investigação da HUAC na indústria cinematográfica, que convocou testemunhas e criou “*blacklists*” de profissionais acusados de vinculação com ideias de esquerda. O expurgo em Hollywood destruiu carreiras e simbolizou o anticomunismo no país, afetando também a educação (com demissões de professores que se recusaram a depor) e o serviço público. A censura estendeu-se às artes, com restrições a peças teatrais, filmes, pesquisas e até bibliografias, enquanto acadêmicos estrangeiros tinham vistos negados.

⁷⁰ No julgamento, a Suprema Corte norte-americana condenou onze dirigentes do Partido Comunista dos Estados Unidos com base na Lei Smith de 1940, que tipificava como crime a “conspiração para advogar a derrubada violenta do governo”. Os juízes Hugo Black e William O. Douglas emergiram como vozes dissonantes nesta decisão, sustentando em seus votos dissidentes que a condenação representava uma violação flagrante das garantias constitucionais da Primeira Emenda, especialmente no que concerne à liberdade de expressão e associação política. Em suas fundamentações, ambos os magistrados alertaram que tal interpretação jurídica não apenas legitimava medidas persecutórias contra grupos políticos dissidentes no contexto imediato, mas também estabelecia um perigoso precedente que poderia ser instrumentalizado para justificar futuras repressões políticas sob o pretexto de segurança nacional. Ver. FRANKFURTER, Felix. “Dennis v. United States”. Court Case, June 04, 1951. *Teaching American History*. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/dennis-v-united-states/>. Acesso em 15 jun. 2025.

Para trabalhar, profissionais precisavam comprovar sua dissociação da esquerda, critério divulgado em “*whitelists*” (Caute, 1978).

O segundo evento ocorreu no ano seguinte, quando o editor da revista *Time*, Whittaker Chambers, depôs perante o HUAC e acusou formalmente Alger Hiss e outros ex-funcionários do governo da participação no Partido Comunista, incluindo alegações de espionagem para a União Soviética. Chambers, que havia integrado o partido nas décadas de 1920 e 1930, identificou esses indivíduos e detalhou suas atividades perante a comissão. O caso serviu como prova para os republicanos de que havia uma infiltração comunista na burocracia federal (Heale, 1994).

Nesse cenário, parlamentares republicanos ganharam proeminência, como o congressista Richard Nixon, membro da HUAC, que teve papel de destaque no julgamento de Alger Hiss. Contudo, foi com o surgimento do senador Joseph McCarthy, do Wisconsin, que a cruzada anticomunista atingiu seu ápice. Pouco conhecido até então, McCarthy fez um discurso em 1950 no Clube Republicano Feminino em *Wheeling*, na Virginia, no qual afirmou possuir uma “lista de nomes” de 205 Comunistas empregados no Departamento de Estado. Como destaca Heale (1994, p. 150, tradução nossa), “os republicanos já investigavam a influência comunista no governo, mas ali estava um senador dos Estados Unidos alegando ter uma lista específica de funcionários subversivos e provas documentais”.

O discurso de McCarthy atraiu imediata atenção da imprensa. Embora a lista nunca tenha existido, as alegações renderam-lhe notoriedade que, em poucos meses, se transformou em apoio público às suas investigações sobre infiltrações no governo. Essa visibilidade concedeu-lhe privilégios investigativos, resultando na criação de novos comitês e numa verdadeira “caça às bruxas” nos Estados Unidos, que receberia o nome de “macarthismo”. O episódio remontava ao pânico anticomunista da década de 1920, mas com uma diferença central: agora a ameaça parecia comprometer a própria existência do Estado americano. A atuação de McCarthy nesse papel foi relativamente breve (1950-1954), mas as acusações que o alçaram ao poder repercutiram na política americana por décadas. “Não havia originalidade em sua denúncia, apresentada no documento 16, de que comunistas haviam infiltrado o Departamento de Estado e subvertido a política externa norte-americana.” (Schrecker, 1994, p. 66, tradução nossa). No entanto, ele se tornou “a personificação do anticomunismo norte-americano”, especialmente por sua habilidade em manipular a mídia.

Essa conjuntura política marcou o anticomunismo norte-americano em dois momentos distintos. Na década de 1920, durante o chamado “*Red Scare*” (Terror Vermelho), grupos conservadores, nacionalistas e empresariais exploraram um pânico moral, inicialmente atribuindo à imigração e à influência estrangeira a suposta corrupção dos valores americanos. Essa narrativa se baseou no crescimento do ativismo comunista no país, embora o movimento tenha sido mais simbólico do que efetivo, diante das reações sociais da época.

No segundo momento, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma nova onda anticomunista que herdou elementos do período anterior, mas que apresentava “provas” concretas de espionagem alegando uma ameaça direta ao Estado norte-americano, especialmente com a suposta infiltração de membros do Partido Comunista em departamentos governamentais. No entanto, assim como nos anos 1920, esse movimento também agiu com um pânico exagerado. Esse fenômeno ficou conhecido como “*Red Menace*” (Ameaça Vermelha), caracterizado pelo papel central do Estado no combate à esquerda e suas variantes.

Nesse contexto, surgiram figuras e instituições-chave do ativismo anticomunista, como o senador Joseph McCarthy e o Comitê de Atividades Antiamericanas (HUAC), que lideraram uma intensa campanha nas décadas de 1940 e 1950. Seu legado fortaleceu o anticomunismo nos EUA, persistindo até o colapso da União Soviética e definindo o século XX como um período de intensa oposição ao comunismo.

Esse cenário contribuiu para o conservadorismo nos Estados Unidos, principalmente pela migração de militantes da esquerda para a direita, intensificada pelo próprio contexto do anticomunismo pós-Segunda Guerra Mundial. Se, nos anos 1920, o “*Red Scare*” havia se baseado em um temor difuso e simbólico, e, no pós-guerra, o “*Red Menace*” ganhou força com alegações de infiltração comunista no Estado, agora eram ex-ativistas de esquerda, como James Burnham, que reforçavam a narrativa anticomunista. Eles argumentavam que o liberalismo internacionalista, ao propor a contenção do avanço soviético durante e após a guerra, havia sido complacente com a “ameaça vermelha”, uma visão que ressoava e legitimava as ações repressivas de McCarthy e do HUAC. Dessa forma, o anticomunismo não apenas persistiu como se reinventou, observando vozes que, outrora críticas do sistema, passaram a integrar sua linha de frente no combate ao comunismo ao longo da Guerra Fria.

Burnham integrou grupos conservadores nas décadas de 1950 e 1960 nos EUA, participando, por exemplo, da redação de periódicos como a *National Review*,

da qual também foi editor. No entanto, antes de se consolidar como intelectual conservador e anticomunista, ele foi um líder trotskista e sindicalista nos anos 1930, opondo-se às políticas de Stálin, especialmente no que dizia respeito aos Gulags. Em 1940, rompeu com o Partido Socialista dos Trabalhadores (*Socialist Workers Party* – SWP) e passou a escrever para periódicos da esquerda não comunista, como o *Partisan Review*. Em 1941, publicou *The Managerial Revolution*, um estudo sobre a ascensão de uma nova classe social: a dos gerentes.

O domínio dessa classe residiria no controle dos meios de produção, em que nenhum indivíduo deteria direitos de propriedade, e a burguesia seria afastada da participação ativa na economia. Nessa concepção, as ideologias associadas a essa classe refletem a experiência e a visão de mundo dos gerentes, baseando-se no leninismo-stalinismo, no nazismo, no *New Dealism* e na tecnocracia (Burnham, 1941, p. 191-192). Tais ideologias estariam vinculadas ao desenvolvimento dessa classe em diferentes países: EUA (*New Dealism*), Rússia (leninismo-stalinismo) e Alemanha (nazismo). Essas formulações foram profundamente marcadas pelo clima de incerteza gerado pelo conflito mundial em curso.

Nesse período, as ideias de Burnham ganharam novos rumos ao consolidá-lo como um teórico da Guerra Fria, contribuindo inclusive com estudos geopolíticos para o governo norte-americano. Seu rompimento com o ideário comunista estava completo, como destacou o cientista político e editor do periódico *American Diplomacy* Francis Sempa: “Ele já não acreditava, como em seus dias trotskistas, que o stalinismo era uma aberração do verdadeiro marxismo-leninismo” (Sempa, 2000, recurso *online*, tradução nossa). Anos depois, em 1943, Burnham publicou *The Machiavellians: Defenders of Freedom*, obra em que teorizou uma ciência política baseada nas ideias de pensadores que ele classificou como “os maquiavélicos”. Segundo Sempa (2000, recurso *online*, tradução nossa), para Burnham, esses teóricos “estudavam e analisavam a política de forma objetiva e imparcial, em um esforço para alcançar verdades fundamentais sobre o ‘homem político’”.

Para desenvolver sua tese, Burnham dividiu o livro em três partes. Na primeira, apresenta uma reflexão sobre *De Monarchia*, de Dante Alighieri, descrevendo-a como uma “política do desejo”, distante da realidade e de propósitos práticos (Burnham, 1943, p. 9). Na segunda parte, o autor analisa os tratados políticos de Maquiavel (sob a rubrica “A Ciência do Poder”), apresentando uma abordagem objetiva em contraste com a perspectiva de Dante, esta última voltada para a unificação da Itália (Burnham,

1943, p. 31). Enquanto que, na terceira parte, o autor expande a teoria maquiavélica do poder, dedicando o estudo de pensadores vistos por ele como herdeiros dessa tradição: Gaetano Mosca, Robert Michels, Vilfredo Pareto e Georges Sorel. Esses autores, para ele, desenvolveram teorias das elites que renovavam as premissas de Maquiavel, especialmente pela objetividade científica de suas análises.

Em 1947, Burnham publicou *The Struggle for the World*, no qual defendia a tese de que uma Terceira Guerra Mundial era iminente entre as duas potências globais, Estados Unidos e União Soviética. No livro, ele esboçou estratégias e possíveis desfechos para o conflito, argumentando que os EUA estavam em desvantagem devido à passividade de sua política externa e à falta de liderança. Para Burnham, o governo norte-americano falhava em reconhecer que a guerra já estava em curso. Era “incrível que dezenas de milhões de cidadãos americanos fossem guiados em seu senso político por colonistas e locutores de rádio formados por escândalos comerciais, comentaristas esportivos e vendedores de charutos” (Burnham, 1947, p. 19-20, tradução nossa). A obra solidificou sua reputação como um “anticomunista militante”, alinhado ao conservadorismo em ascensão nos anos 1950, que pregava o combate ao comunismo e a defesa dos valores ocidentais — estes, em sua visão, sob grave ameaça.

Nesse mesmo contexto, é importante destacar a trajetória do intelectual Max Eastman que, assim como Burnham, transitou do trotskismo para uma postura crítica em relação à União Soviética, abandonando a visão do comunismo soviético como modelo a ser seguido. Eastman foi um pensador cuja evolução política refletiu inicialmente um alinhamento com a esquerda, seguido por uma gradual migração para a direita até seu engajamento com o conservadorismo nos anos 1950.

Em *Reflections on the Failure of Socialism* (1955), Eastman detalha essa transformação ideológica, que teve início durante seu período como membro do Partido Socialista dos Trabalhadores (*Socialist Workers Party* – SWP), onde atuou como tradutor de obras russas, especialmente textos sobre o regime soviético. Entre 1912 e 1922, editou duas revistas socialistas, *The Masses* e *The Liberator*, que acompanhavam os desdobramentos da Revolução de Outubro. Seu contato com o jornalista John Reed, que vivenciou os eventos de 1917 na Rússia e os registrou em *Ten Days That Shook the World*, influenciou profundamente sua percepção do processo revolucionário.

Em 1922, Eastman viajou para a Rússia e deparou-se com uma realidade distante daquela que imaginara. Passou então a criticar o marxismo, descrevendo-o

como uma “religião” sem separação entre Igreja e Estado, condição que considerava essencial para evitar a tirania. Essas reflexões resultaram no livro *Marx and Lenin: The Science of Revolution* (1924), escrito após deixar o país e estabelecer-se na Europa. A obra já revelava seu desencanto com o regime soviético, particularmente com a ascensão de Stalin e o isolamento de Trotsky. O exílio de Trotsky em 1928 abalou ainda mais sua fé no modelo marxista-leninista, embora, como ele próprio afirmou: “Minha lealdade ainda pertencia à classe trabalhadora, à ideia de progresso por meio da luta de classes” (Eastman, 2016, p. 12, tradução nossa). Durante esse período, continuou a traduzir obras críticas ao stalinismo, como *The Real Situation in Russia* (1928), e colaborou com trotskistas norte-americanos, inclusive traduzindo *History of the Russian Revolution*, de Trotsky.

Na década de 1930, suas convicções políticas (já enfraquecidas) entraram em colapso. As ações de Stálin, especialmente na censura às artes e à literatura, consolidaram sua desilusão. Em 1936, rompeu definitivamente com o apoio a Stálin, concluindo que não havia “esperança para uma sociedade sem classes na Rússia daquele momento”. Dois anos depois, atribuiu a falha aos métodos de Lênin e ao marxismo bolchevique, crítica que desenvolveu em *Russia and the Crisis in Socialism* (1940). Essa jornada ideológica culminou em sua adesão ao conservadorismo nos anos 1950, marcando sua ruptura com o socialismo.

Completando esse panorama intelectual, encontramos o escritor e colunista Whittaker Chambers, cuja trajetória (marcada por profundas contradições políticas) segue a mesma transição da esquerda para a direita. Chambers ingressou inicialmente no Partido Comunista dos EUA, colaborando com publicações vinculadas ao movimento, como o *Daily Worker* (jornal comunista de Chicago nos 1920), a *Labor Defender* (patrocinada pela *International Labor Defense*) e a revista *The New Masses* de Nova York (Tanenhaus, 1997, p. 72). Essa fase, que se estendeu até os anos 1930, incluiu até mesmo atividades como espião soviético, antes de sua ruptura definitiva com o comunismo e sua transformação em informante do governo norte-americano e crítico do regime soviético.

Na década de 1940, Chambers assumiu o cargo de editor na revista *Time*, onde se tornou um importante articulador do pensamento dos “novos conservadores”. Como relata Nash (2006, p. 105-106), quando os editores perceberam a resistência dos resenhistas habituais em analisar a obra de Kirk (1953), recorreram a Chambers, que indicou um novo crítico, decisão que resultou numa edição especial da seção

literária em 6 de julho de 1953, inteiramente dedicada à análise do trabalho de Kirk. Posteriormente, Chambers tornou-se colaborador da *National Review*, fundada por William Buckley Jr. nos anos 1950. A publicação, desde seu início, alinhava-se a grupos anticomunistas, como a *John Birch Society*, e a figuras proeminentes da direita, como o senador Joseph McCarthy.

Essa radical transformação ideológica é documentada na biografia escrita pelo historiador Sam Tanenhaus (1997), que traça a evolução de Chambers desde seu ativismo comunista até o testemunho publicado em *Witness* (1952). Tanto sua obra quanto sua trajetória pessoal converteram-se em referências fundamentais para o conservadorismo emergente, particularmente por seu combate intelectual ao comunismo. Em *Witness*, Chambers descreveu as ambições hegemônicas soviéticas, revelando extensas redes de espionagem nos EUA e alertando para a ameaça existencial que o comunismo representava para o Ocidente e, especialmente, para os Estados Unidos.

Chambers desenvolveu uma análise histórica na qual crises globais, como a Primeira Guerra Mundial (que em sua visão pavimentou o caminho para a Revolução Russa), teriam alimentado a expansão dos partidos comunistas no Ocidente. Da mesma forma, a ascensão do fascismo, do nazismo e os conflitos da Guerra Civil Espanhola teriam exacerbado essas tensões. Em sua interpretação, a Grande Depressão de 1929 empurrara milhares de americanos para o Partido Comunista, enquanto a Segunda Guerra Mundial consolidara sua influência em países como França e Itália. Para Chambers (2002, p. 256), os comunistas operavam sob a convicção inabalável de que uma Terceira Guerra Mundial era inevitável, mantendo assim milhões sob sua esfera de influência.

Assim, embora as diferenças entre tradicionalistas e libertários fossem profundas, o combate ao comunismo apresentava-se como uma causa aglutinadora. Ainda assim, faltava um elo capaz de congregar essas correntes díspares em um projeto comum. Esse elemento catalisador emergiu em 1955, com o advento da *National Review*, uma revista que não apenas reuniu essas vozes conservadoras, mas também se tornou o epicentro intelectual da resistência tanto ao liberalismo keynesiano, visto como hesitante, quanto à ameaça comunista. Mais do que um periódico, a *National Review* transformou-se em um movimento, consolidando a direita americana como uma força coesa no cenário da Guerra Fria.

2.4 A *NATIONAL REVIEW* E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA COESÃO CONSERVADORA

De acordo com Nash (2006), em meados dos anos 1950, a direita conservadora americana podia ser dividida em três grupos parcialmente interligados: os libertários, os tradicionalistas e os militantes anticomunistas. Embora não houvesse barreiras rígidas entre eles, cada corrente possuía características distintas. Enquanto libertários e tradicionalistas compartilhavam o anticomunismo, os ex-radicais (convertidos em anticomunistas) geralmente defendiam o livre mercado e as tradições ocidentais. Apesar desse ponto em comum, persistiam divergências entre libertários e tradicionalistas sobre a melhor forma de organização social. Além das disputas internas, os conservadores enfrentavam oposição acadêmica e intelectual. Figuras como Arthur Schlesinger Jr. criticavam Friedrich Hayek, taxando-o de dogmático, enquanto os tradicionalistas eram vistos como nostálgicos de valores europeus alheios à realidade americana, como os ideais de Edmund Burke, considerados incompatíveis com a história dos EUA.

De modo geral, a crítica liberal ao conservadorismo assumia duas vertentes. A primeira direcionava-se aos tradicionalistas, acusados de importar uma visão aristocrática e feudal inadequada ao progresso americano. A segunda atacava anticomunistas e libertários, classificados por intelectuais como Richard Hofstadter e Seymour Martin Lipset (1955) como promotores de uma “revolta pseudoconservadora”. Para esses liberais, a tradição americana era essencialmente liberal; portanto, qualquer tentativa de incorporar ideias conservadoras europeias representava uma distorção dos valores nacionais. Essa perspectiva é evidente em *The Vital Center* (1949), de Schlesinger Jr., que defendia um liberalismo adaptado aos desafios da sociedade industrial, nos moldes do *New Nationalism*⁷¹ de Theodore Roosevelt, que combinava liberdades individuais com uma intervenção estatal limitada para humanizar o capitalismo. Schlesinger Jr. rejeitava o que chamava de “plutocracia” do novo conservadorismo, baseada na acumulação de riqueza e na reprodução de um idealismo aristocrático, incompatível com o bem comum.

⁷¹ Foi a plataforma política do candidato à presidência Theodore Roosevelt em 1912, que defendia uma intervenção federal ativa para promover a justiça social e o bem-estar econômico dos menos favorecidos, priorizando o interesse humano sobre os direitos de propriedade. Roosevelt acreditava que a concentração industrial era um fenômeno natural, mas só um governo federal forte poderia regulá-la de forma justa. Essa plataforma ficou conhecida como “*New Nationalism*”, uma visão reformista e progressista para a época.

Essa mesma perspectiva é desenvolvida por Louis Hartz em *The Liberal Tradition in America* (1955), obra em que o cientista político analisa as raízes do liberalismo nos Estados Unidos a partir de uma abordagem histórica distinta daquela proposta por Schlesinger Jr. Enquanto este se concentrava na conjuntura política do século XX, Hartz remonta às origens da formação nacional, argumentando que a ausência de estruturas feudais e clericais (típicas do Antigo Regime europeu) marcou de forma decisiva o desenvolvimento político americano (Hartz, 1991, p. 13). Segundo sua análise, como os Estados Unidos foram fundados por grupos que fugiam justamente dessas opressões europeias, o país não precisou enfrentar os conflitos revolucionários violentos que caracterizaram a transição para a modernidade política na Europa. Essa singularidade histórica teria permitido o florescimento natural de um sistema político baseado nos princípios de liberdade, igualdade e consentimento, em que a democracia era compreendida não como conquista, mas como condição originária (1991, p. 13-14). Para Hartz, esses elementos fundamentais comprovam que os Estados Unidos constituem, em sua essência, uma sociedade liberal desde sua formação, diferentemente das nações europeias que tiveram que superar um passado feudal para alcançar a modernidade política.

Enquanto para intelectuais como o historiador Richard Hofstadter (1955), existia uma suposta revolta conservadora liderada por setores da “extrema direita”, que acreditava ter suas liberdades arbitrariamente violadas. Eles estavam alinhados ao radicalismo de figuras como o senador Joseph McCarthy e o empresário Robert Welch, presidente da *John Birch Society*. Hofstadter criticou essas relações, distinguindo entre um “verdadeiro” conservadorismo e um “pseudo-conservadorismo”, marcado pelo caráter destrutivo e radical do último, em parte, pela ausência histórica de uma aristocracia nos EUA e da falta de uma tradição conservadora consolidada.

Essas características são fundamentais para compreender o extremismo desse grupo, que canalizava sua hostilidade contra instituições como universidades, a Suprema Corte e fundações históricas vinculadas a elites tradicionais, instâncias que, apesar de conservadoras em sua origem, eram percebidas por tais atores como obstáculos. Segundo o sociólogo Seymour Martin Lipset (1955, p. 359), um conservadorismo “verdadeiro” e “responsável” deveria preservar a autoridade dessas instituições e manter a coerência ética. Para ele, o erro desses grupos era incorrer em uma contradição flagrante: defendiam liberdades individuais e o *laissez-faire* na teoria, mas utilizavam, na prática, ações políticas que caminhavam na direção oposta. Assim, na

visão de críticos como Nash (2006, p. 192-193), esse movimento não passava de um agrupamento de “ex-radicais frustrados”, incapazes de se adaptar às complexidades do mundo moderno.

Nesse contexto, os conservadores tinham a percepção de que os intelectuais liberais detinham hegemonia nas universidades e na produção acadêmica, incluindo livros e periódicos. Para eles, as instituições de ensino superior haviam se tornado centros de difusão do pensamento socialista, dominados pela esquerda. Essa visão já havia sido antecipada anos antes por um jovem estudante, William F. Buckley Jr., que, chocado com sua experiência na Universidade de Yale, denunciou o que via como uma ortodoxia antiliberal e ateísta no ambiente universitário. Em seu livro-manifesto, *God and Man at Yale* (1951), argumentava que não havia verdadeira liberdade acadêmica, mas sim uma imposição ideológica nas universidades americanas (Buckley, 2002).

Buckley direcionou suas críticas ao *establishment* liberal, que, em sua visão, controlava instituições de elite como Yale. Sua perspectiva era marcada por um ativismo religioso católico, acusando a universidade de abandonar sua missão cristã original em favor de agendas antirreligiosas, anticapitalistas e coletivistas. Para ele (Buckley, 2002), o ambiente acadêmico funcionava como um laboratório de ideias socialistas, tornando-se o principal campo de batalha ideológica, já que as concepções que moldavam a sociedade americana estavam, em sua visão, corroendo os valores tradicionais.

Em resposta a essa realidade, Buckley cofundou, em 1953, a *Intercollegiate Society of Individualists* (ISI) junto com Frank Chodorov⁷². A organização surgiu como um instrumento de ativismo conservador, oferecendo bolsas de estudo e apoio a alunos alinhados com suas ideias, além de estabelecer uma rede em *campi* universitários, sendo Buckley seu primeiro presidente (Critchlow, 2005; Continetti, 2022). Essa iniciativa refletia sua convicção de que o conservadorismo, se permanecesse fragmentado em impulsos isolados, apenas ampliaria o vácuo dominado pela esquerda. Era necessário, portanto, uma resposta organizada para disputar o espaço intelectual.

⁷² Frank Chodorov foi um ativista libertário que se tornou influente no início do século XX, especialmente por sua atuação no periódico *The Freeman* nos anos 1930. Na década de 1950, consolidou-se como uma figura relevante no meio conservador, colaborando com diversas instituições e publicações, como na *National Review*, para promover ideias contrárias ao protagonismo do Estado e em defesa do individualismo radical.

No entanto, para que o conservadorismo pudesse se consolidar como uma força intelectual e política coesa, era necessário que libertários e tradicionalistas alcançassem um mínimo de consenso. Essa divisão se manifestava em questões fundamentais: enquanto os libertários defendiam a liberdade individual como valor supremo, os tradicionalistas (mais alinhados com valores religiosos) argumentavam que a sociedade não deveria se pautar por uma liberdade irrestrita, mas por uma liberdade ordenada, enraizada na comunidade e na cultivação da virtude individual. Essa formação moral, segundo os tradicionalistas, não surgia espontaneamente (Nash, 2021); exigia a mediação de instituições sólidas e um autogoverno guiado por princípios éticos.

Os libertários, por sua vez, acreditavam nos benefícios de uma ordem espontânea, tanto nos mercados quanto nas relações sociais (Hayek, 2010; Mises, 2010). Já os tradicionalistas, embora concordassem com a superioridade do mercado livre sobre o socialismo, eram profundamente céticos em relação à desregulação moral (Viereck, 1949; Buckley Jr., 1951; Kirk, 1953). Essa tensão gerou uma intensa controvérsia no campo conservador durante os anos 1950, expondo incompatibilidades entre libertários, liberais clássicos e conservadores tradicionalistas.

Foi na mediação de William Buckley Jr., em 1955, que os ânimos conflitantes encontraram equilíbrio através da criação de um periódico capaz de abarcar toda a corrente principal desta nova direita conservadora. Buckley encarnou em si mesmo os diversos impulsos que compunham o movimento, personificando a síntese dessa coalização emergente. Ele era simultaneamente um tradicionalista cristão, um entusiasta do livre-mercado e um ferrenho anticomunista, tornando-se assim uma figura ecumênica capaz de unir as diferentes vertentes conservadoras. Desse esforço articulador nasceu, em novembro de 1955, a *National Review*, periódico que marcaria a história do conservadorismo americano.

Na apresentação da nova publicação, Buckley observou que: “Lançar um semanário conservador de opinião em um país amplamente considerado um bastião do conservadorismo pode parecer redundante, como publicar um jornal monarquista dentro dos muros do Palácio de Buckingham”. Ele prosseguiu, definindo o posicionamento singular da revista: “Se o *National Review* é supérfluo, é por razão muito diferente: ele se coloca contra a maré da história, gritando ‘pare’ quando ninguém parece inclinado a fazê-lo.” (Buckley Jr., 1955, p. 5, tradução nossa).

Essa iniciativa editorial surgia em resposta à frágil identidade conservadora então marcada pela tensão entre libertários e tradicionalistas. Buckley diagnosticava que o mundo contemporâneo havia se distorcido, afastando-se radicalmente dos valores tradicionais que, em sua visão, constituíam a essência da sociedade norte-americana.

O *National Review* está deslocado, no sentido em que as Nações Unidas, a Liga das Mulheres Eleitoras, o *New York Times* e Henry Steele Commager estão perfeitamente situados. Estamos deslocados porque, em sua maturidade, a América letrada rejeitou o conservadorismo em favor da experimentação social radical. (Buckley Jr., 1955, p. 5, tradução nossa).

Ao estabelecer o periódico, Buckley não apenas proporcionou ao movimento conservador uma ferramenta de *marketing* político, mas criou sobretudo um espaço identitário capaz de congregiar correntes distintas. Nesse empreendimento, destacou-se a contribuição intelectual de Frank Meyer, ex-comunista e editor do *National Review*, que desempenhou papel fundamental na mediação entre as facções em conflito. Meyer (1962) desenvolveria uma proposta conciliatória que ficaria conhecida como “fusionismo”, uma tentativa de fundir os paradigmas conceituais em disputa, harmonizando elementos libertários e tradicionalistas.

Essa síntese teórica foi sistematizada na obra de Meyer *In Defense of Freedom: A Conservative Credo* (1962), onde apresentou um terreno comum entre as vozes dissonantes do conservadorismo. Entre os seis princípios fundamentais estabelecidos por Meyer (2015), o combate ao comunismo emergiu como o elo unificador mais poderoso. Embora a teoria fusionista não tenha convencido todos os críticos, Nash (2021) registra as resistências à sua ênfase na liberdade individual, ela se mostrou eficaz como fórmula de ação política e como diagnóstico da fragmentação conservadora.

Meyer argumentava que libertários e tradicionalistas necessitavam mutuamente um do outro, propondo um conservadorismo em que não fosse nem dogmaticamente antiestatista, nem extremamente moralista e autoritário. Essa construção teórica encontrou reforço decisivo no terceiro elemento da coalizão conservadora: os anticomunistas. A ameaça representada pela União Soviética, percebida como perigo mortal tanto para as liberdades individuais quanto para os valores tradicionais, funcionou como cimento ideológico para o nascimento de um movimento conservador unificado.

A proposta de Meyer (2015), no entanto, enfrentou resistências dentro do próprio campo conservador, com críticas vindas de figuras como o economista Murray Rothbard, que enxergava no tradicionalismo um potencial caminho para o estatismo ou autoritarismo, enquanto o escritor católico Brent Bozell considerava o libertarianismo excessivamente individualista, a ponto de negligenciar a busca por uma promoção da virtude pela ordem social e política (Meyer, 2015; 1996). Essa divergência filosófica de base explica a oposição ao projeto fusionista, que não obteve plena adesão mesmo entre seus pares.

Em sua análise, Meyer argumentava que a tradição ocidental havia chegado ao século XIX dividida entre uma concepção de liberdade herdada do liberalismo clássico e uma visão conservadora centrada na ordem e na virtude, muitas vezes com tendências autoritárias, reflexo dos próprios debates entre os Pais Fundadores americanos. Essa dualidade, segundo Meyer (2015, p. 19-20), representava faces complementares de uma mesma verdade histórica que os conservadores modernos deveriam sintetizar em um novo consenso.

A criação da *National Review* respondia justamente à necessidade de unificar as forças dispersas da direita para enfrentar o avanço do liberalismo moderno nos círculos intelectuais, espaços que Buckley e seus colaboradores consideravam dominados pela esquerda. No entanto, a diversidade ideológica entre seus colaboradores representou um desafio constante para Buckley, que precisou exercer um papel de mediador para consolidar seu projeto em um movimento conservador unificado. O fusionismo proposto por Meyer (1962) surgiu como tentativa de criar, ao longo do tempo, uma coesão intelectual entre essas correntes divergentes. Nesse processo, o anticomunismo militante funcionou como um importante fator de integração (Poulsen, 2002, p. 124), ajudando a superar diferenças internas.

Buckley Jr. via na revista um instrumento para “revitalizar a posição conservadora” e “influenciar os formadores de opinião” nos Estados Unidos (NASH, 2006, p. 203, tradução nossa). Essa iniciativa partia de uma constatação clara: em 1955, a direita carecia de veículos influentes para difundir suas ideias, enquanto os liberais do *New Deal* contavam com pelo menos oito revistas de grande circulação. Assim, o objetivo do *National Review* não se limitava a combater a esquerda, mas sim a “consolidar a direita” como um movimento intelectual e político coeso, capaz de oferecer uma alternativa viável ao progressismo dominante.

A *National Review* foi rapidamente acolhida como principal porta-voz do conservadorismo americano, tornando-se especialmente influente entre os republicanos que apoiaram a candidatura à presidência do senador Barry Goldwater nos anos 1960 e, posteriormente, Ronald Reagan (Continetti, 2022). A revista reuniu em torno de si um conjunto heterogêneo de intelectuais cujas divergências ideológicas eram tantas quanto sua unidade tática contra o liberalismo progressista e o comunismo. Entre seus colaboradores mais ativos figuravam James Burnham, Willmoore Kendall, Richard Weaver, Whittaker Chambers, Russell Kirk, Frank Meyer e, ocasionalmente, Friedrich Hayek. Contudo, importantes vozes do pensamento conservador, como T. S. Eliot, Peter Viereck e Allen Tate, recusaram convites para publicar na revista, em parte por discordâncias filosóficas e, sobretudo, pela postura ambígua da publicação em relação ao macartismo, fator que inicialmente comprometeu sua credibilidade junto à *intelligentsia* americana.

A revista nasceu, portanto, de uma coalizão ideologicamente diversa, articulando, nem sempre com harmonia, tradicionalistas, ex-comunistas convertidos ao anticomunismo militante e defensores do libertarianismo. De acordo com George H. Nash (2006), foi Buckley Jr. quem desempenhou o papel central na articulação dessa aliança, atuando como fundador, editor-chefe e estrategista intelectual do empreendimento. Na ala anticomunista, formada em grande medida por ex-radicais de esquerda, destacaram-se James Burnham, Frank S. Meyer e Willmoore Kendall, responsáveis por artigos e pela definição da linha editorial contra o totalitarismo soviético. Já no campo tradicionalista, Russell Kirk e Richard Weaver contribuíram com reflexões profundas sobre ordem moral, tradição e cultura, estabelecendo os fundamentos filosóficos do conservadorismo não-libertário. Por sua vez, os libertários Frank Chodorov e Wilhelm Röpke (embora este último tenha tido pouca presença direta) influenciaram o debate interno com críticas ao intervencionismo estatal e defesas do livre mercado.

Friedrich Hayek, entretanto, teve uma relação mais distante e ambígua com a *National Review*. Embora nunca tenha sido colaborador regular, sua influência foi significativa, tanto por meio de sua obra teórica quanto por sua atuação em redes intelectuais anteriores, como o periódico *The Freeman*, e posteriores, como a revista *Modern Age*, fundada em 1957. Mesmo sem participação direta na redação da *National Review*, trechos de seus trabalhos foram reiteradamente publicados, resenhados e debatidos nas páginas da revista, evidenciando seu impacto no ambiente intelectual conservador-liberal da época.

Mais ainda, a Sociedade *Mont Pèlerin* (fundada por Hayek em 1947) serviu como incubadora de ideias liberais clássicas que encontraram ressonância na *National Review* e em outros veículos afins. Contudo, Hayek recusava explicitamente a identidade conservadora. Em seu posfácio a *The Constitution of Liberty* (1960), intitulado *Why I Am Not a Conservative*, deixou claro seu distanciamento do tradicionalismo conservador, argumentando que o conservadorismo, por sua natureza reacionária e aversão à mudança, era incompatível com o liberalismo racional e progressivo que ele defendia. Assim, embora tenha contribuído, mesmo que indiretamente, para a formação de uma ala liberal dentro do movimento conservador pós-guerra, Hayek jamais se reconheceu como parte desse campo.

Nesse contexto, a recusa de figuras como Eliot, Viereck e Tate em associar-se à *National Review* revela as tensões internas que marcaram a consolidação do conservadorismo moderno nos Estados Unidos: entre pragmatismo político e rigor filosófico, entre anticomunismo militante e crítica cultural, e entre alianças estratégicas e coerência ideológica.

Essas delimitações ideológicas ficaram evidentes no caso de Ayn Rand. Apesar de sua oposição ao *New Deal* ser alinhada, em parte, a esse conservadorismo, seu ateísmo radical a colocava em rota de colisão com a linha editorial. Buckley deixava claro que a revista mantinha uma “linha partidária estritamente religiosa.” (Continetti, 2022, p. 109, tradução nossa). Entre os liberais, reações como a de Dwight MacDonald, que descreveu a publicação como porta-voz de um “*Lumpenbourgeoisie*” movida por ressentimento, revelavam não apenas discordâncias políticas, mas uma subestimação da capacidade do momento conservador de se organizar como força intelectual coesa (Poulsen, 2002, p. 123).

A dificuldade de Buckley e seus colaboradores em se distanciar claramente de grupos radicais como a *John Birch Society* (cujo fundador, Robert Welch, chegou a acusar Eisenhower de ser comunista) representou um obstáculo nos primeiros anos. Somente em 1965, com uma crítica editorial explícita à organização, o *National Review* demonstrou a maturidade intelectual necessária para consolidar seu papel no movimento conservador (Nash, 2006, p. 398). Essa postura tardia, porém, decisiva, marcou a transição do conservadorismo de um conjunto de ideias dispersas para um movimento coeso.

Apesar dessas controvérsias, a *National Review* cumpriu um importante papel no campo da direita ao fornecer credibilidade intelectual ao conservadorismo e inspirar

ações políticas concretas, desde a formação do Partido Conservador de Nova York até a criação da *Young Americans for Freedom* (YAF). Não se limitando ao debate de ideias, a aliança construída por Buckley e Meyer encontrou sua primeira expressão concreta na campanha presidencial de Barry Goldwater em 1964. Embora derrotado, o candidato ampliou a influência conservadora, refletida no crescimento da circulação da revista de 30.000 exemplares em 1960 para mais de 100.000 após as eleições (Nash, 2006, p. 398).

A derrota esmagadora de Barry Goldwater nas eleições presidenciais de 1964 foi, paradoxalmente, um marco decisivo para a reconfiguração do conservadorismo americano e do Partido Republicano. Embora a campanha tenha sido interpretada inicialmente como um fracasso catastrófico, e vista por muitos como sinal do colapso da causa conservadora, ela desencadeou um processo de realinhamento político duradouro. A candidatura de Goldwater, estruturada como uma “cruzada ideológica”, articulou um conjunto de princípios radicais para a época: oposição ao Estado de bem-estar social, defesa intransigente do governo limitado, ênfase na soberania estadual e postura belicista na política externa, combinada com retórica anti-Comunista (Critchlow, 2007; Hawley, 2016). Essa plataforma, embora derrotada nas urnas, funcionou como “cola ideológica” capaz de unificar distintas correntes conservadoras (dos libertários aos tradicionalistas e aos anticomunistas) em torno de um compromisso com a “pureza doutrinária”.

Mais significativo ainda foi o impacto geográfico e eleitoral da campanha. Apesar de sua derrota nacional, Goldwater venceu em seis estados, concentrando sua força no *Deep South* (Mississippi, Alabama, Geórgia, Louisiana, Carolina do Sul e seu estado natal, Arizona). Essa performance não foi acidental: resultou diretamente de sua oposição à *Civil Rights Act* de 1964. Goldwater havia votado contra a lei não por endossar explicitamente a segregação racial, mas alegando motivos constitucionais e em defesa do princípio do governo limitado, uma justificativa que, contudo, foi amplamente interpretada por seus adversários como complacência com a segregação. Essa postura provocou uma ruptura histórica: um número significativo de eleitores brancos sulistas, que apoiavam o Partido Democrata desde a Guerra Civil, passou a abandonar a legenda em reação à adesão do presidente Lyndon B. Johnson à causa dos direitos civis (Courtwright, 2011; Continetti, 2022). Assim, mesmo na derrota republicana, o realinhamento eleitoral já ganhava forma.

Ademais, a retórica idealista e *anti-establishment* de Goldwater mobilizou uma nova geração de jovens ativistas, muitos dos quais ingressariam nas estruturas do Partido Republicano e em *think tanks* conservadores. Longe de marcar o fim do conservadorismo, a derrota de 1964 revelou sua capacidade de transformar uma perda eleitoral em vitória organizacional e cultural. Nos anos seguintes, o Partido Republicano passou de uma formação predominantemente regional, com base no Nordeste e Meio-Oeste, para um partido nacional com forte base no Sul e no Oeste. Essa nova base eleitoral sulista tornar-se-ia fundamental para a vitória de Ronald Reagan em 1980, consolidando uma coalizão que combinava conservadorismo social, nacionalismo econômico e anti-estatismo — legado direto, ainda que mediado, da “cruzada” de Goldwater (Courtwright, 2011; Continetti, 2022; Critchlow, 2007).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o *National Review* estabeleceu-se como eixo central do conservadorismo americano, mas seu projeto apresentava limitações. A revista não conseguiu incorporar o ativismo evangélico emergente, que contradizia seus princípios libertários, nem o intervencionismo dos neoconservadores, que entraria em choque [com as demais correntes] após a Guerra Fria, duas vertentes que ganhariam força nas décadas seguintes justamente para preencher essas lacunas. (Poulsen, 2002; Critchlow, 2005). Como observam Nash (2006) e Phillips-Fein (2011), essa evolução demonstra tanto o impacto duradouro quanto as fronteiras do conservadorismo moldado por Buckley durante a Guerra Fria.

2.5 DA BÍBLIA ÀS URNAS: O ATIVISMO EVANGÉLICO E A MOBILIZAÇÃO DA DIREITA CRISTÃ NOS EUA (1960-1980)

O crescimento do ativismo de esquerda nos anos 1960, particularmente em pautas como os Direitos Civis, incentivou grupos religiosos e seus líderes a se mobilizarem em resposta. Esses grupos (predominantemente evangélicos e católicos tradicionais, com apoio ocasional de setores conservadores de outras tradições religiosas, incluindo alguns judeus ortodoxos em temas específicos) identificavam no liberalismo secular uma filosofia que negava as raízes religiosas da civilização ocidental e a origem de uma crise moral (Nash, 2006). Para eles, ideias secularizadas como a relativização de valores cristãos, a legalização do aborto e a disseminação de uma cultura “vulgarizada” representavam uma ameaça direta à identidade religiosa dos EUA, consolidada desde o movimento fundamentalista do início do século XX (Gallindo, 1994; Allit, 2004).

Essa percepção de ameaça secular não era inédita. Já nas décadas de 1910 e 1920, o fundamentalismo religioso, impulsionado por obras como *The Fundamentals* (1910-1915), opunha-se ao modernismo teológico e ao humanismo secular, uma corrente de pensamento que colocava o ser humano como a “medida de todas as coisas” (Laats, 2015, p. 204) e que era vinculada ao declínio espiritual após a Primeira Guerra Mundial (Galindo, 1994). Nos anos seguintes, questões como o ensino do evolucionismo (caso *Scopes Trial*) e as políticas do *New Deal* de Roosevelt reforçaram a narrativa de um Estado secular em conflito com as tradições cristãs. Nos anos 1970, a legalização do aborto (*Roe v. Wade*) e a revolução sexual consolidaram essa visão, levando figuras como Jerry Falwell e Tim LaHaye a criarem movimentos como a *Moral Majority*, transformando o pânico moral em ação política (Sutton, 2013; Fitzgerald, 2017).

Esses grupos religiosos mobilizaram-se em defesa da hegemonia protestante tradicional, que viam sob ameaça. Seu projeto visava restaurar a identidade cristã dos Estados Unidos, por considerá-la comprometida pelo avanço secularizante. Esse processo manifestava-se tanto na teologia liberal quanto nas transformações culturais do pós-Guerra Civil, as quais foram exacerbadas pelos traumas da Primeira Guerra Mundial. Sua agenda incluía ainda o combate ao espectro da revolução social, com alertas contra o perigo comunista, e a resistência aos fluxos migratórios que introduziam um contingente crescente de católicos. Na perspectiva desses atores, humanismo secular e comunismo configuravam uma dupla ameaça, capaz de minar não apenas a ordem política estabelecida, mas os próprios fundamentos bíblicos da sociedade. Essa narrativa, frequentemente articulada em chave apocalíptica, vinculava as transformações sociais contemporâneas a profecias escatológicas (Galindo, 1994, p. 169; Sutton, 2013).

Sua retórica refletia ainda as divisões pós-Guerra Civil, contrastando a sociedade escravocrata do Sul com o otimismo progressista do Norte, marcado pela industrialização e pelo desenvolvimento social. Esse fundamentalismo emergiu, assim, como uma reação ao liberalismo e ao modernismo, interpretados como ameaças ao cristianismo tradicional e até como uma forma de abandono da fé (Galindo, 1994, p. 168). Ao associar mudanças sociais e teológicas ao declínio moral e espiritual da nação, o movimento consolidou uma postura militante, estabelecendo as bases para um discurso conservador que perduraria ao longo do século XX.

Essa postura já se manifestava em sua atuação na educação pública norte-americana, com interferências frequentes em escolas e embates com autoridades. Criticavam a remoção da Bíblia das instituições de ensino e acusavam as universidades de promoverem uma espécie de “paganismo” — sinais interpretados como prenúncio do “Armagedom”. O ápice desse conflito ocorreu durante o célebre “*Scopes Monkey Trial*”, julgamento realizado em Dayton, Tennessee, em 1925.

O caso envolveu um professor de ciências, John Scopes, que aceitou participar de um teste proposto pela *American Civil Liberties Union* (ACLU⁷³) contra a lei estadual que proibia o ensino da evolução. A legislação em questão vetava “qualquer teoria que negasse a história da Criação Divina do homem, conforme ensinada na Bíblia, e que defendesse que o homem descendia de uma ordem inferior de animais.” (Sutton, 2014, p. 168, tradução nossa), com violações sujeitas a multa.

O objetivo do teste era garantir uma condenação rápida para que o caso fosse levado a tribunais superiores, onde se esperava demonstrar a inconstitucionalidade da lei e, assim, frear a campanha contra o evolucionismo. No entanto, o julgamento tomou proporções inesperadas com a participação de figuras de destaque, como o advogado liberal Clarence Darrow e o político William Jennings Bryan, que defendeu o Estado. O embate transformou-se em um espetáculo midiático, com cobertura nacional, simbolizando o conflito entre criacionismo e evolucionismo, refletindo tensões mais profundas na cultura e educação americanas.

No final, Scopes foi condenado, mas a decisão foi anulada posteriormente por questões técnicas. Apesar da vitória legal dos fundamentalistas, o julgamento manchou sua imagem pública, pois foram percebidos como reacionários e antimodernos. O caso deixou um legado duradouro na política dos EUA, evidenciando as divisões culturais e o ativismo dos grupos religiosos (Laats, 2015, p. 35-36).

Esse episódio demonstrava a crescente influência cultural e política desses grupos religiosos. Durante a década seguinte, direcionaram suas críticas ao governo de Franklin Delano Roosevelt e seu *New Deal*, interpretando os programas de assistência social como um passo em direção ao socialismo e, em última instância, ao

⁷³ A ACLU foi fundada em 1920 em resposta à repressão governamental contra dissidentes políticos durante e após a Primeira Guerra Mundial, especialmente sob as Leis de Espionagem e Sedição. Embora não tenha surgido com foco no evolucionismo, a organização adotou essa causa na década de 1920 como estratégia deliberada para testar leis anti-evolução e defender a liberdade acadêmica.

comunismo. A oposição intensificou-se com a proposta de Roosevelt de reformar a Suprema Corte (conhecida como *court-packing plan*) que previa a nomeação de um novo juiz para cada membro com mais de 70 anos, medida estratégica para superar a resistência conservadora que obstruía suas políticas. Para esses ativistas religiosos, tal iniciativa não representava apenas uma ameaça institucional, mas um sinal profético do avanço do anticristo (Sutton, 2014, p. 255).

A entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial amenizou as críticas ao governo, embora os temores de que o presidente pudesse adotar medidas antidemocráticas persistissem em menor escala. Contudo, foi no período pós-guerra que as transformações no cenário religioso americano se aprofundaram. A década de 1950 testemunhou um notável reavivamento religioso, manifestado no aumento da frequência a templos religiosos e na expansão de denominações evangélicas e conservadoras, particularmente batistas, pentecostais e fundamentalistas. Esse fenômeno decorreu, em parte, da estratégia governamental de promover a unidade nacional através da homogeneidade religiosa. Seja como contraponto ao comunismo ou para atender a demandas de grupos religiosos, o resultado foi a consolidação do protestantismo como elemento central da identidade nacional, estabelecendo uma concepção de cidadania intrinsecamente ligada à fé:

No verão de 1953, Eisenhower, o vice-presidente Richard Nixon e membros de seu gabinete participaram de uma cerimônia no Salão Oval, declarando que o governo dos Estados Unidos estava fundamentado em princípios bíblicos. O Congresso seguiu o exemplo: em 1954, a frase "*Under God*" foi incorporada ao até então secular Jramento de Fidelidade. No mesmo ano, a expressão "*In God We Trust*" apareceu em selos postais e, em 1955, nas cédulas de dólar; em 1956, tornou-se o lema oficial do país. Durante a era Eisenhower, os americanos foram incessantemente lembrados de que a nação não apenas deveria ser cristã, mas que sempre o havia sido. Assim, consolidou-se a ideia de que os Estados Unidos eram "*One nation under God.*" (Kruse, 2015, p. XIII).

Segundo Moore (1994, p. 236), a devoção religiosa no pós-guerra atingiu um patamar histórico, alimentando a crença de que, em pouco tempo, 97% dos americanos que professavam fé em Deus estariam formalmente vinculados a Igrejas. Esse contexto favoreceu a ascensão do jovem pregador revivalista Billy Graham, que, nos anos 1950, liderou cruzadas evangelísticas em grandes cidades dos EUA e da Europa. Sua campanha no *Madison Square Garden* (1957), amplamente divulgada pela

mídia (incluindo revistas como *Time* e *Life*), transformou-se em um fenômeno cultural, reforçando a visibilidade do movimento evangélico.

A expansão evangélica representava igualmente a consolidação de um ultra-conservadorismo religioso nos Estados Unidos. Conforme Hofstadter (1964, p. 75) demonstra, esse processo estava intimamente associado ao crescimento exponencial da Igreja Batista do Sul, que viu seu número de fiéis saltar de 2,3 milhões em 1936 para impressionantes 10 milhões em 1962. Esse *boom* demográfico fortaleceu pautas específicas dentro desses círculos religiosos, ampliando consideravelmente seu alcance político e social.

Como aponta Kruse (2015, p. XV), tal expansão não constituía um fenômeno isolado dos anos 1950, mas sim parte de uma tendência mais ampla: no período de quinze anos pós-Segunda Guerra, a filiação a instituições religiosas (igrejas e sinagogas) experimentou crescimento vertiginoso, passando de 57% da população em 1950 para o índice recorde de 69% no final da década. Foi neste cenário de fervor religioso que emergiram figuras como Jerry Falwell, cuja atuação posterior seria fundamental na radicalização política do evangelicalismo americano nas décadas seguintes.

Nascido em Lynchburg, Virgínia, Falwell converteu-se ao cristianismo em 1952 e, após seu batismo, dedicou-se ao ativismo evangélico, fundando em 1956 a *Thomas Road Baptist Church*. Sua atuação como pregador valeu-se de meios de comunicação de massa, como TV e rádio, para difundir suas pregações, em um momento em que essas tecnologias ganhavam espaço como entretenimento, especialmente a Televisão. Essas ferramentas também impulsionaram a projeção de outra figura relevante do fundamentalismo religioso: o pastor e empresário Mario Gordon Robertson, mais conhecido como Pat Robertson, que alcançou fama nacional com seus programas de rádio e Televisão.

De acordo com a socióloga Sara Diamond (1998, p. 25), Robertson iniciou seu império midiático em 1959, ao abrir a primeira conta para o futuro canal *Christian Broadcasting Network* (CBN), que transmitia programação religiosa por várias horas diárias. Ao longo dos anos 1960, com o apoio de fiéis, ele expandiu a grade de programação e reformou a emissora, criando um dos programas mais influentes do cenário religioso norte-americano: o *700 club*. O alcance da televisão permitiu que fundamentalistas e ativistas religiosos arrecadassem fundos para iniciativas como escolas, universidades, hospitais e até parques de diversões, conforme aponta Belloti (2008).

Esse mesmo contexto também impulsionou a ascensão do pastor batista e ativista político Timothy Francis LaHaye, mais conhecido como Tim LaHaye. Sua trajetória como líder religioso destacou-se durante suas pregações na *Scott Memorial Baptist Church*, em San Diego, Califórnia, a partir de 1956. Além disso, ele ganhou notoriedade como escritor de obras sobre temas polêmicos, como educação sexual em escolas, vista no livro *A Christian View of Radical Sex Education* (1969). Suas críticas levaram à criação de um sistema de escolas cristãs e uma faculdade, projeto iniciado ainda nos anos 1950, além da fundação do *Institute for Creation Research* em parceria com o engenheiro e criacionista Dr. Henry Morris, instituição que defende interpretações bíblicas da criação (Fitzgerald, 2017).

Esses líderes emergiram em um contexto de profundas mudanças, onde a percepção de que a cultura americana se afastava de suas raízes cristãs alimentou seu ativismo evangélico. A revolução sexual, o feminismo e as políticas de integração racial foram lidos como sintomas de uma ruptura com os “princípios fundadores” da nação. Dentre os fatores que impulsionaram a mobilização política desses religiosos, destacam-se: as decisões judiciais que proibiram orações e leituras bíblicas em escolas públicas, o avanço do movimento pelos direitos civis e os debates sobre integração racial (já que algumas denominações evangélicas mantinham práticas segregacionistas), além das transformações nos costumes, que ganhavam espaço na mídia e em debates sociais (Hart, 2002, p. 138).

No entanto, foi a decisão do caso *Roe v. Wade* (1973), que legalizou o aborto como um direito constitucional, o catalisador para o engajamento político de grupos religiosos, pois, para muitos evangélicos, simbolizou o ápice da decadência moral do país. Como ressalta Allit (2004), essas mudanças eram vistas como prova do abandono dos valores cristãos e da ascensão do humanismo secular.

Essas transformações estimularam a organização de grupos religiosos em torno de uma agenda comum: resistir ao que viam como a dissolução da moralidade judaico-cristã. Questões como aborto, sexualidade e o papel da religião no espaço público tornaram-se os pilares de sua mobilização, incentivadas principalmente por indivíduos guiados por um moralismo religioso. Inicialmente, esse movimento não se baseava em elaborações teóricas complexas, mas sim na construção de uma ampla mobilização popular de base (Nash, 2006; Allit, 2004; Critchlow, 2008; Young, 2013).

Integravam essa aliança evangélicos protestantes, fundamentalistas, pentecostais e católicos tradicionais, com colaboração pontual de setores conservadores de

outras tradições religiosas, como certos grupos judeus ortodoxos em questões como aborto e família, todos alarmados com as rápidas mudanças sociais em questões que consideravam imutáveis. Essas preocupações incluíam debates sobre pornografia, uso de drogas, a banalização do entretenimento de massa, entre outros. Seus representantes estavam convencidos de que a sociedade e a cultura americana estavam em um acelerado declínio moral. Esse movimento era essencialmente o produto de traumas vivenciados por pessoas comuns em suas vidas cotidianas. Sua angústia era a dos pais que descobriram que na escola dos seus filhos ofereciam preservativos, que estavam sendo ensinados que o comportamento homossexual era apenas outro estilo de vida e onde eram instruídos que os padrões bíblicos de certo e errado eram relativos, sexistas e homofóbicos. “Para a nação ser forte, suas famílias deveriam ser constituídas conforme as regras divinas, que incluem a chefia da família pelo homem e a disciplina física dos filhos pelos pais [...]” (Belloti, 2008, p. 69).

Um exemplo claro desse ativismo foi a atuação da católica Phyllis Schlafly no início dos anos 1970. Advogada e ativista conservadora, ela transformou o cenário político da ala direitista do Partido Republicano, mobilizando bases populares ao traduzir conflitos políticos em questões do cotidiano.

Sua importância reside no fato de ter ajudado a popularizar ideias de intelectuais e autores anticomunistas entre conservadores comuns. Foi dentro do Partido Republicano que ela transformou seu conhecimento em ação política. Seu perfil era o de uma militante e polemista, não de uma intelectual preocupada com nuances lógicas ou argumentos refinados. (Citchlow, 2008, p. 42, tradução nossa).

Diante desse cenário, em 1979, o pastor Jerry Falwell uniu-se a ativistas políticos conservadores como Paul Weyrich e outros líderes religiosos, incluindo Tim LaHaye (que integrou seu conselho inicial), para fundar a *Moral Majority*. A organização tinha como objetivo restaurar os valores cristãos tradicionais e mobilizar conservadores religiosos para a ação política (Sutton, 2013; Diamond, 1998; Fitzgerald, 2017). Seu ativismo incentivou cristãos conservadores a se engajarem na política, principalmente em apoio ao Partido Republicano. Falwell aproveitou sua influência midiática (rádio e TV), para organizar comícios e recrutamento de pastores para combater pautas como a legalização do aborto, a *Equal Rights Amendment* (ERA) e políticas públicas favoráveis à comunidade LGBT (Fitzgerald, 2017, p. 270).

O ativismo religioso conservador assumiu características de uma verdadeira cruzada contra minorias sociais e políticas públicas que desafiavam seus princípios

doutrinários. Essa postura combativa fica evidente em documento de 1981 no qual Jerry Falwell buscava apoio para manter seu programa televisivo “*Old-Time Gospel Hour*” no ar após sofrer sanções legais por ataques à comunidade LGBT: “O *Old-Time Gospel Hour* é um dos poucos ministérios importantes na América que clamam contra militantes homossexuais.” (Falwell, 1981, p. 1, tradução nossa). No mesmo manifesto, o pastor ampliava suas críticas ao sistema educacional, alertando sobre suposta infiltração gay: “Homossexuais praticantes e exibicionistas estão ensinando crianças nas salas de aulas hoje [...] Eles têm planos para transformar a América em uma nação que fará com que ‘Deus nos entregue a uma mente reprovável.’” (Falwell, 1981, p. 2, tradução nossa).

Sua liderança estabeleceu uma agenda política abrangente que incluía: a proibição do aborto, a reintrodução da oração nas escolas, a manutenção dos papéis tradicionais de gênero, a rejeição à Emenda de Direitos Iguais e a revogação de direitos conquistados pela comunidade LGBT. Seu discurso propagava a necessidade de retornar aos “valores originais” da nação americana.

A partir de 1980, a plataforma republicana passou a incorporar sistematicamente as demandas da chamada Direita religiosa, conquistando a maioria do voto evangélico branco (Sutton, 2013, p. 61). Essa sintonia política foi identificada e cultivada pela equipe de campanha de Reagan, que compartilhava com os grupos religiosos o discurso anticomunista e a defesa da família tradicional cristã. Como observa Moore (1994, p. 250, tradução nossa), “a proximidade do Armagedom [...] fascinou Ronald Reagan [...] Os sinais de que o mundo tinha entrado no ‘fim dos tempos’ colocaram vários inimigos em foco para os fundamentalistas protestantes”. Essa convergência ideológica criou uma sólida aliança política baseada no compromisso com as pautas morais conservadoras. Com isso, a *Moral Majority* desempenhou papel decisivo na vitória de Ronald Reagan em 1980, mobilizando com sucesso o eleitorado conservador, particularmente no Sul dos Estados Unidos. “O maior legado de Falwell talvez tenha sido a transformação dos evangélicos em um bloco eleitoral essencial para o Partido Republicano.” (Sutton, 2013, p. 61, tradução nossa).

Além da *Moral Majority*, outras organizações contribuíram para a consolidação da direita religiosa como força política. Tim LaHaye, desempenhou um importante papel nesse processo ao difundir, em obras como *The Battle for the Mind* (1980), a noção de “humanismo secular” como uma ameaça direta aos valores cristãos, alimentando a narrativa de uma guerra cultural (Fitzgerald, 2017; Diamond, 1998). Paralelamente,

grupos como a *American Coalition for Traditional Values* (ACTV) e o *Council for National Policy* (CNP) ampliaram o alcance desse ativismo, consolidando uma rede de influência política de longo prazo.

Além disso, a ascensão desses conservadores religiosos como força política nos EUA deveu-se também a figuras influentes, como o teólogo Francis Schaeffer e a periódicos como o *First Things*, que contribuíram para a organização e formação de uma base evangélica mobilizada. Essa mobilização ganhou ainda mais força com colaborações pontuais entre católicos tradicionalistas e setores conservadores de outras tradições religiosas, incluindo alguns judeus ortodoxos em temas específicos, configurando um ecumenismo conservador limitado, mas simbolicamente significativo, na história religiosa do país. Como destaca Nash (2021), esse movimento emergiu em meio aos debates sobre direitos civis e aos protestos contra a Guerra do Vietnã, consolidando-se como uma nova e poderosa divisão ideológica no cenário político americano.

O fim da *Moral Majority* e a derrota eleitoral de Pat Robertson em 1988 marcaram o início de uma nova fase, com a criação da *Christian Coalition* em 1989. Diferentemente de suas antecessoras, essa organização adotou uma estratégia mais descentralizada, concentrando esforços nas eleições locais e na formação de bases militantes capazes de atuar em diferentes esferas do poder (Fitzgerald, 2017). Essa reconfiguração permitiu que o movimento mantivesse sua relevância política mesmo após o declínio de suas principais lideranças iniciais.

Contudo, é importante mencionar que essa vertente radical, muitas vezes associada ao Nacionalismo Cristão, encontrou forte resistência de outros grupos religiosos e intelectuais. Teólogos progressistas, organizações ecumênicas e lideranças da “esquerda evangélica” (como Jim Wallis) acusavam o movimento de ser antidemocrático e de promover uma “instrumentalização da fé”. Na visão desses críticos, tal ativismo desvirtuava a missão religiosa ao transformar igrejas em “células leais de um partido político paralelo.” (Stewart, 2019, p. 13-14). Ademais, o movimento enfrentou duras críticas por negligenciar o combate ao racismo, frequentemente reduzindo as reivindicações por direitos civis a uma “conspiração socialista” contra as liberdades individuais e o livre mercado (Sutton, 2014, p. 335).

Dentro do próprio campo evangélico, também surgiram críticas. Nos anos 1990, por exemplo, evangélicos questionaram as alianças com católicos conservadores, como na iniciativa *Evangelicals and Catholics Together* (ECT) (Young, 2016). Já os

evangélicos progressistas (a esquerda evangélica) condenaram o apoio dessa “direita religiosa” a conflitos internacionais e a candidaturas presidenciais que defendiam políticas beligerantes (Fitzgerald, 2017).

Porém, é na relação dessa direita com os evangélicos afro-americanos que as distorções doutrinárias revelam suas contradições mais evidentes. Como aponta Sutton (2014), embora alguns evangélicos negros compartilhassem visões teológicas com os fundamentalistas brancos, eles eram marginalizados e excluídos do movimento branco (uma demonstração clara de racismo). Essa postura gerou fortes críticas: “a maioria dos ativistas evangélicos negros pelos direitos civis estavam decepcionados por seus irmãos e irmãs brancos não terem abraçado o movimento de forma mais plena.” (Sutton, 2014, p. 340, tradução nossa), especialmente devido à oposição de certos fundamentalistas aos direitos civis e a ao desprezo pela causa racial.

Em síntese, a direita religiosa consolidou-se como uma reação organizada à percepção de erosão dos valores tradicionais pelo avanço do secularismo. Embora suas vertentes apresentassem nuances, o movimento sustentava um núcleo discursivo comum: a convicção de que o liberalismo moderno (na educação, na política ou na cultura) ameaçava a ideia de uma “América Cristã”. Ao combinar essa retórica com estratégias midiáticas eficazes e alianças partidárias bem articuladas, garantiu influência duradoura, especialmente no Partido Republicano, moldando debates nacionais por décadas. Essa trajetória, contudo, não esteve livre de contradições e críticas, seja de grupos religiosos dissidentes, seja de setores progressistas, que questionaram seu alinhamento com agendas políticas e suas posturas em temas como racismo e justiça social. Apesar dessas tensões, sua capacidade de mobilização e adaptação a manteve como um ator central no embate entre religião e política nos Estados Unidos, reafirmando seu papel mesmo em meio a disputas ideológicas.

2.6 A DIVERGÊNCIA LIBERAL E AS ORIGENS DO NEOCONSERVADORISMO

No início dos anos 1970, observou-se uma migração de intelectuais originários da tradição do *New Deal* — muitos deles anticomunistas liberais ligados ao chamado “*Vital Center*” descrito por Arthur Schlesinger Jr. em *The Vital Center* (1949) — em direção a posições conservadoras. Essa inflexão ideológica foi motivada tanto pelo desencanto com a virada radical da esquerda norte-americana nos anos 1960, especialmente no ambiente universitário, quanto pela percepção de que os antigos aliados liberais estavam capitulando diante do ativismo revolucionário, da crítica cultural

antiocidental e da rejeição das instituições democráticas liberais. De acordo com Nash (2006), muitos desses intelectuais, anteriormente comprometidos com o projeto reformista do *New Deal*, passaram a enxergar no conservadorismo um reduto de defesa da ordem, da racionalidade e dos valores ocidentais ameaçados pelo radicalismo da Nova Esquerda.

A base dessa transformação foi o colapso do consenso liberal que orientou a política externa dos EUA desde os anos 1940 até a década de 1960, sustentado pelas ideias de Schlesinger Jr., que defendia um liberalismo anticomunista, equilibrado entre a rejeição ao radicalismo de esquerda e a oposição ao conservadorismo reacionário. Em *The Vital Center*, Schlesinger criticava o comunismo como uma forma de totalitarismo que, diferentemente das ditaduras tradicionais, destrói a estrutura social, eliminando liberdades individuais e reduzindo a sociedade a uma massa homogênea de obediência cega (2017, p. 55). Ao mesmo tempo, condenava a direita reacionária (como o macarthismo e setores conservadores) por seu caráter plutocrático, excessivamente voltado para o lucro privado e indiferente às obrigações sociais e nacionais (2017, p. 29). Esses grupos, segundo ele, eram movidos pelo medo da mudança, gerando pânico e histeria social (2017, p. 41).

O *New Deal* era visto pelo autor como a redefinição do liberalismo americano, capaz de enfrentar os desafios da sociedade industrial e do totalitarismo por meio de um Estado forte, porém limitado, que gerenciava questões sociais e econômicas sem sucumbir ao autoritarismo. Sua proposta era um liberalismo pragmático, comprometido com reformas progressistas, mas firmemente oposto ao comunismo. Essa visão se traduziu em políticas como o Plano Marshall, a Doutrina Truman e a criação da OTAN, que buscavam conter a expansão soviética sem recorrer a ações beligerantes ou a uma cruzada antissoviética.

Esse pensamento encontrava ressonância na *Americans for Democratic Action* (ADA), entidade composta por personalidades como Eleanor Roosevelt e Reinhold Niebuhr em defesa de um liberalismo pragmático, ancorado nos princípios democráticos e na promoção da justiça social. Contudo, o processo de radicalização política dos anos 1960, agravado pelas profundas divisões em torno da Guerra do Vietnã, fragmentou esse consenso liberal, levando muitos dos antigos adeptos desse liberalismo moderado a se verem progressivamente deslocados pela ascensão de correntes mais radicais no interior da esquerda democrata. Essa dinâmica provocou um duplo movimento: de um lado, a migração de setores intelectuais e políticos para posições

conservadoras; de outro, a transferência de lealdade para o Partido Republicano, visto como alternativa à deriva esquerdista do Partido Democrata. Foi nesse contexto de realinhamento político que o neoconservadorismo surgiu como reação à erosão do liberalismo tradicional, configurando-se não apenas como uma dissidência ideológica, mas como uma nova matriz que redefiniu o panorama político norte-americano nas décadas seguintes, e marcou uma profunda reconfiguração no pensamento político dos EUA. Esse deslocamento encontrou seu momento decisivo com a eleição de Ronald Reagan. O novo cenário político da virada para os anos 1980 proporcionou a consolidação institucional desse movimento intelectual. Isso permitiu que figuras como Irving Kristol e Norman Podhoretz emergissem como os principais articuladores dessa corrente por meio de suas respectivas publicações: a *The Public Interest* (fundada em 1965) e a *Commentary* (fundada em 1945).

Esses intelectuais, que haviam iniciado sua trajetória no campo liberal antes da grande ruptura dos anos 1960, tornaram-se agora as vozes centrais de um movimento que transformava sua crítica ao radicalismo de esquerda e à contracultura em uma proposta política coerente. *The Public Interest* e *Commentary* funcionaram não apenas como plataformas de debate, mas como verdadeiros laboratórios onde se forjou o ideário neoconservador, uma síntese entre o anticomunismo da Guerra Fria, o ceticismo em relação ao expansionismo estatal e a defesa de valores tradicionais que caracterizariam a era Reagan.

Kristol (1983) argumentava que, nas últimas cinco décadas, o liberalismo havia se deslocado para a esquerda, enquanto o conservadorismo tradicional permanecia preso a uma nostalgia do liberalismo do século XIX, representado por figuras como os ex-presidentes Herbert Hoover e Calvin Coolidge. O neoconservadorismo, em contraste, diferenciava-se justamente por rejeitar esse saudosismo. Como Kristol destacou, o que havia de “novo” nesse conservadorismo era sua projeção para o futuro, uma postura que irritava seus críticos de esquerda e os levava a reagir com veemência.

Esse movimento surgiu em resposta a dois fenômenos principais: a emergência da *New Left* e a contracultura dos anos 1960. A *New Left* não apenas criticava os liberais moderados, acusando-os de cumplicidade com as tensões bélicas da guerra Fria, mas também promovia uma agenda radical que incluía movimentos estudantis, feminismo radical, nacionalismo negro e políticas assistencialistas, como as do programa *War on Poverty*, do presidente Lyndon Johnson. Para os neoconservadores,

essa radicalização representava uma ameaça à ordem social e à política externa americana.

Como observou Podhoretz (1996), se o anticomunismo era a principal motivação dos neoconservadores no campo internacional, a rejeição à contracultura era sua maior preocupação doméstica. De acordo com ele, a repulsa aos excessos culturais dos anos 1960 teria convertido mais pessoas ao neoconservadorismo do que qualquer outro fator isolado.

Esse movimento também representou uma ruptura no equilíbrio de forças intelectuais. Até então, os liberais, desde os tempos do *New Deal*, detinham quase um monopólio do prestígio acadêmico e cultural, enquanto conservadores e libertários eram vistos como figuras excêntricas e marginalizadas. O neoconservadorismo, no entanto, surgiu da própria esquerda, visto que muitos desses intelectuais eram extrotskistas ou participaram de movimentos políticos atrelados à esquerda nas décadas de 1930 e 1940, o que os tornava críticos particularmente incômodos, difíceis de serem descartados como meros reacionários (Nash, 2006).

Segundo Vaisse (2010), nesse contexto, podem-se identificar três grupos neoconservadores. O primeiro, formado nos anos 1960, reunia intelectuais nova-iorquinos, a exemplo de Nathan Glazer, Daniel Patrick Moynihan, Seymour Martin Lipset e James Q. Wilson, os quais questionavam a virada progressista de alguns liberais e a aceitação destes em relação à contracultura. Esta última era vista como uma ameaça aos valores e instituições tradicionais, fundamentais para a ordem e a estabilidade sociais, além de criticarem o respaldo a políticas assistencialistas. Embora inicialmente tenham apoiado programas sociais, como os propostos por Schlesinger Jr. nos anos 1950, passaram a condenar tais medidas por acreditarem que produziam efeitos nocivos, o que acarretou problemas sociais mais amplos, como a fragilização da estrutura familiar e a criação de uma dependência estatal. Esses pensadores defendiam uma vertente liberal mais equilibrada e conservadora.

Contudo, a reorientação do Partido Democrata na década de 1960, impulsionada pela aliança entre o *establishment* liberal de Johnson e os movimentos sociais radicais, foi percebida por muitos intelectuais anticomunistas como uma traição ao “centro vital” do pós-guerra. A ênfase crescente em identidade, relativismo cultural e desconfiança em relação às instituições nacionais afastou esses liberais, os quais passaram a buscar refúgio em correntes mais resolutas na defesa da ordem democrática e da política externa de contenção.

Esse grupo neoconservador representou o segundo momento dessa vertente, emergindo como uma dissidência dentro do Partido Democrata nos anos 1970 e 1980. Conforme identificado por Vaisse (2010), os chamados “*Scoop Jackson Democrats*”⁷⁴ representavam uma reação à ascensão da *New Left*, particularmente após a indicação de George McGovern como candidato democrata em 1972. Estes grupos operaram em duas frentes: politicamente, formando uma coalizão contra as políticas progressistas de assistência social e ação afirmativa; intelectualmente, por meio de publicações como a revista *Commentary*, onde desenvolveram uma visão internacionalista de política externa inspirada nas tradições de Roosevelt, Truman e Kennedy. Liderado por figuras como Richard Perle, Jean Kirkpatrick, Eugene Rostow e Irving Kristol, este grupo buscava conciliar progresso interno com uma postura firme contra a expansão comunista no cenário internacional.

A incompatibilidade crescente entre suas posições e a orientação do Partido Democrata acabou por levar muitos desses intelectuais e políticos para o Partido Republicano, onde encontraram espaço no governo Reagan. O contexto de crise econômica do final dos anos 1970, marcado pelo esgotamento do modelo keynesiano, criou condições favoráveis para a ascensão desse pensamento. Como observa Ehrman (1994), o período entre 1968 e 1976 foi fértil para o desenvolvimento de novas ideias na política externa, que encontrariam ressonância na era Reagan.

Um terceiro grupo neoconservador emergiria nos anos 1990, herdando o legado dos *Scoop Jackson Democrats*, mas adaptando-se ao novo cenário pós-Guerra Fria. Com a chegada de Bill Clinton ao poder e a ausência de um antagonista externo claro, este grupo (representado por figuras como Robert Kagan, Gary Schmitt, Bill Kristol e Doug Feith) reorientou seu foco, mantendo, porém, a ênfase no intervencionismo militar. Sua influência se manifestaria claramente no governo George W. Bush, particularmente através da revista *The Weekly Standard* (fundada em 1995), que se tornou importante veículo de apoio à Doutrina Bush.

⁷⁴ O termo é uma referência ao senador Henry Martin “Scoop” Jackson (1912–1983), que representou o estado de Washington tanto na Câmara dos Representantes quanto no Senado. Jackson era frequentemente descrito como um *Cold War liberal*, categoria que designava democratas que aliavam o apoio a programas de bem-estar social, aos direitos civis e ao movimento sindical com uma postura assertiva na política externa, marcada por forte anticomunismo e disposição para o uso da força em defesa dos interesses estratégicos dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

Assim como os conservadores que emergiram na década de 1950, os neoconservadores tinham o comunismo como uma de suas principais pautas de combate. Com a ascensão de Reagan ao poder em 1980, esse confronto ganhou novo impulso, especialmente em um contexto distinto das décadas anteriores. O cenário político, econômico e social passava por transformações significativas, marcadas pelo esgotamento do modelo de bem-estar social que havia predominado nos últimos 30 anos. A chegada de Reagan, com sua defesa do livre-mercado e seu alinhamento com a direita, representou uma mudança de rumo.

Esse rearranjo no campo político e social, sob o governo Reagan, foi marcado por um êxodo de parlamentares do Partido Democrata para o Partido Republicano, pela defesa do liberalismo econômico, com ênfase na redução da intervenção estatal na economia, e pela promoção de uma agenda cultural que adotava postura incisiva contra a esquerda e contra pautas consideradas “comunistas” ou “radicais”, vistas como ameaça à educação e aos valores sociais dos americanos.

2.7 OS PALEOCONSERVADORES E O MARXISMO CULTURAL

No entanto, a década de 1990 trouxe mudanças significativas ao cenário conservador americano. Desde os anos 1970, a dinâmica política era marcada pela oposição entre direita e esquerda, mas o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria introduziram novas questões no universo conservador. O anticomunismo, outrora um elo unificador, perdeu parte de sua relevância com o fim da URSS, mas isso não significou o fim da articulação conservadora. Um dos primeiros sinais dessa transformação foi a ascensão, ainda nos anos 1980 e início dos 1990, de um grupo tradicionalista rotulado como paleoconservador (Nash, 2006; Lind, 1995; Gottfried, 2007). O termo surgiu em meados dos anos 1980 para designar conservadores que radicalizavam sua oposição ao comunismo e eram vistos como herdeiros da *Old Right* americana (anti-*New Deal*, nacionalista e isolacionista), defendendo uma concepção hierárquica de sociedade associada a valores rurais. Esse saudosismo refletia um imaginário antimoderno, baseado em códigos de conduta e valores tradicionais cultivados em um passado idealizado.

A cisão no campo conservador tornou-se mais evidente, como aponta Nash (2006), em 1981, quando o presidente Reagan escolheu o acadêmico neoconservador William Bennett (em vez do tradicionalista sulista M. E. Bradford) para presidir o *National Endowment for the Humanities*, após intenso lobby. Em 1986, um novo conflito

agravou as tensões quando Bradford e seus aliados criticaram os neoconservadores em eventos como a reunião anual da *Philadelphia Society* e no *Intercollegiate Review*. Esses embates acentuaram rupturas que se tornariam cada vez mais visíveis, especialmente nas divergências sobre o futuro do conservadorismo nos EUA.

O fim da Guerra Fria representou não apenas a derrota do comunismo, mas também a erosão do elo que mantinha unidas as diferentes alas conservadoras. O protagonismo dos neoconservadores no cenário político gerou desconforto entre os paleoconservadores, que viam com desconfiança a aproximação dos neocons com princípios da democracia liberal, como a defesa dos direitos humanos, a promoção da globalização cultural e um internacionalismo exacerbado na política externa. A vitória de Reagan fortaleceu a agenda conservadora em temas como privatização, educação, energia e posicionamentos pró-vida, mas as divergências sobre imigração e comércio exterior revelavam fissuras mais profundas (Schotchie, 1999). Nenhum dos lados estava disposto a ceder, e o consenso tornava-se cada vez mais frágil.

Essa polarização ganhou contornos definidos durante a campanha presidencial de 1992, com a candidatura do comentarista político Patrick Buchanan. O intelectual e ativista conservador lançou sua pré-candidatura ainda em 1990 sob o lema “*America First*”, uma referência ao lema usado pelo ex-presidente Woodrow Wilson em sua campanha em 1916⁷⁵ e um desafio direto ao intervencionismo neoconservador. Embora não tenha vencido a indicação, Buchanan obteve mais de 2 milhões de votos, um marco significativo diante da hegemonia neoconservadora no Partido Republicano (Drolet; Williams, 2019).

Da mesma forma que os neoconservadores haviam combatido o comunismo sob a égide de Reagan, os paleoconservadores emergiram nos anos 1990 e 2000 como uma reação crítica ao próprio movimento *neocon*, acusando-o de ser uma vertente disruptiva do conservadorismo tradicional. Liderados por Patrick Buchanan, os paleoconservadores viam os *neocons* (muitos deles ex-liberais ou social-democratas) como impostores, mantendo um legado secular e internacionalista na política externa e, no plano doméstico, resquícios de apoio a políticas de bem-estar social. Para ele, os *neocons* não representavam o verdadeiro conservadorismo, mas uma diluição

⁷⁵ Woodrow Wilson utilizou o lema “*American First*” em sua campanha de reeleição em 1916, defendendo a neutralidade dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, o foco naquele contexto era em questões domésticas e a unidade nacional. Já o lema adotado por Pat Buchanan tinha um propósito antiglobalista, promovendo um nacionalismo cultural, a restrição à imigração e uma postura isolacionista na política externa.

ideológica. Apesar de sua influência limitada, restrita principalmente à revista *The American Conservative*, fundada por Buchanan em 2002, os paleoconservadores mantiveram um ativismo agressivo contra a esquerda e o comunismo, agora sob uma retórica ainda mais conspiratória e reacionária.

Foi nesse contexto que a expressão “Marxismo Cultural” ganhou força em seus discursos, sendo associada ao já polêmico “politicamente correto”. Embora rejeitado pela academia e pela intelectualidade *mainstream*, o termo se tornou uma narrativa-chave em círculos conservadores, interpretando as transformações sociais nos EUA como parte de uma infiltração marxista. Mesmo à margem do debate político tradicional (muitas vezes visto como uma teoria periférica e alarmista), o tema ressurgia periodicamente, especialmente em pautas dessa direita paleoconservadora. Essa retórica, no entanto, transcendeu fronteiras: no Brasil, figuras como o filósofo Olavo de Carvalho readaptaram o conceito, inserindo-o no debate nacional e atribuindo-lhe novos significados dentro da ascensão da direita brasileira nas décadas seguintes.

O termo “marxismo cultural” surgiu em um artigo do intelectual Michael Minnicino intitulado *New Dark Age: Frankfurt School and ‘Political Correctness* (1992), publicado na revista *Fidelio*, vinculada ao *Schiller Institute*. Essa instituição foi fundada por Helga Zepp-LaRouche, viúva do controverso político e ativista norte-americano Lyndon LaRouche. Minnicino desenvolveu⁷⁶ uma tese que identificava Freud, a Escola de Frankfurt e o politicamente correto como os pilares do marxismo cultural, afirmando: “A análise de Adorno-Benjamim representa quase a totalidade da base teórica de todas as tendências estéticas politicamente corretas que hoje assolam nossas universidades” (Minnicino, 2022, p. 235). Segundo ele, as universidades americanas teriam sido dominadas por uma variante do marxismo disseminada durante os protestos estudantis dos anos 1960.

Minnicino ilustrou sua argumentação citando um caso ocorrido na Universidade da Virgínia, onde estudantes conseguiram remover do currículo de humanidades obras de *Dead European Males* (DEM), sob a justificativa de que esses escritos seriam “etnocêntricos, falocêntricos e geralmente inferiores a autores ‘mais relevantes’ do terceiro mundo, mulheres ou homossexuais.” (Minnicino, 2022, p. 224). Para ele, essa medida assemelhava-se às ações da Gestapo nazista e da NKVD stalinista, por

⁷⁶ Ver conferência *LaRouche Institute* (1994). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=07GEtKJ79eE>.

implicar na censura de livros. A solução proposta por Minnicino era um retorno ao ensino tradicional, sem reformas literárias, pois o problema, em sua visão, residia nos grupos que promoviam essas mudanças, e não nos autores clássicos⁷⁷.

O suposto grupo por trás dessa “conspiração” marxista seria, segundo Minnicino, “um *think tank* comunista chamado Instituto para Pesquisa Social (ISR⁷⁸), popularmente conhecido como Escola de Frankfurt.” (2022, p. 225). Seu objetivo seria a destruição da cultura judaico-cristã e a imposição de uma “Nova Barbárie”, contando com o apoio de movimentos de esquerda surgidos nos anos 1960, muitos deles enraizados no meio acadêmico. Minnicino argumentou que a influência da Escola de Frankfurt teria se expandido por toda a América, dominando a cultura por meio do “desenvolvimento da televisão e da publicidade nas décadas de 1950 e 1960, iniciada por homens e mulheres treinados nas técnicas de alienação em massa da Escola de Frankfurt” (2022, p. 250).

Essa visão conspiratória, embora circulasse em espaços de menor expressão, não era isolada. Em 1999, a *Free Congress Foundation*, *think tank* paleoconservadora liderada pelo escritor William S. Lind, produziu um documentário sobre marxismo cultural e politicamente correto, baseado em uma leitura descontextualizada do livro *The Dialectical Imagination*, do historiador Martin Jay, obra considerada uma referência acadêmica sobre a Escola de Frankfurt nos EUA. Lind e outros intelectuais ligados ao campo paleoconservador⁷⁹ dedicaram-se a disseminar conteúdos que confrontassem a influência da esquerda, promovendo, com isso, uma “cultura conservadora⁸⁰”. Para isso, utilizaram-se de veículos de mídia como o canal *National Empowerment TV*, criado em 1994 por Paul Weyrich.

⁷⁷ Uma influência direta as questões do *Canon Wars*, que ocorreram anos antes.

⁷⁸ Institut für Sozialforschung

⁷⁹ Assim como Roger Kimball, David Horowitz, figuras que, embora não sejam estritamente identificadas como paleoconservadoras, alinham-se a esse campo em temas específicos, e o fundador da *think tank* e cofundador da *Heritage Foundation* e *Moral Majority* Paul Weyrich.

⁸⁰ Em 1991, a *Free Congress Foundation* publicou a obra *Cultural Conservatism: Theory and Practice*, reunindo pensadores conservadores como Bennett, Weyrich e Lind. Estes autores defendiam os princípios considerados essenciais para a sociedade, afirmando “[...] valores tradicionais são valores funcionais. Se quisermos uma sociedade onde as coisas funcionem — onde os alunos aprendam nas escolas, onde os produtos sejam competitivos, onde nossas casas e nossa população estejam protegidas do crime — devemos, como sociedade, aderir aos valores ocidentais tradicionais.” (Lind; Marshner, 1991, p. 1, tradução nossa).

O documentário, intitulado de *The History of Political Correctness*, buscava narrar a trajetória do marxismo cultural nos EUA. O roteiro baseava-se nas ideias de Minicino (1992), mas o aspecto mais curioso era o uso de Martin Jay como principal referência, inclusive com a inclusão de declarações do historiador, editadas de forma a parecerem concordar com as teses dos produtores, sem que ele tivesse sido informado sobre esse procedimento. Essa estratégia revela uma apropriação seletiva de fontes acadêmicas para validar um discurso conspiratório.

A partir do documentário, William Lind publicou, em 2004, um texto⁸¹ que reiterava as mesmas teses apresentadas na produção, mantendo inclusive os cortes seletivos nas respostas de Martin Jay. Anos depois, em 2009, Lind retomou o tema em um artigo para *The American Conservative*, intitulado *The Roots of Political Correctness*⁸², no qual promoveu novamente o documentário da *Free Congress Foundation* e destacou mais uma vez a suposta colaboração de Jay: “Entrevistamos o principal especialista americano na Escola de Frankfurt, Martin Jay, que era então o presidente do Departamento de História em Berkeley (e obviamente não era conservador). Ele conta tudo” (Lind, 2009, recurso *online*, tradução nossa). No texto, Lind associou Antonio Gramsci e Georg Lukács à criação do marxismo cultural, afirmando que ambos teriam chegado à mesma conclusão⁸³:

Dois teóricos marxistas, Antonio Gramsci na Itália e Georg Lukács na Hungria, apresentaram independentemente a mesma resposta. Eles disseram que a cultura ocidental e a religião cristã tinham “cegado” a classe trabalhadora para os seus verdadeiros interesses de classe (marxistas), e que o comunismo seria impossível no Ocidente até que a cultura tradicional e o cristianismo fossem destruídos. (Lind, 2009, recurso *online*, tradução nossa).

Lind repetiu a narrativa já consolidada em seu documentário e textos, citando Lukács como um dos mentores intelectuais do Instituto de Pesquisa Social (o *Institute for Social Research*), que teria reunido marxistas e pensadores influenciados por Freud para desenvolver a tese de que a civilização ocidental era marcada por uma dupla opressão, econômica e psicológica. Segundo ele, o aspecto psicológico teria sido usado como subterfúgio para condicionar mentalmente as pessoas a normalizar

⁸¹ Trata-se de uma publicação organizada pela *Free Congress Foundation* e editada por William S. Lind, em formato de livro breve (50 páginas). A obra reúne contribuições de múltiplos autores, além do próprio Lind, estruturadas em micro artigos que compõem o conjunto da publicação.

⁸² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EjaBpVzOohs>. Acesso em 04 jan. 2024.

⁸³ O mesmo já citado por Carvalho.

comportamentos considerados imorais: “Quer ‘normalizar’ a homossexualidade? Basta mostrar um programa de televisão após programa de televisão onde o único homem branco de aparência normal é homossexual” (Lind, 2009, recurso *online*, tradução nossa). Lind argumentou que, nos anos 1930, o grupo migrou para os EUA, onde suas ideias se disseminaram nas universidades e influenciaram a *New Left*, especialmente através do frankfurtiano Herbert Marcuse e seu livro *Eros e a Civilização* (1955). Para ele, essa geração (a *Baby Boom*) teria sido a grande propagadora do multiculturalismo e da diversidade, que, em última instância, não passariam de disfarces para o politicamente correto. O artigo de Lind simplificou o debate, apresentando-o em um formato didático e de fácil assimilação para seu público conservador.

A resposta de Martin Jay a essa apropriação distorcida de suas declarações veio apenas em 2010, em um ensaio publicado na *Salmagundi Magazine*, no qual o historiador descreveu sua frustração com o uso indevido de sua imagem:

Quando fui abordado para a entrevista, não fui informado da agenda política da emissora, que me pareceram muito profissionais e cortesões. Tendo feito uma série de exposições semelhantes no passado sobre um ou outro aspecto da história da Escola de Frankfurt, presumi ingenuamente que os resultados finais refletiriam minhas opiniões com alguma fidelidade, pelo menos dentro dos limites do produto final editado. Mas o que aconteceu foi que todas as minhas observações críticas sobre a hipocrisia da direita na campanha contra o politicamente correto foram perdidas, e o que restou foram simples declarações factuais confirmando as origens marxistas da Escola, que nunca foram um segredo para qualquer um. Entrelaçar meu depoimento editado na narrativa mais ampla pode ter dado a ele uma legitimidade imerecida, o que agora, é claro, lamento, mas é provável que o efeito teria sido praticamente a mesma coisa sem a minha participação como ‘idiota útil’ (Jay, 2010, recurso *online*, tradução nossa).

Jay criticou o uso do texto de Minnicino (1992) como base retórica pela *Free Congress Foundation*, já que ele servia perfeitamente à narrativa conspiratória que a *think tank* buscava promover. O documentário, por sua vez, viralizou em canais de direita no Youtube, difundindo uma mensagem simplista: todos os males da cultura americana moderna (do feminismo à decadência da educação tradicional) seriam resultado da influência do Instituto de Pesquisa Social. Essa premissa se apoiava em um conjunto de acusações que incluíam desde a suposta promoção da homossexualidade infantil até o enfraquecimento da autoridade escolar, o estímulo à imigração como forma de destruir a identidade nacional, o esvaziamento das igrejas e a

desagregação da família. Essas ideias serviram como combustível para o anticomunismo interno nos EUA, reforçando um discurso de guerra cultural.

Contudo, como demonstra Wiggershaus (1995), o verdadeiro objeto de crítica da Escola de Frankfurt era a sociedade capitalista e seu mecanismo de dominação cultural. Seus estudos sobre a “indústria cultural” buscavam desvelar como o sistema perpetuava as condições sociais existentes através de distrações massivas que promoviam conformismo, e não, como alegam os críticos conservadores, elaborar um projeto de “degeneração cultural”. Na verdade, conforme Jay (2008, p. 81) ressalta, suas investigações sobre a crise do capitalismo e a ascensão do autoritarismo representaram uma contribuição para compreender e combater o nazismo, mostrando como a análise conservadora distorce completamente o sentido original da Teoria Crítica.

Essa deturpação não foi acidental. Como analisa Moyn (2018), a invenção do “marxismo cultural” funcionou como um mecanismo de bode expiatório (*scapegoating*) para grupos conservadores americanos, oferecendo uma explicação simplista e conspiratória para as transformações sociais ocorridas desde os anos 1960.

Desse modo, os intelectuais e debates que marcaram a segunda metade do século XX no conservadorismo americano formaram o que o historiador George Nash (1976) chamou de “Movimento Intelectual Conservador”. Esse movimento, embora ideologicamente heterogêneo — articulando tradicionalistas, libertários e ex-radicais de esquerda —, foi inicialmente unido pela oposição ao comunismo e pela crítica ao liberalismo dominante do pós-guerra. Até meados da década de 1950, o conservadorismo carecia de presença institucional, voz nos meios de comunicação e representação partidária significativa, permanecendo à margem dos grandes debates públicos e acadêmicos. Foi justamente a atuação coordenada de intelectuais em torno da *National Review*, seguida pelo engajamento de figuras ligadas ao Partido Republicano, que resgatou e sistematizou um ideário até então disperso ou marginalizado na vida intelectual americana. Ao longo das décadas seguintes, o conservadorismo transformou-se de uma corrente minoritária em força política central, tornando-se um campo privilegiado para compreender as transformações sociais, culturais e ideológicas dos Estados Unidos. Sua influência no presente permanece profunda, ainda que continuamente marcada pelas tensões internas e contradições que desde o início o atravessaram.

3 OLAVO DE CARVALHO: A ESQUERDA E A REVOLUÇÃO CULTURAL

Em 2011, o filósofo Olavo de Carvalho e o cientista político russo Alexander Dugin debateram sobre “A Nova Ordem Mundial” em um diálogo conduzido remotamente e coordenado por dois estudantes⁸⁴ de Carvalho. O debate, originalmente divulgado em inglês no site *The USA and The New World Order*⁸⁵, foi posteriormente publicado em livro⁸⁶ no ano seguinte. A discussão girou em torno de uma pergunta central, que buscava compreender a dinâmica de poder no mundo contemporâneo e o papel dos Estados Unidos nesse processo.

O tema da Nova Ordem Mundial ganhou relevância no contexto geopolítico de 2010 e 2011, marcado pela Primavera Árabe e pela guerra civil na Síria. Nesse período, China e Rússia aproximaram-se⁸⁷, como evidenciado pelos vetos conjuntos no Conselho de Segurança da ONU contra propostas ocidentais para resolver o conflito sírio, delineando um polo de influência oriental em contraste com a crise ocidental iniciada em 2008. No entanto, ambos os autores já abordavam o tema desde o início de século XXI. Olavo de Carvalho começou a publicar artigos sobre o assunto em meados de 2005⁸⁸, época em que se mudou para os EUA, enquanto Dugin tem uma longa trajetória de publicações, com destaque⁸⁹ para *Fundamentos da Geopolítica* (1997). A escolha dos debatedores partiu da premissa de que havia divergência em suas interpretações, especialmente quanto ao papel dos Estados Unidos nas relações internacionais.

O debate ocorreu de forma remota devido à distância geográfica entre os participantes, Carvalho residia nos EUA, e Dugin, na Rússia. Iniciado em 4 de março de 2011 e encerrado em 31 de julho do mesmo ano, o diálogo seguiu uma estrutura de introduções seguidas por réplicas e tréplicas, mantida na edição do livro.

⁸⁴ Giuliano Morais e Ricardo Almeida.

⁸⁵ Disponível no site: <https://debateolavodugin.blogspot.com/>

⁸⁶ Os EUA e a Nova Ordem Mundial — Debate entre Olavo de Carvalho e Alexander Dugin, publicado em 2012 pela Vide Editorial.

⁸⁷ Ver. BRZEZINSKI, Zbigniew. 2016. *Toward a Global Realignment. Strategic Vision. The American Interest*. Vol. 11, nº 6, abril.

⁸⁸ O termo específico ganhou espaço recorrente nos seus artigos em meados de 2005, mas já apresentava argumentos semelhantes no final dos anos 1990 em expressões como “democracia populista mundial”; “Civilização Mundial” e “Império Mundial”.

⁸⁹ Ver. DUNLOP, B. John. *Russia's New-and Frightening-“Ism”*. Hoover Digest, July, 2004. Disponível em: < <https://www.hoover.org/research/russias-new-and-frightening-ism> >. Acesso em 03 set. 2024.

Dugin iniciou a discussão definindo a “Nova Ordem Mundial” como um conceito popularizado após o fim da guerra Fria, quando se imaginou uma possível cooperação entre EUA e União Soviética. Com o colapso soviético, porém, emergiu uma ordem unipolar centrada nos Estados Unidos, que, segundo Dugin, foi teorizada por Francis Fukuyama em “O fim da História”. Essa ordem, ao ignorar outros polos de poder, consolidou a hegemonia norte-americana, mas também gerou tensões internas devido a projetos conflitantes: o neoconservador, que visava um “Império Americano”, com um núcleo imperial desenvolvido; o democrata, que defendia uma unipolaridade multilateral com cooperação entre aliados; e o programa do *Council on Foreign Relations* (CFR), associado a George Soros, que promovia a globalização e a dissolução das soberanias nacionais em favor de um governo mundial. Para Dugin, esses projetos coexistem, reforçando a centralidade dos EUA no cenário global.

Carvalho, por sua vez, identificou três modelos de poder em disputa, não restritos aos EUA: a elite russo-chinesa, a elite financeira ocidental (representada por grupos como o *Club Bilderberg* e o CFR) e a Fraternidade Islâmica. Destacou que apenas o eixo russo-chinês mantinha um projeto globalista aliado a interesses nacionais, enquanto a elite ocidental e a Fraternidade Islâmica operavam em âmbito transnacional. Para ele, os EUA não eram o centro do globalismo, mas sua principal vítima, pois seu nacionalismo representava a última resistência contra essas forças. Carvalho dividiu os Estados Unidos em duas vertentes: uma liberal-globalista, que buscava um governo mundial, e outra nacionalista-cristã, defensora dos valores tradicionais. Nessa disputa, a elite liberal aliada a China, Rússia e grupos islâmicos promovia agendas progressistas (direitos LGBTI+, pautas pró-aborto e reformulações da família) para corroer as bases judaico-cristãs.

O filósofo denominou os globalistas ocidentais de “Consórcio⁹⁰”, composto por banqueiros e capitalistas que, segundo ele, buscavam instaurar uma “ditadura mundial socialista”. Baseando-se em Ludwig von Mises, argumentou que o aumento do controle estatal levaria à concentração de poder nas mãos de grandes corporações e

⁹⁰ Ao fazer essa afirmação Carvalho argumentou que o “Consórcio” é uma instituição secular criada pela família Rothschild, que tinha conexões com países europeus desde o século XVIII. O grupo reuniu diversos bilionários para a consolidação e expansão de um projeto político global. A atuação do grupo ocorre “por meio de uma multiplicidade de organizações subsidiárias espalhadas pelo mundo todo, como por exemplo o Grupo Bilderberg ou o *Council on Foreign Relations*, mas não ele próprio uma identidade jurídica.” (Carvalho; Dugin, 2012, p. 48).

elites intelectuais de esquerda, os “metacapitalistas”, que pretendiam substituir o livre mercado por um sistema centralizado. Em oposição, Carvalho exaltou o nacionalismo conservador americano, destacando valores como caridade e voluntarismo como expressões da cultura cristã que sustentavam a identidade nacional. Para isso, ressaltou que os americanos “arrancam mais do próprio bolso para socorrer pobres e doentes, mesmo em países inimigos” (Carvalho; Dugin, 2012, p. 57), além de dedicarem seu tempo em trabalhos voluntários, prática que descrevia como “uma das mais velhas e sólidas instituições da América.” (Carvalho; Dugin, 2012, p. 58).

Dugin, em resposta, criticou Carvalho por se afastar da tradição filosófica de Guénon e Evola, aproximando-se da direita cristã norte-americana. Considerou suas teses uma “terceira via” esdrúxula, alinhada ao paleoconservadorismo, que via como uma corrente historicamente derrotada. Para Dugin, Carvalho idealizava os EUA como um bastião cultural conservador, ignorando sua hegemonia liberal.

É importante destacar que o pensamento de Olavo de Carvalho está marcado por uma postura reacionária, entendida aqui como uma rejeição radical dos fundamentos da modernidade política, epistemológica e cultural, em nome de uma ordem metafísica pré-moderna com claras influências de autores europeus, entre os quais se destaca René Guénon (1886–1951), também conhecido pelo nome muçulmano Abd al-Wâhid Yahyâ. Filósofo francês formado em matemática, Guénon dedicou-se desde cedo às chamadas “ciências ocultas”, tendo frequentado a *École Libre des Hautes Études Hermétiques*, fundada por Gérard Encausse, mais conhecido pelo pseudônimo de Papus. Guénon tornou-se a figura central do tradicionalismo, movimento intelectual do qual também fizeram parte o suíço Frithjof Schuon, o britânico Ananda K. Coomaraswamy e o italiano Julius Evola.

Nos anos 1980, Carvalho integrou a *tariqa* (ordem esotérica sufista) liderada por Frithjof Schuon, desempenhando, segundo alguns relatos, o papel de correspondente do tradicionalismo guenoniano no Brasil. Seu contato inicial com o tradicionalismo ocorreu ainda na década de 1970, quando era astrólogo. Como registra o etnógrafo norte-americano Benjamin R. Teitelbaum (2020), foi por meio da leitura de *The Sword of Gnosis* (coletânea de ensaios de autores tradicionalistas, incluindo Guénon) que Carvalho tomou conhecimento dessas ideias, o que teria impulsionado seu interesse pela leitura e pela filosofia.

No entanto, tanto a extensão quanto a profundidade de seu envolvimento com esses círculos e doutrinas são matéria de controvérsia, assim como as circunstâncias

e os motivos de seu posterior afastamento. Diferentes fontes, incluindo pesquisadores como Teitelbaum e relatos biográficos próximos, apresentam versões divergentes sobre a natureza e a duração de seu vínculo intelectual e espiritual com o movimento tradicionalista.⁹¹

No desfecho do debate, as críticas entre os pensadores se intensificaram: Dugin acusou Carvalho de reproduzir “mitos antirussos” e cair em teorias conspiratórias simplistas, ao que o filósofo brasileiro respondeu caracterizando o russo como defensor de regimes autoritários sob uma “utopia geopolítica retrógrada”. Além disso, Carvalho buscou fundamentar sua visão indicando aos leitores e a Dugin autores como Rush Limbaugh, Phyllis Schlafly e Michael Savage, expoentes do pensamento conservador americano, como referências para compreender a verdadeira tradição norte-americana.

Sua argumentação culminou com uma defesa enfática do movimento conservador nos EUA: não apenas o declarou vivo e atuante, como atribuiu a essa corrente a eleição do que denominou “o presidente americano mais amado de todos os tempos” (em referência a figuras como Ronald Reagan na narrativa conservadora) e a criação do *Tea Party*, que caracterizou como “o maior movimento popular da história americana”. Esta posição revelava seu alinhamento com uma direita americana que se via como guardiã dos valores fundacionais dos Estados Unidos.

O diálogo encerrou-se sem qualquer convergência, evidenciando amplos antagonismos: em que Dugin identificava os EUA como epicentro de um projeto hegemônico global, Carvalho via uma nação sob cerco, vítima de uma coalização globalista que ameaçava sua soberania e valores tradicionais.

⁹¹ Olavo de Carvalho afirma que seu envolvimento com as ideias de René Guénon e com o Perennialismo foi efêmero e circunstancial, motivado sobretudo por curiosidade intelectual. Relatos seus sobre esses contatos podem ser encontrados em vídeos divulgados no YouTube por simpatizantes como, por exemplo, neste: <https://www.youtube.com/watch?v=XNoZ95DElWo>, em que ele descreve seu contato com o pensamento de Guénon e sua breve participação na *tariqa* de Frithjof Schuon. Contudo, essa versão é contestada em obras como *A guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista* (2020), do etnógrafo norte-americano Benjamin R. Teitelbaum, bem como em *Meu pai, o guru do presidente: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho* (2020), escrito por sua filha Heloísa de Carvalho em parceria com o jornalista Henry Bugalho. Ambos os livros apresentam narrativas que questionam a autenticidade e a extensão do suposto engajamento de Carvalho com o tradicionalismo guenoniano. Para uma compreensão mais rigorosa do campo intelectual ao qual essas ideias pertencem, e de como se articularam historicamente, ver: SEDGWICK, Mark. *Contra o Mundo Moderno: O tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Essa visão de um país sitiado por forças ocultas refletia justamente o conceito de “Nova Ordem Mundial”, consolidado no imaginário conservador norte-americano durante os anos 1990, como representação de uma suposta conspiração transnacional contra os interesses nacionais. Conforme análise do historiador Pitcavage (2016), a extrema-direita estadunidense, privada do tradicional inimigo comunista após o colapso soviético, reposicionou o termo como nova ameaça existencial à soberania americana. Esta narrativa conspiratória adquiriu tons antissemitas ao resgatar antigos estereótipos sobre supostas conexões entre o judaísmo internacional e movimentos revolucionários.

O discurso do presidente George H. W. Bush em 1991, ao declarar que “podemos ver um novo mundo surgindo... com a perspectiva muito real de uma nova ordem mundial”, onde a ONU estaria “libertada do impasse da Guerra Fria” (BUSH, 1991, recurso *online*), funcionou como catalisador dessas teorias. A referência a uma governança global multilateral foi interpretada por setores conservadores como confirmação de que elites internacionais, com frequência associadas a figuras como George Soros, conspiraram para estabelecer um governo mundial.

Esta visão encontrou sua expressão mais popular na obra *The New World Order* (1991) do televangelista Pat Robertson, que caracterizava instituições financeiras e organizações multilaterais como vetores de uma agenda moralmente degenerada. O pensamento de Olavo de Carvalho refletiu essa matriz ideológica, porém com um enfoque peculiar: enquanto apresentava os Estados Unidos como último bastião conservador, simultaneamente os descrevia como principal alvo de uma coalizão globalista que buscava corroer seus valores tradicionais. Esta dualidade, entre nação eleita e nação sitiada, constituiria um dos eixos centrais de sua interpretação geopolítica.

Essa interpretação de Carvalho dos EUA como pátria do conservadorismo tradicionalista (e não do liberalismo) é central para compreender sua influência na direita brasileira. Sua teoria, permeada por conceitos da direita norte-americana, forneceu um arcabouço ideológico que ganhou relevância no Brasil nas últimas décadas, consolidando-se como referência para setores conservadores. Assim, o debate com Dugin não apenas revelou divergências teóricas, mas também ilustrou como o pensamento de Carvalho se articulou com as correntes conservadoras americanas, tornando-se um vetor de suas ideias no cenário político brasileiro.

Sua conexão intelectual com pensadores dos Estados Unidos, particularmente aqueles ligados ao conservadorismo e à direita, se reflete na maneira como Carvalho

aborda temas como “Marxismo Cultural”, “Politicamente Correto”, “Gramscismo” e a noção de “Guerra Cultural”. O filósofo se vale desses conceitos e de seus significados para elaborar sua teoria política sobre cultura e política no Brasil, especialmente na análise do espectro político nacional, que frequentemente é contrastado com o cenário americano. No entanto, Carvalho apresenta, inicialmente, essas ideias como uma produção original, sem citar claramente suas fontes e, quando o faz, são referências escassas. Isso torna difícil rastrear as origens de suas influências. Ainda assim, as similaridades em seu discurso e as poucas menções presentes em seus textos permitem associar suas ideias a contextos estrangeiros, aproximando-as de correntes conservadoras internacionais.

Essa reapropriação conceitual não se limitou a uma mera reprodução: Carvalho adaptou essas ideias ao contexto brasileiro, enfatizando uma suposta infiltração “esquerdista” nas instituições e uma narrativa de resistência cultural. Seus escritos funcionaram como um canal de transmissão de um ideário que, décadas depois de publicados, ganharia força no Brasil, servindo de base para grupos que enxergavam nos Estados Unidos não apenas um modelo político, mas um repertório discursivo a ser empregado na luta contra o que identificavam como hegemonia progressista.

Assim, Carvalho tornou-se um mediador intelectual essencial, traduzindo e ressignificando ideias do conservadorismo norte-americano para uma audiência brasileira. Sua influência permitiu a formação de um eixo ideológico que via no cenário político dos Estados Unidos, especialmente em suas batalhas culturais, um espelho para entender e combater os desafios nacionais. Dessa forma, seu legado não se resume apenas às suas ideias, mas ao papel que desempenhou na construção de uma direita brasileira cada vez mais alinhada com as referências e estratégias da direita global, especialmente a norte-americana.

Nesse processo, o filósofo articula uma estratégia metodológica marcada por uma retórica conspiracionista e ideológica, cuja operação se estrutura a partir de dois eixos inter-relacionados. O primeiro diz respeito à assimilação seletiva de influências do conservadorismo norte-americano, especialmente aquelas moldadas no contexto da Guerra Fria. Carvalho incorpora ideias desse período não como mero repertório teórico, mas como modelo normativo a ser transplantado para o Brasil. Esse movimento se alinha ao que Zimmerling (2005) denomina “influência não intencional”, na qual um agente, ainda que sem intenção deliberada, exerce efeito sobre as crenças e ações de outro. No caso, trata-se da reapropriação e deslocamento de conceitos

políticos originários de um contexto histórico e institucional específico (os EUA do pós-guerra) para um ambiente radicalmente distinto, como se sua aplicação fosse neutra ou universalmente válida. Tal operação configura ainda o chamado “efeito de demonstração” (Zimmerling, 2001), fenômeno pelo qual soluções políticas ou ideológicas de um contexto externo são replicadas em outro, independentemente de sua pertinência ou adequação às condições locais.

O segundo eixo da estratégia metodológica de Carvalho reside no uso sistemático de um discurso falacioso, no sentido analítico descrito por Walton (2008). Trata-se de uma tática argumentativa que, em vez de buscar refutar posições adversárias com base em sua formulação real, distorce intencionalmente essas posições por meio de citações equivocadas, exageros retóricos e manipulação seletiva de argumentos. Esse procedimento opera como um mecanismo de sustentação narrativa, capaz de manter coerência interna mesmo diante da fragilidade lógica ou empírica de suas premissas. Mais do que um deslize ocasional, tal prática desempenha uma função meta-argumentativa (Aikin; Casey, 2022): visa encerrar debates antes mesmo que sejam plenamente constituídos, mediante distorções deliberadas, a seleção tendenciosa de elementos irrelevantes ou a invenção de posições fictícias atribuídas aos adversários. O resultado é a imposição de percepções manipuladas, frequentemente alheias ao conteúdo real do debate original, reforçando uma narrativa construída sobre bases falaciosas, mas eficaz em termos de mobilização simbólica.

Para sustentar essa análise, recorreremos a um amplo conjunto de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias incluem tanto obras bibliográficas, como *A Nova Era e a Revolução Cultural* (1994), *O Jardim das Aflições* (1995), *O Imbecil Coletivo* (1996), *O Futuro do Pensamento Brasileiro* (1997), *Os Estados Unidos e a Nova Ordem Mundial* (2012) e *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota* (2013), quanto materiais de mídia produzidos pelo próprio autor, a exemplo de artigos publicados em jornais (muitos disponíveis em seu *blog* pessoal), entrevistas, aulas do seu Curso Online de Filosofia (COF) e vídeos disponibilizados no YouTube, nos quais ele desenvolve, com maior ou menor grau de sistematização, os temas aqui analisados.

As fontes secundárias consistem em artigos e obras, tanto acadêmicos quanto jornalísticos, que analisam as posições e o pensamento do filósofo no contexto em questão.

Nosso recorte temporal principal foca no período entre 1990 e 2013, destacando a trilogia escrita entre 1994 e 1996 e o livro *O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2013). Contudo, em alguns casos, foram utilizados textos e trabalhos fora desse intervalo, principalmente para analisar termos ou expressões específicas empregadas pelo filósofo.

3.1 GRAMSCISMO E O ANTICOMUNISMO OLAVISTA

A referência ao pensamento conservador dos Estados Unidos, personificado na figura de Carvalho, não surgiu durante seu debate com o cientista político Alexander Dugin, mas já estava presente em obras anteriores. Essa influência é perceptível no uso de terminologias, expressões e conceitos alinhados ao debate conservador norte-americano, frequentemente retratados em seus escritos.

O filósofo, em geral, não emprega citações bibliográficas em seus textos, o que torna difícil rastrear suas fontes com precisão. No entanto, as constantes menções aos Estados Unidos e a pensadores estadunidenses em sua obra oferecem pistas para identificar suas influências.

A trajetória intelectual de Olavo de Carvalho foi marcada por sucessivas inflexões, transitando por diferentes campos de saber até consolidar-se, nas décadas finais de sua vida, como a de um intelectual alinhado à direita política. Nos anos 1960⁹², chegou a frequentar eventos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, embora sem engajamento orgânico ou adesão ideológica consistente. Na década seguinte, voltou-se para o estudo da astrologia, campo no qual atuou profissionalmente até o final dos anos 1980, período em que também se aproximou do perenialismo e do islamismo esotérico, integrando-se brevemente à *tariqa* de Frithjof Schuon.

A partir dos anos 1990, contudo, Carvalho passou por uma significativa reorientação intelectual: deixou progressivamente o misticismo e dedicou-se à filosofia política, à crítica cultural e à análise ideológica, consolidando o perfil público com o qual se tornaria amplamente conhecido.

Para compreender melhor essa conexão entre o autor e o pensamento estadunidense, é necessário revisitar alguns de seus trabalhos onde essas aproximações teóricas se manifestam. Sua trilogia, escrita ainda na década de 1990, expõe suas

⁹² Relato disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jAhv-ZmqcnM> >. Acesso em 19 abr. 2024.

primeiras reflexões políticas sobre questões ideológicas no Brasil e serve como um ponto de partida para analisar essa relação.

Em seu primeiro volume, *A Nova Era e a Revolução Cultural* (1994), Olavo de Carvalho marca sua transição para a crítica social, argumentando que a esquerda brasileira passou por uma renovação ideológica influenciada pelas ideias de Antonio Gramsci. Essa transformação, segundo Carvalho, deu origem ao que ele denominou “Gramscismo”.

O termo “Gramscismo”, de cunho anticomunista e empregado por “antigramscistas”, ganhou notoriedade nos anos 1960 através do trabalho do intelectual italiano Augusto Del Noce. Este autor via as ideias de Gramsci como elementos de uma “revolução posterior ao leninismo, da qual fascismo e pós-fascismo são momentos que se repelem, mas possuem um horizonte comum” (Bianchi; Mussi, 2021, p. 4). A influência de Del Noce na literatura antigramscista se expandiu pela América Latina no final dos anos 1970 e início dos 1980, particularmente no Chile e na Argentina. Isso ocorreu por meio de publicações de Revistas católicas⁹³, que reproduziam o ativismo do teólogo argentino Alfredo Sáenz⁹⁴, principal ativista nesse contexto latino, opondo-se “às novas esquerdas, aos movimentos de defesa dos direitos humanos e à Teologia da Libertação” (Bianchi; Mussi, 2021).

Na América do Norte e na Inglaterra, o “Gramscismo” emergiu na década de 1980, impulsionado por figuras conservadoras como William S. Lind, nos EUA, através das publicações da *Free Congress Foundation*, e pelo filósofo Roger Scruton, na Inglaterra, com seus artigos no periódico *The Salisbury Review*. No Brasil, o tema ganhou destaque nas publicações de Olavo de Carvalho a partir dos anos 1990. Para ele, o “gramscismo” “conquistou praticamente a esquerda inteira, e o PT é um partido essencialmente gramsciano” (Carvalho, 1994, p. 23).

Para Olavo de Carvalho, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado no início dos anos 1980, foi o pivô da renovação da esquerda brasileira, atuando como o principal vetor para a disseminação das ideias de Antonio Gramsci no país. Ele

⁹³ Gladius, Cabildo e Communio.

⁹⁴ O teólogo tem publicações sobre Gramsci, além de participações em conferências que abordaram o tema.

argumentava que uma “Nova Esquerda” emergia no Brasil⁹⁵, similar à *New Left* nos Estados Unidos, embora, vale ressaltar, Gramsci tenha sido secundário na influência da *New Left* americana, ao contrário de seu protagonismo na América Latina. Essa nova esquerda, segundo Carvalho, surgiu após a derrota da antiga esquerda marxista-leninista durante a ditadura militar. A composição do PT, com intelectuais de inclinação comunista, o novo sindicalismo de base popular e a Teologia da Liberação como um braço católico ligado à esquerda, justificava, na visão de Carvalho, a intrínseca relação entre Gramsci e o partido na articulação de uma renovação ideológica.

Na interpretação de Olavo de Carvalho, as obras de Gramsci começaram a ganhar espaço no Brasil entre 1964 e 1965, graças à iniciativa do militante comunista Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira. Silveira, ao criar a revista Civilização Brasileira, um periódico dedicado ao debate da esquerda, abriu caminho para a divulgação da teoria política de Gramsci, com destaque para os conceitos de Hegemonia e Intelectual Orgânico. Carvalho definia Hegemonia como “o domínio psicológico sobre a multidão” (Carvalho, 1994, p. 37). Nesse sentido, a conquista da hegemonia no “gramscismo” ocorreria por meio de ações graduais e quase imperceptíveis que, ao influenciar a opinião pública, levariam o comunismo ao poder com o consentimento popular. O intelectual orgânico, por sua vez, tinha a função de “elaborar, esclarecer e defender sua ideologia de classe” (Carvalho, 1994, p. 38). Para Carvalho, este conceito era a chave de Gramsci para a revolução, especialmente pela capacidade de capilaridade desse tipo de intelectual, cuja única função é difundir a ideologia de classe. Ele via isso como perigoso, pois não se limitava a nenhuma área profissional, tornando qualquer indivíduo um potencial intelectual influenciador.

Essa recepção de Gramsci no Brasil, segundo Carvalho, diverge significativamente da interpretação de outros estudiosos, como o cientista político Carlos Nelson Coutinho, um dos principais divulgadores das obras de Gramsci no país. Coutinho (2009) aponta que os primeiros livros sobre Gramsci foram publicados no Brasil entre 1966 e 1968, mas que, nesse período inicial, não houve uma tentativa de renovação filosófica-cultural pela esquerda. “As propostas gramscianas no plano intelectual eram identificadas com um comportamento fortemente nacionalista e ‘populista’” (Coutinho,

⁹⁵ É importante pontuar que nos Estados Unidos Gramsci foi um autor secundário na influência da *New-Left*, enquanto os intelectuais da Escola de Frankfurt foram centrais, em oposição ao protagonismo de Gramsci na América Latina.

2009, p. 22). Essa percepção só mudaria em meados dos anos 1970 e início dos 1980, quando os trabalhos de Gramsci ganharam maior relevância entre a esquerda. Essa mudança foi impulsionada, em parte, pela abertura política que se iniciou no final dos anos 1970 e por uma postura de autocrítica das esquerdas em relação à perspectiva da revolução pela luta armada.

As inconsistências na análise de Olavo de Carvalho sobre o “Gramscismo” estendem-se à sua interpretação dos conceitos de Intelectual Orgânico e Hegemonia. Para Gramsci (1982, p. 7), “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Ele distinguia dois grupos: os intelectuais tradicionais, que exercem um papel social geracional (como professores, clérigos e administradores), e os intelectuais orgânicos, que representam grupos sociais específicos e atuam como “comissários” do grupo dominante para exercer as funções subalternas da hegemonia social e do governo político (Gramsci, 1982, p. 11). Assim, os orgânicos seriam sujeitos dinâmicos, representantes de interesses privados na expansão de influência, enquanto os tradicionais compõem um modo de atividade social mais estático e não dinâmico. A definição de Carvalho, contudo, reduz o intelectual orgânico a um mero difusor de ideologia, simplificando a complexidade da tipologia gramsciana.

O projeto político do pensador italiano é complexo e abrangente, desenvolvido ao longo de sua principal obra, *Os Cadernos do Cárcere*, e não pode ser definido em poucas linhas. Contudo, a premissa central é que um grupo ou classe social, para alcançar legitimação, demanda influência intelectual, moral, cultural e política na esfera do poder. Para isso, é necessário exercer controle sobre o aparato repressivo do Estado e os espaços onde ocorre a disputa pela hegemonia, como universidades, igrejas, partidos políticos e empresas. Gramsci via essa categoria política através da ação dialética entre a Sociedade Civil (o campo privado) e a Sociedade Política (o Estado), uma concepção que ele resumiu:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismo designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (Gramsci, 2007, p. 21).

Em suma, a hegemonia é alcançada quando uma classe ou grupo social obtém o consenso necessário para exercer controle intelectual, moral, cultural e político sobre a Sociedade Civil e a Sociedade Política, em uma chave de influência e direção.

Essa leitura de Carvalho, contudo, diverge da análise de Carlos Nelson Coutinho (2009), que descreve os conflitos internos da esquerda no período. Segundo Coutinho, a ascensão da teoria de Gramsci ocorreu pela derrota da influência do PCB dentro da esquerda na disputa com os “gramscianos”, abrindo portas para a teoria política de Gramsci nos movimentos sociais e entre intelectuais, que posteriormente ganhou espaço nas universidades. Nesta concepção, a esquerda brasileira não é homogênea, mas sim heterogênea, com diferentes tendências e não subordinada, conforme ele explica:

[...] enquanto a influência do velho partido estava cada vez mais em declínio, tanto nos movimentos sociais quanto entre os intelectuais, o pensamento de Gramsci e a nova teoria do Socialismo ligada ao seu nome, passavam a ser finalmente bastante difundidos, obtendo numerosos consensos em amplos setores políticos e culturais. (Coutinho, 2009, p. 40).

Para Olavo de Carvalho, essa “Nova Esquerda” brasileira conseguiu influenciar o campo cultural através de condicionamentos psicológicos, empregando “técnicas neurolinguísticas” utilizada nas universidades, constantemente mobilizadas pelas ideias de Gramsci, com o intuito de corromper as tradições culturais baseadas na organização social da civilização judaico-cristã. Isso ocorreria por meio de uma “gigantesca operação de lavagem cerebral, que deve apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda herança moral e cultural da humanidade” (Carvalho, 1994, p. 40). Tais reflexões foram aprofundadas no segundo volume de sua trilogia, *O Jardim das Aflições* (1995), onde o filósofo alega que a esquerda se inspirou na Programação Neuro Linguística (PNL) para sua “manipulação ideológica” nas universidades. Segundo o autor, a PNL teria surgido nos EUA a partir de testes realizados pela Agência Central de Inteligência (CIA) durante a guerra Fria, e ele afirmava: “A PNL funciona. Centenas de testes feitos em universidades norte-americanas, com o mais rigoroso controle científico, mostram isso.” (Carvalho, 1995, p. 55).

Para fundamentar sua teoria de “lavagem cerebral” e “Gramscismo”, Olavo de Carvalho analisou uma conferência proferida pelo filósofo José Américo Motta Pessanha no Museu de Arte de São Paulo (MASP), em maio de 1990. Nesse evento,

Pessanha apresentou uma leitura do “Jardim de Epicuro”, que, para Carvalho, serviu como um exemplo de indução psicológica em universitários. Segundo ele, “Epicuro não foi só um teórico da necrofilia, mas um mestre do discurso encantatório, um autêntico hipnotizador, Jim Jones *avant la lettre*.” (Carvalho, 1995, p. 72). Para sustentar essas afirmações, Carvalho reinterpretou a obra de Epicuro como uma “psicologia prática” que empregava técnicas de persuasão e influência baseadas no “Tetrafármaco”, o “quádruplo remédio” proposto por Epicuro para os males humanos (não temer os deuses, vencer o medo da morte, reconhecer a felicidade possível e buscar coragem contra o mal), e que Pessanha teria sugerido como inspiração para o povo brasileiro (Carvalho, 1995, p. 45). Assim, o “Jardim de Epicuro” foi interpretado por Carvalho como o precursor da manipulação neurolinguística e a fonte de onde os comunistas brasileiros teriam extraído suas ideias de controle e manipulação ideológica.

Na visão de Carvalho, Marx teria sido influenciado pelas ideias de Epicuro, e Gramsci, por sua vez, as teria aperfeiçoado, desenvolvendo um modelo de efeito prático, um “metabolismo teórico” guiado pela filosofia epicurista. Essa conexão é explicitada por Carvalho ao afirmar:

A capacidade das esquerdas mundiais para justificar em nome de uma utopia humanitária as piores atrocidades do regime comunista — e, exterminado o comunismo na URSS, para continuar a pregar com a maior inocência os ideais socialistas como se não houvesse nenhuma relação intrínseca entre eles e o que aconteceu no inferno soviético — , é uma herança mórbida que, através de Marx, veio do epicurismo. Não é de estranhar que a evolução de um século do pensamento marxista tenha desembocado em Antonio Gramsci. (Carvalho, 1995, p. 77).

Desse modo, para Olavo de Carvalho, o comunismo, como campo teórico, nasceu em Epicuro, ganhou materialidade em Marx e produziu uma metamorfose em Gramsci.

Essa reflexão foi justificada por Carvalho através de argumentos encontrados no livro do *coach* norte-americano Anthony Robbins⁹⁶, responsável pela popularização da neurolinguística como uma ciência da linguagem. Robbins, em *O Poder Sem Limites* (1986), conceituou a PNL como o “estudo de como a linguagem, tanto a verbal como a não-verbal, afetam nosso sistema nervoso.” (Robbins, 1986, p. 24). A leitura

⁹⁶ O *coach* é um dos responsáveis pela popularização da neurolinguística como uma ciência da linguagem, que estuda a comunicação das pessoas entre si. O palestrante ganhou fama no final dos anos 1980, pela publicação de diversos livros de autoajuda, com destaque para *O poder sem limites*, publicado em 1986.

da PNL feita por Robbins serviu de referência para Carvalho explicar como o “Gramscismo” foi introduzido na academia, entre os intelectuais e em parte da sociedade. Para Carvalho, “O programador neuro linguístico não perde tempo com argumentações. Ele age direto no subconsciente do freguês, por intermédio de mensagens quase imperceptíveis, introduzindo-as sutilmente no curso de uma conversa qualquer.” (Carvalho, 1995, p. 55).

3.2 O “GRAMSCISMO” NO BRASIL SOB UMA LENTE AMERICANA

Sob essa ótica, o gramscismo promoveu uma indução psicológica que levou os indivíduos a adotarem padrões de pensamento alinhados a convenções específicas de um manual revolucionário. A influência de obras críticas a Gramsci acrescentou um lastro analítico ao seu conceito, em especial um legado “antigramscista” que emergiu ainda nos anos 1960. No entanto, foi na sua interpretação das técnicas de persuasão desenvolvidas nos Estados Unidos que suas reflexões sobre os mecanismos de ação, os quais transformaram a ideologia da esquerda brasileira, ganharam relevância. Esse aspecto será ampliado por Carvalho ao empregar uma expressão que se tornou central no debate da direita norte-americana no final dos anos 1970, funcionando como um elo com o fortalecimento da *New-Left* e como uma das consequências do gramscismo no Brasil: a linguagem “politicamente correta”.

Para Carvalho, essa linguagem inaugurou uma nova lógica de interpretação da política da esquerda, tornando-se um elemento essencial para entender as transformações culturais no Brasil. Trata-se de uma reflexão relevante sobre a importação de conceitos e terminologias pelo filósofo da direita norte-americana.

As tensões entre conservadores e progressistas no cenário cultural norte-americano, em torno desse tema, apresentaram paralelos com as análises de Olavo de Carvalho sobre a educação brasileira, demonstrando como o debate sobre o “politicamente correto” transcendeu fronteiras e foi ressignificado em diferentes contextos nacionais. Assim como o relatório de Bennett e as obras de Hirsch, Bloom e Kimball inflamaram as guerras culturais nos EUA, servindo como base para críticas à suposta dominação esquerdista nas universidades, Carvalho apropriou-se desse repertório teórico — citando explicitamente os livros de Kimball que tratam do tema⁹⁷:

⁹⁷ *Tenured Radicals: How Politics Has Corrupted Our Higher Education* (1990) e *The Long March: How The Cultural Revolution of the 1960's Changed America* (2000).

[...] dois estudos recentes de Roger Kimball, editor de “*New Criterion*” [...] mostram como a incansável guerra psicológica movida pelos intelectuais ativistas contra a religião, a moral, a lógica e o bom-senso produziram, na vida americana, resultados catastróficos praticamente irreversíveis: a perda coletiva dos padrões mais elementares de julgamento, a prematura decrepitude intelectual dos estudantes, a disseminação endêmica das drogas, a criminalidade desenfreada. (Carvalho, 2001, recurso *online*).

— para descrever o que chamou de “devastação das universidades americanas” e, por extensão, brasileiras. Essa crítica, no entanto, revela-se menos como um debate local e mais como uma assimilação do discurso anticomunista transnacional, que reinterpretou o marxismo como “guerra cultural” e atribuiu sentido pejorativo ao politicamente correto a partir de pautas conservadoras norte-americanas, especialmente aquelas relacionadas ao cânone educacional.

Carvalho adotou esse repertório teórico para interpretar o que via como crise na educação e política brasileiras. Em sua análise, identificou uma “contaminação irracionalista do marxismo em sua evolução” que teria afetado profundamente as esquerdas desde os anos 1960⁹⁸, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Para fundamentar essa tese, construiu uma genealogia crítica das universidades, traçando problemas históricos e suas consequências contemporâneas: “Vencidos, os reis, a classe aristocrática, começam a formar, fora da universidade, seu próprio quadro de intelectuais. Os novos pensadores, que empinam o nariz ante o ensino universitário.” (Carvalho, 1995, p. 112).

Como seus pares norte-americanos, Carvalho defendia um retorno à educação tradicional, com ênfase nos clássicos, e via com desconfiança a influência de movimentos sociais nas universidades. Em sua perspectiva, a esquerda teria conquistado hegemonia cultural ao ocupar “todos os postos estratégicos da indústria de prestígios, dominando as universidades, as comunicações, o mercado de livros, ela contaminou com a sua indigência a totalidade da vida cultural brasileira.” (Carvalho, 1997, p. 42).

Em uma análise de seu *blog* pessoal, *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*, identificam-se 105 artigos do filósofo em que o termo “politicamente correto” aparece ao menos uma vez, entre 1997 e 2015. Conforme observa o cientista político João Feres Júnior, essa expressão “pertence à categoria de termos importados dos Estados Unidos, assim como ‘ação afirmativa’, ‘igualdade de oportunidades’ e tantas outras,

⁹⁸ Na obra *O jardim das Aflições* o filósofo citou o livro de Allan Bloom como uma das referências.

cunhadas na segunda metade do século XX.” (2017, p. 54). O conceito ganhou significado no segundo volume da trilogia de Carvalho. Para explicá-lo, o filósofo fez uma extensa digressão sobre o processo histórico que resultou na secularização e no declínio da religião como pilar da organização social. Ele interpretou esse movimento como uma tentativa de “restaurar o culto a César” e erradicar o cristianismo como fundamento moral da sociedade. As raízes dessa transformação estariam nas três “formas de Estado moderno: comunista, nazifascista e liberal. Todas buscaram, com igual empenho, substituir a Igreja na condução espiritual dos povos.” (Carvalho, 1995, p. 121).

Cada forma apresentou uma particularidade no modo de expurgar a influência da Igreja. A abordagem comunista, segundo ele, manifestava-se pela “violência física e psicológica”, promovendo o ateísmo e a perseguição a religiosos. O nazifascismo, por sua vez, operava pelo “culto obrigatório da Nação e do Estado.” (Carvalho, 1995, p. 121). No entanto, para o filósofo, a forma liberal se mostrou a mais eficiente. Esta, ao promover a liberdade religiosa, cedeu espaço a “novas éticas” disseminadas pela indústria do espetáculo nas democracias modernas, abandonando, junto com a religião, até mesmo os preceitos mais básicos do direito natural.” (Carvalho, 1995, p. 121). Na ótica de Carvalho, o sucesso do liberalismo residiu em sua capacidade de conciliar e reduzir a influência religiosa a uma dimensão em que sua existência não representava perigo para os objetivos liberais.

Contudo, Carvalho argumentava que o excesso de liberdade nesse modelo de Estado liberal desencadeou conflitos na gestão do poder, exigindo uma renovação que culminou na ascensão do “Estado neoliberal”. Sua atualização produziu uma “falsa ética” na criação de “novos códigos repressivos” que camuflavam seus interesses na ampliação da degeneração cristã. Essas mudanças, na visão de Carvalho, moralizaram comportamentos, hábitos e formas de se expressar que, para ele, não eram um perigo para a sociedade, mas um meio de compensação aos “desequilíbrios que a liberação desenfreada dos desejos poderia causar.” (Carvalho, 1995, p. 121). Assim, a imposição moralizante a expressões tidas como “machistas”, a um vocabulário considerado discriminatório, a piadas apontadas como ofensivas e a um conjunto de condutas tidas como incorretas no contexto político e social seriam o resultado do falso moralismo desse Estado neoliberal. Carvalho sintetiza essa visão ao afirmar que: “Uma sociedade, com efeito, que pune um olhar de desejo e dá proteção política ao assassinato de bebês nos ventres das mães é, de fato, a mais requintada

monstruosidade moral que a humanidade já conheceu.” (Carvalho, 1995, p. 122). Essa regulação dos conflitos de interesses, a ausência de demandas autoritárias e o estímulo à reivindicação de direitos, segundo Carvalho, foi o modo de instaurar uma “moral invertida” que resultou no surgimento de uma nova linguagem política: o Politicamente Correto.

Para Olavo de Carvalho, o Politicamente Correto encontrou seu expoente e berço de nascimento nos Estados Unidos, com as universidades orientadas pelos movimentos sociais servindo como seus laboratórios. Em uma entrevista concedida ao jornalista Pedro Bial em 1996, por ocasião do lançamento de seu livro *Imbecil Coletivo*, que encerrou sua trilogia, Carvalho expressou sua opinião sobre o termo:

É uma imbecilidade só. O politicamente correto é um moralismo travestido. Ele não quer falar em nome da moral, pois a moral se tornou feia, lembra a repressão; e então ele inventa, troca o nome, passa um verniz e diz que é politicamente correto, mas é tão repressivo quanto qualquer moralismo velho. Então, quer dizer: agora tudo passa a ser feio e passa a ser fiscalizado. Mais ainda, o politicamente correto é um pretexto de que o Estado moderno se utiliza para exercer sobre a vida do cidadão uma fiscalização que nem em regimes tirânicos e totalitários tiveram coragem de fazer. Se você dissesse a Mao Tsé-Tung sobre inventar uma lei para fiscalizar olhares, Mao Tsé-Tung ficaria horrorizado; Átila, o Huno, ficaria horrorizado. E nos Estados Unidos tem isso: se você olhou para a perna da mulher de tal maneira, pronto, cadeia! Esse é um processo, uma espécie de neototalitarismo que acontece de forma igual nos países neoliberais e social-democratas; é um fenômeno do crescimento do Estado para dentro da psique humana. Para mim, é o fenômeno mais alarmante do século.” (Transcrição: entrevista de Olavo de Carvalho para o jornalista Pedro Bial, recurso *online*).

Portanto, para o filósofo, o Politicamente Correto é um código moral que reprime comportamentos geralmente associados a uma forma de se expressar, configurando uma repressão à liberdade de expressão que foi desenvolvida por uma gramática política que obedece aos ditames de determinados grupos, especialmente minoritários como LGBT+, feministas e o movimento negro. Em outra entrevista, no programa “Diálogo Impertinentes” da TV PUC-SP em 1997, Carvalho fez considerações sobre essa característica moral: “O conteúdo dele, ao meu ver, é imoral; mas, para ser imoral, precisa ter uma estrutura que é moral: um código que separa o certo do errado, do aceitável e inaceitável, de acordo com os critérios dos grupos interessados⁹⁹”. Essa “falsa moralidade” apontada pelo autor tem como pano de fundo um

⁹⁹ Transcrição da entrevista.

fundamento religioso derivado do cristianismo católico, que orienta a base do seu argumento.

Essa visão sugere que, em suas análises políticas, Carvalho não só prioriza uma perspectiva alinhada ao conservadorismo encontrado nos Estados Unidos, mas também ao tradicionalismo católico. Tal interpretação ganhou destaque em estudos acadêmicos recentes como a pesquisa do professor Georg Wink, da Universidade Copenhague, publicada em 2023 no livro *O conservadorismo brasileiro e a Nova Direita*. Wink associou o pensamento de Carvalho a correntes católicas conservadoras do século XX, como o Centro Dom Vital, liderado por Jackson de Figueiredo, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), de Plínio Corrêa de Oliveira, e o Integralismo de Plínio Salgado. Para o autor, essas influências foram decisivas na formação intelectual de Carvalho e no surgimento de uma “Nova Direita” no Brasil, que ele define como “uma direita religiosa.” (Wink, 2023, p. 15).

Wink sustenta que o Brasil não rompeu completamente com suas raízes europeias, mantendo uma continuidade cultural mesmo após a independência e a formação do Estado nacional. “O Brasil tem sido há séculos a tela de projeção de um ‘Quinto Império’ para salvar o Ocidente e levar o cristianismo à sua completude” (Wink, 2023, p. 22). Nesse contexto, instituições como o Centro Dom Vital (fundado em 1922) teriam sido fundamentais na tentativa de restaurar valores monárquicos e cristãos, inspiradas no movimento francês *Action Française*, de Charles Maurras. “Como seu modelo francês, eles lutavam pela restauração da monarquia tradicional.” (Wink, 2023, p. 73).

Jackson de Figueiredo e seus seguidores obtiveram êxito em reinserir o ensino religioso nas escolas durante o governo Vargas, contando ainda com o apoio da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento liderado por Plínio Salgado. De caráter anticomunista e com traços fascistas, a AIB promoveu uma agenda de resgate cultural e moral baseada no cristianismo.

O integralismo brasileiro emergiu em um ambiente marcado pelo catolicismo intelectual e pela marginalização política dos católicos na Primeira República, o que, segundo Trindade (1979), ajudou a explicar o apelo religioso do movimento junto aos fiéis. Embora sua identidade católica não tenha sido predominante desde o início, foi na década de 1930 que ela ganhou centralidade no discurso da Ação Integralista Brasileira (AIB), como destaca Bertonha (2016), em um esforço liderado por Plínio Salgado para se posicionar como figura política legítima aos olhos da Igreja, ainda que

sem obter apoio unânime do episcopado, dada a ambiguidade do próprio catolicismo em relação ao grupo. A dimensão religiosa era evidente em seu lema “Deus, Pátria e Família” e na abertura do Manifesto de Outubro (“Deus dirige o destino dos povos”), indicando, conforme Caldeira Neto e Gonçalves (2020), que a ideologia integralista se fundamentava nos princípios da doutrina social da Igreja, especialmente na encíclica *Rerum novarum* (1891), e se prolongou no pós-guerra no Partido de Representação Popular (PRP), que defendia um “conceito cristão de democracia” alicerçado nos valores católicos.

Wink destaca que muitas das ideias defendidas por Olavo de Carvalho já haviam sido antecipadas por Salgado, como a crítica ao domínio comunista na mídia e no meio acadêmico. “Para Salgado, já na década de 1930, a mídia estava nas mãos do comunismo e esses proto-marxistas culturais trabalhavam em conluio com o ‘capitalismo internacional que escraviza o Brasil.’” (Wink, 2023, p. 176). Da mesma forma, a narrativa de Carvalho sobre a suposta hegemonia marxista nas universidades reflete discursos de Salgado já em 1947: “Os cenários de Carvalho de ‘hegemonia marxista’ no ensino superior [...] perdem um pouco de persuasão se considerarmos que Salgado disse exatamente o mesmo em 1947.” (Wink, 2023, p. 177).

Wink identificou semelhanças entre o pensamento político e cultural desses grupos (Centro Dom Vital e TFP) e a direita brasileira recente, especialmente em temas como a moralidade católica, a rejeição à modernidade e o anticomunismo. Esses elementos, presentes nas obras de Plínio Corrêa de Oliveira e outros, teriam servido de inspiração para a direita contemporânea no Brasil. A TFP, fundada nos anos 1960 como um movimento católico contrarrevolucionário, defendia a hierarquia social e o combate ao modernismo, buscando reorganizar a sociedade com base no dogma religioso. “A associação civil sem nenhuma ligação formal com a hierarquia católica se tornou a principal plataforma de mobilização de massa contrarrevolucionária nos anos 1960.” (Wink, 2023, p. 101).

Nesse contexto, Olavo de Carvalho foi interpretado como herdeiro dessas ideias. Sua defesa de valores morais tradicionais, seu anticomunismo e sua visão de sociedade baseada no cristianismo sugeriram, para Wink, uma influência direta do conservadorismo católico brasileiro em seu pensamento. Essa apropriação, no entanto, também se manifesta, ainda que de forma ambivalente, em grupos católicos como o Centro Dom Bosco (CDB), que selecionaram e instrumentalizaram certas ideias de Olavo de Carvalho como recurso para renovar a militância católica na esfera

política, em continuidade parcial com o modelo de atuação da antiga TFP. Conforme observa Gama (2021), Carvalho não era reconhecido como herdeiro legítimo da tradição católica, mas sim como uma referência estratégica, cuja narrativa da “guerra cultural” e seu anticomunismo atualizado serviram como ferramentas para reforçar uma agenda de “recatolicização” do espaço público — mesmo que seu pensamento fosse considerado, por setores internos ao próprio campo tradicionalista católico, como heterodoxo e permeado por influências esotéricas e perenialistas.

Desse modo, como Wink ressalta, essas ideias não foram simplesmente “importadas” dos EUA ou de outros contextos:

[...] essas ideias não foram apenas “importadas”, como um reflexo tardio das tendências de direita dos Estados Unidos ou qualquer outro lugar, nem estão “fora do lugar”. Se houve um estímulo de fora, foi o integrismo no fim do século XIX e início do XX, e principalmente inspirado na França, a filha primogênita da Igreja e lar da contrarrevolução, como Plínio Côrrea de Oliveira gostava de exaltar. (Wink, 2023, p. 21).

Apesar dessa associação, reduzir o pensamento de Carvalho a um “nativismo” católico ignora a complexidade de sua trajetória. Sua formação filosófica passou por diversas vertentes políticas e religiosas, e sua aproximação ao catolicismo nos anos 1990 (após uma fase dedicada à astrologia e à filosofia de René Guénon) não significou uma adesão ao conservadorismo católico brasileiro. Sua rejeição à TFP era explícita: “Não morro de amores pela TFP e não hesitaria, noutras circunstâncias, em argumentar que é estúpida e herética” (Carvalho, 2000, recurso *online*). Para Carvalho, o catolicismo era uma ferramenta universal de combate à modernidade, e não um projeto político localizado, como defendiam os integralistas ou a TFP. Embora rejeitasse esse “catolicismo político” brasileiro, Carvalho dialogou com autores católicos universais, como suas indicações para alunos de G. K. Chesterton (2021) e os elogios que fez a Dietrich von Hildebrand (2013b; 2013c), cujas obras combinavam tradição e crítica à modernidade. Isso revela um ecletismo que vai além da mera reação ao contexto local.

As afirmações e aproximações teóricas propostas por Wink mostram-se pertinentes, particularmente quando analisadas à luz das ações e posicionamentos de Carvalho. A falta de clareza em suas declarações, somada às constantes mudanças retóricas, torna difícil discernir suas verdadeiras convicções no espectro político, especialmente no que diz respeito ao moralismo religioso. Em seus escritos da década de 1990, Carvalho demonstra uma aproximação explícita com a Igreja Católica,

principalmente em diálogo com teóricos católicos. Em *O Futuro do Pensamento Brasileiro* (1997), o filósofo oscila entre críticas e elogios ao catolicismo no Brasil. Por exemplo, argumenta que o catolicismo brasileiro foi historicamente enfraquecido pela elite maçônica do Império, que teria reprimido a Igreja: “Reprimiu o ensino religioso, vetou a criação de novos mosteiros, proibiu as visitas de inspeção dos superiores das ordens religiosas e, *last but not least*, corrompeu o clero.” (Carvalho, 1997a, p. 54). Embora reconheça breves revitalizações, como nos trabalhos de Jackson de Figueiredo e Gustavo Corção, ele sustenta que o Brasil nunca desenvolveu uma mentalidade religiosa sólida, referindo-se a “um século de corrupção da mentalidade religiosa nacional.” (Carvalho, 1997a, p. 55). Essa postura crítica em relação ao catolicismo brasileiro o distancia de projetos como os da TFP e do Integralismo, alinhando-o a uma tradição intelectual mais ampla, na qual a religião atua como um antídoto metafísico à modernidade, e não como instrumento político.

Em outros momentos, Carvalho defende intelectuais católicos como Santo Tomás de Aquino, vinculando-o a Aristóteles, e destaca nomes de sacerdotes católicos como Maurílio Penido, Leonel Franca e Lima Vaz como merecedores de maior reconhecimento em comparação a figuras como Frei Betto e Leonardo Boff. Além disso, ao mencionar sua formação em um colégio católico, declara-se cristão, mas também afirma acreditar “nas verdades das escrituras dos judeus e muçulmanos, todas elas detentoras da verdade” (Carvalho, 1997a, p. 164). Dessa forma, embora elogie a filosofia católica e o cristianismo em questões morais, não os enxerga como bases para influência política direta.

Contudo, há momentos em que Carvalho faz concessões a esses grupos. Em um artigo publicado no *Jornal da Tarde* em 2000, por exemplo, descreve o integralismo como “um fascismo abrandado e inofensivo, um ultranacionalismo sem racismo, que celebrava a glória de índios, negros e caboclos”, e destaca que Plínio Salgado, líder do movimento, foi um dos primeiros a enviar um protesto formal a Hitler, um gesto que, segundo Carvalho, simbolizaria “o espírito de um povo que nunca permitiu que seus melhores sentimentos fossem sacrificados no altar do fanatismo ideológico”. Elogios semelhantes são dirigidos à TFP e a Plínio Corrêa de Oliveira, refletindo uma certa nostalgia pelo tradicionalismo brasileiro. No entanto, dentro do recorte analítico adotado, esses autores e movimentos não ocupam um lugar central em suas críticas ao “comunismo” e suas variantes no cenário político brasileiro. Isso não significa que

sua relação com o pensamento católico seja irrelevante, pelo contrário, ela serve como um importante filtro para suas análises.

É importante ressaltar, que a postura de Carvalho não constitui simples reprodução tardia de ideias norte-americanas. Como demonstra Rodrigo Patto Sá Motta (2002), o anticomunismo brasileiro possui uma trajetória complexa e autóctone, que remonta ao combate ao anarquismo dos imigrantes europeus no início do século XX, passa pela repressão varguista aos movimentos de esquerda (radicalizada após a Intentona Comunista de 1935) e culmina na consolidação do Integralismo como movimento anticomunista. Esse discurso antissubversivo sempre encontrou ressonância nos meios militares, políticos e culturais brasileiros. Conforme ressaltou Motta (2002), as bases do anticomunismo brasileiro estiveram vinculadas ao liberalismo, ao nacionalismo e ao cristianismo, especialmente em sua vertente católica, desde o início do século XX, precedendo em décadas a influência dos Estados Unidos, que só se tornou decisiva após a Segunda Guerra Mundial, com a disseminação de um anticomunismo liberal-conservador que redefiniu tanto a política nacional quanto pensamento das Forças Armadas ao promover um discurso em favor da liberdade, democracia e de valores morais.

A contribuição de Carvalho reside precisamente na transposição criativa do arsenal teórico da direita norte-americana dos anos 1960 para o contexto brasileiro, estabelecendo um paralelo entre a esquerda nacional (particularmente o PT) e a *New Left* estadunidense. Ao apropriar-se de argumentos gestados nos debates da Guerra Fria e ressignificá-los localmente, o autor fez com que seu alvo deixasse de ser apenas o comunismo tradicional para focar na “nova esquerda”, um adversário metamorfoseado que, em sua análise, reproduzia os mesmos padrões subversivos já enfrentados pelos EUA. Essa operação intelectual envolveu a incorporação seletiva de autores como Russell Kirk e Eric Voegelin, além da tradição conservadora americana que interpretava a contracultura e o pós-modernismo como expressões de uma “revolução silenciosa” contra os valores ocidentais.

Seu foco, portanto, estava na análise do cenário internacional (especialmente nos EUA) e no impacto da *New Left* pós-crise do stalinismo. Para Carvalho, o declínio do “comunismo revolucionário clássico” (representado por Sartre, Althusser e Lukács) deu espaço a uma esquerda cultural, que substituiu a luta armada por pautas identitárias (como gênero e raça). Esse fenômeno, fortalecido nos EUA, teria influenciado a esquerda brasileira, tornando-se o principal alvo de crítica do autor.

Em sua concepção, essa transformação ideológica nos EUA foi impulsionada por intelectuais alemães que, ao se estabelecerem no país, promoveram uma reinterpretação da sociedade com foco na inclusão de grupos marginalizados. Para esses pensadores, a revolução deixava de ser um projeto de ruptura violenta e passava a operar por uma “via passiva”, isto é, por meio da cultura, que se tornou seu principal campo de atuação a partir dos anos 1960. Como destacou Carvalho (1997), houve um deslocamento do eixo intelectual brasileiro:

[...] a bússola intelectual brasileira girou de Paris para Nova York, onde despontavam duas poderosas correntes de modas culturais: A Nova Esquerda e a Nova Era, *New Left* e *New Age*. Desde a década de 60 o Brasil foi-se tornando cada vez mais dependente dos EUA em matéria de ideias. (Carvalho, 1997, p. 40-41).

Com isso, associar Olavo de Carvalho a uma tradição católica brasileira com base em supostas afinidades pontuais com autores como Plínio Corrêa de Oliveira ou Jackson de Figueiredo incorre no que o historiador Quentin Skinner (1969) denominou mito da prolepse, sobre a produção de paralelos entre contextos distintos e a percepção equivocada em apontar “influências” de ideias ou contextos que antecipariam eventos ou reflexões contemporâneas. Skinner alerta que identificar “antecedentes” ou “influências” sem reconstituir as condições históricas específicas leva a distorções: “[...] um argumento em uma obra pode fazer com que o historiador se recorde de um argumento similar em um trabalho anterior [...] e então falar, equivocadamente, sobre a ‘influência’ do trabalho inicial.” (Skinner, 2005, p. 106).

No caso de Carvalho, há uma clara divergência de contextos: enquanto os conservadores católicos do século XX combatiam o “velho comunismo” (de inspiração soviética), o filósofo concentrou-se na “nova esquerda” gramsciana e em suas ramificações culturais, analisadas sob a ótica de teóricos conservadores norte-americanos. Isso não invalida totalmente a noção de “influência” atribuída ao filósofo, mas exige critérios rigorosos para seu uso. Skinner (2005, p. 107-108) propõe três condições para tal:

Evidência de estudo direto: B (no caso, Carvalho) precisa ter reconhecidamente estudado as obras de A (os autores católicos). Exclusividade da fonte: As ideias em questão não poderiam ser encontradas em outros autores além de A. Impossibilidade de originalidade: B não teria condições de chegar às mesmas conclusões de forma independente.

Aplicando esse método: Carvalho estudou sistematicamente os autores católicos? Não há registros de engajamento profundo com suas obras, apenas menções esparsas. As ideias anticomunistas eram exclusivas desses grupos? Não, eram comuns em autores europeus, latino-americanos e, sobretudo, na direita norte-americana pós-1945. Carvalho poderia tê-las desenvolvido autonomamente? Sim, como demonstram seus primeiros livros, que articulam uma análise que é, autoatribuída, original sobre o Brasil.

Embora Wink aponte conexões válidas, como sua relação com o catolicismo¹⁰⁰ e seu eventual alinhamento com pautas morais tradicionais, reduzir seu pensamento a um “ativismo religioso” ignora seu diálogo prioritário com o conservadorismo norte-americano. Seus argumentos sobre o politicamente correto, por exemplo, emulam debates dos EUA sobre educação e cânone literário, não os embates locais da TFP. Essa convergência teórica se manifesta claramente no uso de terminologias como “esquerdismo”, conceito que Carvalho adotou para caracterizar a esquerda e seus simpatizantes, mas que tem raízes no conservadorismo crítico do *New Deal* desde os anos 1950.

O intelectual James Burnham, em *Suicide of the West* (1964), foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento social do termo, descrevendo como a esquerda teria “contaminado” ideologicamente os Estados Unidos. As semelhanças entre as críticas de Carvalho e dos conservadores norte-americanos revelam não apenas paralelos temáticos, mas uma base conceitual compartilhada. Essa apropriação terminológica demonstra como expressões originalmente cunhadas no contexto norte-americano foram naturalizadas no debate brasileiro, adquirindo significados análogos aos empregados por intelectuais como Burnham, particularmente na análise e proposição de soluções para os problemas educacionais em seus respectivos contextos nacionais.

O comunismo nos EUA adquiriu grande relevância no imaginário social e político, especialmente no fenômeno conhecido como *Red Scare* ou “pânico comunista”. Sua origem, como aqui já discutida, remonta ao cenário pós-Primeira Guerra Mundial e suas consequências, somado aos levantes na Rússia (1917) e na Alemanha (1918), que alimentaram reportagens sobre uma suposta ameaça fantasma — destinada,

¹⁰⁰ A relação de Carvalho com o cristianismo católico é ambígua e complexa. No entanto, na década de 1990, o filósofo se aproximou do catolicismo e da Igreja católica, tanto em menções em seus textos sobre o tema quanto na relação intelectual com pensadores e teólogos católicos.

sobretudo, mas não exclusivamente, à América. O tema ganhou destaque acadêmico devido ao impacto profundo que exerceu na sociedade americana, como evidenciado na obra de referência *Red Scare: A Study in National Hysteria, 1919-1920* (1955), do historiador Robert K. Murray, que foi professor da Universidade da Pensilvânia.

De acordo com Murray, o temor ao comunismo emergiu na década de 1920 e mobilizou uma parcela significativa da população. Em seu prefácio, o autor descreve as consequências desse medo exacerbado:

[...] para a história americana moderna, o Grande Pânico Vermelho continua a ser importante, importante porque nos fornece um exemplo concreto do que acontece a uma nação democrática e as suas pessoas quando a fé e a razão são suplantadas pelo medo. Além disso, demonstra claramente quão facilmente as sementes do ódio e da intolerância excessivos, que na sua maior parte permaneceram latentes na sociedade americana moderna, podem subitamente transforma-se em doenças malignas perigosas que se espalham com uma rapidez relâmpago por todo o sistema social. (Murray, 1955, p. IX).

Além de analisar o anticomunismo dos anos 1920, Murray antecipou sua ressignificação durante a Guerra Fria, quando o novo conservadorismo da década de 1950 (e sua voz editorial, a *National Review*) consolidou essa ideologia, revelando sua profundidade nas esferas política e social.

Essa mesma lógica anticomunista aparece na obra de Olavo de Carvalho, que associa a modernidade ao declínio da religião cristã e à erosão de seus dogmas como fundamentos sociais. Para ele, o enfraquecimento da fé acelerou a decadência da civilização ocidental, uma perspectiva alinhada ao pensamento de intelectuais americanos que viam o comunismo como um vírus corrosivo. Essa visão é exemplificada em *Suicide of the West* (1964), do teórico James Burnham, para quem o Ocidente estava em declínio há dois séculos, não em termos demográficos ou territoriais, mas em sua essência moral, política e religiosa. Burnham atribuiu essa crise ao “esquerdismo”, que considerava a causa do “suicídio do Ocidente” (Burnham, 2020, p. 46).

O livro retrata a tensão ideológica dos anos 1960, marcada pela ascensão do “liberalismo esquerdista” pós-*New Deal*, que alterou a percepção das tradições políticas e morais nos EUA: “A maioria dos formadores de opinião, professores universitários, editores, escritores e produtores de mídia adere a alguma forma de esquerdismo. Nos EUA, esse viés se manifesta no liberalismo do *New Deal*, distinto do liberalismo clássico.” (Burnham, 2020, p. 51-52). Para identificar “esquerdistas”, Burnham elaborou um questionário com 39 questões. Concordar com a maioria delas indicaria a

“síndrome esquerdista”, enquanto a discordância total caracterizaria os “reacionários”; já os conservadores moderados assentiriam apenas a alguns pontos. Entre as perguntas destacam-se:

- Todas as formas de segregação racial são erradas?
- A educação pública deve ser gratuita para todos?
- Discriminação baseada em religião é inaceitável?
- Tortura e terror físico são métodos ilegítimos?
- Colonialismo e imperialismo são condenáveis?
- Comunistas têm direito à livre expressão?
- As crenças religiosas alheias devem ser respeitadas?
- Professores universitários devem gozar de liberdade acadêmica?
- O desarmamento global é desejável?
- Igualdade salarial para trabalho equivalente é um direito?

Para Bunham, a adesão a tais preceitos refletia a influência da *New Left*, que impulsionou movimentos sociais em defesa de minorias, direitos civis, contracultura e pautas como aborto e direitos LGBT, fenômenos que, em sua visão, corroíam os valores americanos.

As ideias apresentadas por Bunham encontram ressonância nos argumentos de Olavo de Carvalho, particularmente no uso do termo “esquerdismo”. Essa expressão, cunhada no segundo volume de sua trilogia, serve como guarda-chuva conceitual para diversas correntes ideológicas: “nacionalistas de esquerda, progressistas, socialistas, marxianos, marxistas, neomarxistas etc”, sintetizadas por Carvalho como “o ideal revolucionário perdido, o esquerdismo do século XVIII: o Iluminismo.” (Carvalho, 1995, p. 191). Essa categorização tornou-se um eixo estruturante de sua obra, especialmente em seus artigos jornalísticos.

Embora as convergências entre o pensamento de Carvalho e dos conservadores norte-americanos seja semelhante em muitos aspectos, seus trabalhos iniciais apresentam escassas referências diretas a esses autores. Essa lacuna dificulta a comprovação de influência explícita, ainda que os conceitos apresentem similaridade. Tal ausência sugere uma estratégia intelectual: Carvalho teria desenvolvido sua teoria política apropriando-se de debates estrangeiros, como a recepção do gramscismo, mas adaptando-os ao contexto brasileiro passando a impressão de originalidade. Essa abordagem foi viabilizada pelo tratamento marginal que a academia brasileira

dedicava a esses temas e pela inexistência de traduções de muitos desses autores no país. Essa contextualização explica sua autoprocamação de originalidade ao afirmar que “ninguém fez antes um esforço de pensar o Brasil nessa escala” (Carvalho, 1994, p. 3). Citação que é enfatizada em seu livro *O imbecil Coletivo* (1996), ao reforçar essa narrativa de singularidade ao escrever¹⁰¹: “Meus únicos antecessores parecem ter sido Darcy Ribeiro, Mário Vieira de Mello e Gilberto Freyre, o primeiro com a tetralogia iniciada em *O Processo Civilizatório*, o segundo com *Desenvolvimento e Cultura*, e terceiro com sua obra inteira.” (Carvalho, 1997, p. 23).

A publicação de *O Imbecil Coletivo* (1996) marcou uma virada estilística na obra de Carvalho. Seus primeiros trabalhos ostentavam erudição, com referências ao *I Ching*, à filosofia oriental e a autores pouco conhecidos no Brasil, além de conexões entre esoterismo e política, como ao vincular Gramsci a Fritjof Capra. Seu segundo livro adotara formato acadêmico, traçando uma genealogia histórica do marxismo desde Epicuro até Gramsci. Já *O Imbecil Coletivo* (1996) representou uma inflexão na trajetória intelectual de Olavo de Carvalho. A obra marcou uma ruptura estilística e discursiva em relação a seus escritos anteriores: a linguagem tornou-se marcadamente coloquial, o tom aproximou-se do jornalismo opinativo e as abordagens ganharam um caráter mais despojado e polêmico. Segundo Calil (2021), o lançamento do livro foi central para a projeção de Carvalho na mídia, despertando o interesse de jornais de grande circulação por suas ideias, espaço no qual ele efetivamente adentrou no final da década de 1990 e consolidou-se como um polemista de direita.

Foi nesse mesmo período que Carvalho criou seu *blog* pessoal, iniciando sua atuação no campo virtual. Essa incursão digital culminaria, em 2002, na fundação do Mídia Sem Máscara (MSM), plataforma que se tornaria o principal canal de divulgação de suas ideias e, posteriormente, um reduto simbólico da extrema-direita brasileira — campo no qual Carvalho passou a ser uma figura emblemática. Nesse contexto, sua atuação passou a oscilar entre dois papéis aparentemente distintos, mas estrategicamente articulados: o de colunista midiático e o de filósofo que publicava obras sobre filosofia política e cultura brasileira.

Essa mediação constante entre o discurso erudito e o registro popular foi fundamental para a construção de sua imagem pública como intelectual híbrido, ao mesmo tempo acessível e supostamente profundo. A mudança deliberada de público-

¹⁰¹ Menção destacada da 7ª edição do livro

alvo, do leitor especializado ao leitor de massa, não apenas ampliou seu alcance, mas também explicou, em grande medida, seu sucesso comercial e sua influência crescente no debate político-cultural brasileiro.

Essa transformação estilística seria consolidada em obras posteriores como o *best-seller*: *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota* (2013), organizado pelo jornalista Felipe Moura Brasil. Contudo, as mudanças não se limitaram ao estilo. No início dos anos 2000, Carvalho incorporou ao seu arsenal conceitual o termo “Marxismo Cultural”, que se tornaria central em sua análise sobre o Brasil e a esquerda. A expressão fez sua estreia formal em seu repertório em maio de 2002, num artigo para o jornal *O Globo* intitulado *Do Marxismo Cultural*, marcando uma nova fase em sua interpretação da realidade política brasileira.

3.3 O “MARXISMO CULTURAL”: ENTRE ADAPTAÇÃO E CONSPIRAÇÃO

O uso do termo por Carvalho sobrepôs¹⁰² o gramscismo como uma forma dominante de “marxismo” em suas leituras. Diferente de outros conceitos que apareciam em seus escritos, essa expressão ganhou um sentido específico: não apenas uma novidade teórica, mas uma influência, uma inclinação política. Essa abordagem foi reforçada pelas referências a autores norte-americanos que ganharam visibilidade em suas citações, especialmente aqueles que discutiam essa “suposta tendência” marxista.

Isso pode ser entendido dentro do cenário que surgiu com a popularização da internet no final dos anos 1990, que ampliou o acesso a informações e simplificou a circulação de textos e ideias antes restritos. Carvalho investiu nesse espaço ao criar, em 1998, seu blog pessoal *Sapientiam autem non vincit malitia*, onde compartilhava publicações, entrevistas, artigos e indicações literárias alinhadas ao seu pensamento. Em 2002, ele expandiu sua atuação digital com o website *Mídia Sem Máscara*, uma plataforma dedicada a opiniões e notícias que, segundo ele, eram omitidas pela mídia tradicional.

¹⁰² Nessa mudança do filósofo o termo Gramscismo ganhou o sentido de regionalidade, um fenômeno que teria ocorrido na América Latina, enquanto o Marxismo Cultural seria uma tendência com alcance maior. É uma reformulação confusa por parte do autor, pois enfatizou o termo, mas usou os mesmos argumentos sobre o Gramscismo para definir essa visão do marxismo.

Com essas iniciativas, Carvalho se tornou uma figura ativa em fóruns virtuais e redes sociais¹⁰³, que ganhavam espaço e visibilidade nesse contexto, especialmente no debate sobre política brasileira. Suas ações nesse meio contribuíram para o crescimento de sua popularidade no meio conservador e ultraliberal¹⁰⁴, como uma voz influente, no início dos anos 2000.

O panorama em questão transformou o discurso de Carvalho, que deixou de ser um emissor de ideias para assumir o papel de receptor e representante de um modelo político específico: o conservadorismo norte-americano. Anteriormente, havia certa dificuldade em associar suas referências devido à ausência de citações em seus textos, o que conferia a suas ideias uma aparente originalidade, frequentemente destacada pelo autor como uma forma singular de pensar o Brasil. No entanto, a partir de sua imersão no campo virtual, essas referências ganharam identidade, tanto direta quanto indiretamente, em seus trabalhos¹⁰⁵. Entre 1996 e 2005, Carvalho passou a divulgar seus textos em veículos de grande circulação, como os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Zero Hora* e *Jornal da Tarde*. Esse período é considerado o ápice de sua carreira jornalística, conforme destacado por Patschiki (2012, p. 43), que afirma: “O período entre 1996 e 2005 pode ser considerado o ápice da vida jornalística de Carvalho, não mais alcançará o mesmo número de colunas e publicações em jornais e revista de alcance nacional que nestes anos”. Essa trajetória marcou uma mudança em seus textos, com uma exposição mais clara de suas influências no campo político dos Estados Unidos. Sua mudança para o país em 2005 e a fundação do *The Inter-American Institute for Philosophy, Government, and Social Thought*¹⁰⁶ em 2009

¹⁰³ Os fóruns virtuais e as comunidades que debatiam político, em redes sociais como Orkut, foram espaço utilizados pelo autor para divulgação do seu trabalho.

¹⁰⁴ Ver. Tese Camila Rocha (2017).

¹⁰⁵ Referências ao conservadorismo norte-americano e a seus expoentes intelectuais, como William Buckley Jr., James Burnham, o crítico social Roger Kimball, o filósofo Allan Bloom, Eric Voegelin e outros pensadores alinhados a essa corrente política, passaram a ocupar um lugar de destaque nos livros, artigos, entrevistas e aulas do filósofo em seu Curso Online de Filosofia, lançado em 2009.

¹⁰⁶ O Instituto foi fundado pelo filósofo em 2009 nos Estados Unidos, tendo ele próprio como presidente. A instituição tinha como objetivo promover o ensino e o estudo da filosofia e do pensamento social, além de servir como plataforma para divulgar os trabalhos de Carvalho no meio conservador norte-americano. A entidade mantinha conexões com juristas e intelectuais ligados à direita conservadora nos EUA. No entanto, em 2018, o instituto foi encerrado abruptamente, com a retirada de seu site da rede e o desaparecimento de qualquer referência pública, sem que fossem dadas explicações formais sobre o fim de suas atividades. Ver. DEMENSTEIN, Gilberto. O fim misterioso da entidade de Olavo de Carvalho nos EUA. Disponível em: < <https://catracalivre.com.br/cidadania/o-fim-misterioso-da->

consolidaram sua inserção no contexto político norte-americano, facilitando a divulgação de seus trabalhos e explicitando sua posição ideológica.

No âmbito de suas reflexões, Carvalho interpretou o marxismo cultural como a quarta modalidade do marxismo, sucedendo o “marxismo clássico, o marxismo soviético e o marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano)”. (Carvalho, 2002a, recurso *online*). Para ele, essa vertente não se mobilizou pela violência, o que explicaria seu sucesso no Brasil. No entanto, Carvalho argumentou que suas pretensões eram ainda mais danosas do que um ato violento, pois seu objetivo final seria a destruição da cultura ocidental. Segundo suas palavras: “Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir” (Carvalho, 2002a, recurso *online*).

Em uma de suas aulas no Curso Online de Filosofia (COF¹⁰⁷), Carvalho (2019) narrou as origens desse marxismo cultural. Segundo ele, o comunismo surgiu durante a Primeira Guerra Mundial com a expectativa de que os trabalhadores rejeitassem o conflito imperialista e aderissem ao pacifismo. Contudo, isso não ocorreu, pois a classe trabalhadora mostrou-se motivada a participar da guerra. Essa reação, segundo Carvalho, alarmou os comunistas, que passaram a debater as razões por trás da postura belicosa do proletariado. Após intensas deliberações, concordaram com a análise do intelectual húngaro Georg Lukács, que atribuiu o problema às bases culturais: as mentes das pessoas estavam moldadas por dois milênios de civilização judaico-cristã, e, por mais proletárias que fossem, permaneceriam fiéis aos valores culturais em que acreditavam. Dessa forma, o objetivo desse grupo deixou de ser a destruição do capitalismo para se concentrar na demolição da cultura judaico-cristã, linha de pensamento que, segundo Carvalho, influenciou o fundador do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci.

Carvalho afirma que os chamados “direitos dos gays” integram uma ampla frente cultural aberta por intelectuais ativistas, seguindo uma estratégia de combate inspirada na Escola de Frankfurt, no filósofo marxista húngaro Georg Lukács e em Gramsci. O fundamento dessa estratégia estaria na máxima de Lukács de que a

[entidade-da-olavo-de-carvalho-nos-eua/](#)>. Acesso em 14 set. 2024. Ver também: “A Word from our President”. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20150306045406/http://theinteramerican.org/welcome-to-the-inter-american-institute/>>. Acesso em 17 set. 2024.

¹⁰⁷ Aula 462 – “Escola de Frankfurt + Perguntas”.

destruição da democracia capitalista exigia, antes de tudo, a demolição das bases morais e intelectuais da civilização ocidental (Carvalho, 2002). Gramsci, segundo Carvalho (2016), não pôde desenvolver imediatamente suas ideias devido à prisão, registrando-as posteriormente nos *Cadernos do Cárcere*, obras que resumem sua concepção e estratégias políticas¹⁰⁸. Enquanto isso, a influência de Lukács alcançou outro grupo: os intelectuais marxistas alemães, que criaram o centro de estudos conhecido como Escola de Frankfurt.

De acordo com Carvalho (2018), na década de 1930, os frankfurtianos, diante da ascensão do totalitarismo na União Soviética e do crescente aburguesamento da classe trabalhadora, perderam a esperança na revolução proletária. Para eles, tudo estava “corrompido, pervertido, reificado, tudo, exceto o Instituto de Pesquisas Sociais”. A única alternativa restante foi adotar a teoria hegeliana do negativo, dedicando-se ao programa do jovem Karl Marx: “a crítica implacável a tudo que existe.” (Carvalho, 2018, recurso *online*). Essa abordagem, segundo Carvalho, ficou conhecida como dialética negativa ou teoria crítica.

Esse teria sido o programa dos frankfurtianos a partir dos anos 1930, conforme a visão de Olavo de Carvalho, que ainda destacou o financiamento do grupo pelo governo norte-americano e por patrocinadores milionários, resultando em três consequências imediatas. A primeira, em meados dos anos 1950, foi a orientação para que esses intelectuais se concentrassem em criticar, corroer e demolir valores culturais, consolidando relações sociais baseadas em estruturas ortodoxas de pensamento, especialmente códigos morais. Nesse contexto, o Politicamente Correto teria surgido nos EUA como derivado do projeto desses intelectuais alemães: “A contribuição local americana foi a invenção da ditadura linguística do ‘politicamente correto.’” (Carvalho, 2002a, recurso *online*).

A segunda consequência foi a interpretação de que o trabalho desses intelectuais não deveria se limitar à demolição de ideias, mas expandir-se para a “destruição sistemática da sociedade como um todo: leis, instituições, hábitos, valores, condutas,

¹⁰⁸ Segundo a interpretação de Carvalho, o gramscismo e o marxismo cultural aparecem de forma indistinta. Contudo, o autor passa a adotar o termo mais difundido nos EUA (“marxismo cultural”) em vez de “gramscismo”, que era central em seus escritos iniciais. Enquanto Gramsci se tornou uma referência mais restrita e regional, essa mudança terminológica não parece intencional por parte de Carvalho, mas sugere uma adaptação a uma tendência de maior relevância e apelo político no interior da direita conservadora dos EUA.

linguagens e a própria inteligência humana” (Carvalho, 2018, recurso *online*). Carvalho comparou essa estratégia ao estudo do sociólogo Karl Mannheim sobre o grupo nazista¹⁰⁹. Já a terceira consequência foi a redefinição do conceito de intelectual e artista, passando a incluir qualquer indivíduo que se dedicasse à destruição pública da moral, seja defendendo o aborto, grupos LGBTQ+, movimentos feministas ou mesmo adotando comportamentos considerados transgressores. Em síntese, Carvalho argumenta que o foco inicial do grupo foi a destruição da intelectualidade, seguida pelo desgaste civilizacional, eliminando valores, ideias, símbolos e modos de pensar. Tratava-se de uma ação profunda na sociedade, que passou a atuar em espaços tradicionalmente ignorados pela política, como escolas, igrejas, associações de bairro e clínicas de aconselhamento, transformando-os em frentes de batalha (Carvalho, 2018).

A descrição elaborada por Carvalho sobre o marxismo cultural tornou-se o modelo analítico central em suas reflexões sobre o Brasil a partir desse período, apresentando notáveis semelhanças com as interpretações de William Lind e Michael Minnicino. Assim como Carvalho associou o gramscismo ao politicamente correto, esses pensadores vincularam o marxismo cultural a essa mesma noção, consolidando um discurso que ganhou força nos círculos conservadores. Além disso, os textos desses autores foram publicados durante a década de 1990, coincidindo com o início da trajetória de Carvalho como crítico social.

Tanto Minnicino (1992) quanto Lind (2004) convergiam na ideia de que a Escola de Frankfurt visava “minar o legado judaico-cristão” e, conseqüentemente, abolir a cultura Ocidental. Ambos os autores destacaram a transição do foco econômico para o cultural, bem como a utilização das universidades como “laboratórios” para a transformação social. Essa perspectiva levou-os a atribuir à Escola de Frankfurt a gênese do politicamente correto, mediado pela manipulação midiática, via rádio e televisão, para o controle social.

Corroborando com essa visão, Olavo de Carvalho (2002) também apontou o “marxismo cultural” como a influência predominante em instituições como universidades, mídia, *show business* e editoras no Ocidente. Para Carvalho, o objetivo era a

¹⁰⁹ Conforme descrita por Karl Mannheim (1998), essa estratégia era um método inventado por Hitler que se baseava na compreensão de que o indivíduo é mais facilmente influenciado através dos vínculos de grupo, e que suas reações variam de acordo com o grupo a que pertence. A centralidade dessa estratégia era jamais encarar o indivíduo como pessoa, mas sempre como membro de um grupo social.

destruição da cultura, da confiança interpessoal e grupal, da fé religiosa, da linguagem e da capacidade lógica, espalhando uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio.

Apesar das semelhanças, é importante identificar as nuances nas abordagens entre os autores norte-americanos e Olavo de Carvalho. Embora o conteúdo geral siga um caminho comum, existem diferenças na interpretação de pensadores como Gramsci e a Escola de Frankfurt. Em seus primeiros textos sobre o tema, Carvalho argumentava que, embora houvesse convergência, as ideias de Gramsci e dos intelectuais de Frankfurt pertenciam a campos distintos, linhas próximas, mas não idênticas:

Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade, levando-a enxergar o martírio dos santos católicos uma sórdida manobra publicitária capitalista, e faria dos intelectuais, em vez dos proletários, a classe revolucionária eleita. Já os homens de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Adorno e Marcuse, tiveram a ideia de misturar Freud e Marx, concluindo que a cultura ocidental era uma doença, que todo mundo educado nela sofria de “personalidade autoritária”, que a população ocidental deveria ser reduzida à condição de paciente de hospício e submetida a uma “psicoterapia coletiva”. (Carvalho, 2002a, recurso *online*).

Por outro lado, Minnicino (1992) e Lind (2004), em artigo organizado pela *Free Congress Foundation*, identificaram o Politicamente Correto como uma forma integrada de Marxismo Cultural, atribuindo sua origem a Gramsci e Georg Lukacs. Gramsci é citado por sua teoria da “longa marcha através das instituições” para criar um “novo homem comunista”, enquanto Lukacs é mencionado por sua crença na “destruição revolucionária da sociedade” e na instauração do “terrorismo cultural”, incluindo a educação sexual radical.

A abordagem de Carvalho, no entanto, torna-se mais evidente ao empregar o conceito de efeito “psicológico” na análise da atuação da Escola de Frankfurt na construção do Marxismo Cultural. Minnicino (2022, p. 223) propôs a existência de uma “conspiração política formal” que, por meio de um processo prolongado, visou minar a “alma da civilização cristã” através do “controle psicológico”. Segundo essa perspectiva, tal conspiração teria fomentado o aprimoramento dos “mecanismos de manipulação social” por intermédio das indústrias de radiodifusão, televisiva, cinematográfica, musical, publicitária e de pesquisas de opinião. O “domínio psicológico” exercido nesses âmbitos teria como finalidade induzir passividade e pessimismo,

particularmente nos Estados Unidos. O êxito dessa manipulação teria resultado em sua banalização, tornando desnecessárias ações conspiratórias explícitas.

Minnicino (2022, p. 223-224) detalhou diversas formas dessa manipulação, incluindo comerciais, campanhas publicitárias, música, radionovelas e pesquisas de opinião. Além disso, sugeriu que serviços de inteligência, como a CIA, estavam envolvidos em experimentos como a “Operação MK-Ultra” (2022, p. 257), e que as universidades seriam os principais centros de disseminação desses condicionamentos mentais.

Lind (2004, p. 2-3), seguindo a linha de Minnicino, exemplificou essa manipulação citando obras como *A Personalidade Autoritária* (1950) de Adorno, também citada por Olavo de Carvalho. Argumentou que os membros da Escola de Frankfurt, baseando-se na ideia de que o cristianismo, o capitalismo e a família patriarcal criavam um caráter propenso ao preconceito e ao fascismo, teriam elaborado um “manual para uma campanha nacional contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação”, que, na verdade, seria um “manual para uma guerra psicológica contra o homem americano” para distorcer sua visão e defesa de crenças e valores tradicionais.

Herbet Marcuse, com sua obra *Eros e a Civilização* (1955), também é mencionado por Lind como um autor que buscava “reeducar os americanos” a rejeitar conceitos ocidentais sobre papéis sociais e comportamento, promovendo a liberação sexual e as revoluções feministas e negras, em uma clara “apologia à revolução cultural”. Similarmente, o filósofo Jacques Derrida, com sua teoria da “desconstrução”, é visto como um colaborador da Escola de Frankfurt, visando remover o significado tradicional dos textos e substituí-los por interpretações “politicamente corretas”. Esses autores teriam agido por meio de uma “revolução silenciosa”, remodelando gradativamente os costumes e valores da sociedade ocidental por meio de técnicas psicológicas, educacionais e linguísticas para derrubar as estruturas existentes, especialmente a “família patriarcal e a moralidade tradicional”.

Contudo, é importante reiterar que grande parte desses apontamentos, como visto no primeiro capítulo, foi distorcida ou inventada para corroborar as teorias e argumentos desses autores. Olavo de Carvalho, ao traçar um caminho similar, seguiu as mesmas ideias e ações desses intelectuais paleoconservadores.

Ao converter uma complexa tradição teórica em uma alegada “ameaça subversiva”, criaram um inimigo imaginário que pudesse canalizar frustrações e justificar

reações políticas. Foi precisamente esse constructo ideológico que Olavo de Carvalho incorporou em suas teorias sobre “gramscismo” e “marxismo cultural”, mesclando-o progressivamente com outras influências do anticomunismo transnacional, como as obras de Sáenz, Del Noce e Scruton (Bianchi; Mussi, 2024). Embora Carvalho tenha adaptado esse discurso ao contexto brasileiro, seu núcleo permaneceu o mesmo: a visão maniqueísta de uma guerra cultural onde o “marxismo cultural” aparecia como força corrosiva dos valores ocidentais, uma narrativa mais reveladora das estratégias retóricas da direita do que da realidade histórica ou teórica que pretendia descrever.

Dessa forma, os argumentos mobilizados por esses autores conservadores foram assimilados pelas ideias de Olavo de Carvalho, que incorporou tais temas em suas teorias. No entanto, Carvalho não os adotou de forma abrupta, mas sim de maneira gradual, mesclando-os com outras influências, como as obras de anticomunistas latino-americanos e europeus, entre eles o padre Alfredo Sáenz, o filósofo italiano Augusto Del Noce e o pensador britânico Roger Scruton, conforme destacado por Bianchi e Mussi (2021). Ainda assim, o embate entre conservadores e a *New Left* nos EUA foi central em sua produção intelectual, especialmente no que diz respeito ao discurso que associava a decadência moral norte-americana a uma estratégia de dominação da esquerda. Para Carvalho, essa guerra cultural já tinha um vencedor: o marxismo cultural, que, em sua visão, havia triunfado ao corroer os alicerces da civilização ocidental.

3.4 “GUERRAS CULTURAIS” E A IMPORTAÇÃO DE UMA MACRO TEORIA ANTI-COMUNISTA

Essa expressão “Guerra Cultural” ganhou relevância no repertório de Olavo de Carvalho somente após suas reflexões sobre o “gramscismo” e o “marxismo cultural”, diferentemente do contexto norte-americano, onde esses conceitos já integram o vocabulário da direita conservadora desde o final dos anos 1980. Essa distinção reforça a tese de que o autor assimilou essas ideias gradualmente, impulsionado tanto pela expansão da internet (que facilitou o acesso a debates globais) quanto pelo próprio amadurecimento dessas discussões, como evidenciado nas análises de Lind (2009). Para Carvalho, as “Guerras Culturais” representavam uma consequência natural de seus debates anteriores, consolidando sua macro teoria sobre o cenário político brasileiro e suas supostas raízes “comunistas”.

Embora o termo tenha surgido em seus estudos apenas posteriormente às suas principais teses sobre o contexto político brasileiro, grande parte de sua obra já abordava os temas centrais que definem essa expressão, cuja origem remonta aos Estados Unidos do final dos anos 1970, ganhando notoriedade entre o final dos anos 1980 e meados dos anos 1990. Um exemplo disso é seu artigo *Guerras Culturais*, publicado no *Diário do Comércio* em 2006. Nele, Carvalho argumenta que o “véu da história” direciona os eventos para atender aos interesses de uma elite controladora dos meios de influência. Essa perspectiva reflete suas análises recorrentes sobre um suposto efeito “psicológico”, “mental” ou de “manipulação” exercido por grupos ligados à esquerda ao longo dos anos, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, para alcançar fins políticos, por meio do domínio cultural.

Para Olavo de Carvalho, o grande adversário do mundo ocidental eram as chamadas elites “esquerdistas” (especialmente intelectuais acadêmicos) que, segundo ele, travaram uma longa batalha no campo da cultura, subvertendo as artes, a literatura, as ciências humanas e até mesmo o senso comum sobre os valores morais ocidentais. Em suas palavras: “A guerra cultural não é, evidentemente, uma ‘conspiração’, mas a sutileza das suas operações, raiando a invisibilidade, faz com que a impressão confusa suscitada pelo conceito.” (Carvalho, 2013, p. 136). Sua influência, argumentava, já havia se infiltrado em diversas esferas de poder de forma quase imperceptível, principalmente em países do “terceiro mundo”, cujos governantes seriam incapazes de compreender o conceito ou identificar suas operações (Carvalho, 2013, p. 136).

Carvalho via nesse processo a concretização do “sonho dos iluministas do século XVIII — uma sociedade inteira à mercê dos planos da elite ‘esclarecida’”. Esse domínio, segundo ele, foi resultado de um projeto secular, impulsionado por três fatores principais: o primeiro trata da “expansão do ensino universitário”, que teria criado uma massa de intelectuais militantes a serviço dessa elite; o segundo é o “desenvolvimento da mídia”, que ampliou o alcance da influência ideológica; e o terceiro se relaciona com “a enorme concentração de riquezas nas mãos de alguns grupos oligárquicos imbuídos de ambições messiânicas.” (Carvalho, 2013, p. 137).

O termo “Guerras Culturais” sintetizou suas reflexões sobre o que considerava ser o domínio da esquerda no Brasil (via gramscismo) e no mundo (via “marxismo cultural”), consolidando sua visão de que essa elite havia vencido a disputa pelo controle da cultura. Embora o conceito não trouxesse novidade para quem acompanhava

seus escritos desde os anos 1990, ganhou nova roupagem ao ser difundido por meio de plataformas midiáticas. Um marco dessa popularização foi seu programa *True Out-speak*, lançado em 2006 como um Blog *TalkRadio*, após sua mudança para os EUA. Transmitido até 2013, o programa conquistou audiência no Youtube, onde trechos e episódios completos circulavam entre seus seguidores. Nele, Carvalho encarnava a imagem do intelectual erudito: o cerco de livros, o charuto em punho, as respostas irônicas e a linguagem despojada, frequentemente carregada de palavrões.

Em 2009, fundou o Curso Online de Filosofia (COF), promovendo o autodidatismo¹¹⁰ como método de aprendizado filosófico: “O seminário é, em primeiro lugar, um curso de filosofia (o único que pode ajudar você a praticar a filosofia em vez de apenas repetir o que outras pessoas, ilustres o quanto se queira, disseram a respeito dela).” (Carvalho, 2013a, recurso *online*). Mas foi em 2013 que seu alcance se ampliou de forma decisiva, com o *best-seller* *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* — uma compilação de artigos escritos entre 1996 e 2013, organizada pelo jornalista Felipe Moura Brasil, que definiu a obra como “uma compilação de temas essenciais, todos eles renegados à obscuridade no país, sobre os quais os artigos vêm lançar luz.” (Carvalho, 2013, p. 18).

O livro impulsionou suas ideias no debate público, alimentando a oposição ao governo Dilma Rousseff. Seus seguidores, muitos organizados em grupos virtuais, resgataram suas críticas ao PT e ao comunismo, transformando-o em uma espécie de “parteiro” da direita brasileira, como ele mesmo declarou: “Eu quis que uma direita existisse, o que não quer dizer que eu pertença a ela. Fui o parteiro dela, mas o parteiro não nasce com o bebê.” (Fellet, 2016, recurso *online*). Seu vocabulário político (“marxismo cultural”, “gramscismo”, “guerra cultural”) disseminou-se entre jornalistas, políticos e redes sociais.

De acordo como o cientista político João Feres Júnior (2017, p. 57-58), dados mostram que, entre outubro de 2010 e março de 2012, 84 textos jornalísticos sobre o tema foram publicados em 12 veículos de grande circulação (62 deles opinativos), quase metade focados no “politicamente correto”. Já na academia, sua recepção foi tardia. Um dos primeiros estudos acadêmicos sobre sua influência foi a dissertação do historiador Lucas Patschiki (2012), *Os litorais da nossa burguesia: O Mídia Sem*

¹¹⁰ Principalmente pela promoção de Carvalho a sua formação autodidata em filosofia, pois não tinha um curso formal na área.

Máscara em atuação partidária (2002-2011), que analisou o papel de Carvalho e de seu site *Mídia Sem Máscara* na imprensa brasileira, sugerindo que o filósofo ocupou “o vácuo deixado pela morte de Paulo Francis em 1997.” (Patschiki, 2012, p. 35).

Naquele período, sua influência no debate público ainda era limitada, mas ele já tinha penetração em grupos políticos alinhados à direita brasileira, além de um espaço significativo em mídias digitais para divulgar suas ideias e análises sobre o espectro ideológico do país. Seu nome, no entanto, aparecia pontualmente em estudos acadêmicos e em análises jornalísticas como uma das figuras representativas de uma direita em ascensão. Foi apenas após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, contudo, que Olavo de Carvalho ganhou centralidade como um intelectual de destaque na direita brasileira.

Em 2019, o cientista político Álvaro Bianchi publicou na revista *Cult* o artigo *Olavo de Carvalho e a Ideologia do Medo*, no qual descrevia o filósofo como um propagador de teorias conspiratórias, visões apocalípticas e um agente da polarização política, que alimentava a desconfiança nas instituições democráticas. Bianchi argumentava que Carvalho instrumentalizava o medo para fins ideológicos. Diferentemente de anos anteriores, ele agora ocupava um papel central na configuração política do país.

Durante o governo Bolsonaro, Carvalho exerceu influência direta na política, com indicações ministeriais e frequentes aparições em produções da mídia tradicional e informal, como nas produções da produtora Brasil Paralelo. Paralelamente, seu pensamento passou a ser tema recorrente em artigos e capítulos de livros. Um desses trabalhos foi o do historiador Gilberto Grassi Calil, orientador de Patschiki em 2012 e, portanto, um pesquisador familiarizado com a trajetória do filósofo. Em 2021, Calil publicou o artigo *Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema direita*, traçando um panorama ideológico de suas ideias. O artigo destaca a importância do *Mídia Sem Máscara*, sua luta contra o “gramscismo” e a “guerra cultural”, além de sua influência no governo de Bolsonaro e sua apropriação do conceito gramsciano de “hegemonia” para mobilizar a extrema-direita brasileira.

Em 2022, marcado pela morte do filósofo, o cientista político Jorge Chaloub publicou o artigo *Olavo de Carvalho: Intelectual, Reacionário e Conservador na Ultradireita Brasileira*, ampliando as discussões presentes no texto de Calil. Chaloub descreveu Carvalho como o pensador mais influente da ultradireita brasileira na última década, cuja obra mesclava reacionarismo e conservadorismo, com inspirações

variadas, desde o tradicionalismo de René Guénon até o conservadorismo do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e o neoconservadorismo norte-americano. O artigo traçou um perfil intelectual do filósofo, mapeando suas influências, seu ativismo digital e seu papel na consolidação da ultradireita no Brasil.

Assim, embora tardiamente reconhecido no meio acadêmico, Olavo de Carvalho tornou-se uma figura-chave para entender as ideias da direita brasileira recente, especialmente devido à sua influência no governo Bolsonaro e em intelectuais que se identificavam com a chamada “Nova Direita”, enxergando nele uma referência fundamental.

Por sua vez, o debate acadêmico sobre as “guerras culturais” no Brasil ganhou destaque já em 2014, quando o filósofo Pablo Ortellado, professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da USP, publicou artigo na *Le Monde Diplomatique* analisando o fenômeno no contexto nacional. Nele, Ortellado identificava Olavo de Carvalho como um dos principais expoentes de um conservadorismo moralista em ascensão, cujo discurso mobilizava as chamadas “guerras culturais”, conceito originalmente formulado por James Davison Hunter (1991) para descrever a polarização simbólica nos Estados Unidos em torno de temas como aborto, homossexualidade e valores familiares. Segundo Ortellado (2014), o Brasil passava por um processo análogo, no qual Carvalho emergia como figura central na difusão de uma narrativa que enxergava na esquerda uma ameaça aos “valores tradicionais ocidentais”. Esse diagnóstico, ainda que não tenha gerado ampla ressonância acadêmica à época, antecipou discussões que só seriam retomadas com mais vigor após a morte de Carvalho em 2022, como no artigo de Jorge Chaloub.

Essa análise foi aprofundada anos depois, em 2022, quando Ortellado, em parceria com a jornalista Elisa Martins, lançou o *podcast Guerras Culturais: Uma batalha pela alma do Brasil*. Com oito episódios, a produção traçou a gênese dessas disputas no país, destacando o papel de Carvalho na mobilização de pautas conservadoras, como o movimento Escola Sem Partido, as críticas ao chamado “Kit Gay” e o combate à “ideologia de gênero”. Em um dos episódios, intitulado “O Grande Plano”, os autores exploraram a influência do intelectual Michael Minnicino na formação do conceito de “marxismo cultural”, termo que Carvalho teria adaptado, assim como Minnicino o fez com as teorias da Escola de Frankfurt, atribuindo-lhes um caráter conspiratório. Segundo Ortellado e Martins (2022), ambos os pensadores construíram uma narrativa que retratava a esquerda como uma elite manipuladora, empenhada em subverter a

cultura ocidental por meio do controle dos meios de comunicação e das instituições educacionais. Essa visão, argumentam, reduzia complexos processos históricos e sociais a uma suposta dominação psicológica orquestrada, cujo objetivo seria impor uma nova ordem moral contrária aos valores tradicionais.

Enquanto no Brasil o debate ganhava força na segunda década do século XXI, nos Estados Unidos o termo já havia se consolidado no vocabulário político desde os anos 1990. Um marco dessa trajetória foi o discurso do candidato republicano Patrick Buchanan na convenção partidária de 1992, no qual ele declarou:

Amigos, esta eleição é mais do que quem ganha o quê. É sobre quem somos. É sobre o que acreditamos e o que defendemos como americanos. Há uma guerra religiosa acontecendo neste país. É uma guerra cultural, tão crítica para o tipo de nação que seremos como a própria Guerra Fria. Pois esta guerra é pela alma da América. (Buchanan, 1992, recurso *online*).

No campo acadêmico, a expressão foi cunhada e desenvolvida pelo sociólogo James Davison Hunter em seu livro *Cultural Wars* (1991), que descreveu as clivagens profundas que dividiam a sociedade norte-americana entre visões de mundo antagônicas: progressista *versus* tradicional, moderna *versus* conservadora. Hunter identificou que essas tensões transcendiam o âmbito político, manifestando-se em conflitos morais sobre sexualidade, educação, raça e religião, transformando espaços culturais em verdadeiras arenas de disputa ideológica.

No Brasil, a apropriação do termo por figuras como Olavo de Carvalho adaptou essa matriz teórica ao contexto local, onde as “guerra culturais” passaram a ser instrumentalizadas como um mecanismo de mobilização política contra supostas elites esquerdistas. Assim, o que nos EUA era uma disputa por hegemonia cultural, no Brasil ganhou contornos de uma narrativa conspiratória, na qual a esquerda era acusada de dominar instituições para corroer os alicerces da civilização ocidental.

O conflito analisado por Hunter transcendeu meras divisões políticas ou religiosas, enraizando-se em sistemas morais antagônicos que redefiniram a ordem social norte-americana. Como o próprio sociólogo destacou, tratava-se de uma disputa sobre “como ordenar nossas vidas, nossas próprias vidas e nossa vida juntos nesta sociedade”, colocando em choque visões fundamentais de identidade nacional (Hunter, 1991, p. 42). Questões como aborto, direitos LGBT, educação pública e ações afirmativas tornaram-se campos de batalha não por sua conexão lógica, mas porque representavam fissuras profundas em torno de valores essenciais, a ponto de relegar

antigas divisões, como as entre protestantes, católicos e judeus, à superfície da política, para penetrar os alicerces da cultura pública, redefinindo símbolos, discursos e estruturas institucionais (Hunter, 2022, p. 28).

Hunter demonstrou, através do conceito gramsciano de hegemonia, como as tensões entre “cultura privada” e “cultura pública” nos EUA refletiam um realinhamento social profundo, um conflito orgânico que redefiniu instituições e valores em nível estrutural. Essa análise oferece um contraste com a apropriação do conceito por Olavo de Carvalho no Brasil. Enquanto Hunter descrevia um fenômeno enraizado em divisões sociais concretas, Carvalho operou uma transposição artificial: projetou sobre a realidade brasileira um modelo de conflito cultural que, aqui, não encontrava bases equivalentes de polarização. Sua teoria do “gramscismo dominante” menos descrevia o Brasil real do que impunha sobre ele uma lógica importada, transformando tensões incipientes em uma narrativa totalizante de dominação esquerdista.

Apesar das críticas que desdenharam a noção de “guerra cultural” como um mito midiático, James Davison Hunter insistiu que seus detratores falharam em compreender a natureza estrutural do fenômeno, restringindo-se a análises superficiais da opinião pública (Hunter, 2022, p. 39–40). Nesse contexto, autores conservadores vinculados à academia (como Hunter nos Estados Unidos) anteciparam diagnósticos sobre transformações culturais que só posteriormente foram reconhecidas por setores mais amplos da sociologia (Hunter, 1991).

As pautas que mobilizaram a direita brasileira nas últimas décadas, como o combate à “ideologia de gênero” ou o movimento Escola Sem Partido, não podem ser compreendidas apenas como respostas endógenas a tensões sociais locais, tampouco como mera reprodução de roteiros ideológicos importados. Revelam, antes, uma articulação complexa entre legados históricos de disputas morais e educacionais no Brasil (visíveis nas arenas religiosa e escolar) e a apropriação seletiva de repertórios discursivos globais, provenientes especialmente da direita norte-americana. Esses repertórios foram reelaborados no campo político-cultural brasileiro não como inovações exógenas, mas como catalisadores de conflitos já latentes. Temas como aborto e direitos LGBT, embora historicamente presentes nas margens do debate público, ganharam centralidade política à medida que foram rearticulados por novos atores e conectados a agendas transnacionais, o que ampliou sua visibilidade, mas também reconfigurou suas condições de enunciação e disputa.

A ascensão dessas bandeiras não decorreu simplesmente de uma clivagem uniforme ou generalizada na sociedade brasileira, mas da ativação estratégica de tensões morais e culturais já existentes, embora distribuídas de forma desigual entre regiões, classes e grupos religiosos. Setores conservadores, especialmente vinculados a igrejas evangélicas e segmentos da classe média, reagiram com intensidade a mudanças incipientes no campo da educação e dos direitos de gênero, e essa reação foi amplificada por uma mídia que, como observou Hunter (1991, p. 34), tende a exacerbar divergências ao transformá-las em espetáculo. Assim, o conflito cultural não foi inventado do nada, mas foi selecionado, intensificado e nacionalizado a partir de fragmentos reais da vida social.

Olavo de Carvalho cristalizou essa dissonância ao elaborar uma teoria política eclética, que articulava referências sobretudo norte-americanas, do conservadorismo religioso ao anticomunismo cultural, com elementos do esoterismo tradicionalista e de um catolicismo militante. Longe de traduzir organicamente os conflitos brasileiros, sua obra operou uma distorção seletiva do contexto local: ao mesmo tempo em que amplificava debates já presentes na sociedade (como os relativos à moralidade sexual ou à laicidade escolar), elevava questões marginais ou secundárias à condição de dilemas centrais da nação, reescrevendo a realidade política brasileira a partir de lentes forjadas em outros contextos históricos e culturais.

4 O IMAGINÁRIO POLÍTICO ESTADUNIDENSE NA REPAGINAÇÃO DA DIREITA BRASILEIRA: A AMEAÇA VERMELHA E A RETÓRICA ANTIPETISTA

No final do ano de 2013, a *Globo News* apresentou, em seu programa *Painel*, um debate sobre “Esquerda e Direita no Brasil”, mediado pelo jornalista William Waack¹¹¹. Entre os convidados estavam o cientista político Bolívar Lamounier, que atuava como consultor empresarial; o filósofo Luiz Felipe Pondé, professor da PUC-SP e colunista da *Folha de São Paulo*; e o jornalista Reinaldo Azevedo, então editor de política da *Folha de São Paulo* e colunista da revista *Veja*.

A composição do debate revelou-se peculiar ao reunir três expoentes identificados com o campo da direita brasileira, em suas vertentes liberal e conservadora, sem qualquer representação da esquerda. Todos os participantes compartilhavam uma postura crítica ao governo petista de Dilma Rousseff e às correntes progressistas do país.

O debate¹¹² iniciou-se com uma pergunta do mediador a Lamounier: “Por que as pessoas no Brasil têm dificuldade de se assumirem de direita? É um país onde todo mundo se identifica como de centro-esquerda? Ou isso é uma máscara que demonstra que não se discute política nesse país?”. Lamounier afirmou que existia no Brasil uma “hipocrisia geral”, pois “pega bem dizer que é de esquerda, porque a esquerda mundialmente significava pessoas empenhadas em reduzir as desigualdades sociais”. Ele destacou que, em um país com altos índices de desigualdade, assumir-se de esquerda era uma posição socialmente valorizada. Contudo, observou que a maioria dos partidos se autointitulava de centro-esquerda, e nenhum se declarava abertamente de direita. Para Lamounier, essa autoidentificação generalizada como de esquerda funcionava como uma espécie de máscara retórica. Embora ele não tenha usado o termo “monopólio da narrativa”, sua crítica sugere que tal postura permitia a certos atores políticos se apresentarem como os únicos comprometidos com a justiça social¹¹³.

Em retorno, o mediador perguntou a Pondé: “Se alguém chamar você de direita, você se ofende?”. Pondé respondeu que não, explicando que ser de direita significa defender a sociedade de mercado e a liberdade de imprensa. Para ele, o liberalismo

¹¹¹ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Z421RjUf_r8>. Acesso em 15 ago. 2024.

¹¹² As perguntas e respostas do debate foram transcritas.

¹¹³ Trecho 01:18min. – 02:23min.

de mercado foi o único que, em certo sentido, reduziu a miséria no mundo. Acrescentou que, com base em seu conhecimento histórico, a esquerda não é virtuosa, como muitos afirmam. Para ilustrar sua crítica, evocou um dito frequentemente circulado em meios conservadores, e que costuma ser atribuído à ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher: “A grama que a esquerda pisou não cresce nunca mais”¹¹⁴.

Pondé criticou o que chamou de “esquerda institucional”, composta, segundo ele, por setores da mídia, da academia e de partidos como PT, PSOL e PSTU. Argumentou que, nessa visão dominante, qualquer defesa da sociedade de mercado ou da liberdade de imprensa é automaticamente associada à ditadura civil-militar de 1964. Nesse contexto, sustentou que “uma das maiores mentiras que circulam no Brasil” é a ideia de que os militantes que lutaram contra a ditadura o faziam em nome da liberdade. Para o filósofo, tais grupos, na verdade, buscavam impor projetos revolucionários de orientação autoritária, inspirados em modelos socialistas extracontinentais, e não a restauração de um regime democrático liberal¹¹⁵.

Em concordância com Pondé, o jornalista Reinaldo Azevedo afirmou que setores da esquerda brasileira teriam construído o que chamou de “monopólio da virtude”, apresentando-se como únicos detentores de ideias moralmente corretas. Segundo Azevedo, essa postura decorreria de uma mudança estratégica da esquerda após o fracasso da luta armada: tendo abandonado a via insurrecional, passaria a travar uma “guerra cultural”, inspirada, em sua leitura, nos escritos de Antonio Gramsci e na noção de conquista da hegemonia ideológica por meio dos intelectuais¹¹⁶.

Ao longo do debate, os convidados convergiram parcialmente na análise dos fatores que contribuiriam para a estigmatização da direita no Brasil. Segundo eles, a ascensão do PT teria promovido uma espécie de censura informal do debate público, ao associar sistematicamente a direita a ideias reacionárias, elitistas e impopulares. Bolívar Lamounier observou, porém, que “há 50 anos existia de fato uma direita que se opunha a políticas sociais redistributivas, era reacionária, queria parar qualquer reforma social, mas aquilo acabou”. Hoje, afirmou, há um consenso social em torno da necessidade de melhorar as condições de vida, mas certos setores da esquerda — descritos por Lamounier como “gramscistas” e movidos por uma lógica de

¹¹⁴ Uma referência ao Partido Trabalhista do Reino Unido, como visto na conferência conservadora escocesa em 1988. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/107240>. Acesso em 20 de fev. 2025. (Trecho corresponde 02:26min – 02:59min).

¹¹⁵ Trecho 03:24min – 04:40min.

¹¹⁶ Trecho 05:31min – 06:50min.

"autoatribuição" — tratariam esse consenso como propriedade exclusiva de seu campo ideológico, apresentando-se como únicos detentores da virtude moral e política. Essa postura, segundo os debatedores, marginalizaria a direita contemporânea, ainda que ela também reconheça a importância de enfrentar os problemas sociais¹¹⁷.

Nesse contexto, o jornalista Reinaldo Azevedo questionou: "Em que ponto, seja da teoria, seja da prática, o liberalismo, como proposta econômico-política, foi avesso à distribuição de renda e ao progresso social?", classificando como "uma das grandes falácias" a ideia de que a direita seria intrinsecamente contrária à justiça social. O mediador William Waack articulou essa crítica ao observar que a esquerda brasileira, segundo os debatedores, teria consolidado uma narrativa hegemônica ao impor uma interpretação específica dos fatos históricos, em especial, associando a direita à ditadura militar e a si mesma à defesa inquestionável do "bem".

Essa percepção foi ampliada pelo filósofo Luiz Felipe Pondé, que descreveu o que chamou de um "*marketing* gramsciano": um esforço de atores intelectuais (da mídia, da imprensa e da academia) para "colar em si mesmos a imagem de que são do bem quando são de esquerda". Para Pondé, essa postura se manifesta de forma autoritária, exigindo "atestados de pureza ideológica" e restringindo o debate acadêmico a um cânone limitado, composto basicamente por "Marx, Rousseau, Foucault e Bourdieu — e acabou". Segundo ele, a ausência de diversidade bibliográfica e o controle do debate configurariam uma "contenção e censura" velada no ambiente universitário¹¹⁸.

No segundo e último bloco do programa, o mediador lançou aos convidados a seguinte pergunta: "Por que não há um partido no país ou um agrupamento político que defenda ideias de direita?". O primeiro a responder foi Bolívar Lamounier, que apontou duas razões centrais para esse fenômeno. A primeira, segundo ele, reside na presença histórica de uma "máquina de Estado", descrita como uma "supermáquina burocrática", expressão do patrimonialismo, que atua como o principal agente econômico do país e, com isso, mantém o setor privado em posição de dependência. Lamounier argumentou que os empresários, em vez de buscar autonomia política, adaptaram-se a esse sistema, beneficiando-se de instituições como o BNDES. Diante

¹¹⁷ Trecho 09:05min – 10:30min.

¹¹⁸ Trecho 10:42min – 15:25min.

disso, indagou: por que criariam um partido próprio se já contam com o patrocínio estatal?¹¹⁹.

A segunda razão, de acordo com o cientista político, reside na própria estrutura partidária brasileira. Lamounier argumenta que a proliferação de partidos sem identidade ideológica clara (o que ele chama de “gelatina”) garante a qualquer agente político com apoio eleitoral mínimo acesso ao sistema, sem a necessidade de construir um projeto coeso. “Para que alguém vai fazer um partido se essa coisa horrorosa [...] assegura as oportunidades de entrada no sistema?”, questionou. Em sua avaliação, “não há, na verdade, nem no setor econômico e empresarial nem na classe política, um pouco de discernimento [de que] fazer um partido com identidade real, com identidade séria, é um valor importante”. Essa lógica oportunista, que substitui a construção programática por articulações pragmáticas, inviabiliza, entre outras coisas, o surgimento de uma representação de direita com projeto ideológico definido no Brasil¹²⁰.

Em contraste com a visão de que o PT careceria de orientação ideológica, Pondé argumentou que o partido, ao contrário, mantém uma consistência doutrinária própria, uma lógica interna que, em sua análise, acaba por normalizar práticas como a corrupção, não como desvios morais, mas como meios justificados por uma causa superior. Segundo ele: “Todo partido comunista ou socialista que se instalou no poder, de fato, foi corrupto. O processo de corrupção é normal; só porque há casos de corrupção não significa que o partido não esteja ideologicamente orientado”. Para o filósofo, essa coesão ideológica, enraizada em uma tradição que subordina a ética individual à teleologia revolucionária, permite que atos condenáveis pela moral liberal sejam reinterpretados como “corrupção ideologicamente orientada”, isto é, instrumentalizados em nome de um projeto histórico considerado legítimo¹²¹.

Ponto que foi exemplificado por Reinaldo Azevedo ao observar a visão da esquerda sobre o criminoso: “[...] como uma espécie de revolucionário primitivo, ele poderia estar fazendo a revolução, mas ainda está matando pessoas, e é por isso que se atribuem aos pobres a criminalidade no Brasil, um raciocínio que seria de esquerda, mas que, no fundo, é de um reacionarismo”¹²². A leitura do jornalista aponta para uma

¹¹⁹ Trecho 23:50min – 24:56min.

¹²⁰ Trecho 24:55min – 26:10min.

¹²¹ Trecho 26:20min – 27:35min.

¹²² Trecho 29:30min – 30:03min.

contradição na lógica da esquerda ao relativizar a violência e a criminalidade em favor de uma narrativa ideológica.

Diante dessas observações, o programa avançou para os questionamentos finais. O mediador lançou a seguinte pergunta: “Há um consenso na sociedade que exclui a possibilidade de um agrupamento político grande de defender ideias de direita?”, dirigindo-se inicialmente a Luiz Felipe Pondé. O filósofo respondeu que é “quase impossível” discutir ideias de direita nas universidades, onde jovens pesquisadores com orientação liberal ou conservadora enfrentam dificuldades para ingressar em programas, obter financiamento ou participar de espaços intelectuais. Pondé destacou que, “grosso modo”, centros culturais e instituições de fomento priorizam “pesquisa de esquerda, intelectual de esquerda, revista de esquerda”, deixando poucas oportunidades para iniciativas que se distanciem desse campo hegemônico¹²³.

De modo geral, Pondé argumenta que o campo identificado com a direita, ou, mais precisamente, com o liberalismo e o conservadorismo no sentido europeu, enfrenta sérias restrições institucionais no Brasil, sobretudo na academia e nos espaços culturais. Segundo ele, a esquerda se consolidou como maioria hegemônica, “não precisa ler, não precisa estudar”, bastando “pertencer ao grupo e sair gritando”. Já os que se afastam dessa corrente, por serem minoria, “têm que se preparar” e, por isso, acabam desenvolvendo um repertório mais sólido. Essa dinâmica, em sua visão, impede a institucionalização de um pensamento alternativo, apesar de estimular, paradoxalmente, um esforço intelectual mais rigoroso entre seus poucos representantes¹²⁴.

Nesse contexto, Bolívar Lamounier interveio e complementou a fala de Pondé, destacando que a distinção entre direita e esquerda no Brasil é uma visão importada, uma vez que essa dicotomia foi mais relevante na Europa, onde essas divisões eram claras: de um lado, a direita fascista, e de outro, a esquerda comunista. No Brasil, no entanto, a realidade é diferente. Aqui, a oposição ideológica pode ser melhor definida entre liberais e antiliberais: “O indivíduo antiliberal é tanto o de direita fascistoide, como o conservador anticapitalista, anti-individualista, contra o mérito, que pode quebrar o bem público por saber que ficará impune, aquele que nega a autoridade das instituições¹²⁵”.

¹²³ Trecho 31:05min – 32:45min.

¹²⁴ Trecho 32:55min – 33:40min.

¹²⁵ Trecho 34:20min – 35:10min.

Com base nessas colocações, o mediador concluiu que a divisão no país “hoje” se dá entre aqueles que defendem a “autonomia do indivíduo” e os que apoiam uma “utopia social mal definida”, que algum partido ou agrupamento se arrogaria o direito de definir em nome dos cidadãos. Ele então questionou os convidados: “Por que aqueles que se identificam com ideias liberais, do ponto de vista da organização política no Brasil, estão em tamanha inferioridade diante do que vocês mesmos falaram?”. Reinaldo Azevedo respondeu que há um forte constrangimento em certos espaços, especialmente na mídia e na academia, em relação a quem se identifica com o pensamento liberal ou conservador. Como exemplo, citou a reação à sua contratação¹²⁶ como colunista da *Folha de São Paulo*: “houve uma gritaria”, segundo ele, com críticos acusando o jornal de promover uma “guinada à direita” apenas por ter contratado alguém que “não é de esquerda”. Para Azevedo, isso revela uma tendência a demonizar o pensamento divergente sem sequer examinar seu conteúdo, reduzindo-o a um rótulo ideológico¹²⁷.

Segundo ele, a esquerda, independentemente do “grau (esquerda [moderada] para extrema-esquerda)”, se vê como um ente de razão, um “engenheiro da sociedade”. A diferença entre os extremos, nesse caso, seria apenas o grau. Já no caso da direita, “a diferença entre a direita liberal e a direita fascista não é de grau, mas de essência”¹²⁸.

Azevedo declarou se identificar com a direita liberal por defender o indivíduo e o Estado de direito, mas destacou que, para setores da esquerda, essa posição “é vista como fascista”, uma contradição em sua visão, já que o fascismo, segundo ele, “significa o poder do Estado”. Para o jornalista, a lógica que iguala liberalismo e fascismo é distorcida. Ele argumentou que “o fascismo e o comunismo são coirmãos”, diferindo não em grau, mas na forma como legitimam o autoritarismo: “a diferença é que um atribui [a fonte do poder] ao partido e o outro ao Estado”.

Para concluir, o mediador observou que, diante do que os convidados disseram, é possível afirmar que o Brasil está enfrentado uma “guerra cultural”, na qual um dos lados do conflito é “infinitamente mais forte que o outro”. Declaração essa apoiada pelo filósofo Pondé, que acrescentou que essa guerra estava “acabando de começar”. Ele explicou que caracteriza a esquerda no debate cultural é sua intolerância à

¹²⁶ O jornalista integrou a equipe de colunistas no ano de 2013.

¹²⁷ Trecho 35:30min – 37:00min.

¹²⁸ Trecho 37:20min – 38:00min.

diferença, apesar de invocá-la retoricamente. Essa dinâmica está sendo testada com o surgimento de “cinco ou seis que não têm medo (medo profissional, medo de ser difamados) e que possuem repertório”. Segundo ele, ao contrário da maioria hegemônica, que “não precisa ler, não precisa estudar” e basta “pertencer ao grupo e sair gritando”, essas vozes minoritárias são forçadas a se preparar. Para ele, essa assimetria revela como a esquerda, em sua versão dominante no Brasil, se comporta como detentora de um “monopólio da virtude”, considerando-se moralmente superior e dispensando o confronto intelectual real¹²⁹.

Em resposta, Bolívar Lamounier retomou a discussão sobre a verdadeira oposição no Brasil, que ele entende “ocorrer entre liberais e antiliberais”. Argumentou que a esquerda travou sua guerra ideológica e venceu e que, por isso, “temos que fazer a nossa¹³⁰”. Em sua conclusão, o mediador perguntou para o Luiz Felipe Pondé e a Reinaldo Azevedo: “Existe isso no Brasil hoje, chamar os eleitores para o debate que não seja o debate entre direita e esquerda, mas o debate sobre posturas fundamentais do indivíduo diante do Estado?”. Pondé respondeu que sim, afirmando que esse debate já estava ganhando visibilidade nos últimos anos: “No Brasil, para mim, ser revolucionário no bom sentido, no sentido de trazer alguma coisa de importante, é ser liberal”. Reinaldo Azevedo complementou mencionando que uma pesquisa recente divulgada pela *Folha de S. Paulo* indicava que a maioria dos brasileiros se identifica com posições conservadoras¹³¹.

Ao final do debate, os convidados convergiram na crítica a uma suposta hegemonia cultural da esquerda no Brasil, especialmente na academia, na mídia e nas instituições culturais. Contudo, longe de ignorar os equívocos históricos associados à direita, eles buscaram delimitar uma “direita liberal”, comprometida com a democracia, o Estado de Direito e a autonomia individual, em oposição tanto ao autoritarismo “fascistoide” quanto a um tipo de paternalismo estatal de esquerda. Embora não tenham elaborado um programa político detalhado, defenderam a necessidade de uma nova polarização ideológica baseada na distinção entre liberais e antiliberais, e sugeriram

¹²⁹ Trecho 38:05min – 41:35min.

¹³⁰ Trecho 43:19min – 43:23min. É importante destacar que Lamounier está se referindo em uma concepção liberal, pois sua interpretação do campo ideológico brasileiro é feita a partir do embate entre liberais e antiliberais. Portanto, uma guerra cultural produzida pela esfera “liberal”.

¹³¹ Trecho 44:50min – 45:55min.

que os valores conservadores e liberais já presentes na sociedade brasileira poderiam sustentar uma alternativa viável à esquerda hegemônica.

Outro aspecto relevante, especialmente nas falas de Luiz Felipe Pondé e Reinaldo Azevedo, foi o uso de termos como “guerra cultural”, “esquerdismo”, “gramscismo” e “hegemonia cultural” em seus argumentos. Essas expressões, embora originárias de debates políticos norte-americanos e europeus, tornaram-se recorrentes no discurso conservador brasileiro contemporâneo e são frequentemente associadas aos escritos do filósofo Olavo de Carvalho. Seus textos, como já demonstrado na seção anterior, estabeleciam paralelos entre o Brasil e os Estados Unidos, delineando uma conjuntura simbólica de crise ideológica justificada pela influência de correntes culturais ligadas à *New Left* sobre setores da esquerda brasileira¹³². Para isso, Olavo de Carvalho desenvolveu uma estratégia de mobilização em torno de pautas anticomunistas, apresentando-as como resposta a uma suposta degradação moral e política da sociedade. No fundo, sua teoria reproduziu, com adaptações locais, os diagnósticos da direita conservadora norte-americana, da qual se tornou uma referência no Brasil.

Enquanto, para esses intelectuais, o emprego desses conceitos buscou desnaturalizar a narrativa hegemônica no debate público, partindo da contestação ao monopólio de ideias atribuído à esquerda, os significados centrais foram mantidos, embora os métodos de difusão variassem. No caso de Olavo de Carvalho, suas ideias serviram como ponto de partida para ações de contestação cultural, funcionando como um modelo de ativismo intelectual que ganhou relevância na esfera pública. Seus posicionamentos articularam, de forma implícita ou explícita, uma aliança simbólica entre liberais e conservadores, unidos no combate àquilo que identificavam como “esquerda cultural”.

Essa dinâmica também aparece em outros pensadores, como o economista Rodrigo Constantino, que compartilha de críticas ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda brasileira. Formado pela PUC-Rio no final da década de 1990, Constantino iniciou sua carreira no mercado financeiro antes de migrar para o jornalismo político. Ganhou notoriedade nas redes sociais, a começar pelo Orkut, e consolidou-se em veículos tradicionais e alternativos, com ênfase no ambiente digital.

¹³² Narrativas encontradas nos livros: *A revolução Cultural – Fritjof Capra & Antonio Gramsci*, publicado em 1994, e *O imbecil Coletivo vol. I*, publicado em 1996.

4.1 O ATALHO NORTE-AMERICANO: INFLUÊNCIA DOS EUA NA DIREITA BRASILEIRA (2008 -2013)

Diante disso, este capítulo tem como ponto de partida a hipótese de que intelectuais da direita brasileira nas últimas décadas, em especial entre 2008 e 2013, sofreram influência, direta e indireta, da direita conservadora dos Estados Unidos, cujas bases foram fortificadas durante a Guerra Fria. Tal influência teria sido decisiva na reconfiguração do que seus próprios expoentes passaram a chamar de “Nova Direita”¹³³ e seu campo intelectual. Esse processo foi impulsionado, em grande medida, por fatores políticos e ideológicos, bem como pela crescente receptividade a ideias e argumentos originários dos EUA, que ganharam espaço em publicações do meio intelectual brasileiro. Além disso, a expansão da internet como plataforma de divulgação e arena de embate político facilitou a disseminação dessas influências.

Essa influência que pode ser entendida pela proposta analítica da cientista política Ruth Zimmerling (2001; 2005) entre “influência intencional” (ações deliberadas de difusão ideológica) e “influência não intencional” (assimilação orgânica de referenciais externos). Segundo essa perspectiva, tais influências atuam remodelando a interpretação dos agentes políticos sobre três eixos: o sistema político, mediante a incorporação de narrativas e estratégias discursivas; o campo ideológico, através da ressignificação de conceitos e antagonismos; a realidade Social, seja por meio de distorções que atendem a interesses específicos, seja pela adoção de modelos estrangeiros como parâmetro de análise.

Essa transferência ideológica ocorreu tanto de forma explícita (a importação de *slogans*, termos e conceitos típicos do conservadorismo estadunidense), quanto de maneira difusa, através da naturalização de pressupostos sobre Estado, economia e moralidade originários desse contexto.

[...] por exemplo, quase nenhum trabalho sobre o desenvolvimento político da América Latina renuncia a apontar que numerosas Constituições latino-americanas — especialmente no século XIX — incluem em grande parte o texto de antecedentes norte-americanos ou europeus ocidentais. Essas coincidências não são atribuídas ao acaso, mas à

¹³³ É uma categoria que ganhou destaque entre autores liberais e conservadores no Brasil no contexto entre 2008 e 2018, como visto no livro de Lucas Berlanza, publicado em 2017. “Essa ‘direita’ é ‘nova’, portanto, não porque nada parecido existisse antes, não porque essas correntes políticas sejam inéditas no país; mas porque ela representa um marco de resistência, uma sucessão de décadas em que essas correntes permaneceram no ostracismo” (Berlanza, 2017, p. 10).

influência dos modelos existentes no Hemisfério Norte sobre os pais das Constituições latino-americanas”. Mas em nenhum lugar se encontra a suposição ou afirmação de que os norte-americanos ou os europeus praticaram intencionalmente a influência. Ao contrário, destaca-se que os próprios latino-americanos teriam buscado seus modelos. (Zimmerling, 2001, p. 45-46, tradução nossa).

No contexto brasileiro, essa dinâmica de influência transnacional se manifesta na adoção de ideias, práticas e no ativismo político de intelectuais alinhados à direita, em um processo que combinou assimilação intencional e difusão cultural. Isso se reflete na incorporação de um vocabulário político até então estranho ou marginalizado no debate público nacional, que não dialogava com as questões tradicionais presentes em nossa esfera de discussão social. Contudo, com o crescimento da oposição aos governos petistas, incluindo suas concepções de gestão baseadas em educação, justiça social e políticas públicas, ganhou força a assimilação de argumentos, ideias e formas de ativismo originárias dos Estados Unidos. Movimento que não foi uma mera importação, mas uma recontextualização estratégica: termos como “justiça social” foram ressignificados como “vitimismo”, e políticas públicas passaram a ser enquadradas como “intervencionismo ideológico”.

Autores como o filósofo Olavo de Carvalho já antecipavam essa crítica à suposta hegemonia cultural da esquerda, mas inicialmente não encontraram grande receptividade. Essa situação mudou na década de 2010, quando diferentes correntes conservadoras e liberais, embora distintas em seus fundamentos, passaram a convergir em torno do combate comum ao “gramscismo” e à “esquerda cultural”. Nesse contexto, instituições internacionais, como a *think tank* *Atlas Network*, desempenharam papel relevante na disseminação de ideias de orientação liberal em diversos países latino-americanos, inclusive no Brasil, financiando redes de intelectuais e organizações voltadas à promoção do livre mercado e do Estado de direito (Baggio, 2016).

Ações diretas e indiretas forneceram base e estrutura para o trabalho de grupos como o Instituto Mises Brasil, o Instituto Millennium e o Instituto Liberal, que, com esse apoio, renovaram seu ativismo político e econômico. Isso se evidencia, por exemplo, na reinterpretação de conceitos como justiça social, liberdade e igualdade política, frequentemente criticados por grupos opositores e intelectuais de direita. Embora Olavo de Carvalho não tenha integrado essas organizações e, em muitos aspectos, divergisse de seus fundamentos liberais, ele e outros pensadores desse espectro ideológico frequentemente associavam as iniciativas da esquerda a uma guinada em

direção ao comunismo, ao “marxismo cultural”, ao “gramscismo” e, em certos contextos retóricos, até ao fascismo.

Essas ideias não são novas no Brasil, mas a forma como têm sido reproduzidas no cenário intelectual da direita remete a um contexto específico: a evolução do conservadorismo norte-americano a partir dos anos 1950, com especial intensificação nos anos 1980 e 1990. Foi nesse período posterior à Guerra Fria (e não durante seu auge) que ganharam força debates sobre políticas públicas para grupos marginalizados, cotas raciais, reformas educacionais e a influência religiosa na política, impulsionados por uma crítica conservadora à chamada “contracultura” e ao que passou a ser rotulado como “marxismo cultural”. No Brasil, termos como “marxismo cultural”, “gramscismo”, “hegemonia esquerdista” e “comunismo” ganharam espaço, migrando de círculos restritos para obras literárias e debates de maior visibilidade, especialmente após 2005.

Como observa Zimmerling (2005), em momentos de transformação política, os valores e princípios sociais que fundamentam o Estado de direito e a própria noção de sociedade podem ser contestados e reorientados por ideias divergentes, levando a comportamentos políticos que beneficiam grupos específicos, como elites políticas ou econômicas. Esse processo pode ser impulsionado por referências externas, provenientes de realidades distintas, gerando uma influência indireta. Por exemplo, a percepção de que um determinado modelo social é desejável, ainda que idealizado ou parcialmente compreendido, pode levar à adoção de suas ideias como paradigma a ser seguido.

No Brasil, esses valores foram contestados por intelectuais que os denunciavam como alheios à realidade nacional, associando-os a um projeto político supostamente nocivo — o comunismo ou o “marxismo cultural” e suas variantes. Para isso, articularam uma apropriação gradual de referenciais conservadores norte-americanos, que já circulavam desde o final do século XX em círculos conservadores brasileiros, mas ganharam força apenas nas décadas seguintes, quando foram ressignificadas como respostas ao “perigo vermelho”. Esse processo, acelerado pelas redes sociais e por uma dinâmica de polarização assimétrica, em que um polo ideológico amplificou seu poder discursivo de forma desproporcional (NUNES, 2020), redefiniu não apenas o discurso da direita brasileira, mas sua própria atuação política, convertendo algumas teorias antes marginalizadas em eixos centrais de uma nova agenda ideológica.

O primeiro fator refere-se à reinterpretação dos trabalhos de Olavo de Carvalho, elevado ao *status* de figura central dessa direita (Bianchi, 2019; Chaloub, 2022), especialmente por meio do revisionismo e da releitura de suas ideias no contexto político brasileiro. Em segundo lugar, pela influência de ideias presentes em livros e materiais que foram mediados no campo político brasileiro por *think tanks* estadunidenses (Silva, 2015; Rocha, 2018) e por um nicho editorial (Chaloub; Perlatto, 2016; Silva, 2018) que resgatou autores desse conservadorismo, com apoio e o ativismo de intelectuais liberais e conservadores brasileiros. Contudo, é necessário matizar que nem todos os intelectuais aqui citados se identificavam com o pensamento de Olavo de Carvalho. Figuras como Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé, embora críticas da esquerda e alinhadas a certas teses do conservadorismo cultural, mantinham distância explícita de seu anti-iluminismo, de sua rejeição à ciência moderna e de sua retórica conspiracionista. Já Rodrigo Constantino, por sua vez, tinha vínculos institucionais com redes liberais apoiadas por *think tanks* norte-americanos, mas também evitava alinhar-se diretamente ao “olavismo” como doutrina¹³⁴.

Esses intelectuais ganharam relevância por representar uma identidade de direita que buscou se afirmar no debate intelectual em oposição à esquerda, além de promover uma convergência de ideias, espaços e referências comuns, “com características particulares, que se vincula a uma presença cada vez mais visível na esfera pública de intelectuais portadores de uma retórica mais virulenta, combativa e militante, e que se assumem abertamente de direita.” (Chaloub; Lima; Perlatto, 2018, p. 9). A opção por analisá-los, em detrimento de outras figuras igualmente relevantes para o crescimento da direita no período, deve-se ao impacto que tiveram no debate público e à penetração de suas ideias na sociedade.

Rodrigo Constantino, por exemplo, atuou nas redes sociais em um momento em que esse espaço ainda era pouco explorado para discussões políticas, atraindo principalmente um público jovem. Ao criar comunidades para debater ideias liberais, especialmente de matriz clássica, ele popularizou um vocabulário político até então pouco difundido no Brasil (Rocha, 2019). Sua atuação convergiu com *think tanks* que,

¹³⁴ No entanto, isso não significa que em situações circunstanciais esses autores não tenham compartilhado diagnósticos ou vocabulário crítico próximo ao empregado por Olavo de Carvalho, especialmente em torno de noções como “marxismo cultural”, “gramscismo” e “guerra cultural”. Contudo, tal sobreposição deve ser entendida como convergência tática em torno de um inimigo comum.

embora alguns já existissem há décadas, passaram a ganhar notoriedade renovada durante os governos petistas, como o Instituto Millennium, o Mises Brasil e o Instituto Liberal, com os quais se aliou para articular críticas sistemáticas à gestão lulopetista.

Constantino também se destacou como autor de livros de sucesso voltados ao público geral, como *Esquerda Caviar* (2013), obra central em sua consolidação como intelectual público de direita. Sua presença constante em eventos, palestras e programas de mídia (tanto tradicionais quanto digitais) ampliou sua influência, ao articular de forma acessível um discurso que funde liberalismo econômico e conservadorismo moral, num contexto marcado pela crise de representação política que se aprofundou após 2013. Essa estratégia discursiva permitiu-lhe atrair um público crescente na internet.

Já Reinaldo Azevedo tornou-se um dos jornalistas mais conhecidos por sua oposição ao PT. Seu *blog* na revista *Veja* era um dos mais acessados do país, e sua trilogia (2008 – 2012), baseada em seus artigos, teve vendas expressivas. Participou ativamente de debates em TV, rádio, redes sociais e eventos acadêmicos, além de ter colaborado com *think tanks* como o Instituto Millennium e o Instituto Liberal. Seu discurso antipetista, marcado por termos como “esquerdopata” e “petralha”, contribuiu para uma retórica antipetista polarizadora.

Por outro lado, Luiz Felipe Pondé distinguiu-se por uma abordagem mais filosófica, focada no debate de ideias conservadoras. Como colunista da *Folha de São Paulo* (a partir de 2008), discutiu temas do conservadorismo britânico e norte americano, além de criticar a suposta hegemonia esquerdista nas universidades. Seu livro *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* foi um *best-seller*, consolidando-o como referência intelectual da direita. Embora já possuísse trajetória acadêmica antes de sua ascensão midiática, foi justamente a partir dessa visibilidade que seu pensamento alcançou amplo público. Eventualmente participou de debates promovidos por *think tanks* como o Instituto Millennium, mas manteve uma postura mais independente em relação a redes organizadas de ativismo ideológico.

A escolha por esses três autores justifica-se por sua influência no debate político, social e midiático, seja pela disseminação de conceitos, seja pela penetração de suas ideias no espaço público (Puglia, 2018). Outras figuras, como o filósofo Denis Rosenfield, o cientista político João Pereira Coutinho, os jornalistas Diogo Mainardi e Leandro Narloch, além do economista Bruno Garschagen, também participaram da

propagação de ideias de direita, porém sem atingir a mesma repercussão. Essa distinção baseia-se em três critérios centrais neste estudo:

O primeiro seria o impacto multidimensional: os três autores alcançaram relevância em diversas esferas, como na produção de livros, atuação nas redes sociais e espaços virtuais, influência na mídia tradicional (com divulgação de suas obras e participação em entrevistas em TV aberta e rádio) e presença em *think tanks* liberais e conservadoras, onde articulavam e difundiam suas ideias.

Em segundo a representatividade em tendências ideológicas distintas dentro do campo da direita: Reinaldo Azevedo consolidou-se pelo antipetismo e por um modelo de combate ao comunismo, representando uma vertente do anticomunismo; já Rodrigo Constantino mobilizou um discurso libertário e um ativismo liberal em suas produções e atividades; por sua vez, Luiz Felipe Pondé cultivou uma perspectiva conservadora, com críticas recorrentes às humanidades no contexto brasileiro.

Por último, a penetração social de suas ideias: esses intelectuais influenciaram o debate público, popularizando ideias e construindo uma retórica política e cultural que alimentou a oposição aos governos petistas e a uma determinada interpretação do comunismo no Brasil. Essa influência manifestou-se: no antipetismo, do qual Reinaldo Azevedo foi um dos principais articuladores (Feres Júnior; Gagliardi, 2019); na defesa do livre-mercado como alternativa para o Brasil, assim como na mobilização de grupos privados para investimentos em mídia e na produção intelectual, exemplificada no ativismo de Rodrigo Constantino e suas conexões com *think tanks* no Brasil e EUA (Vidal; Brum, 2021); e na crítica à cultura “esquerdista”, vista como hegemônica na produção cultural e acadêmica brasileira, especialmente nas universidades, conforme encontrado nos argumentos de Luiz Felipe Pondé (Chaloub; Perlatto, 2016).

Cada um desses autores, a seu modo, construiu espaços de debate frequentemente referenciando os Estados Unidos, recorrendo a figuras como os economistas Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, à escritora libertária Ayn Rand, ao conservador Russell Kirk e ao jornalista Jonah Goldberg.

Para a análise, serão utilizados referenciais bibliográficos e fontes midiáticas (incluindo *blogs* e colunas jornalísticas), com ênfase em conteúdos que abordem cultura, política e sociedade no recorte temporal entre 2008 e 2013, período que antecede o ativismo sistemático da direita brasileira, sobretudo após as Jornadas de Junho de 2013. Essa seleção alinha-se aos objetivos da pesquisa, permitindo

identificar posicionamentos políticos, influências, abordagens teóricas, argumentos e filiações ideológicas.

No caso do economista Rodrigo Constantino, a pesquisa se apoia em artigos de seu *blog* pessoal (2006-2013), que reúne dezenas de textos sobre os temas em questão e oferece um espaço onde suas ideias foram expressadas com maior liberdade, sem as restrições da mídia tradicional. Também serão considerados seus textos em *think tanks*, como o Instituto Millennium e o Instituto Liberal, além de seu livro *Esquerda Caviar* (2013), obra relevante por tratar diretamente das temáticas analisadas e por seu impacto midiático e comercial.

Para Reinaldo Azevedo, a análise se concentrará em seu *blog* de política na Revista *Veja* (2006-2017), que reúne críticas ao cenário político brasileiro e reflexões ideológicas e sociais, servindo também de base para sua trilogia *País dos Petralhas* (2008–2012), que, por sua vez, foi utilizada como material para esta pesquisa. Adicionalmente, serão consultadas suas colunas na *Folha de São Paulo*, onde escreveu entre 2013 e 2023.

Quanto ao filósofo Luiz Felipe Pondé, a metodologia segue os mesmos parâmetros: livros e textos na mídia. Entre as obras analisadas estão *Contra um Mundo Melhor: Ensaio do Afeto* (2010), o capítulo de sua autoria em *Por que Virei à Direita* (2012) e *O Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* (2012), além de suas colunas na *Folha de São Paulo*, publicadas desde 2008.

A análise dos três autores seguiu critérios semelhantes: o foco recaiu sobre suas produções entre 2008 e 2013, privilegiando livros e textos midiáticos, justamente o período em que a direita ganhava projeção no debate público e em que esses intelectuais atingiram seu ápice de visibilidade. No entanto, no caso de Constantino e Azevedo, também foram considerados textos de 2006 e 2007. De modo geral, a pesquisa concentrou-se em livros e artigos jornalísticos, abrangendo obras de grande repercussão de cada autor, além de seus conteúdos digitais, amplamente acessíveis ao público.

4.2 A IMPORTAÇÃO DE UM INVERNO IDEOLÓGICO: OS EUA E O MANUAL CRÍTICO DE RODRIGO CONSTANTINO (2005 – 2013)

Em dezembro de 2012, a revista *Carta Capital* estampou em sua capa a manchete “A velha cara da nova direita”. Na reportagem, o jornalista Leandro Fortes descreveu uma reunião ocorrida em março de 2010, em um hotel de luxo em São Paulo,

que reuniu representantes de grupos empresariais, celebridades midiáticas e intelectuais. Segundo o autor, o encontro foi denominado “1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão” e declarava como objetivo “uma nova etapa na luta da civilização ocidental contra o ateísmo comunista e a subversão dos valores cristãos.” (Fortes, 2012, recurso *online*). Entre os anfitriões estavam os dirigentes dos três principais conglomerados de mídia do país à época: Roberto Civita (Editora Abril), Otávio Frias Filho (Folha de São Paulo) e Roberto Irineu Marinho (Grupo Globo).

A reunião marcou uma das primeiras ações públicas do Instituto Millennium, *think tank* de orientação liberal fundado em 2005¹³⁵, que ganhou visibilidade entre 2009 e 2010 em meio ao crescimento do ativismo de oposição ao Partido dos Trabalhadores, especialmente durante a campanha presidencial que resultou na eleição de Dilma Rousseff. Figura central nessa articulação foi o economista Rodrigo Constantino, um dos fundadores do instituto e agente relevante na difusão, no Brasil, de um liberalismo influenciado por correntes ideológicas norte-americanas.

Esse grupo recebeu financiamento da *Atlas Network*, organização global fundada em 1981 nos Estados Unidos com o objetivo de articular e apoiar *think tanks* liberais e libertários em diversos países. A iniciativa teve origem no trabalho do empresário britânico Antony Fisher, influenciado por Friedrich Hayek e pela *Foudantion for Economic Education* (FEE). Ao longo das décadas, a *Atlas Network* expandiu sua atuação, promovendo ideias associadas ao liberalismo clássico e à economia de mercado. Críticos argumentam que sua rede tem desempenhado um papel ativo na América Latina na oposição a governos de esquerda, inclusive por meio do apoio a

¹³⁵ A *think tank* foi fundada no ano de 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade, com apoio do cientista político Denis Rosenfield, inicialmente com o nome de Instituto da Realidade Nacional. No entanto, no ano seguinte, foi rebatizada como Instituto Millenium e contou com a participação de diversos intelectuais e empresários na sua fundação, com destaque para Rodrigo Constantino e Paulo Guedes como membros-fundadores. Nos anos seguintes (2009) foi qualificada como Organização Social de Interesse Público (Oscip), com certificação do ministério de Justiça, o que permitiu receber doações de pessoas físicas e jurídicas. Durante esse período, o instituto iniciou suas atividades com a divulgação de suas agendas, promoção de eventos, criação de cursos e o estabelecimento de parcerias com grupos empresariais, além de captar recursos de *think tanks* de outros países, como da *Atlas Foundation*, a partir de 2010. Para mais detalhes sobre os grupos que forneceram capital político, econômico e intelectual ao instituto ver. ALEXANDRE, Thiago de Andrade Romeu. *O instituto Millenium e os Intelectuais da “Nova Direita” no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Disponível em: < <https://repositorio.ufff.br/jspui/bitstream/ufff/5860/1/thiagodeandraderomeualexandre.pdf> >. Acesso em 15 jan. 2025.

organizações que questionam políticas estatizantes ou intervencionistas (Plehwe; Walpen; Neunhöffer, 2020).

Em reportagem do *The Intercept Brasil* (2017), o jornalista Lee Fang descreve que a *Atlas Network* apoia uma rede de *think tanks* liberais na América Latina, incluindo no Brasil. Durante o *Latin America Liberty Forum* em Buenos Aires (2017), Alejandro Chafuen, presidente da *Atlas Network*, desde 1991, celebrou o papel da organização no treinamento de ativistas e no fortalecimento de instituições como o Instituto Liberal, do qual Rodrigo Constantino (um dos fundadores do Instituto Millenium) é presidente do conselho deliberativo. A matéria deixa claro que a rede articula uma ofensiva ideológica contra governos de esquerda, especialmente o do Partido dos Trabalhadores, associando suas políticas a “populismo” e “compra de votos.” (Fang, 2017, recurso *online*).

Além disso, Chafuen revelou que a organização treinou líderes e financiou institutos como o Millenium para promover o livre mercado e o anticomunismo (Fang, 2017). Nesse meio, a influência de Constantino foi reconhecida explicitamente pela própria *Atlas Network*: em seu informativo mensal de março de 2015¹³⁶, a organização destacou sua atuação na mídia brasileira, em particular um artigo em que critica privilégios legais concedidos a caminhoneiros durante o governo Dilma Rousseff¹³⁷. Suas intervenções públicas, frequentemente críticas à esquerda brasileira (a quem acusa de minar a democracia por meio de políticas como o Bolsa Família ou até o uso da cor vermelha em logotipos) ilustram o tipo de discurso alinhado à estratégia da rede de promover uma “guerra cultural” contra o socialismo (Fang, 2017, recurso *online*).

Constantino consolidou sua influência por meio de sua atuação no Instituto Liberal, do qual foi presidente do Conselho Deliberativo, e como um dos fundadores do Instituto Millenium. Sua presença na mídia foi ampliada por colunas regulares em veículos como *Veja*, *O Globo* e *Jovem Pan*. Em seus textos, recorria frequentemente aos Estados Unidos como referência intelectual, mobilizando ideias de pensadoras como Ayn Rand, além de economistas como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises. Estes últimos eram formados na tradição liberal europeia, mas suas críticas ao intervencionismo estatal foram amplamente apropriadas por círculos conservadores e libertários norte-americanos a partir da segunda metade do século XX.

¹³⁶ Disponível em: < <https://www.institutoliberal.org.br/blog/rodrigo-constantino-e-destaque-no-informativo-da-atlas-network/>>. Acesso em 12 mar. 2025.

Sua retórica combinava o libertarianismo econômico, com ênfase na defesa do livre mercado, na rejeição ao “assistencialismo” e na crítica a políticas públicas redistributivas, que classificava como “intervencionistas” — com um conservadorismo moral, expresso na defesa da família tradicional, do cristianismo e de valores simbólicos associados à ordem social. Essa fusão revela uma tensão característica de setores da “Nova Direita” brasileira: a defesa do “Estado mínimo” na economia que coexiste com a promoção de uma agenda cultural normativa, frequentemente hostil à pluralidade e à laicidade.

O economista, ao reunir esses aspectos críticos em seus textos e em seu ativismo, promoveu uma síntese ideológica que combinava conceitos diversos com o claro propósito de construir um inimigo político unificado: a esquerda. Para tanto, mobilizou um amplo repertório retórico que estigmatizava a esquerda como uma “elite hipócrita”, acusando-a de manipulação cultural por meio de artifícios linguísticos e de imposição de uma suposta “ideologia de gênero” ou “marxismo cultural”. Ao mesmo tempo, equiparava a esquerda brasileira a regimes totalitários do século XX, estabelecendo paralelos tanto com o nazismo quanto com o stalinismo, o que amplificou um discurso anticomunista profundamente enraizado na história política nacional e que, reatualizado, penetrou com força o debate público e os meios de comunicação.

Essa retórica foi ainda reforçada pela aliança entre moralismo político e apologia do livre mercado, um projeto que, embora simbólico, foi concretamente viabilizado por atores internacionais com agendas ideológicas precisas. Ademais, adaptou ao cenário brasileiro argumentos e estratégias discursivas originados no contexto norte-americano da Guerra Fria, especialmente aqueles desenvolvidos por intelectuais libertários e conservadores, empregando-os como ferramentas retóricas para deslegitimar o pensamento de esquerda e apresentar, como alternativa hegemônica, uma visão de mundo centrada na liberdade econômica, na defesa da ordem moral tradicional e na hostilidade ao intervencionismo estatal. Essa lógica apresenta ressonâncias pontuais com o que o cientista político Cas Mudde denomina “direita radical”, particularmente no que tange à crítica antielitista e à defesa de uma moralidade nacional. Contudo, ao contrário dos atores que compõem a extrema-direita no sentido estrito, Constantino não articula um discurso nativista (pilar central dessa categoria), e suas críticas, ainda que ocasionalmente limítrofes com posições da extrema-direita, permanecem circunscritas ao campo democrático.

Trata-se, por exemplo, da interpretação de conceitos como “Justiça Social”, “Assistencialismo”, “Propriedade Privada”, “Imposto”, “liberdade individual” e “capitalismo de mercado”, temas frequentes no debate conservador dos Estados Unidos e amplamente mobilizados pelo economista em seus textos para *think tanks*, artigos jornalísticos e publicações literárias.

Essa gramática política é reinterpretada e naturalizada por Constantino, empregando argumentos semelhantes aos circulados em meios intelectuais norte-americanos. Pensadores como o libertário Frank Chodorov, os economistas Friedrich Hayek e Henry Hazlitt, o conservador e criador do novo humanismo Irving Babbitt e, sobretudo, a filósofa Ayn Rand influenciaram e marcaram presença em suas reflexões sobre esses temas. Essa influência se revela tanto em citações diretas a esses autores quanto na semelhança de argumentos presentes em seus escritos.

Isso fica evidente, por exemplo, na análise do autor sobre os impostos (tributos), interpretados por Constantino como um falso moralismo imposto pelo Estado para controlar a renda dos indivíduos. Em um artigo publicado no *think tank* Mises Brasil (2009a), intitulado *Sonegação e Corrupção: as diferenças essenciais*, Constantino retoma um debate comum entre economistas nos Estados Unidos, que opõe libertários e progressistas, especialmente no contexto do século XX.

Ele argumenta que “a diferença mais básica entre ambas é a seguinte: de um lado, temos pessoas tentando preservar a sua própria riqueza das garras do governo; do outro, temos governantes tentando roubar a riqueza alheia, produzida pelos outros.” (Constantino, 2009a, recurso online). Essa formulação alinha-se diretamente à visão de setores radicais do libertarianismo, para os quais todo imposto coercitivo constitui uma forma de roubo, já que viola o direito natural à propriedade privada. Em vez de se distanciar dessa posição, Constantino a reafirma ao caracterizar a tributação estatal não como um ato legítimo de redistribuição, mas como um mecanismo de coerção institucionalizada, uma violência simbólica, ainda que não física, contra a liberdade econômica e a livre iniciativa, princípios centrais do pensamento libertário.

Constantino sustenta que não é necessário “abraçar totalmente a postura libertária para entender a diferença ética entre sonegar impostos e desviar recursos públicos”. Para ilustrar seu ponto, recorre a exemplos cotidianos, como em comentários de pequenos comerciantes e profissionais liberais que sonegam diante das exigências tributárias do Estado, uma prática que ele considera legítima, especialmente quando contrastada com a corrupção de políticos que desviam dinheiro público.

Ele responsabiliza diretamente o Estado pela proliferação da sonegação, argumentando que a “informalidade é o ar rarefeito que todos tentam respirar por conta da asfixia causada pelo excesso de governo e burocracia”. Apesar de negar uma adesão ao libertarianismo, sua defesa claramente reflete os princípios dessa corrente. Essa influência fica explícita quando comparada, por exemplo, ao ensaio *Taxation Is Robbery* (1947), do pensador libertário Frank Chodorov, republicado em português pelo Instituto Rothbard em 2017.

No texto, Chodorov defende que os impostos constituem um roubo institucionalizado, já que violam o direito natural à propriedade privada por meio da coerção estatal. Para ele, o sistema tributário serve principalmente para expandir, financiar e concentrar poder nas mãos do Estado, uma argumentação que ressoa nos escritos de Constantino, tanto na estrutura teórica quanto na narrativa empregada.

No entanto, é nos argumentos de economistas das tradições liberal e libertária (da Escola de Chicago, com Milton Friedman, e da Escola Austríaca, com Ludwig von Mises e Friedrich Hayek) que Constantino desenvolveu suas ideias sobre o tema. No livro *Economia do indivíduo: o legado da escola austríaca* (2009), encomendado pelo Instituto Mises¹³⁸, ele se concentra especialmente nessa última tradição, apresentando seu pensamento a um público brasileiro para quem essas ideias ainda eram pouco conhecidas ou circulavam apenas em espaços de baixa visibilidade acadêmica e midiática.

Essa mesma lógica de reinterpretação de conceitos norte-americanos aparece também na crítica de Constantino ao termo “justiça social”, que ele considera uma deturpação do verdadeiro conceito de justiça. Assim como ocorre em sua análise dos impostos, o economista se apoia em argumentos presentes no debate intelectual dos EUA, particularmente na tradição liberal-conservadora, para sustentar que a expressão encobre uma agenda intervencionista. Em textos como os publicados em seu *blog* pessoal, Constantino chega a afirmar que “Vários defensores da tal ‘justiça social’ são, na verdade, defensores do crime.” (Constantino, 2006a, recurso *online*), ressoando a desconfiança de Friedrich Hayek, para quem o termo representava um abuso semântico que substituía a justiça individual por demandas coletivas arbitrárias. Essa aproximação com Hayek, já mencionado anteriormente como uma de suas influências, reforça como Constantino não apenas dialoga com o pensamento estadunidense, mas

¹³⁸ Foi o primeiro livro editado pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil.

o adapta à realidade brasileira, traduzindo uma crítica que, em sua origem, respondia a disputas teóricas centrais no liberalismo anglófono.

Uma interpretação que remete diretamente às reflexões de Friedrich Hayek sobre a “justiça social”, desenvolvida sobretudo em *Law, Legislation and Liberty* (1973 – 1979), especialmente no volume II, *The Mirage of Social Justice* (1976). Hayek (1985, p. 84) argumentava que o termo havia se tornado um “atributo distintivo do homem bom”, um significante vazio que, apesar da impossibilidade de definição precisa, mobilizava “emoção moral” para demandar reformas na ordem social. Sua análise revelava como a expressão, embora semanticamente inconsistente, ganhava força retórica ao associar-se a um suposto “ideal elevado”, exatamente o tipo de instrumentalização linguística que Constantino denuncia em seus textos.

A crítica de Constantino ao termo “justiça social” como um artifício retórico que mascara coerção estatal e subverte o conceito clássico de justiça não apenas reflete semelhanças ao pensamento de Hayek, mas também ilustra seu método de apropriação e adaptação de debates norte-americanos ao cenário brasileiro. Ao descrever a expressão justiça social como “vazia” e “arbitrária” (Constantino, 2012, recurso *online*), reverberando a análise hayekiana da impossibilidade de sua definição objetiva (Hayek, 1985), o autor reforça como opera essa dupla movimentação intelectual: por um lado, importa ferramentas conceituais do liberalismo anglófono; por outro, as recontextualiza para combater o que identifica como vícios locais, no caso, o uso do Estado como “Robin Hood.” (Constantino, 2007a, recurso *online*). Essa estratégia consolida um padrão argumentativo que traduz disputas teóricas estrangeiras para deslegitimar, no plano doméstico, noções que associa ao intervencionismo. Desse modo, sua condenação à “justiça social” não apenas atualiza no Brasil as suspeitas liberais-conservadoras dos EUA, mas demonstra como Constantino sistemicamente reinterpreta essas referências para construir uma crítica unificada contra o que enxerga como distorções semânticas de cunho coletivista.

Contudo, há uma diferença central entre as abordagens: enquanto Hayek constrói uma genealogia minuciosa do conceito de “justiça social”, examinando suas implicações para a liberdade individual e as instituições espontâneas da sociedade, Constantino opera com generalizações que transformam a crítica em ferramenta de combate político. O economista austríaco entendia a expressão não como uma simples distorção retórica, mas como uma incoerência lógica com consequências sistêmicas, uma vez que atribui justiça a processos impessoais, como o mercado, aos quais, em

sua visão, tal categoria não se aplica. Já o autor brasileiro, embora partilhe da premissa de que o intervencionismo possui raízes ideológicas profundas, prioriza a aplicação desse argumento ao cenário contemporâneo. Assim, sua crítica utiliza as políticas de governos petistas e movimentos sociais não apenas como alvos específicos, mas como evidências pedagógicas do que considera ser uma ameaça coletivista sistêmica à liberdade no Brasil.

Em alguns textos publicados em seu *blog* entre 2007 e 2010, ele recorre ao pensamento do economista estadunidense Henry Hazlitt como autoridade para sustentar certas afirmações. Em *The Foundations of Morality* (1964), Hazlitt analisa a “justiça social” como um conceito igualitarista de inspiração socialista, voltado à equalização de renda. Ele rejeita veementemente a ideia de que a riqueza dos ricos seria a causa da pobreza dos pobres, argumentando que: “Eles não conseguem abandonar a ideia equivocada de que a riqueza dos ricos causa a pobreza dos pobres. Nada poderia estar mais errado. A riqueza dos ricos, na verdade, torna os pobres menos pobres, e não mais.” (Hazlitt, 1985, p. 317, tradução nossa). Nessa perspectiva, os mais abastados criam oportunidades de ascensão para os menos favorecidos por meio da troca voluntária de bens e serviços.

No entanto, é na obra *Man vs. The Welfare State* (1969) que as críticas de Hazlitt à justiça social apresentam paralelos mais evidentes com as reflexões de Rodrigo Constantino. Nela, o economista ataca o *New Deal* e as políticas redistributivas, caracterizando-as como mecanismo de coerção estatal e corrupção institucional. Hazlitt observa que: “A geração atual foi doutrinada a acreditar que a preocupação governamental com a ‘justiça social’ e com os menos favorecidos era inexistentes antes do *New Deal*, em 1933.” (Hazlitt, 1985, p. 171, tradução nossa). Segundo ele, essa narrativa serviu para legitimar a expansão do poder estatal, coagindo indivíduos a arcar com impostos cada vez mais altos em nome de um ideal supostamente justo, quando, na prática, tais políticas apenas fomentavam a dependência em relação ao governo e ampliavam seu controle sobre a sociedade.

Em Constantino, o conceito de justiça social assume uma dupla dimensão articulada: uma base econômica sólida associada a um posicionamento ideológico explícito. O autor critica a intervenção estatal como geradora de desigualdade, alinhando-se aos argumentos de Hazlitt (1964). Essa perspectiva torna-se evidente quando Constantino (2008, recurso *online*) afirma: “Quem pretende acabar com as desigualdades está mirando apenas na relação entre ricos e pobres, ignorando que os pobres

melhoram de vida se os indivíduos puderem ficar ricos”. Ou seja, para ele, o progresso social depende mais da liberdade econômica do que de políticas redistributivas.

Já na dimensão ideológica, Constantino denuncia o que considera um apelo social enganoso, ressoando novamente as reflexões da Hazlitt (1964). Segundo o autor (2006a, recurso *online*), essa retórica se manifesta-se na defesa seletiva de certos grupos: “São aqueles que pregam soluções milagrosas e ‘igualdade social’ ao mesmo tempo que sempre tomam o partido dos culpados. [...] Preocupam-se apenas com os ‘coitados’ dos assassinos ignorando a dor das vítimas inocentes”. Dessa forma, Constantino expõe o que considera uma contradição nos discursos progressistas, que, em sua visão, priorizam criminosos em detrimento da justiça e da segurança pública.

Embora as análises de Constantino frequentemente reduzam a complexidade de certos conceitos como “justiça social” ou “desigualdade”, elas também traduzem argumentos clássicos do liberalismo para formatos de fácil circulação. Essa estratégia comunicativa não é neutra: visa difundir uma interpretação específica do liberalismo que enfatiza a liberdade individual, a crítica ao intervencionismo estatal e a desconfiança em relação a narrativas igualitaristas. Tal abordagem é reforçada pelos canais que ele utiliza (redes sociais e colunas jornalísticas), cujas lógicas de visibilidade favorecem mensagens diretas, polarizadoras e desprovidas de mediações conceituais.

Esse modelo de comunicação permite a disseminação de suas teses a públicos insatisfeitos e críticos da esquerda, mas com uma limitação: a desconsideração das mediações contextuais. Constantino mobiliza referenciais da tradição liberal e libertária, com destaque para as críticas ao *welfare state* presentes em autores como Hayek, Chodorov e Hazlitt, e os aplica ao cenário brasileiro. Todavia, essa transposição tende a mimetizar os contornos e a retórica que esse debate assumiu no contexto norte-americano, sem examinar criticamente as especificidades históricas e institucionais do Estado de bem-estar no Brasil, nem a própria diversidade das tradições liberais nacionais.

Embora o liberalismo econômico tenha presença histórica no país, desde o século XIX, a leitura de Constantino tende a ignorar essa trajetória interna, preferindo ancorar seu discurso em referências externas que funcionam como autoridades simbólicas. O resultado é um discurso eficaz em termos de mobilização ideológica, mas potencialmente anacrônico ou deslocado quando aplicado às condições socioeconômicas e políticas brasileiras. Trata-se de um método que utiliza argumentos baseados em dados econômicos para validar posições políticas, mas que, no fundo, opera com

um discurso instrumentalizado, um uso seletivo da tecnicidade para reforçar princípios como liberdade individual e meritocracia, muitas vezes descolados da realidade institucional e das desigualdades estruturais do Brasil.

Constantino também se vale do pensamento do conservador Irving Babbitt, citando sua afirmação de que a justiça social seria uma “justiça de classes, ou seja, luta de classes — e luta de classes, levando em conta toda a experiência histórica, significa o inferno.” (Constantino, 2007b, recurso *online*). Ao incorporar essa referência, o autor destaca a importância de Babbitt como crítico do marxismo e do relativismo moderno, além de defensor de valores clássicos baseados no humanismo de filósofos como Aristóteles.

Em seus textos, Constantino (2008) recorre a obras de Babbitt, como *Democracy and Leadership* (1924), para fundamentar suas críticas à concepção moderna de liberdade no contexto democrático, especialmente quando mediada por um estado de Bem-estar Social. Ele utiliza esses referenciais para atacar noções como justiça social e políticas assistencialistas, apresentando-as como distorções que corromperiam a natureza humana.

Vale notar que Irving Babbitt foi figura central entre os intelectuais que Nash (2006) classificou como “tradicionalistas”. Sua influência se estendeu a grupos como os *Southern Agrarians* e foi particularmente relevante para o desenvolvimento do chamado “novo conservadorismo” nos EUA dos anos 1950.

No entanto, ao transpor certas referências norte-americanas para o debate brasileiro, Constantino as apresenta de modo simplificado e introdutório, servindo-lhes sobretudo como respaldo retórico para críticas ao cenário político-ideológico nacional. Esse procedimento revela uma tensão estrutural: a aplicação de ideias formuladas em contextos sociais e econômicos radicalmente distintos, sem a mediação teórica capaz de justificar sua rearticulação em solo brasileiro.

Embora muitos desses autores possuam uma circulação voltada a redutos ideológicos específicos nos Estados Unidos, com exceções como Friedrich Hayek, cuja obra transita pelo cânone liberal, no Brasil eles frequentemente são elevados a um estatuto de autoridade acadêmica que, em seus contextos de origem, é matizado por intensas disputas e delimitações institucionais. Constantino soube explorar essa distribuição desigual de prestígio de forma estratégica, adaptando tais referências ao ambiente político local. O resultado é um discurso eficaz na mobilização ideológica,

mas que tende a negligenciar as mediações necessárias entre a influência política de nicho dessas teorias estrangeiras e a complexidade da realidade nacional.

Nesse quadro, Ayn Rand ocupa lugar central. Embora mantenha um *status* periférico nos currículos acadêmicos de Filosofia, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, sua obra circula com vigor em esferas de militância ideológica e no mercado editorial de desenvolvimento pessoal. No cenário brasileiro pós-2000, contudo, Rand foi alçada por setores da nova direita a um patamar de referência intelectual primária. Constantino foi um dos principais articuladores dessa promoção simbólica, tendo dedicado duas publicações ao seu pensamento: o ebook *As ideias de Ayn Rand* (2006) e o livro *Egoísmo Racional: O individualismo de Ayn Rand* (2007). A mobilização de Rand, cujo apelo reside na contundência de suas máximas morais, ilustra o processo pelo qual autores de nicho ou de circulação essencialmente política são reconfigurados no Brasil como eixos de uma crítica sistêmica, muitas vezes abstraindo as contravérsias que cercam sua legitimidade teórica nos centros de debate original.

Nossa pesquisa identificou que Rand aparece citada em pelo menos dezoito artigos de Constantino entre 2007 e 2012. Um dos mais significativos foi publicado no jornal *O Globo* em 2012, intitulado *O Homem que combatia com o Cérebro*. Nele, o autor apresenta um panorama da vida e obra de Rand, destaca seus romances mais influentes e utiliza seus conceitos como base para criticar o coletivismo e suas variantes. Afirma ele:

Enquanto muitos intelectuais ainda olhavam para a União Soviética como fonte de inspiração, Ayn Rand compreendia plenamente o que aquele modelo representava na prática: a aniquilação do indivíduo, a escravização do povo e a propagação da miséria. (Constantino, 2012, recurso *online*).

O aspecto fundamental da apropriação que Constantino faz de Rand reside no conceito de objetivismo, que ele desenvolve especialmente em seu livro sobre o “egoísmo racional”. Esse princípio filosófico aparece tanto nas obras de ficção de Rand, como *Fountainhead* (1943) e *Atlas Shrugged* (1957), quanto em seus ensaios, particularmente em *The Virtue of Selfishness* (1964). Segundo Rand, o objetivismo ético representa “um conjunto de princípios valorativos para orientar as decisões e as condutas humanas, definindo os objetivos e a trajetória da existência” (Rand, 1964, p. 16, tradução nossa). Trata-se de uma ética que, segundo Rand, se funda em fatos objetivos da realidade, na qual a razão desempenha um papel fundamental: como único

norte válido para a ação, em contraposição a emoções ou impulsos irracionais que conduziriam à autodestruição (Rand, 1964, p. 30).

Essa racionalidade constitui o núcleo das “três virtudes cardeais” propostas pela autora, sendo a capacidade racional a origem primordial de todas as demais. A produtividade é entendida como o reconhecimento de que o trabalho criativo é o meio pelo qual o ser humano mantém sua existência; o orgulho, por sua vez, expressa a consciência de que, além de conquistas materiais, o indivíduo deve cultivar valores morais que tornam a vida digna de ser vivida (Rand, 1964, p. 30).

Constantino absorve esses princípios para construir sua crítica ao assistencialismo estatal e sua defesa de um individualismo radical, adaptando o objetivismo randiano ao contexto brasileiro, embora nem sempre com as mediações contextuais que a própria obra de Rand tende a negligenciar.

O conceito de egoísmo racional em Rand configura-se como um sistema de valores essenciais para a existência humana, baseado em ações e posturas fundamentadas na razão. Sob essa perspectiva, o indivíduo deve viver para si mesmo, tendo sua própria vida como propósito fundamental e a busca da felicidade como o mais elevado imperativo moral. Os direitos individuais surgem como princípio basilar, e a proteção da vida humana e desses direitos é elevada a valor supremo. O governo, por sua vez, possui um papel limitado, restringindo-se a garantir esses direitos individuais e assegurar a liberdade contra coerções físicas. Segundo Ayn Rand, apenas o capitalismo *laissez-faire* em sua forma plena seria capaz de cumprir adequadamente essa função, por ser o único sistema que beneficia todos os participantes ativos do processo produtivo (Rand, 1964, p. 37).

Nesse cenário, os fundamentos éticos randianos se apresentam como radicalmente opostos ao altruísmo, ao subjetivismo e a qualquer forma de irracionalidade — concepções que Rand entende como ameaças ao valor central de sua filosofia: a vida humana individual. Ela argumenta que essas concepções minam a autonomia e a racionalidade do indivíduo, elementos essenciais para a preservação e a realização de sua existência. Dessa forma, sua defesa do egoísmo racional e do individualismo se apresenta como uma rejeição clara a sistemas que subordinam o indivíduo a coletividades ou a princípios que, segundo ela, não se fundamentam na razão objetiva.

Constantino interpreta Rand como principal baluarte intelectual contra o coletivismo nas Américas, ao afirmar que:

Ela via o socialismo e demais formas de coletivismo como uma espécie de idealização da inveja. Retira-se a embalagem altruísta e não resta nada além da inveja, do desejo de condenar o sucesso individual em vez de realmente criar riqueza. (Constantino, 2012, recurso *online*).

Nesta perspectiva, conceitos como igualitarismo, justiça social e intervencionismo econômico configurariam meros disfarces para a inveja, mecanismos de uniformização social que negam o mérito individual. Segundo Constantino, essa concepção de liberdade deriva diretamente do ideário de Rand, que “pregava as virtudes do egoísmo, o direito de cada indivíduo viver para satisfazer seus potenciais e interesses, em vez de ser um escravo dos demais.” (Constantino, 2009b, recurso *online*).

O economista construiu seu arcabouço teórico a partir de reflexões e debates característicos do cenário intelectual norte-americano, apropriando-se de ideias de intelectuais como Hayek, Hazlitt, Babbitt e, sobretudo, Ayn Rand. No entanto, essas afinidades argumentativas também podem ser encontradas em outros intelectuais desse meio, como Milton Friedman, Ludwig von Mises e Thomas Sowell, figuras que também aparecem em seus textos.

Estas influências foram ressignificadas e aplicadas ao contexto brasileiro como alternativas aos dilemas políticos e morais nacionais. Assim como observado na obra de Olavo de Carvalho, Constantino é marcado por um modelo político e ideológico que ele adota por acreditar ser o mais adequado a ser seguido. Isso porque os efeitos observados no cenário norte-americano, especialmente nos argumentos da vertente liberal dos autores que ganharam destaque em seus escritos, são vistos como centrais para resolver ou debater problemas no Brasil, tal como ocorreu nos Estados Unidos. Esse efeito de demonstração (Zimmerling, 2001), reproduzido pelo economista, é frágil, pois se sustenta mais na retórica do que na realidade política e cultural.

Dessa forma, essa estratégia de transposição intelectual não se limita à crítica econômica; estende-se também a paralelos culturais, como sua análise do politicamente correto e as comparações entre a esquerda brasileira e o fascismo — temas que desenvolveremos adiante ao demonstrar como Constantino estabelece essa ponte entre realidades sociopolíticas distintas.

4.2.1 A cruzada contra o Politicamente Correto e a importação de um discurso conservador

Em 2013, Constantino publicou *A Esquerda Caviar: A hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no mundo*, livro que sintetiza sua crítica ao progressismo brasileiro à luz das influências teóricas que moldaram seu pensamento, especialmente o objetivismo de Ayn Rand e as reflexões de autores como Hayek sobre os perigos do coletivismo. A obra, um dos *best-sellers* de não-ficção daquele ano, reforçava não apenas o discurso randiano contra o “altruísmo coercitivo”, mas também refletia teorias de Olavo de Carvalho e de outros autores do contexto estadunidense, como do colunista da revista *National Review* Jonah Goldberg.

As críticas do economista à esquerda brasileira refletem uma apropriação seletiva de ideias e discursos típicos do conservadorismo dos EUA, traço observado em Olavo de Carvalho, pensador com quem Constantino manteve uma relação ambivalente. Embora o reconhecesse como uma influência intelectual, travou com ele embates acirrados nos primórdios das redes sociais, em plataformas como o *Orkut*¹³⁹. Essa convergência ideológica consolidou-se por meio de sua atuação em *think tanks* nacionais, que não só amplificaram sua voz, mas também difundiram um repertório teórico estrangeiro, adaptado às controvérsias políticas locais.

O livro operou, em parte, dentro de um campo discursivo que compartilhava certos alvos críticos com a crítica de Olavo de Carvalho à esquerda brasileira, em especial ao Partido dos Trabalhadores, embora sem endossar seu pensamento como um todo. Contudo, diferentemente de suas obras anteriores, o livro ganhou relevância graças ao contexto de crise política daquele período.

Nesse contexto, Constantino se tornou figura frequente em eventos anticomunistas, nos quais reinterpretava a noção de “esquerdismo” formulada por Olavo de Carvalho, aplicando-a a novos atores e contextos, entre eles Hugo Chávez, Barack Obama, José Mujica e Evo Morales, além de fazer referências à Venezuela e a Cuba. Um exemplo desse ativismo foi sua participação no seminário “Politicamente Correto

¹³⁹ Em 2007, o economista expressou suas críticas a Olavo de Carvalho e seus seguidores em um texto publicado em seu *blog*. A reclamação surgiu em resposta a um conteúdo que ele havia compartilhado em sua rede social *Orkut*, na época popular no Brasil. No texto, o economista manifestou insatisfação com as reações e o comportamento dos seguidores de Olavo de Carvalho, e do próprio, destacando divergências em relação às ideias e ao tom das discussões em sua postagem. Disponível em: < <https://rodrigoconstantino.blogspot.com/2007/02/resposta-olavo.html> >. Acesso em 19 dez. 2024.

x Liberdade¹⁴⁰”, que reuniu jornalistas como Leandro Narloch, Marcelo Tas e Reinaldo Azevedo.

No início do seu livro, na abertura da introdução, Constantino declara: “O mundo dito civilizado vive uma crise moral de grandes proporções.” (2013a, p. 9). Em seguida, ainda no mesmo parágrafo, complementa: “Ideias têm consequências, e um conjunto equivocado delas tem minado o progresso e a liberdade individual.” (Constantino, 2013a, p. 9). Essa dupla proposição, que associa a decadência ocidental a paradigmas intelectuais falaciosos, é seguida pela invocação da Bíblia como antídoto moral para uma era que, em suas palavras, privilegia o culto à “autoestima” (Constantino, 2013a, p. 9).

A crítica se estende ao tema do politicamente correto, caracterizado como um “*marketing* do comportamento” que impõe uma “ditadura velada”, na qual “os adeptos buscam monopolizar as boas intenções e os fins ‘nobres’”, suprimindo o debate sobre os meios para alcançá-los (Constantino, 2013a, p. 9). A expressão “politicamente correto” aparece 25 vezes em *Esquerda Caviar*, consolidando-se como um dos eixos da sua obra.

Essas questões culturais perpassam os textos de Constantino, com destaque para o que ele via como um moralismo semântico. Em 2006, em um artigo intitulado *Liberdade de Expressão*, publicado em seu *blog*,¹⁴¹ o economista caracterizava a época como dominada pelo que chamava “ditadura do politicamente correto”. Ele escreveu: “Vivemos na era do politicamente correto, da ditadura da maioria e do relativismo moral exacerbado. Tais características impõem sérios riscos à liberdade de expressão.” (Constantino, 2006a, recurso *online*).

No desenvolvimento dessa discussão no seu livro *Esquerda Caviar*, Constantino recorre ao conceito de “duplipensar”, entendido por ele como a capacidade de sustentar simultaneamente crenças contraditórias, para criticar o que considera uma imposição ideológica do “politicamente correto”. Originalmente cunhado por George Orwell em 1984, o duplipensar “significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas.” (Orwell, 2009, p. 252). As reflexões do autor britânico, conhecido por suas críticas ao stalinismo, denunciavam

¹⁴⁰ Disponível em: < <https://institutomillennium.org.br/liberdade-politicamente-correto/>>. Acesso em 11 jan. 2025

¹⁴¹ Disponível em: < <https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Politicamente+correto>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

os regimes totalitários, destacando mecanismos de controle como a vigilância e a doutrinação¹⁴².

Na interpretação de Constantino, o Partido dos Trabalhadores estaria recriando um “novo dicionário revolucionário. Até chegou a distribuir uma cartilha com o ‘linguajar correto.’” (Constantino, 2013a, p. 119). Para ele, esse sintoma seria um indicativo de que o país caminhava rumo a uma ditadura, na medida em que a esquerda brasileira estaria “manipulando conceitos”. Essa tese reflete, tematicamente, argumentos de pensadores como Richard Weaver, em especial a noção de decadência ocidental, a defesa da propriedade como barreira contra a tirania e o apelo a valores bíblicos como fundamento ético. Ademais, recupera a crítica à expressão “politicamente correto”, central nos debates norte-americanos dos anos 1980 e 1990 conhecidos como *Canon Wars*, e articulada por intelectuais como William Bennett e Roger Kimball. Constantino, por sua vez, incorporou essas referências em sua própria crítica à cultura progressista no Brasil, embora raramente cite esses autores de forma sistemática.

Contudo, as convergências são mais retóricas que doutrinárias. Weaver, tradicionalista radical e crítico do capitalismo financeiro, representava um conservadorismo antimoderno incompatível com o liberalismo econômico que Constantino abraça. Apesar dessa contradição ideológica, a aproximação se torna plausível pelo viés moralista que ambos compartilham, evidenciado, inclusive, pela reapropriação da máxima: “ideias têm consequências”, título da obra de Weaver (1948), convertida por Constantino em axioma contra o progressismo.

Quanto à sua abordagem sobre o “politicamente correto”, ele segue os paralelos moldados na crítica de William Bennett (1984) sobre a deficiência do ensino superior nos EUA, atribuída à doutrinação de professores de esquerda. No entanto, são as análises de Roger Kimball (1990) que conferem maior sentido às ideias de Constantino sobre o tema, principalmente pelo tom acusatório e pela semelhança discursiva. Como Kimball afirma: “Como a maioria das tiranias modernas, a ditadura do politicamente correto usou e abusou da retórica da virtude em seu esforço para impor conformidade e dissenso silencioso” (Kimball, 2009, p. 11).

¹⁴² Contudo, na narrativa orwelliana, tal mecanismo não é um traço de incoerência individual, mas uma técnica de dominação psicológica imposta por regimes totalitários, destinada a anular a capacidade de julgamento crítico. Essa referência se aproxima das ideias de Olavo de Carvalho sobre a imposição da PNL, mas com a diferença que em Constantino essa abordagem é mais sutil e menos conspiracionista.

Essa análise revela um fenômeno característico do pensamento conservador brasileiro que ganhou destaque em intelectuais que se identificavam com a direita que aqui analisamos: a hibridização de elementos tradicionais (como visto em autores como Weaver) com agendas liberais, formando um arsenal discursivo coeso na crítica à esquerda, mas internamente tensionado. A similitude, portanto, reside no campo temático (particularmente no discurso da decadência) e não na consistência filosófica, padrão recorrente em autores alinhados ao conservadorismo da direita americana com quem Constantino dialoga, ainda que indiretamente.

Esse é um tema recorrente em toda a obra de Constantino e demais publicações. No seu livro, em uma análise sobre um suposto “narcisismo de elite” presente em setores da esquerda, ele argumenta que esses grupos se distanciaram das massas, isolando-se em uma bolha de poder e recursos, vivendo realidades completamente distintas da do “povão” (Constantino, 2013a, p. 25). Essa crítica remete ao trabalho do filósofo estadunidense Christopher Lasch em *A Rebelião das Elites e a traição da democracia* (1994), no qual ele descreve como as elites, especialmente as classes profissionais, abandonaram seu papel de referência social, transformando-se em uma nova aristocracia. Lasch caracteriza essas elites como “simultaneamente arrogantes e inseguras”, que enxergam as massas com “uma mistura de desprezo e apreensão.” (Lasch, 1994, p. 41).

É um argumento semelhante ao encontrado em *O Imbecil Coletivo*, de Olavo de Carvalho, que cita diretamente o livro de Lasch ao afirmar que “há uma nova elite dominante no mundo, distinta da burguesia; ela não governa pela posse dos meios de produção, mas pelo domínio da informação.” (Carvalho, 1996, p. 79). Carvalho ainda associa as reflexões de Lasch com a obra de James Burnham, *The Managerial Revolution* (1941), sugerindo que ambos discutem o surgimento de uma nova classe dirigente (elite). No entanto, as diferenças entre os autores são significativas: Burnham faz uma análise estrutural baseada na teoria das elites de Vilfredo Pareto e Robert Michels¹⁴³, que teve como contraponto intelectual C. Wright Mills¹⁴⁴, enquanto Lasch desenvolve uma crítica cultural, inicialmente em *The Culture of Narcissism* (1979),

¹⁴³ Nas obras: “*Political Parties: A sociological study of the Oligarchical tendencies of modern democracy*” de Robert Michels e “*Trattato di sociologia generale*” de Vilfredo Pareto, publicados respectivamente em 1915 e 1916.

¹⁴⁴ Na obra *The Power Elite* (1956).

onde examina a erosão do caráter americano em uma sociedade marcada pelo individualismo e pela ruptura com o passado.

Essa distinção é central, pois Burnham escreve em um contexto de crise global, durante a Segunda Guerra Mundial, em um período de indefinição do conflito, enquanto Lasch publica seu livro após a queda do Muro de Berlim, em um cenário de hegemonia norte-americana. Apesar de ambos criticarem a democracia liberal, seus fundamentos são distintos: Burnham foca na dinâmica do poder, enquanto Lasch aborda a decadência cultural e moral. No entanto, essa inferência que fazemos a partir da leitura de Constantino, ao adotar a interpretação de Carvalho, simplifica essa discussão, atribuindo a uma “elite esquerdista” uma suposta decadência moral do Ocidente.

Essa interpretação fica ainda mais evidente quando Constantino afirma que “o narcisismo dessa elite política e intelectual acaba retroalimentando um modelo estatizante, concentrador de renda e de poder, tudo em nome do combate à desigualdade e ao egoísmo dos capitalistas.” (Constantino, 2013a, p. 27). Passagem que revela um viés panfletário, ao associar reflexões, como a encontrada na crítica de Lasch, a um tipo de hegemonia de esquerda, quando, na realidade, Lasch descreve uma elite globalista e tecnocrática, desvinculada de qualquer projeto ideológico específico¹⁴⁵.

A descrição dessa elite, autorreferenciada e reorganizadora da sociedade, aproxima-se da análise de Michel Foucault sobre o neoliberalismo como uma racionalidade política que, mais do que um modelo econômico, busca gerir a vida por meio de um mecanismo de mercado (Foucault, 2008). Contudo, Constantino simplifica essa discussão ao atribuí-la apenas a uma “hegemonia esquerdista”, ignorando que o fenômeno descrito por Lasch (e em parte por Foucault) transcende divisões ideológicas tradicionais. Em certos aspectos, o autor apropriou-se de teorias que ele mesmo criticava, adaptando-as de forma simplista para sustentar sua própria narrativa e conveniência ideológica.

¹⁴⁵ Essa estratégia retórica estabelece um diálogo direto com a recepção de Christopher Lasch na obra de Olavo de Carvalho, especialmente em *O Imbecil Coletivo* (1996). Carvalho instrumentalizou teses de Lasch sobre a “cultura do narcisismo” para caracterizar a intelectualidade brasileira como uma elite autorreferente e apartada da realidade popular. Nota-se, em ambos os autores, uma operação de “esquerdização” de Lasch: enquanto o historiador norte-americano criticava uma elite tecnocrática e gerencial produzida pelo capitalismo tardio (independente de espectro ideológico), a adaptação brasileira redireciona essa crítica exclusivamente para o projeto de hegemonia da esquerda e para o aparato estatal.

Ao mobilizar essas referências, Constantino retoma temas como o globalismo e o financiamento de fundações norte-americanas (como Ford e Rockefeller) na formação dessa elite. Sua abordagem transfere para o contexto brasileiro debates próprios da Guerra Fria, hiperdimensionando questões locais a partir de um embate ideológico importado. Essa estratégia não se limita à retórica: ganha materialidade por meio de *think tanks* e institutos que promovem eventos, publicações e campanhas alinhadas a essa visão. Como destacado por Fortes (2012), o Instituto Millenium, por exemplo, organiza eventos como o “Dia da Liberdade de Impostos” e debates sobre “Democracia e Liberdade de Expressão”, replicando modelos criados nos EUA e difundidos globalmente¹⁴⁶.

O envolvimento de Constantino com *think tanks* brasileiros atingiu seu ápice entre 2010 e 2013, período em que seu ativismo cultural alcançou notoriedade. Esse destaque coincidiu com um momento de tensão da política nacional, as Jornadas de Junho de 2013, e com o lançamento de seu livro *Esquerda Caviar*, que se tornou um dos seus trabalhos mais vendidos e discutidos. No ano de 2013, o economista foi convidado pelo programa *Agora É Tarde*, do apresentador Danilo Gentili, para promover e comentar sobre o livro. Na ocasião, o economista foi questionado pelo apresentador: “Por que um economista entendeu que é importante falar sobre cultura?” (Constantino, 2014). Em resposta Constantino afirmou que:

A economia é muito importante, e tem até aquela frase que ficou conhecida nos EUA, de um cara que era assessor do Clinton: ‘É a economia, estúpido!’ — ou seja: tudo se resumia na economia. Mas, na verdade, não é assim. Temos que dar mais peso e valor à questão cultural, porque, por trás de uma sociedade livre e próspera, tem que haver um tecido de valores culturais fundamentais. Sem isso, acho que essa liberdade — e a própria prosperidade — não se sustentam. Então, é fundamental você começar a bater nessa tecla: que por trás da liberdade... A liberdade não vem no vácuo. Para você ter esse tipo de liberdade individual que eu defendo, tem que ter um arcabouço cultural por trás¹⁴⁷.

Seu livro, ao definir o que chama de “esquerda caviar”, explora essas associações. Constantino rastreou as origens do termo na França (*gauche caviar*), com equivalentes como “*Champagne socialist*” (Inglaterra), “*Limousine liberal*” (Estados

¹⁴⁶ O mesmo ocorreu com os seminários sobre a Escola Austríaca no Brasil produzidos pelo Instituto Mises Brasil, como no seminário em abril de 2010 divulgado pelo economista: “O seminário reunirá, pela primeira vez na história do Brasil, os principais nomes da corrente econômica de livre mercado conhecida como Escola Austríaca” (Constantino, 2010).

¹⁴⁷ Transcrição da entrevista.

Unidos) e “*Radical Chic*” (Itália) (Constantino, 2013a, p.10). Segundo ele, essa esquerda é formada por artistas e intelectuais que abraçam causas ecológicas, indígenas, multiculturais e de minorias, mas que, enquanto elite capitalista, usufruem dos privilégios do sistema que criticam, uma elite que tem como *hobby* a defesa de minorias e pautas sociais, mas que, no fim, é composta por capitalistas que usufruem dos privilégios do sistema. Uma contradição na visão do economista, pois esses grupos promovem debates e práticas sociais no âmbito público, mas não adotam as mesmas posturas em suas vidas privadas. Para ilustrar essa contradição, cita Roberto Campos: “Artistas e intelectuais admiram o socialismo de Fidel Castro, mas adoram também três coisas que só o capitalismo saber dar — bons cachês em moeda forte, ausência de censura e consumismo burguês.” (Constantino, 2013a, p. 11).

O autor reforça esse argumento com o caso da revista *Caros Amigos* (citando reportagem de Reinaldo Azevedo) que, durante greve, demitiu funcionários, comportamento que considerou incompatível com seu discurso esquerdista. Essas críticas servem de introdução para suas ideias no campo liberal, como o sistema de *vouchers* educacionais enquanto solução para a educação brasileira (inspirado em Milton Friedman¹⁴⁸), funcionando como alternativa ao “fervor ideológico”. Também ressoam nesse discurso argumentos como os vistos na mediação de William Waack, ao afirmar que bastaria “se dizer de esquerda para ganhar uma espécie de salvo-conduto para cair em contradições, e ficar isento do mesmo critério com que os outros são julgados.” (Constantino, 2013a, p. 13). Esse discurso se aproxima de Olavo de Carvalho e James Burnham (2019), especialmente na preocupação com a concepção de esquerdismo como fator de autodestruição cultural e como causa do que Burnham denominou de “suicídio do Ocidente”, bem como na perspectiva que enxerga o combate ao comunismo como defesa da civilização Ocidental.

Vale destacar, porém, que Constantino, embora compartilhe essas premissas gerais, as desenvolve em um registro predominantemente midiático e panfletário. Tal abordagem afasta-se das pretensões de sistematização presentes nas teses de James Burnham para priorizar a eficácia política imediata. Essa distinção reflete o perfil do autor e sua inserção em uma ecologia digital marcada por uma polarização

¹⁴⁸ Um argumento encontrado em textos de Friedman na década de 1950, como no capítulo *The Role of Government in Education* do livro *Economics and the Public Interest*, organizado por Robert A. Solo em 1955. Disponível em: < <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/330T/350kPEEFriedmanRoleOfGovttable.pdf> >. Acesso em 10 jan. 2025.

assimétrica que, apesar de se manifestar de forma análoga no cenário norte-americano de radicalização partidária, ganha contornos específicos no embate contra a hegemonia petista no Brasil. Assim, a mobilização de referências externas não visa à reconstrução rigorosa de um cânone conservador, mas à instrumentalização de conceitos para um cenário de disputa ideológica intensificada.

O texto aborda ainda afirmações como a de que “Hollywood foi amplamente aparelhada pelos vermelhos, como prova a farta documentação a respeito”, acrescentando que “o que os artistas famosos falam sobre política acaba tendo influência nos mais leigos.” (Constantino, 2013a, p. 13). Essa declaração estabelece uma associação com o anticomunismo norte-americano, exemplificado, por exemplo, nas “investigações” da *House Un-American Activities Committee* (HUAC) e nas ações do senador Joseph McCarthy contra o comunismo em *Hollywood*, ocorridas nas décadas 1930 e 1950.

O autor avança em sua argumentação ao sustentar que não houve propriamente uma ditadura militar no Brasil em 1964, mas o que classifica como uma “reação militar” contra grupos que pretendiam implantar um regime de esquerda. Essas posições evidenciam um anticomunismo anacrônico, que recupera esquemas ideológicos da Guerra Fria e os reinsere no debate contemporâneo. O termo revela-se descompasso com a realidade atual na medida em que projeta a ameaça de uma tomada de poder revolucionária clássica, outrora amparada por um bloco geopolítico soviético inexistente desde 1991, sobre um cenário institucional e democrático estabilizado. Tal abordagem segue a linha de pensadores como Olavo de Carvalho, cuja retórica se baseia na reformulação de argumentos cujas bases materiais foram superadas, apresentando-os como ferramentas de análise política imediata.¹⁴⁹

4.2.2 A Fabricação totalitária: o mito do “Fascismo de esquerda” na retórica conservadora

O mesmo viés revisionista e anacrônico que sustenta a tese da “reação militar” em 1964, negando o caráter ditatorial do regime, também se manifesta na tentativa

¹⁴⁹ Uma abordagem que ganhou espaço no Brasil em produções revisionistas propagadas, por exemplo, por grupos como a *Brasil Paralelo* que, em 2019, lançou um documentário “1964 — O Brasil entre armas e livros”. A produção reuniu “especialistas”, como Olavo de Carvalho, para analisar os eventos que desencadearam o regime militar no país, por meio de livros e autores revisionistas.

de associar a esquerda brasileira, em especial o PT, a um suposto totalitarismo. Seguindo a lógica olavista de resgatar narrativas ultrapassadas, o autor ressoa argumentos da direita norte-americana, como o mito do “Fascismo de Esquerda”, que desde os anos 1950 busca equiparar projetos progressistas a regimes autoritários. Ao afirmar que o PT reproduziria uma “tendência politicamente correta camuflada de totalitarismo.” (Constantino, 2013a, p. 122), ele não apenas distorce o conceito histórico de fascismo, mas também repete a estratégia de deslocar debates estrangeiros para o contexto brasileiro, tal como faz ao reinterpretar o golpe de 1964 como mera “reação” defensiva. Essa aproximação forçada fica ainda mais evidente quando recorre à inferências que associam a esquerda ao “programa do Partido dos Trabalhadores Nacional-Socialista que levou Hitler ao poder.” (Constantino, 2013a, p. 127), ignorando as profundas diferenças entre projetos emancipatórios e regimes de extermínio. Assim, tanto na defesa do regime militar quanto no ataque às esquerdas, o autor opera com um anticomunismo anacrônico que ressignifica falácias históricas como se fossem análises políticas válidas para o presente.

A tentativa de vincular a esquerda ao nazismo aparece no livro por meio de citações de discursos de Hitler, utilizadas pelo autor para sustentar essa suposta relação. No entanto, essa associação não é uma peculiaridade de Constantino; trata-se de uma narrativa que se consolidou no pós-Segunda Guerra e que ressurgue periodicamente no debate público ocidental¹⁵⁰. Nos Estados Unidos, por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960, economistas e pensadores de viés libertário passaram a

¹⁵⁰ O debate em torno desse tema frequentemente ganha espaço na mídia. Em 2018, a rede de notícias alemã *Deutsche Welle* (DW) destacou a surpresa do embaixador alemão Georg Witschel com as reações de conservadores brasileiros e seus apoiadores diante da classificação do nazismo como um movimento de “extrema-direita”. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/discuss%C3%A3o-sobre-nazismo-de-esquerda-n%C3%A3o-tem-base-honesta-diz-embaixador-alem%C3%A3o/a-45567045>>. Acesso em 09 abr. 2024. No ano seguinte, em 2019, historiadores alemães criticaram o chanceler brasileiro Ernesto Araújo por repetir a tese do “nazismo de esquerda”. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/nazismo-de-esquerda-o-absurdo-virou-discurso-oficial-em-bras%C3%ADlia/a-48060399>>. Acesso em 10 mai. 2024. Em 2025, o debate ressurgiu, desta vez impulsionado pela ascensão do Partido de extrema-direita alemão AfD. A candidata do partido, Alice Weidel, referiu-se a Hitler como “comunista” em uma entrevista, gerando polêmica e reações que condenaram suas declarações. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/por-que-o-absurdo-hitler-de-esquerda-voltou-na-alemanha/audio-71318464>. Acesso em: 25 jan. 2025. Vale também destacar que Olavo de Carvalho já abordava essa questão nos anos 2000. Em um texto publicado no jornal *O Globo* em 2000, ele afirmava que o nazismo era socialista e não pertencia à direita política, assim como o fascismo. Disponível em: < <https://olavodecarvalho.org/a-verdadeira-direita/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

equiparar fascismo e comunismo como expressões do coletivismo, minimizando suas diferenças históricas e políticas. Essa perspectiva é evidente nos escritos do círculo da filósofa Ayn Rand, que defendia que o fascismo seria um fenômeno de “esquerda”, e não de “direita”, pois, em sua visão, o conflito central não seria entre “ricos e pobres”, mas entre “o indivíduo e o Estado”, ou seja, entre “direitos individuais e governo totalitário”, o que, para ela, se resumiria a “capitalismo *versus* socialismo.” (Rand, 1967, p. 182, tradução nossa).

Esses argumentos estão reunidos em *Capitalism: The Unknown Ideal* (1967), uma obra que compila artigos de Rand e de seus seguidores, como o economista Alan Greenspan, que mais tarde se tornaria presidente da *Federal Reserve* (1987–2006). A tese, defendida por Rand e seus seguidores, de que fascismo e socialismo seriam variantes de um mesmo projeto coletivista serviu como base para uma crítica ampla a qualquer forma de intervenção estatal, desde o *New Deal* até políticas trabalhistas — todas enquadradas nessa lógica maniqueísta, que ignora as profundas divergências entre os regimes históricos.

No Brasil, essa discussão ganhou destaque nas redes no período aqui analisado, com a publicação do livro *Fascismo de Esquerda: a História secreta do esquerdismo americano*¹⁵¹ (2008). A obra, escrita por Jonah Goldberg (colunista da *National Review*), é uma das referências citadas no livro de Constantino. Goldberg afirma:

[...] o que chamamos de liberalismo — o edifício reformado do progressismo americano — é, de fato, um descendente e uma manifestação do fascismo. Isso não significa que seja a mesma coisa que nazismo. Nem que seja irmão gêmeo do fascismo italiano. Mas o progressismo foi um movimento irmão do fascismo, e o liberalismo [esquerda] de hoje é o filho do progressismo. Seria possível forçar a comparação e dizer o liberalismo de hoje é o bem-intencionado sobrinho do fascismo europeu. (GOLDBERG, 2009, p. 6-7).

Outro tema defendido por Constantino, também presente em Goldberg e em Carvalho, é a crítica ao que ele considera o alinhamento da imprensa brasileira com um “viés esquerdista”. Para embasar o seu argumento, Constantino utilizou o cenário dos EUA, afirmando: “Nos Estados Unidos, por exemplo, a imprensa também tem uma clara propensão esquerdista, abraçando as principais bandeiras ‘liberais.’” (Constantino, 2013a, p. 132). Nessa leitura, ele utilizou argumentos semelhantes aos de Olavo

¹⁵¹ No Brasil, o livro foi publicado e traduzido pela editora Record, em outubro de 2009.

de Carvalho e autores identificados como antigramscistas¹⁵², sugerindo que esse alinhamento da imprensa era uma estratégia da esquerda inspirada em Gramsci: “Onde as ditaduras socialistas não vingaram, restou a opção da tomada de baixo para cima desses veículos.” (Constantino, 2013a, p. 133). Esse argumento foi reforçado com a referência ao livro do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, *A revolução gramscista no ocidente: A concepção revolucionária de Antônio Gramsci em Cadernos do Cárcere* (2002), obra que se fundamenta nas interpretações de Olavo de Carvalho sobre Gramsci.

Contudo, segundo o economista, essa mídia não era apenas influenciada por supostos “infiltrados socialistas”, mas também fundamentada nas ideias associadas à chamada “Esquerda Caviar”. Essa visão assemelha-se à tese do jornalista Bernard Goldberg¹⁵³ em seu livro *Bias: A CBS insider exposes how the media distort the News* (2001), que atribuiu o viés midiático nos Estados Unidos à formação ideológica esquerdista (ou “liberal”, no sentido norte-americano) dos profissionais de imprensa. Embora Goldberg se refira especificamente ao contexto estadunidense, marcado por dinâmicas políticas e institucionais próprias, Constantino projeta essa explicação para o Brasil, afirmando que “nossos colonistas e jornalistas olham para a direita americana como se esta fosse formada basicamente por fundamentalistas religiosos, saudosistas da era medieval, que adorariam puxar suas mulheres pelo cabelo e manter escravos negros.” (Constantino, 2013a, p. 136).

Seus posicionamentos políticos sobre o Brasil refletem uma perspectiva alinhada ao pensamento conservador norte-americano. Nessa visão, os conflitos ideológicos no país são interpretados como extensões do movimento *New-Left* dos Estados Unidos. Uma aproximação semelhante à de Olavo de Carvalho, que frequentemente o relacionava com a esquerda brasileira. Paralelamente, as soluções propostas tomam de empréstimo ideias de intelectuais da direita daquele país, numa leitura que redesenha o conflito entre direita e esquerda à luz do contexto da Guerra Fria nos EUA. Interpretação que tem afinidade tanto com os argumentos encontrados em Carvalho quanto com os autores do “Marxismo Cultural”.

Em sua entrevista ao programa “A agora é tarde” o economista afirmou que:

A Esquerda Caviar ganhou corpo na década de 1960. Muitas coisas que vivemos hoje — problemas com degradação de valores, avanço

¹⁵² Ver. Bianchi; Mussi, 2021.

¹⁵³ Constantino cita a tese do jornalista em seu livro (2013, p. 135).

do Estado, paternalismo, o “Estado babá” — começaram lá, em maio de 1968: aquela revolução toda, a própria revolução sexual, das minorias, tudo teve começo lá; e aí, na minha percepção, só vem crescendo¹⁵⁴.

Constantino caracterizou a esquerda brasileira sob duas perspectivas: como uma elite hipócrita que negligencia os valores que professa defender, movida por interesses particulares; ou como uma organização estratégica em busca do poder, manipulando a realidade para alcançar seus objetivos. Essa análise reflete o processo de estruturação da ultradireita brasileira, que se consolidou através de uma aliança entre setores midiáticos, empresariais e centros de pesquisa (*think tanks*), com respaldo internacional.

Embora marcado por contradições, liberal na economia, mas conservador nos costumes, o discurso de Constantino desempenhou um papel central na legitimação do antipetismo e na preparação do terreno para o crescimento da direita no Brasil. Esse processo ganhou força especialmente após a ascensão do PT ao poder e os escândalos subsequentes, como o caso do mensalão, que minaram a credibilidade do partido perante a opinião pública.

Essa atuação consolidou Constantino como um elo entre o conservadorismo brasileiro e a direita norte-americana, tornando-se importante figura na construção do discurso que alimentou a radicalização política pós-2013 e acelerou a ascensão da ultradireita no país. Seu ativismo exemplifica como *think tanks* e agentes transnacionais atuaram na reconfiguração do cenário político brasileiro, estabelecendo conexões e importando modelos discursivos.

Tais ideias, contudo, já circulavam entre intelectuais autodeclarados de direita. A recorrência de termos como “politicamente correto”, “marxismo cultural”, “esquerdismo”, “corrupção na educação” e “mídia esquerdista” (frequentemente associados ao contexto político dos EUA) transformou-se em uma estratégia discursiva deliberada nesse campo. Esse padrão aparece não apenas em Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino, mas também em outras figuras desse ecossistema ideológico, que compartilhavam plataformas de debate e difusão de ideias patrocinadas por organizações alinhadas a essa perspectiva.

Um caso semelhante foi o ativismo do jornalista Reinaldo Azevedo, que incorporou sistematicamente esse vocabulário e essas referências para estruturar seus

¹⁵⁴ Transcrição da entrevista.

argumentos contra a esquerda brasileira, evidenciando a ampla circulação desse repertório discursivo no debate público nacional.

4.3 REINALDO AZEVEDO: UM ANTICOMUNISTA MIDIÁTICO

Em setembro de 2013, o *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo, um dos *blogs* sobre política, imprensa e cultura mais visualizados no país¹⁵⁵, publicou um texto de divulgação do livro¹⁵⁶ do filósofo Olavo de Carvalho. Na publicação, Azevedo relembrou sua parceria profissional com o filósofo nas revistas *República* e *Bravo!*, onde atuou como redator-chefe, e destacou a percepção aguçada de Carvalho sobre os rumos políticos do país: suas ideias “impactam ainda hoje e poderiam ser verdadeiros alumbramentos há 10, 12, 13 anos, quando o autor, é forçoso admitir, via com mais aguda vista do que todos nós o que estava por vir.” (Azevedo, 2013a, recurso *online*).

O jornalista reconhecia no filósofo uma capacidade singular de análise, especialmente em relação aos governos petistas, aos quais classificava como “incompetentes” e responsáveis por criar uma “elite dependente” de benefícios estatais. Azevedo afirmava que, no Brasil, “ninguém escrevia com a sua força e a sua clareza”. Estas referências materializaram-se na trilogia que o autor publicou entre 2008 e 2012 (*O País dos Petralhas I e II*; e *Máximas de um País Mínimo*), na qual incorporou expressões centrais do discurso de Olavo de Carvalho, tais como “Foro de São Paulo”, “gramscismo” (termo empregado como rótulo crítico à suposta prevalência cultural progressista) e a própria tese da hegemonia de esquerda. No entanto, essa afinidade era mais retórica do que metodológica.

O discurso de Carvalho sobre o PT, o politicamente correto, a desconfiança em relação à mídia tradicional e seu vocabulário político convergia com o posicionamento de Azevedo. Havia, porém, divergências: enquanto o jornalista adotava uma abordagem factual e pautada na crítica jornalística, Carvalho se posicionava como filósofo tradicional, com uma visão metafísica da história. Além disso, sua postura diante da mídia não se limitava à mera desconfiança, mas se fundava em uma descrença, na

¹⁵⁵ Como o próprio afirmou: “Tenho o prazer de escrever uma das páginas eletrônicas de política mais acessadas do país — há medições que indicam ser ‘a mais’, mas isso não importa muito” (Azevedo, 2012, p. 11),

¹⁵⁶ Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/columa/reinaldo/o-minimo-que-voce-precisa-saber-para-nao-ser-um-idiota/>>.

qual os meios de comunicação operariam como instrumentos de uma engenharia cultural esquerdista.

O período de 2008 e 2013 marcou o ápice da relação intelectual entre ambos, caracterizada por trocas públicas de elogios. Em 2012, Carvalho chegou a classificar Azevedo como “o mais informado” entre os colunistas brasileiros, enquanto o jornalista, em 2013, destacava a “cultura enciclopédica” do filósofo. Essa aproximação, contudo, revelou-se circunstancial. Azevedo apropriava-se seletivamente de certos termos do repertório de Carvalho, como a crítica ao “politicamente correto” ou a menção ao “Foro de São Paulo”, adaptando-os a uma crítica política baseada no jornalismo e voltada a um público amplo. Carvalho, por sua vez, intensificava um discurso antissistema, cada vez mais marcado por teorias conspiratórias, desconfiança radical nas instituições científicas e uma visão maniqueísta da história. À medida que essas divergências se aprofundaram, especialmente a partir de 2015, quando Azevedo passou a criticar abertamente o negacionismo e o anti-intelectualismo de Carvalho, a ruptura tornou-se inevitável. É relevante notar que alguns dos temas mobilizados por ambos dialogavam com narrativas do conservadorismo norte-americano, mas eram reinterpretados de modos distintos: enquanto Carvalho os inseria em uma cosmologia tradicionalista, Azevedo os instrumentalizava dentro dos limites do debate político democrático.

Azevedo, ao empregar esses termos, contribuiu para popularização desses, ainda que dentro de uma perspectiva mais moderada que a de Carvalho. Sua produção pode ser sintetizada em quatro eixos. Primeiro, o anticomunismo e crítica ao PT como projeto totalitário: caracteriza o partido como agente de “dominação cultural” (inspirado em Gramsci), alinhando-se a narrativas anticomunistas estadunidenses que enxergam a esquerda como ameaça à liberdade, incluindo a denúncia de um suposto controle midiático e acadêmico por ideias progressistas.

Em segundo lugar, cita-se a crítica ao identitarismo e a chamada “guerra cultural”. Azevedo ataca as universidades e pautas como cotas raciais e o “politicamente correto”, mobilizando retóricas conservadoras norte-americanas que associam tais agendas a um suposto “marxismo cultural” e à supressão da liberdade de expressão. Trata-se de uma narrativa que recodifica disputas sociais contemporâneas como desvios ideológicos totalitários.

Em terceiro, o alinhamento estratégico com Olavo de Carvalho e com *think tanks* conservadores. Embora mantenha distância de certos excessos conspiratórios

de Carvalho, Azevedo promove uma aproximação pragmática ao adaptar teorias de cunho conspirativo e uma retórica antipetista para o grande público, especialmente em ambientes digitais marcados pela polarização. Essa estratégia lembra, em suas linhas gerais, a mobilização de intelectuais anticomunistas nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, que também instrumentalizaram o discurso intelectual para fins político-ideológicos.

Por fim, a defesa do liberalismo econômico aliada a uma autodefinição explícita como de “direita”. Azevedo articula a promoção do livre mercado com uma identidade conservadora que funde valores morais tradicionais e princípios neoliberais. Trata-se de uma síntese que se assemelha às reconfigurações contemporâneas do anticomunismo norte-americano, as quais frequentemente identificam o progressismo como uma ameaça ao Estado de Direito e à ordem social liberal.

Esses elementos aproximam seu trabalho ao de Rodrigo Constantino, por exemplo, no antipetismo militante, na influência olavista no combate ao “comunismo” atribuído à esquerda brasileira e na conexão com ideias e instituições atreladas aos EUA, em particular, *think tanks* brasileiras de orientação liberal e conservadora, frequentemente financiadas por grupos norte-americanos que enxergavam no “progressismo” e no intervencionismo estatal ameaças a serem combatidas.

4.3.1 O antipetismo e suas bases olavistas

Logo na introdução do primeiro volume de *O País dos Petralhas* (2008) é possível identificar paralelos entre o pensamento de Reinaldo Azevedo e o de Olavo de Carvalho. Um dos pontos de convergência é a utilização da obra *A Rebelião das Massas* (1929), do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, como referência teórica. Azevedo recorre ao conceito de “homem-massa” para criticar o que considera ser o efeito nocivo da ampliação de direitos promovida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido que ele caracteriza como totalitário. “Com efeito, não existiu totalitarismo sem as massas e suas rebeliões — aprendi com Ortega y Gasset, antes ainda de começar a fazer a barba.” (Azevedo, 2008, p. 10).

Essa mesma base teórica está presente no desenvolvimento de Olavo de Carvalho em seu conceito de “Imbecil Coletivo”. Segundo o filósofo, as massas seriam manipuladas por uma “doutrinação esquerdista” difundida nas universidades e na mídia, o que resultaria em uma degradação intelectual generalizada.

Azevedo apresenta uma reflexão semelhante. Ele descreve a universidade brasileira como “encabrestada”, com autonomia intelectual limitada e escasso pluralismo ideológico, sugerindo que sua estrutura estaria sob o controle do Estado ou de grupos políticos alinhados ao PT. Da mesma forma, critica a mídia por sua suposta vinculação ao discurso petista, ao apontar que nas coberturas do governo Lula, as críticas seriam sistematicamente suavizadas, com ênfase nos sucessos e minimização dos fracassos (Azevedo, 2008, p. 25).

Sua crítica, inspirada na noção de Gasset do “homem-massa”, aponta para o que ele interpreta como uma intervenção ideológica no campo do conhecimento e uma suposta defesa de pautas progressistas pelos grandes meios de comunicação, instrumentos que, em sua visão, promovem a massificação da informação e anulação da individualidade. Nessa perspectiva, tanto Azevedo quanto Carvalho recorrem a Gasset como alicerce intelectual para suas críticas ao PT, entendido não como representante legítimo da sociedade, mas como expressão política de uma sociedade de massas manipulada. Embora compartilhem essa base teórica, suas ênfases divergem: enquanto Azevedo foca no caráter totalizante do partido, Carvalho destaca o que considera uma estratégia deliberada de “dominação cultural”. Para ambos, o PT reproduziria padrões políticos associados a regimes totalitários, responsáveis (segundo essa leitura) pela degradação da qualidade política e da vida de milhões de pessoas. Essa visão se expressa, por exemplo, na afirmação de Azevedo: “Os grandes veículos são todos, rigorosamente todos, mais ou menos pautados pela esquerda.” (Azevedo, 2008, p. 65). Trata-se de um argumento recorrente no imaginário anticomunista, mas que, no contexto brasileiro, encontrou em Olavo de Carvalho um de seus divulgadores mais influentes.

No entanto, é possível identificar uma clara proximidade entre as ideias de Azevedo e as de Olavo de Carvalho, especialmente em relação à trilogia publicada por este nos anos 1990. Essa afinidade tornou-se evidente no discurso de Azevedo, que passou a associar o PT a um projeto revolucionário de cunho cultural, descrito como “gramscismo”, em alusão distorcida à teoria da hegemonia de Antonio Gramsci. Esse diagnóstico, central na obra de Olavo de Carvalho, sustenta a interpretação segundo

a qual o Partido dos Trabalhadores não atuaria apenas como força política, mas como agente de uma transformação ideológica profunda da sociedade brasileira¹⁵⁷.

Embora se declare crítico das ideias de Antonio Gramsci, Olavo de Carvalho constrói uma noção própria de “gramscismo”, entendida não como interpretação fiel da teoria da hegemonia, mas como metáfora conspiratória para descrever o que alega ser uma estratégia de dominação cultural do Partido dos Trabalhadores. Nessa leitura, o “gramscismo” não é um referencial teórico que ele adota, mas um dispositivo retórico: é simultaneamente o inimigo a ser combatido e o esquema explicativo que dá forma à sua crítica ao PT. Como afirma em *O Jardim das Aflições*: “Em cursos e conferências, venho falando do gramscismo petista desde 1987 pelo menos, para plateias que não faltaram jornalistas.” (Carvalho, 1994, p. 54), indicando que essa narrativa já estruturava seu discurso naquele momento.

Azevedo, por sua vez, incorpora essa categoria do “gramscismo petista” como um dos eixos de sua análise do PT, mas com um estilo discursivo mais moderado. Ao contrário de Carvalho, que apresenta o “gramscismo” como evidência de uma conspiração ideológica, Azevedo busca enquadrá-lo historicamente, tomando como ponto de partida o V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1987), evento que também marca, segundo Carvalho, o início de sua própria investigação sobre as supostas ligações entre o PT e as ideias de Gramsci. Contudo, Azevedo parte da premissa de que o PT efetivamente opera com uma estratégia inspirada (ainda que distorcida) na teoria gramsciana, o que limita seu distanciamento crítico em relação à narrativa anticomunista original.

Além disso, o jornalista demonstrava constante afinidade com o tema do *Foro de São Paulo* em suas publicações, chegando a se apresentar como um dos poucos intérpretes a ter “revelado” seu suposto ocultamento pela mídia. Em um trecho característico dessa retórica, afirma: “a chamada grande imprensa faz questão de ignorar um fato que o partido assume com todas as letras: o PT é fundador do chamado *Foro de São Paulo*.” (Azevedo, 2008, p.28).

¹⁵⁷ O jornalista entre 2007 e 2008 seguiu com o tom que se assemelhou a Carvalho, principalmente ao mencionar Gramsci como uma fonte da esquerda que contribuiu para os problemas na educação brasileira. Isso pode ser visto no primeiro volume de *País dos Petralhas*, mas também em artigos em seu *blog*. Ver. Gramsci e a “ca-sa do Pe-drrri-nho”. Veja, 2007. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/veja-5-gramsci-e-a-8220-ca-sa-do-pe-drrri-nho>>. Acesso em 22 fev. 2025.

Dessa forma, embora Olavo de Carvalho seja mencionado explicitamente poucas vezes por Azevedo, sua influência se manifesta em pelo menos duas maneiras distintas. Em primeiro lugar, Azevedo recorre a Carvalho como referência intelectual ao interpretar eventos políticos contemporâneos. É o caso de sua análise do 3º Congresso do PT, realizado em setembro de 2007, cujo vídeo de divulgação no YouTube foi lido por ele como evidência de um projeto “socialista”, supostamente alinhado às teses do *Foro de São Paulo*. Ao comentar o material, Azevedo escreve: “No vídeo¹⁵⁸, trata-se do assunto aos 5 minutos e 20 segundos e aos 7 minutos e 18 segundos. Delírio do Olavo de Carvalho e do Reinaldo Azevedo? Não.” (Azevedo, 2008, p. 28). Aqui, longe de questionar a leitura conspiratória, Azevedo a endossa e a transforma em critério de realismo político.

Em segundo lugar, Azevedo incorpora diretamente expressões e conceitos cunhados ou popularizados por Carvalho. Um exemplo claro aparece em sua autodefinição ideológica: “Nós, os que acreditamos no individualismo radical; os que não suportamos que o demônio do Estado venha nos dizer o que fazer e o que não fazer; os que não acatamos as ‘imbecilidades coletivas’ (by Olavo de Carvalho).” (Azevedo, 2008, p. 130). Nesse trecho, a menção explícita a Carvalho não apenas reconhece a dívida retórica, mas também sinaliza uma convergência de vocabulário e *ethos* político.

Essa influência se manifesta ainda em outros termos e expressões utilizados por Azevedo, como no uso da palavra “esquerdismo”, que compartilha o mesmo sentido atribuído por Carvalho. Em *Máximas de um País Mínimo* (2009), uma obra dedicada a expressões e suas definições, Azevedo apresentou sua concepção do termo, definindo-o como “todo aquele que aceita, sob certas condições, solapar a lei democraticamente instituída em nome do que entende ser justiça social.” (Azevedo, 2009, p. 36). Trata-se de uma interpretação que engloba aqueles que perseguem um “ideal revolucionário”, desafiando as leis vigentes em nome de uma visão de mundo particular. Essa é a mesma referência encontrada em Olavo de Carvalho, em *O Jardim das*

¹⁵⁸ O jornalista faz referência ao 3º Congresso do PT, realizado em setembro de 2007. Durante a apresentação do evento, disponibilizado no *Youtube* pelos organizadores, foi divulgado um vídeo dividido em várias partes, abordando as pautas que seriam debatidas no congresso. Ao examinar os tópicos apresentados, o jornalista concluiu que havia sinais de um possível “retorno ao socialismo” por parte do partido. O artigo que deu origem a passagem do livro está disponível no *blog* do jornalista no site da revista Veja. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/se-sou-maluco-e-problema-meu-o-foro-de-sao-paulo-e-problema-seu>>. Acesso em 10 dez. 2025.

Aflições (1995), e semelhante em alguns aspectos com *O Suicídio do Ocidente* (1964), de James Burnham, onde “esquerdistas” são caracterizados como aqueles que se opõem a valores socialmente injustos e lutam por sua reparação, seja por meio de políticas públicas, manifestações ou ação política.

Essa referência, no entanto, mostra-se inadequada ao contexto brasileiro, por estar deslocada tanto no tempo quanto no espaço. Após a redemocratização, não há evidência de que a esquerda majoritária (com destaque para o PT) tenha defendido uma “ameaça revolucionária armada” nos moldes dos grupos guerrilheiros da Guerra Fria ou dos movimentos de inspiração marxista-leninista que atuaram nos anos 1960 e 1970. Pelo contrário, suas ações ocorreram estritamente no âmbito institucional, sem apologia à ruptura violenta ou a um projeto de transformação revolucionária da ordem política.

A própria utilização do termo por Olavo de Carvalho já carregava um viés retórico e reducionista, uma vez que, no período em que escreveu (década de 1990), não havia registros no Brasil de movimentos significativos que buscassem a derrubada ilegal da ordem democrática. Essa imprecisão se acentua no discurso de Reinaldo Azevedo, que ignora um fato essencial: a defesa da justiça social não equivale, necessariamente, a “solapar a lei”. As transformações promovidas por governos de esquerda, como os do PT, operaram predominantemente por meio de mecanismos legais e constitucionais, seja por políticas públicas, reformas legislativas ou instrumentos já previstos no Estado de Direito. Com isso, o uso do termo desconsidera a realidade da política brasileira pós-redemocratização e opera segundo uma lógica ideológica, e não analítica.

Essas ideias encontradas em Azevedo, mediadas pela perspectiva de Carvalho, também se aplicam ao termo “politicamente correto”, um dos conceitos-chave em suas análises políticas. Em sua visão, a expressão está ligada à supressão da liberdade de expressão, alinhando-se ao significado original do termo nos debates conservadores nos Estados Unidos¹⁵⁹:

Da maçaroca de esquerdismos não dogmáticos nasceu uma vulgata virulenta: o pensamento politicamente correto. Tanto se dedicaram os intelectuais da dita nova esquerda à desconstrução do suposto eixo autoritário das democracias burguesas que a política militante degenerou, nos países ricos, no que Robert Hughes chama de “cultura da reclamação” e, nos pobres, de “excluídos militantes”, que rejeitam os

¹⁵⁹ Ver. Cap. 3, p. 21.

valores universais de igualdade e o Estado de Direito. (Azevedo, 2008, p. 106).

Essa referência à liberdade de expressão é contrastada com o cenário estadunidense em sua análise sobre os documentários de Michael Moore e as piadas de David Letterman em relação ao ex-presidente George W. Bush: “Sou mais preciso: acho que a sociedade americana só é a mais importante e consolidada democracia do Ocidente porque ambos podem fazer o seu trabalho.” (Azevedo, 2008, p. 19).

No primeiro volume de *País dos Petralhas*, Azevedo faz 43 referências aos Estados Unidos, muitas delas estabelecendo paralelos entre o cenário político-ideológico brasileiro e o norte-americano, ficando atrás apenas das citações ao PT e a Lula em número de menções. Ele compara, por exemplo, o PT ao Partido Democrata e analisa a mídia de direita e esquerda em ambos os países. “No Brasil, é petista. Nos Estados Unidos, democrata. Nos Estados Unidos ideológicos, ‘de direita’, são *Fox News* e, para os mais severos, o *Wall Street Journal*.” (Azevedo, 2008, p. 15). Seus comentários abrangem aspectos da vida social nos EUA, o sistema eleitoral brasileiro e questões políticas gerais, sempre mantendo um viés comparativo. “Um Parlamento opositor no Brasil conteria os ímpetos dos petistas. Deve fazer bem aos Estados Unidos também. Aquele país é sábio.” (Azevedo, 2008, p. 203).

Embora Azevedo não cite diretamente figuras do conservadorismo norte-americano, suas posições alinham-se claramente a essa corrente, identificando-se explicitamente como conservador em várias passagens: “Lula sabe que está sendo fotografado, mas se expõe de uma forma que eu, um senhor conservador e bem mais jovem do que ele, considerarei indecorosa.” (Azevedo, 2008, p. 310).

Essa autoidentificação articula-se a uma postura moral ancorada em valores católicos. Azevedo inclui artigos em que se apresenta como “católico” crítico da Igreja, reafirmando sua oposição ao aborto e à eutanásia: “No que diz respeito à eutanásia e aborto — a que também me oponho —, a diretriz da Igreja Católica vale para seus fiéis.” (Azevedo, 2008, p. 215).

Sua crítica se estende às políticas de cotas, que atribui não a desigualdades estruturais, mas à suposta covardia do *establishment* jurídico: “só existem porque o mundo jurídico brasileiro se acovardou, com medo da militância estridente.” (Azevedo, 2008, p. 143). Nessa mesma chave, interpreta o identitarismo como “a despolitização da política”, fruto do abandono do projeto revolucionário clássico: “À medida que

aquele sonho de ruptura se foi mostrando impossível, a militância foi-se deslocando para o feminismo, as identidades sexuais, a ecologia...”. (Azevedo, 2008, p. 232).

Essa desconfiança alcança as universidades, especialmente as ciências humanas, cuja relevância intelectual ele nega de forma contundente: “Não sei se a chamada academia brasileira, a universidade, tem salvação. Acho que não. A máquina de fabricar idiotas é poderosa. Refiro-me, em particular, à área de ciências humanas.” (Azevedo, 2008, p. 290).

No entanto, em contraste com sua autodefinição conservadora, ele também defende propostas liberais, como privatizações, abertura econômica e redução do Estado intervencionista. “Tem-se, assim, num extremo, alguns milhões de pobres, cativos da caridade oficial. No outro, um Estado que pretende, de novo, ser onipresente na economia.” (Azevedo, 2008, p. 30). Essas reflexões convergem para seu principal alvo de crítica: o PT, retratado como o grande responsável pela decadência do país.

4.3.2 Paralelos transnacionais: anticomunismo e os EUA

Reinaldo Azevedo constrói seu pensamento a partir de uma convergência entre conservadorismo moral e liberalismo econômico, posicionando-se contra pautas progressistas, como políticas de identidade e ações afirmativas, ao mesmo tempo em que defende reformas de mercado e um Estado menos intervencionista. Essa combinação dialoga, ainda que sem citação explícita, com correntes ideológicas que ganharam força nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XX. Sua crítica ao PT, por exemplo, vai além de uma oposição partidária tradicional, assumindo um tom que associa o partido a um projeto de poder totalizante, entendido como uma tentativa de subordinar as instituições democráticas a uma agenda cultural unificada. Essa narrativa está em sintonia com o anticomunismo histórico da direita norte-americana, particularmente com sua vertente que funde defesa do livre mercado e temores morais quanto à “engenharia social” promovida pelo Estado.

Tal perspectiva se manifesta em sua visão sobre a academia e a cultura, em que enxerga uma suposta hegemonia petista como responsável pela degradação intelectual e moral do país. Ao descrever as universidades como espaços de doutrinação, ele reflete um discurso semelhante ao do conservadorismo dos EUA, que ataca instituições educacionais por supostamente promoverem uma agenda esquerdista. Embora seu enfoque seja no contexto brasileiro, a estrutura de seu argumento lembra a estratégia de certos setores da direita americana, que enquadram disputas políticas

como um embate entre a “liberdade individual” e o “coletivismo autoritário”. Dessa forma, embora Azevedo não faça referências explícitas a essa tradição, seu antipetismo insere-se em um quadro mais amplo de pensamento conservador, adaptando suas premissas aos debates locais.

Essa interpretação do totalitarismo como uma variante de ideias progressistas e partidos de esquerda já foi amplamente discutida nos EUA, como se observa em Rodrigo Constantino e Olavo de Carvalho. Intelectuais como William Buckley Jr. e Max Eastman, além de anticomunistas como Whittaker Chambers também apresentam semelhanças argumentativas com Azevedo. O jornalista chegou a afirmar que, no Brasil, “as seduções do demônio totalitário estão ativas e plasmadas no PT, que segue o figurino do Moderno Príncipe gramsciano.” (Azevedo, 2008, p. 11).

Em parte, como já mencionado, Azevedo reproduziu discursos semelhantes ao de Olavo de Carvalho para suas críticas às esquerdas, especialmente em temas como o “gramscismo” (utilizando a mesma narrativa inaugurada por Carvalho em sua trilogia dos anos 1990) e no debate sobre o Foro de São Paulo, que usou para reforçar sua tese do PT como partido “totalitário”. Para ele, o grupo que compunha o Foro reunia correntes e partidos totalitários: “Ali estão as FARC, comprovadamente terroristas. Ali está o Partido Comunista Cubano, comprovadamente tirano. Ali está o PT, que dispensa apresentações.” (Azevedo, 2008, p. 277).

Essa abordagem aparece em outras referências de Azevedo (2011), tornando-se um argumento recorrente em suas reflexões sobre o PT e a esquerda: “comunismo e fascismo, ainda que episodicamente adversários, tiveram uma raiz absolutamente comum: a esquerda”. Essa perspectiva não apenas se alinha à filósofa Ayn Rand, citada diretamente por Azevedo, mas também retoma sua distinção entre um Estado benfeitor e um Estado totalitário. Para ele, assim como para Rand, a diferença entre ambos seria apenas uma questão de grau e tempo, com o *welfare state* representando um estágio rumo ao autoritarismo (Azevedo, 2008, p. 334).

Suas críticas ao tema do totalitarismo petista eram constantes. Azevedo afirmou, em obras e artigos publicados entre 2008 e 2010, que as universidades brasileiras eram redutos de comunistas e que a mídia nacional havia se rendido ao PT, tornando-se porta-voz de seu projeto político. De modo geral, ele seguiu uma tendência presente entre anticomunistas, como observa o historiador Rodrigo Patto Sá Mota (2024): o antipetismo mobilizou um modelo semelhante ao dos Estados Unidos, atacando políticas públicas que rotulava como “intervencionistas” enquanto exaltava as

supostas vantagens da economia liberal. Essa influência do discurso conservador estadunidense combina um forte “antiesquerdismo” com a admiração pelo liberalismo econômico do país.

Segundo Motta (2024), esse anticomunismo disfarçado de antipetismo buscou associar o PT ao totalitarismo stalinista, sugerindo que o partido tramava a implantação de uma ditadura no Brasil. O historiador atribui essa narrativa a Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo, que, em suas obras, “difundiram a tese de que, desde a década de 1970, a esquerda vinha desenvolvendo uma estratégia gramsciana de guerra de posições, que implicava na busca de hegemonia por meio do controle das universidades e da mídia” (Motta, 2024, recurso *online*, tradução nossa). Para esses autores, essa estratégia teria obtido sucesso com a ascensão das ideias petistas nos anos 1990 e suas vitórias eleitorais nos anos 2000.

O pensamento de Azevedo pode ser compreendido a partir de duas principais influências norte-americanas. A primeira é seu anticomunismo, que dialoga diretamente com a retórica de intelectuais conservadores opostos ao *New Deal* e às agendas progressistas — grupo que Nash (2006) classifica como “anticomunistas militantes”. Como muitos deles (e o próprio Azevedo), esses pensadores frequentemente tinham trajetórias anteriores na esquerda (incluindo ex-trotskistas) e, após uma guinada ideológica, passaram a defender valores conservadores, enxergando no comunismo uma ameaça externa aos fundamentos da civilização ocidental.

A segunda vertente é a assimilação da crítica ao “gramscismo”, difundida por Olavo de Carvalho. Embora esse conceito tenha se popularizado no Brasil como parte de uma rede global de opositores a Gramsci, sua formulação derivou, em grande medida, de interpretações de teóricos conservadores dos EUA sobre o “marxismo cultural”, categoria que, por sua vez, surgiu como uma releitura distorcida da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt.

No contexto estadunidense, argumentos semelhantes aos de Reinaldo Azevedo podem ser identificados em autores como William F. Buckley Jr. Em *God and Man at Yale* (1951), Buckley denunciava uma suposta infiltração e influência do “coletivismo” esquerdista em todas as esferas da universidade, no caso, Yale. Segundo ele, os docentes estavam minando a fé cristã dos estudantes ao promover ideias antirreligiosas por meio de uma bibliografia que desacreditava a religião. “Primeiro, Yale estava minando a fé dos estudantes no cristianismo; segundo, Yale estava promovendo o coletivismo econômico.” (Buckley Jr., 2001, p. 11, tradução nossa). Para o

autor, essa realidade representava uma batalha entre cristianismo e ateísmo, que, em última instância, equivalia ao conflito entre individualismo e coletivismo (Buckley Jr., p. 14). Sua crítica remetia a interpretações de pensadores liberais clássicos e conservadores que viam o coletivismo (em suas variadas formas) como uma corrupção dos valores fundantes da civilização ocidental, especialmente da tradição religiosa e do livre mercado.

Essa linha de raciocínio anticomunista também aparece em Whittaker Chambers. Em seu livro-testemunho *Witness* (1952), Chambers alertava para uma infiltração sistemática de comunistas em departamentos governamentais e diversas instituições sociais, incluindo a mídia. “Provavelmente não há nenhuma revista ou jornal importante no país que não seja infiltrado pelo comunismo em algum grau.” (Chambers, 2001, p. 594, tradução nossa). Para ele, o campo cultural (abrangendo rádio, cinema, livros e imprensa) era central na disseminação da influência soviética. Essa perspectiva guarda semelhanças com os argumentos de Azevedo (2008), que também via a mídia como um instrumento de manipulação de narrativas e políticas públicas. Chambers, por sua vez, já havia descrito, em termos próprios da Guerra Fria, uma operação semelhante: a infiltração de agentes comunistas nos meios de comunicação para justificar políticas alinhadas aos interesses soviéticos e minar a capacidade de resistência dos Estados Unidos (Chambers, 2001, p. 345–346).

Outro paralelo pode ser traçado com o intelectual Max Eastman, que caracterizava o regime soviético como uma “religião política” ou “religião do imoralismo”, na qual a moralidade era definida pelo sucesso da revolução, e qualquer obstáculo a ela era considerado imoral. Eastman descrevia essa doutrina como uma justificativa para o ódio e a violência em nome de uma causa supostamente virtuosa (Eastman, 2016, p. 70–72), um argumento que Azevedo utilizava ao atribuir à esquerda brasileira o monopólio da “virtude” em seus discursos. Além disso, Azevedo (2013) compartilhava com Eastman a defesa do mercado como fundamento da liberdade política, enxergando o capitalismo não como fonte de miséria, mas como o sistema que, em sua perspectiva, assegurou os valores humanos e o progresso da civilização (Eastman, 2016, p. 26).

Essas analogias reproduzem as posições de Reinaldo Azevedo, posições que refletem um modelo adaptado de argumentos anticomunistas, especialmente em suas críticas ao “totalitarismo” e ao “populismo petista”. O jornalista frequentemente associou figuras do Partido dos Trabalhadores a práticas tirânicas e a um suposto culto à

personalidade, como em suas acusações de manipulação midiática em torno da figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O discurso de Azevedo aproxima-se daquele adotado por intelectuais e polemistas estadunidenses, contribuindo para uma idealização da direita que, intencionalmente ou por coincidência, remete ao clima de histeria anticomunista do McCarthyismo na década de 1950. No entanto, enquanto nos Estados Unidos o anticomunismo da época, embora amplamente exagerado e politicamente instrumentalizado, encontrava algum respaldo em casos reais de espionagem (como os de Alger Hiss e dos Rosenberg), no Brasil essa narrativa carecia de bases concretas. Como destaca a historiadora Ellen Schrecker (1994, p. 17), “embora distorcida em muitos aspectos, a percepção de uma ameaça comunista interna tinha plausibilidade suficiente para ser convincente” nos EUA. Já no contexto brasileiro, o antipetismo serviu sobretudo como instrumento retórico para grupos insatisfeitos com as mudanças políticas trazidas pela ascensão do PT. Escândalos reais, como o mensalão, foram então hiperdimensionados e reinterpretados não como episódios de corrupção, mas como supostas evidências de um projeto ideológico revolucionário e tirânico, uma estratégia que, na prática, visava à preservação de privilégios de poder.

Essa dinâmica encontra paralelos na análise do historiador Michael J. Heale (1990) sobre as origens do anticomunismo nos EUA. Segundo ele, o movimento foi impulsionado pelas inseguranças vivenciadas pelas elites diante da democratização precoce do país:

Nos Estados Unidos, uma espécie de democracia havia chegado antes da industrialização, e as classes respeitáveis não apenas foram privadas de controle político completo, como também tiveram que conviver com um sistema em que o poder governamental era extremamente limitado. [...] Se organizações trabalhistas e similares pudessem ser representadas como incompatíveis com as ideias republicanas, não apenas os recursos limitados do Estado poderiam ser usados contra elas, mas, talvez mais importante, cidadãos ativos também poderiam ser incitados a defender sua república. (Heale, 1990, p. 3, tradução nossa).

Heale ressalta que, já no século XIX, as bases do que viria a se tornar o anticomunismo estadunidense foram lançadas, com a instrumentalização de um discurso nativista direcionado contra o nascente movimento trabalhista e os protestos sociais relacionados à insegurança material nas grandes cidades (Heale, 1990, p. 19). Esse contexto, marcado por tensões pós-coloniais, expansão territorial e fluxos migratórios,

difere radicalmente da realidade brasileira. No entanto, a análise de Heale oferece *insights* valiosos para compreender como as “inseguranças” de elites políticas e econômicas diante da ascensão de grupos historicamente excluídos podem ser convertidas em narrativas de defesa da “república”. Um mecanismo semelhante, embora em contexto distinto, pode ser observado na reação de setores conservadores à influência política do PT no Brasil.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, de certa maneira, alterou o cenário político nacional, ampliando o acesso de camadas sociais historicamente excluídas e promovendo maior protagonismo popular. Essa transformação desencadeou reações semelhantes às descritas por Michael J. Heale em sua análise do anticomunismo estadunidense: a rejeição a políticas públicas inclusivas e à ampliação democrática revelou o temor de setores antes privilegiados. Nesse aspecto, o discurso de Reinaldo Azevedo não apenas reproduziu a argumentação de anticomunistas norte-americanos, mas também se estruturou sobre um repertório ideológico com raízes no século XIX (embora consolidado principalmente no século XX), adaptando-o a um contexto brasileiro no qual a ameaça “comunista” funcionava, acima de tudo, como um espantalho retórico.

4.3.3 A afirmação de uma identidade política

Reinaldo Azevedo e Olavo de Carvalho, embora distintos em estilo e alcance, compartilham uma matriz discursiva que reinterpreta o anticomunismo à brasileira, adaptando estratégias já consolidadas nos EUA. Se o primeiro direciona suas críticas ao PT como um suposto projeto de poder totalizante, o segundo radicaliza essa narrativa, incorporando elementos conspiratórios e filosóficos. Ambos, no entanto, reproduzem um padrão análogo ao descrito por Heale no contexto norte-americano: a instrumentalização do anticomunismo como uma resposta a avanços democráticos que desafiam elites tradicionais. Enquanto nos EUA o inimigo era o movimento operário emergente, no Brasil o PT ocupou esse lugar simbólico, sendo percebido, na visão desses intelectuais, não como uma ameaça revolucionária concreta, mas como um fantasma a ser combatido.

Essa construção intelectual não se limita ao conteúdo das críticas, mas se estende à própria forma de produção e autoprojeção dos autores. Tanto Azevedo quanto Carvalho estruturaram suas obras a partir de artigos jornalísticos, transformando o debate político imediato em uma narrativa de longa duração. Enquanto Carvalho se

autoproclamou um inovador ao se comparar a pensadores como Gilberto Freyre, Azevedo reforçou sua autoridade citando números de audiência, como os acessos milionários ao seu *blog*. Essa estratégia de autolegitimação revela outro paralelo com o anticomunismo histórico: a necessidade de se apresentar não apenas como crítico, mas como voz indispensável na defesa de uma ordem ameaçada. Assim, o antipe-tismo de ambos não é apenas uma postura política, mas um empreendimento intelectual que se alimentou de referenciais transnacionais, ainda que recalibrados para o contexto nacional.

Isso pode ser percebido com a evolução do discurso de Reinaldo Azevedo ao longo de sua trilogia: o tom virulento e panfletário, que marcava suas primeiras obras (e que tanto aproximava seu estilo do de Olavo de Carvalho), deu lugar a uma abordagem mais factual no segundo volume. Paralelamente, as referências aos EUA (antes frequentes e muitas vezes laudatórias) tornaram-se mais críticas e esparsas. Essa mudança de ênfase veio acompanhada de uma importante transformação na autopercepção do autor: se antes evitava assumir explicitamente um rótulo ideológico, deixando que terceiros (como críticos e colegas jornalistas) o classificassem como expoente de uma “nova direita.” (Azevedo, 2008, p. 57), em *O País dos Petralhas II* ele passou a reivindicar sem reservas a identidade de autor “de direita.” (Azevedo, 2012, p. 69).

Essa transição não representou uma mudança substantiva em seu pensamento, mas sim o amadurecimento de uma posição que já estava presente em seus textos anteriores. Ao assumir publicamente essa identidade política, Azevedo consolidou o que antes era apenas implícito, seguindo um caminho inverso ao de muitos intelectuais que, tradicionalmente, buscam manter uma aura de neutralidade. Seu caso ilustra como, no debate político brasileiro dos últimos anos, a direita passou de uma posição defensiva para uma postura mais afirmativa, processo do qual ele foi tanto protagonista quanto sintoma.

Embora mantivesse paralelos com o vocabulário de Olavo de Carvalho, especialmente no uso de termos como “gramscismo” ou “fascismo de esquerda”, Azevedo sempre se diferenciou na fundamentação de seus argumentos. Essa distinção tornou-se mais evidente no segundo volume de *O País dos Petralhas*: enquanto Carvalho construía análises alicerçadas em um sistema metafísico e, por vezes, conspiratório, Azevedo pautava-se em referenciais do jornalismo conservador estabelecido. O livro de Jonah Goldberg, *Fascismo de Esquerda* (obra também utilizada por Rodrigo

Constantino), serviu de base para que Azevedo ampliasse suas críticas ao PT, por ele caracterizadas como “stalinistas”. A obra foi empregada para explorar a associação entre a esquerda e o fascismo, adaptando ao Brasil o enquadramento interpretativo de Goldberg nos Estados Unidos. Segundo Azevedo (2012, p. 76), o autor promove uma reconstituição histórica de valores tidos nos EUA como “liberais” (termo lá associado à esquerda) para evidenciar seu parentesco com propostas do fascismo.

Essa mudança de tom, com um discurso mais intelectualizado e alinhado ao debate contemporâneo, coincidiu com o período em que o jornalista passou a ter maior visibilidade em eventos e publicações de *think tanks*, como o Instituto Millennium e o Mises Brasil. Sua presença nesses espaços ficou marcada pela participação em debates, recomendações de textos e citações de colunistas ligados a esses grupos em seus trabalhos, especialmente entre 2009 e 2012¹⁶⁰.

Essa visibilidade foi ampliada com sua entrada na *Folha de São Paulo* em 2013, um ano marcado por grandes manifestações sociais, como as “Jornadas de Junho”, e pelos escândalos de corrupção que atingiram o PT a partir de 2012¹⁶¹, temas explorados pelo jornalista. Além disso, em 2014, os protestos contra a Copa do Mundo e a possibilidade de reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff aumentaram ainda mais suas publicações, nas quais ele aproveitou para promover sua agenda anticomunista. Azevedo chegou a afirmar que haveria um “golpe¹⁶²” caso Dilma não fosse removida do cargo, um tema que se tornou recorrente após as manifestações de 2013 e 2014.

Vale destacar que o jornalista foi um dos primeiros comentaristas de grande visibilidade a defender o *impeachment* (Azevedo, 2014) como solução constitucional

¹⁶⁰ O jornalista era citado em textos do Instituto Mises como uma referência em temas da agenda liberal, como a liberalização das drogas. Disponível em: <https://mises.org.br/article/440/algumas-ideias-sobre-a-liberalizacao-das-drogas>. Acesso em 15 nov. 2025. Também estava presente em eventos destas *think tanks*, como na participação nos eventos sobre Liberdade de Expressão, como visto em sua participação na edição de 2010. Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/blog-reinaldo-azevedo-010310/>. Acesso em 26 nov. 2024. E na sequência em 2011. Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/reinaldo-azevedo-liberdade-em-debate/>. Acesso em 26 nov. 2024.

¹⁶¹ A conclusão do julgamento do mensalão, que condenou o empresário Marcos Valério, o ex-ministro da Casa Civil de Lula, José Dirceu, e conduziu a perda de mandatos de parlamentares ligados ao PT. Além das operações Porto Seguro e a CPI dos Correios que geraram debates nesse período.

¹⁶² Ver. CONSTANTE, Bruno Erbe. “Sou antipetista por um império de racionalidade”: os discursos políticos produzidos por Reinaldo Azevedo na mídia social Twitter (junho 2013 – dezembro 2015). Disponível em: < <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoria-dor/article/view/39510/26705> >. Acesso em 20 jan. 2025.

para a saída de Dilma¹⁶³, uma ideia que se tornou bandeira de diversos grupos de oposição, tanto de veículos da mídia tradicional¹⁶⁴ quanto por grupos organizados nas redes sociais¹⁶⁵. Seu livro publicado em 2014, *Objeções de um Rottweiler amoroso*, reuniu dezenas de seus artigos publicados na *Folha de São Paulo* que abordavam temas centrais de sua agenda entre outubro 2013 e setembro 2014.

Essa conjuntura política favoreceu a visibilidade e a consolidação de Azevedo como um intelectual midiático da direita brasileira, tornando-o presença frequente em programas de televisão e rádio, em eventos de *think tanks* e nas redes sociais, onde se consolidou como figura influente. Como afirma Cepêda (2018, p. 59): “Final, não há pensamento político sem teorias de suporte, sem porta-vozes, sem literatura, sem instituições e sem mecanismos de reprodução de sua visão de mundo”.

Com esse apoio, convertido em espaço privilegiado para o debate de ideias, Azevedo popularizou expressões críticas ao Partido dos Trabalhadores e seus governos, reforçando uma narrativa que busca deslegitimar a esquerda institucional. Essa narrativa opera por meio da associação da esquerda a categorias historicamente incongruentes, como o fascismo, ou a regimes autoritários responsáveis por milhões de mortes, além de vinculá-la sistematicamente à corrupção e à suposta incapacidade moral. Como observam Chaloub e Perlato (2016, p. 373), nesse imaginário político, “a esquerda seria não apenas equivocada, mas moralmente vil, como bem comprova a história pessoal dos seus mais destacados intelectuais”.

Esse discurso alinhou-se ao de outros autores, como Rosenfield (2012), Mainardi (2007, 2012) e Garschagen (2015), que compartilhavam posições semelhantes e se identificavam como intelectuais engajados na formulação e divulgação de um pensamento de direita no Brasil.

¹⁶³ Em referência aos escândalos de corrupção da Petrobrás e a leitura do jornalista que Dilma e Lula sabiam de todos os eventos. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/reinaldo-azevedo-fala-sobre-bomba-da-veja-e-materia-para-impeachment.html>>. Acesso em 12 nov. 2024.

¹⁶⁴ Ver. CASTILHO, Carlos. Jornais apoiam o impeachment de Dilma?. Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/jornais-apoiam-o-impeachment-de-dilma/>. Acesso em 10 jan. 2025.

¹⁶⁵ Com destaque para os grupos: Revoltados On-line, Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua Brasil, que desempenharam um importante papel na organização de manifestações e na disseminação do chamado “antipetismo”. Esses movimentos utilizaram as redes sociais como principal ferramenta para mobilizar apoio e pressionar pela saída de Dilma Rousseff do governo, defendendo o *impeachment* como solução para crise política e econômica do país. Ver. MALINI, Fábio. A batalha dos revoltados. *El País*, 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439913605_139200.html>. Acesso em 22 nov. 2024.

No entanto, é importante destacar o papel que Azevedo desempenhou na formação e divulgação de ideias associadas à direita no debate público brasileiro. Em contextos anteriores, termos como politicamente correto, esquerdismo e gramscismo tinham pouco ou nenhum apelo fora de círculos intelectuais marginalizados. Com a produção de Azevedo, essa situação mudou, tanto pela popularização junto ao grande público de conceitos já elaborados por intelectuais como Olavo de Carvalho, cuja influência, embora presente desde os anos 1990, era até então restrita a nichos, quanto pela escassez de vozes midiáticas que articulassem uma crítica cultural antipetista com linguagem acessível. Essa lacuna foi parcialmente preenchida pelas publicações de Azevedo, cujas críticas ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda brasileira obtiveram ampla receptividade, contribuindo para sua projeção na mídia. Esse impacto foi potencializado por neologismos como “Petralha” e “Esquerdopata”, termos cunhados ou popularizados em suas colunas e que rapidamente se incorporaram ao repertório político da oposição aos governos petistas. Além disso, seu discurso ideológico reforçou a ideia de que a direita representaria a principal tendência política realista no Brasil, em contraste com o que via como o idealismo irrealizável da esquerda: “No mais das vezes, aquilo a que se chama ‘direita’ é só bom senso aplicado” (Azevedo, 2013b, recurso *online*).

Reinaldo Azevedo pode ser compreendido como um intelectual midiático, na acepção de Bourdieu¹⁶⁶ (1997), alguém que opera na arena pública para traduzir e

¹⁶⁶ Aqui, referimo-nos aos profissionais que atuam em campos midiáticos e detêm o monopólio sobre os instrumentos de produção e difusão de informação em grande escala. Na obra *Sobre a Televisão* (1996), Bourdieu analisa o potencial da televisão como um campo de difusão de massa, destacando o papel de “intelectuais-jornalistas”, apresentadores e *fast-thinkers* como agentes centrais nesse processo. Contudo, essa análise pode ser adaptada ao contexto contemporâneo da internet, entendida como um novo meio de difusão em massa, e aos seus agentes, produtores de conteúdo digital, como difusores de ideias. Como observa Bourdieu (1997, p. 111): “A influência do campo jornalístico sobre os campos de produção cultural (sobretudo em matéria de filosofia e de ciências sociais) exerce-se principalmente por meio da intervenção de produtores culturais situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados (literário, filosófico etc.). Esses ‘intelectuais-jornalistas’, que utilizam seu duplo vínculo para esquivar-se das exigências específicas de ambos os universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos legitimamente adquiridos no outro, encontram-se em condições de exercer dois efeitos principais: de um lado, fazer adotar formas novas de produção cultural, situadas em um meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o exoterismo jornalístico; de outro, impor, especialmente por meio de seus julgamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que conferem a aparência de autoridade intelectual às sanções do mercado, reforçando a inclinação espontânea de certas categorias de consumidores.”

legitimar uma determinada cosmovisão, muitas vezes sob a roupagem da neutralidade jornalística. Não apenas forneceu elementos para a crítica sistemática à esquerda brasileira, com foco especial no Partido dos Trabalhadores (PT), mas também atuou como catalisador na formação e consolidação de um ideário de direita nos grandes veículos de comunicação, onde tal perspectiva era até então pouco expressiva. Sua mediação envolveu a adaptação de correntes do pensamento político estadunidense (do conservadorismo de Jonah Goldberg ao libertarianismo de Ayn Rand) à realidade brasileira, traduzida em linguagem acessível por meio de suas colunas e, sobretudo, do *blog* que originou a trilogia *O País dos Petralhas*.

Essa trajetória insere-se num movimento mais amplo de reconfiguração do conservadorismo brasileiro, marcado pela crescente influência de ideias provenientes do universo político e intelectual dos Estados Unidos, desde o liberalismo econômico até as críticas ao “marxismo cultural” e às políticas identitárias.

O fenômeno da “influência não intencional” (Zimmerling, 2005) manifesta-se aqui de maneira particular: Azevedo não reproduziu mecanicamente esses referenciáveis, mas operou uma seleção estratégica de conceitos que pudessem validar suas críticas à esquerda brasileira. Ao se apropriar seletivamente de teorias como o “fascismo de esquerda” (Goldberg) ou as análises sobre o Foro de São Paulo (presentes em Olavo de Carvalho, mas esvaziadas de seu teor mais conspiratório), ele conferiu solidez argumentativa a seus posicionamentos, ainda que sem aderir integralmente aos sistemas de pensamento originais. Como observa Zimmerling (2005), “ser influente” envolve mais do que transmitir ideias; exige situá-las em redes de valor reconhecido. Azevedo operou assim: ao vincular suas críticas ao PT a teóricos como Goldberg e Carvalho, ele não apenas usou suas ideias, mas as inseriu em um circuito midiático que lhes conferiu nova relevância. Isso explica por que noções como “fascismo de esquerda”, originalmente periféricas, ganharam espaço no debate público brasileiro: foram validadas por um ator que já detinha capital simbólico.

Essa mediação intelectual revela um duplo movimento: por um lado, a incorporação de elementos do conservadorismo norte-americano como ferramentas de análise política; por outro, a adaptação desses conceitos às particularidades do contexto brasileiro. A referência aos Estados Unidos, na visão de Azevedo, como modelo de virtudes políticas e econômicas, assim como a citação de autores como Ayn Rand e Jonah Goldberg, não apenas servia como estratégia de validação retórica, mas

também refletia um processo mais amplo de transnacionalização do debate conservador, no qual Azevedo atuou na recepção e disseminação dessas ideias no Brasil.

A eficácia desse projeto fica evidente em sua ênfase no alcance de seu *blog*, que Azevedo apresenta como prova de sua capacidade de influenciar o debate público. Ele operou, antes de tudo, como um tradutor do conservadorismo para a grande mídia, selecionando e adaptando conceitos que pudessem ser instrumentalizados em sua crítica à esquerda, sem necessariamente abraçar todas as consequências desses sistemas de pensamento.

Nesse sentido, sua trajetória exemplifica como ideias circulam transnacionalmente nos espaços midiáticos (Caldeira Neto; Magalhães, 2024), ganhando novos significados em contextos locais. Ela também ilustra sua inserção no que o cientista político Cas Mudde denomina “direita radical”: um posicionamento que critica a forma contemporânea da democracia, em particular seu caráter pluralista e supostamente capturado por elites, sem, contudo, rejeitar o regime democrático como forma necessária de organização social. Ao servir de ponte entre o conservadorismo norte-americano e o debate brasileiro, Azevedo não apenas legitimou seus próprios argumentos, mas também contribuiu para a formação de um repertório conceitual que seria mobilizado pela direita brasileira nos anos seguintes, evidenciando o papel dos intelectuais midiáticos na transformação de correntes de pensamento em instrumentos de disputa política cotidiana.

Essa dinâmica é compartilhada por outros intelectuais que se identificam com uma postura política de direita, inspirada em visões de mundo e discursos externos ao espectro político brasileiro. Um exemplo é o filósofo e acadêmico Luiz Felipe Pondé, que, diferentemente de Azevedo, construiu suas críticas à esquerda brasileira com base na filosofia política de autores ingleses e estadunidenses, cuja referência ideológica central é o conservadorismo.

4.4 PONDÉ E O POLITICAMENTE INCORRETO: UM DIÁLOGO COM OS ESTADOS UNIDOS

Seu itinerário como intelectual público identificado com a direita e com o pensamento conservador ganhou visibilidade com suas colunas na *Folha de S. Paulo*, embora já tivesse sido notado em entrevistas, palestras e publicações anteriores. Uma dessas entrevistas foi citada pelo cientista político conservador João Pereira Coutinho

em sua coluna no mesmo jornal, pouco antes de Pondé ingressar no quadro de colunistas:

Luiz Felipe Pondé concedeu entrevista a Rafael Cariello na *Folha* do sábado passado, e eu não posso deixar de sentir alguma admiração e certa nostalgia. A admiração é óbvia. Não é todo dia que encontramos um conservador à nossa frente.” (Coutinho, 2007, recurso *online*).

Em uma de suas primeiras colunas no jornal, Pondé (2008) dedicou-se a refletir sobre o conservadorismo, definindo-o a partir da perspectiva de Edmund Burke: “‘Conservar’ significa preservar as instituições políticas em funcionamento e as intuições morais e religiosas que sustentam uma condição civilizada, — sempre ameaçada”.

Essas intervenções foram gradualmente conquistando espaço e relevância em suas colunas à medida que questionavam consensos políticos dominantes e propunham leituras específicas do contexto brasileiro. Um exemplo é sua crítica ao papel simbólico do regime militar na narrativa da esquerda: “O golpe de 1964 marca um mito fundador da esquerda brasileira. Sem ele, muita gente não teria carreira intelectual ou política. Teria soçobrado no esquecimento.” (Pondé, 2009a, recurso *online*).

Posicionamentos semelhantes surgiram em relação ao Partido dos Trabalhadores e ao então presidente Lula: “Qualquer pessoa que seja a favor de um terceiro mandato do Lula o é, ou por má-fé (porque participa da ‘máfia democrática’ que manda no quintal), ou por ser um idiota” (Pondé, 2009b, recurso *online*). Além do cenário nacional, Pondé estendeu suas críticas ao contexto político dos Estados Unidos, argumentando que a hegemonia progressista na mídia e na academia obscureceria tradições intelectuais conservadoras fundamentais ao país:

A mídia e a academia geralmente boicotam uma atenção maior ao Iluminismo americano (diferente do francês, mais conhecido), que funda a mentalidade americana e gera fenômenos do tipo *Tea Party* como um derivado possível. Um exemplo cotidiano desse boicote ou falta de neutralidade é a crítica à Fox News, alinhada aos republicanos. A mídia em geral é alinhada aos democratas, por isso o ataque à Fox News. Tampouco há neutralidade na academia: quase todos são de “esquerda”, negar isso é má-fé. Professores negam aos alunos a chance de conhecer referências que diferem das suas próprias crenças políticas, como se essas fossem “ciência”. O pensamento de “esquerda” (mesmo agitado) permanece hegemônico na esfera das ideias e das políticas públicas. (Pondé, 2010a, recurso *online*).

Tais colunas não apenas expressavam desacordo com a esquerda, mas articulavam uma crítica cultural ampla, ancorada na ideia de que instituições simbólicas

(como universidades e veículos de comunicação) operariam como guardiãs de uma ortodoxia progressista.

No entanto, suas reflexões sobre a universidade não se limitaram aos comentários em suas colunas; tornaram-se (e continuam sendo) um tema recorrente em sua obra. Em 2010, o filósofo publicou *Contra um mundo melhor: ensaios do afeto*, livro que reúne textos em que busca compreender o que identifica como a hipocrisia estética do cotidiano e a recusa do fracasso como condição de humanização. Nesse conjunto de ensaios, afirma: “O leitor perceberá que sou contra um mundo melhor, que sou cético e que carrego uma sensibilidade trágica, independentemente de minha vontade filosófica.” (Pondé, 2010b, p. 8).

A universidade como espaço de “não pensamento” figura entre os principais temas da agenda do filósofo, que dialoga criticamente com as ideias do conservador estadunidense Russell Kirk. Em uma passagem em que recupera o diagnóstico de Kirk sobre o declínio da universidade, Pondé escreve:

Como afirmou Russell Kirk, historiador norte-americano do pensamento conservador, ainda na década de 1950, no momento em que a “carreira universitária” se tornou objeto de anseio de pessoas sem poses, a universidade entrou em agonia. E essa agonia não tem fim. Por quê? Porque a universidade se tornou ferramenta de ascensão social. E, na busca de ascensão social, fazemos qualquer coisa, porque está em jogo nossa sobrevivência. (Pondé, 2010b, p. 138).

Essas considerações alinhavam-se não apenas aos escritos de Russell Kirk, mas também a uma corrente mais ampla que emergiu nos Estados Unidos durante os anos 1980 e 1990, período marcado pelo debate conhecido como *Canon Wars*. Autores como Allan Bloom, William Bennett e Roger Kimball criticavam a expansão e a democratização do ensino superior, argumentando que esses processos comprometiam a formação intelectual e a qualidade da aprendizagem. Em um contexto em que propostas curriculares passaram a questionar o cânone ocidental, esses intelectuais defenderam a preservação de obras clássicas como pilares da educação liberal. Para eles, as tentativas de reformular o currículo universitário, especialmente por meio da inclusão de vozes marginalizadas e da crítica às tradições eurocêntricas, representavam não apenas uma erosão da herança cultural ocidental, mas também o avanço de uma ideologia que identificavam como “esquerdista”, a qual, segundo sustentavam, se consolidara como hegemônica nas instituições acadêmicas norte-americanas.

Essas preocupações já estavam presentes na obra inaugural de Russell Kirk, *The Conservative Mind* (1951), como destacou Pondé. Já nesse livro, Kirk alertava para o que considerava uma deriva perigosa da educação universitária nos Estados Unidos: o avanço do tecnicismo e da secularização, que, em sua visão, minavam uma formação fundamentada em valores morais de raiz religiosa. Ele via na “quase-educação divorciada do princípio religioso” uma ameaça direta à integridade intelectual e ética do ensino (Kirk, 2001, p. 315, tradução nossa). Para Kirk, tanto elites quanto massas dependiam de uma educação fundamentada nesses princípios espirituais — perspectiva que o levou a criticar, nas décadas seguintes, o que interpretava como “doutrinação por professores de esquerda” nas universidades. Essa inquietação antecipou debates posteriores, como as chamadas *Canon Wars*. Segundo Panichas (2007, p. 398), o temor de Kirk materializou-se nas décadas de 1960 e 1970, quando o ensino superior norte-americano foi marcado, em sua avaliação, por um crescente profissionalismo e por uma agenda ideológica que transformava professores em “doutrinadores” em vez de educadores.

A solução proposta por Kirk passava por uma “verdadeira liberdade fundada na distinção”, e não no nivelamento. Esse princípio promoveria disciplina e ordem social, funcionando como uma “aristocracia natural” que mediaría “entre a plutocracia e a democracia igualitária” (Kirk, 2001, p. 318, tradução nossa). A chave para essa transformação seria a educação liberal, inspirada em pensadores como o sacerdote católico John Henry Newman. Esse modelo priorizava o cultivo intelectual rigoroso, a formação de uma mentalidade sábia e uma compreensão abrangente da realidade — entendida, sobretudo, à luz da religião —, em vez de se reduzir à aquisição de habilidades técnicas ou à busca de sucesso material (Kirk, 2001, pp. 219–220).

Essa formação deveria incluir o “estudo dos clássicos”, considerados essenciais para uma disciplina humanística, pois “ensinam ao homem o significado do tempo” e refinam sua capacidade de julgamento. Contudo, o caminho para alcançar esse ideal “aristocrático” na sociedade residia, segundo Kirk, na interpretação do princípio de justiça, definido por ele ao citar o jornalista conservador Paul Elmer More como “o ato de distribuição correta, dar a cada homem o que lhe é devido”. Kirk contrastava essa concepção com o que More chamava de “justiça social”, termo que, em sua visão, designava uma falsa justiça voltada para “uma distribuição de poder e privilégio [...] que satisfaça imediatamente as distinções da razão entre os superiores e não ultraje os sentimentos dos inferiores.” (Kirk, 2001, p. 318, tradução nossa).

Luiz Felipe Pondé, por sua vez, articulou tanto rupturas quanto continuidades em relação a esse discurso crítico sobre as universidades e o idealismo progressista. Manteve continuidades ao afirmar que “basta ver o que intelectuais de esquerda fazem no seu mundinho da universidade: destroem carreiras, inviabilizam pesquisas, aniquilam alunos promissores, constroem moralmente a dissidência, só para perpetuar o domínio institucional.” (Pondé, 2010c, recurso *online*).

Pondé também se envolveu em debates sobre a seleção de obras literárias no ensino no Brasil, ressoando polêmicas similares às ocorridas nos Estados Unidos. Em 2012, ao criticar a proposta do Ministério da Igualdade Racial de revisar a inclusão de Monteiro Lobato no currículo escolar, motivada pela identificação de passagens com conteúdo racialmente problemático, o filósofo posicionou-se pela manutenção do autor, argumentando que sua obra era “importante para a formação educacional” (Silva, 2012, recurso *online*).

Tais concepções convergem não apenas com as ideias de Kirk ([1953] 2001), mas também com as de William F. Buckley Jr. ([1951] 2001), especialmente em sua crítica ao coletivismo, ao tecnicismo ideológico e ao secularismo, forças que, segundo Buckley, estariam corroendo valores tradicionais norte-americanos, como o livre-mercado e o *ethos* cristão. Essas influências são perceptíveis nos textos de Pondé, que descreve as universidades como espaços dominados por “técnicos que confundem diploma com formação.” (2010b, p. 139), obcecados em “construir um mundo melhor e suas carreiras.” (2010b, p. 13, recurso *online*) e em ascender socialmente por meio da academia. Pondé compartilha ainda a percepção de decadência nos padrões educacionais, caracterizando a universidade contemporânea como um “projeto contra o pensamento”, um ambiente de “miséria espiritual” no qual prevalecem “mediocridade, corporativismo e repetições que simulam produtividade por métricas quantificáveis.” (2010b, p. 139).

Essas abordagens compõem o repertório crítico de Pondé ao descrever condições e eventos semelhantes no cenário brasileiro, mas com uma atualização conceitual marcante, em especial, a centralidade atribuída ao termo “politicamente correto” como vetor da suposta degradação educacional no país. Para fundamentar essa crítica, ele retoma argumentos já circulantes nos debates acadêmicos dos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990, que defendiam a restauração de uma educação tradicional e o retorno ao estudo dos clássicos, denunciando ao mesmo tempo a suposta hegemonia da esquerda na cultura brasileira.

Esse eixo temático tornou-se proeminente na direita brasileira entre 2008 e 2013, período de consolidação da influência intelectual de Luiz Felipe Pondé, cujos trabalhos dessa fase refletem e reforçam essa agenda crítica. A análise de sua atuação revela que seu pensamento e suas estratégias narrativas acompanharam, e simultaneamente reinterpretaram, tendências de um conservadorismo transnacional, com destaque para a crítica estrutural ao politicamente correto e à transformação do papel das universidades. Pondé incorporou e adaptou ao contexto brasileiro as críticas formuladas por intelectuais conservadores norte-americanos, em especial Allan Bloom e Roger Kimball, nas décadas de 1980 e 1990, e, de forma mais ampla, Russell Kirk, cuja obra desde os anos 1950 influenciou profundamente a tradição conservadora, contra o que viam como a crescente politização do ambiente acadêmico.

Seguindo essa tradição, Pondé interpretou o politicamente correto como um projeto de poder da “Nova Esquerda”, herdeira dos movimentos dos anos 1960 nos EUA, que, segundo ele, teria convertido as universidades em espaços de doutrinação ideológica. Nessa leitura, políticas como as cotas não seriam mecanismos de inclusão social, mas instrumentos para a imposição de uma agenda progressista. Sua condenação da “censura” a dissidentes e da suposta distorção dos cânones literários emulou deliberadamente os *Canon Wars* norte-americanos, recontextualizando no Brasil o debate sobre o papel das humanidades na formação da cultura ocidental.

Embora não se enquadre na “direita radical” no sentido estrito proposto por Cas Mudde, especialmente pela ausência de um discurso nativista ou populista, o pensamento de Pondé manifesta inclinações que ressoam com certas críticas presentes nesse espectro: a desconfiança em relação ao multiculturalismo, a rejeição da diversidade como princípio orientador da vida social e, sobretudo, uma visão elitista da ordem cultural, que privilegia hierarquias de mérito intelectual e rejeita o igualitarismo democrático como ameaça à excelência civilizacional. Nesse sentido, sua postura pode ser compreendida como uma crítica interna à democracia liberal, que a aceita como quadro institucional, mas a vê como degenerada por seu viés igualitário e anti-hierárquico, uma posição mais próxima do conservadorismo reacionário ou do elitismo cultural antipolítico do que do populismo nativista que define a direita radical.

Seu conservadorismo foi moldado por uma confluência eclética de influências: do tradicionalismo religioso de Russell Kirk e do ceticismo político de Michael Oakeshott ao individualismo radical de Ayn Rand e ao liberalismo econômico de Friedrich Hayek. Essa amálgama, que Nash (2006) identifica como típica do conservadorismo

intelectual norte-americano pós-guerra, permitiu a Pondé defender simultaneamente a tradição judaico-cristã (ainda que como ateu) e o livre-mercado, sempre com uma desconfiança burkeana em relação a projetos utópicos. Sua autodefinição, “conservador em política, liberal nas demais esferas”, reflete essa herança bifronte, que une o antiprogressismo cultural à defesa de liberdades individuais.

Por meio de sua integração estratégica às redes institucionais de direita, Pondé participou de grupos vinculados a *think tanks*, além de eventos e seminários voltados à promoção de ideias conservadoras e liberais, contribuindo para sua disseminação no país. Sua atuação no Instituto de Formação e Educação (IFE) e no Instituto Millennium, organizações que se inspiraram, no contexto brasileiro, em modelos norte-americanos como o *Intercollegiate Studies Institute* (ISI) e a *Heritage Foundation*, ilustra seu papel na consolidação de ecossistemas intelectuais conservadores locais. Essas redes, financiadas por empresários e apoiadas por veículos midiáticos, viabilizaram a circulação transnacional de autores como Roger Scruton, Russell Kirk e Friedrich Hayek, criando a infraestrutura necessária ao fortalecimento da direita intelectual brasileira entre os anos 2000 e 2010.

Por último, destaca-se sua condição de intelectual midiático. Diferentemente dos demais atores analisados, Pondé é um intelectual com formação acadêmica que mantém uma forte presença na esfera midiática, atuando como colunista da *Folha de S. Paulo* e produzindo conteúdo regularmente em redes sociais (como Twitter, Facebook e YouTube). Essa dupla inserção, no campo acadêmico e no espaço público mediado, ampliou significativamente seu alcance, permitindo que suas ideias, ancoradas em uma filosofia pessoal alinhada a valores promovidos por *think tanks* conservadores e pró-livre-mercado, chegassem a um público mais amplo e heterogêneo.

4.4.1 Por um revisionismo conveniente: uma filosofia politicamente incorreta

Essas críticas de Pondé à hegemonia da esquerda na cultura e na academia brasileira não se limitaram apenas ao debate educacional, mas também se estenderam ao campo da historiografia. No início de 2010, o filósofo publicou um artigo em sua coluna na *Folha de São Paulo* intitulado *Viva o Brasil Capitalista!* no qual comentava o lançamento do livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, escrito pelo jornalista Leandro Narloch. A obra, inspirada tematicamente em *The Politically Incorrect Guide to American History* (2004), do conservador estadunidense Thomas E. Woods Jr., tornou-se um *best-seller* no Brasil e foi amplamente divulgada por

veículos associados à direita política, refletindo a recepção favorável que o original de Woods Jr. tivera nos Estados Unidos, especialmente em meios como a *Fox News*.

Assim como Woods Jr. declarou em sua obra que buscava “colocar as coisas no lugar” e oferecer “uma introdução a alguns dos aspectos mais controversos da história americana” para aqueles que consideravam a narrativa tradicional “pouco persuasiva ou ideologicamente tendenciosa.” (Woods Jr., 2004, p. XIV, tradução nossa), Narloch seguiu uma linha semelhante. Contudo, tal abordagem revelou-se claramente parcial, como observou o jornalista Adam Cohen, ao caracterizar o livro de Woods Jr. como “uma tentativa de empurrar as coisas para a direita.” (Cohen, 2005, *recurso online*, tradução nossa). Essa mesma inclinação ideológica foi reproduzida na versão brasileira.

Em sua análise, Pondé elogiou o livro de Narloch, afirmando: “O Guia não é acadêmico (e nem pretende sê-lo), mas é jornalístico, bem documentado, com notas bibliográficas abundantes” (Pondé, 2010d, *recurso online*). Sua avaliação refletia um alinhamento político explícito, especialmente em relação a um de seus principais alvos críticos: a “cultura do politicamente correto”. Ao concordar com o revisionismo proposto por Narloch em temas complexos da história brasileira, Pondé reforçava a ideia de que a produção acadêmica sobre esses temas estaria equivocada ou deliberadamente “tendenciosa”. Essas análises não apenas dialogavam com as críticas à educação universitária já discutidas anteriormente, mas também integravam um conjunto mais amplo de argumentos contra a influência da esquerda no Brasil, reafirmando seu papel como intelectual conservador em sintonia com as controvérsias históricas e culturais que marcavam o debate público na época.

A atuação de Pondé como crítico do politicamente correto e da influência da esquerda no meio acadêmico não se restringiu a artigos e comentários sobre obras alheias; ele próprio tornou-se um protagonista nesse debate. Em 2012, publicou *O Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*, obra inspirada na fórmula inaugurada por Leandro Narloch em *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. O livro de Pondé consolidou-se como referência de leitura à direita para compreender os desdobramentos do politicamente correto, tema que o filósofo criticava com frequência em entrevistas, palestras e outros escritos. Nessa obra, explicitou suas perspectivas sobre o assunto por meio do que definiu como “uma filosofia politicamente incorreta”, reforçando sua postura contrária ao que via como um domínio ideológico progressista nas instituições culturais e educacionais.

Em sua análise, Pondé situou a origem do politicamente correto nos Estados Unidos do final dos anos 1960, vinculando-o à “Nova Esquerda” e ao ativismo que emergiu no rastro das conquistas do movimento pelos direitos civis. Segundo ele, esse novo ativismo deslocou o foco da luta de classes, central para a “velha esquerda”, para a reivindicação de reconhecimento por parte de diversos grupos historicamente marginalizados. Como afirma: “a diferença entre a velha esquerda e a nova esquerda é que, para a velha, a classe que salvaria o mundo seria o proletariado (os pobres), enquanto, para a nova, é todo o tipo de grupos de ‘excluídos.’” (Pondé, 2012a, p. 14).

Na visão de Pondé, essa nova configuração teria como objetivo moldar “comportamentos, hábitos, gestos e linguagem”, transformando profundamente o ambiente universitário. Políticas como as cotas seriam interpretadas por ele menos como mecanismos de inclusão social e mais como estratégias para expandir a influência da esquerda no meio acadêmico, influência que, em sua leitura, estaria alicerçada em uma “ideologia marxista disfarçada de equidade”.

Para o filósofo, longe de promover justiça, o politicamente correto tornara-se um instrumento de opressão, alimentando conflitos identitários nas universidades e distorcendo a realidade em favor de narrativas minoritárias. Essa dinâmica, segundo ele, resultava em “censura e perseguições nas universidades e na mídia para aqueles que ousam pôr em dúvida suas mentiras do bem.” (Pondé, 2012a, p. 15), expressão pela qual designava as construções morais apresentadas como inquestionáveis sob a égide do progressismo.

Ao desenvolver esse repertório crítico, Pondé não apenas retomou debates já consolidados nos Estados Unidos, mas também convergiu, em certos pontos, com críticas ao progressismo presentes na obra de Olavo de Carvalho. Contudo, ao contrário de Carvalho, cuja influência se restringia inicialmente a círculos mais fechados e conspiracionistas, Pondé beneficiou-se de espaços midiáticos de grande alcance e do cenário político brasileiro em ebulição, marcado pela crise de representação e pela polarização durante os governos do PT.

Aproveitando a internet como plataforma de difusão, integrou-se a um amplo campo de oposição de direita, cuja agenda se articulava em torno do anticomunismo simbólico e da resistência ao PT, consolidando, assim, seu papel como um dos principais intelectuais da direita cultural brasileira no período analisado (2008–2013).

Nesse cenário de crescente polarização, as críticas ao ambiente acadêmico, especialmente às ciências humanas e aos autores associados à esquerda,

intensificaram-se no debate público brasileiro. Figuras como o educador Paulo Freire tornaram-se alvos frequentes de ataques, sendo acusadas de promover um “viés comunista” e de utilizar a educação como ferramenta de doutrinação política. Circulava amplamente a narrativa de que as universidades privilegiavam autores como Marx e Rousseau em suas bibliografias, enquanto pensadores conservadores ou identificados com a “direita” seriam sistematicamente marginalizados. Pondé absorveu e recontextualizou grande parte dessas críticas, reforçando sua postura contra o que via como hegemonia esquerdista no meio intelectual.

Contudo, Pondé também rompeu com certas convenções do conservadorismo tradicional, sobretudo ao justificar publicamente sua adesão ao campo da direita, um posicionamento ainda incomum no cenário intelectual brasileiro da época. Essa inflexão tornou-se explícita em *Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo* (2012), obra escrita em coautoria com os cientistas políticos João Pereira Coutinho e Denis Rosenfield. Nela, Pondé não apenas assumia sua identidade conservadora, mas também refletia sobre as razões dessa escolha, situando-se em um momento de transformação do debate público: o crescimento de correntes liberais e conservadoras, impulsionado tanto por iniciativas editoriais quanto pela atuação de intelectuais na mídia tradicional e em emergentes espaços digitais. Esse movimento, que ganhou força paralelamente às críticas dirigidas à esquerda brasileira, particularmente durante os governos do PT, marcou a consolidação de Pondé como uma voz proeminente na reconfiguração do pensamento de direita no Brasil entre 2008 e 2013, período em que esses embates ideológicos adquiriram notável visibilidade.

4.4.2 Um conservadorismo tradicionalista

No desenvolvimento de seu pensamento conservador, Pondé dedicou um capítulo inteiro da obra *Por que virei à direita* (2012), intitulado “A formação de um pessimista”, para explicar sua posição política e sua adesão ao conservadorismo. Sua argumentação mantinha a linha crítica que desenvolvera contra o ambiente universitário e o progressismo, agora acrescida de elementos filosóficos que moldariam sua visão de mundo. Partindo de uma concepção elitista do intelecto, Pondé afirmava que existem diferenças naturais de capacidade entre os indivíduos: “aqueles que são mais capazes se incumbem dos encargos mais difíceis, enquanto os demais se aproveitam e, se são de esquerda, valem-se de uma série de argumentos para justificar sua

preguiça e sua mediocridade.” (Pondé, 2012b, p. 55). Essa perspectiva, que encontrava certa ressonância nas críticas de Russell Kirk à degradação do ensino superior, era complementada, em sua leitura, por referências pouco ortodoxas no campo conservador, como Ayn Rand, autora que, segundo Pondé, lhe mostrou como “as pessoas corajosas, trabalhadoras e inteligentes [...] geram de modo objetivo vida e riqueza [...] enquanto os preguiçosos, medíocres e covardes empobrecem objetivamente o mundo.” (Pondé, 2012b, p. 55).

Sua experiência na USP serviu como comprovação dessa tese, levando-o a concluir que a universidade havia se transformado num ambiente de mediocridade institucionalizada, no qual, segundo ele, interesses corporativos haviam suplantado a verdadeira busca pelo conhecimento. Essa crítica ressoava, em certa medida, as reflexões de Russell Kirk sobre o “declínio da universidade”. Em sua análise, a modernidade teria optado por negar as limitações humanas fundamentais em prol de uma vaidade progressista: “A esquerda é o nome dessa opção”, afirmava Pondé (2012b, p. 59), sintetizando sua visão sobre o caráter ilusório dos projetos emancipatórios contemporâneos.

Essa perspectiva levava-o a rejeitar o otimismo progressista em favor de uma visão mais cética da natureza humana, na qual a tradição bíblica, que ele, embora se declarasse ateu, considerava “o maior clássico da literatura ocidental”, desempenhava papel fundamental. Para Pondé, o desprezo da esquerda por essa herança cultural revelava sua “inconsistência intelectual.” (Pondé, 2012b, p. 64), coroando sua crítica ao ambiente acadêmico e ao pensamento progressista. Nessa construção intelectual, Pondé articulava influências diversas (do individualismo de Ayn Rand ao tradicionalismo de Burke), passando pelo ceticismo filosófico para forjar uma variante distinta de conservadorismo: adaptada ao contexto brasileiro, mas profundamente enraizada nos debates que moldavam a direita intelectual desde os *Canon Wars*.

Este conjunto de reflexões culminou na formulação do conservadorismo de Pondé, enraizado no ceticismo em relação às capacidades humanas de transformação social. Como ele mesmo afirmou: “O respeito à tradição (e a prudência ao lidar com ela) nasce da descrença na capacidade de qualquer homem ou grupo de homens resolver os problemas do mundo.” (Pondé, 2012b, p. 70). Essa visão foi construída através de um diálogo intelectual eclético que incluía desde Burke e Tocqueville até figuras mais contemporâneas como Nelson Rodrigues, Robert Nisbet e Michael Oakeshott.

Contudo, foi em Russell Kirk, particularmente em sua obra *The Conservative Mind*, considerado por Pondé como “o maior livro de história do pensamento conservador já escrito.” (Pondé, 2012b, p. 78), que o filósofo brasileiro encontrou a síntese mais acabada do pensamento conservador britânico. Essa influência de Kirk, combinada com o ceticismo político de Oakeshott (outra de suas referências), levou Pondé a definir sua posição com clareza: “conservador em política e liberal no resto”, justificando que “a política moderna é, em grande parte, um delírio da razão.” (Pondé, 2012b, p. 81).

Sua interpretação do conservadorismo distanciava-se, assim, tanto do dogmatismo reacionário quanto do racionalismo político moderno, aproximando-se antes de uma postura cética em relação aos projetos utópicos e à razão instrumental, características que, em sua visão, marcavam tanto a esquerda quanto certos setores da própria direita. Essa articulação entre o conservadorismo anglo-americano, tal como formulado por pensadores como Russell Kirk e Michael Oakeshott, e a crítica de Pondé à cultura contemporânea permitiu-lhe desenvolver uma versão reformulada do pensamento conservador: enraizada nas disputas intelectuais internacionais desde meados do século XX, mas reinscrita no contexto brasileiro.

Dessa forma, Pondé não apenas incorporou diagnósticos centrais de Russell Kirk e William F. Buckley Jr., mas também reproduziu suas críticas ao ambiente universitário contemporâneo. Assim como esses autores, argumentava que as universidades haviam traído sua missão original ao substituir a formação humanística e o cultivo do pensamento crítico por treinamento técnico, projetos de mobilidade social e agendas ideológicas, uma degeneração que Kirk já denunciava nos anos 1950. Essa mesma linha de crítica sustentou suas duras objeções ao politicamente correto no Brasil. Nesse aspecto, seu diagnóstico converge com o de intelectuais conservadores das décadas de 1980 e 1990, como Allan Bloom, Roger Kimball e William Bennett, cujas obras (*The Closing of the American Mind* (1987) e *Tenured Radicals* (1990)) retomaram e atualizaram, para o fim do século XX, os mesmos temores expressos por Buckley Jr. em *God and Man at Yale* (1951) quanto à subordinação da educação superior a ideologias coletivistas e ao abandono da tradição intelectual ocidental.

Ao recontextualizar esses argumentos na realidade brasileira, Pondé evidenciou como o conservadorismo intelectual que surgiu nos Estados Unidos a partir dos anos 1950, e que ganhou renovado impulso nas décadas seguintes, ainda oferecia um repertório crítico relevante para analisar os desafios do ensino superior no século

XXI, demonstrando a resiliência transnacional dessas ideias. Sua originalidade consistiu precisamente em vincular esse legado intelectual às suas próprias vivências no cenário acadêmico brasileiro, construindo uma crítica que, embora fundamentada no pensamento conservador norte-americano, em especial nas ideias de Russell Kirk, que influenciaram sua análise do campo educacional e sua perspectiva sobre a esquerda brasileira, dialogava de forma direta com as especificidades e as demandas do debate público no Brasil. Esse diálogo tornava-se particularmente relevante no contexto da ascensão de uma direita cada vez mais expressiva no país.

4.4.3 *Think tanks* e a conservação de ecossistemas ideológicos

A atuação de Pondé na difusão do pensamento conservador não se limitou aos espaços midiáticos e literários, mas estendeu-se estrategicamente o *think tanks* e instituições dedicadas à formação de quadros intelectuais de direita. Sua participação na revista *Dicta & Contradicta*, vinculada ao Instituto de Formação e Educação (IFE), exemplifica esse engajamento institucional. Fundado em 2006, o IFE buscava desempenhar no Brasil um papel semelhante ao de certas organizações norte-americanas, como o *Intercollegiate Studies Institute*, que contribuíram para a divulgação de autores como Russell Kirk e William F. Buckley, promovendo a leitura de clássicos conservadores e a formação de lideranças alinhadas aos valores da tradição ocidental. Embora Kirk fosse reticente em relação a projetos institucionais excessivamente programáticos, essa modalidade de intervenção tornou-se central na estratégia de intelectuais como Pondé, que viam na formação de elites culturais um antídoto contra a hegemonia progressista nas universidades.

Nesse ambiente, Pondé encontrou uma plataforma privilegiada para desenvolver temas centrais de seu pensamento, como atestam seus artigos publicados no periódico. A revista reuniu ainda uma rede diversa de intelectuais que colaboraram tanto com a publicação de textos quanto com a organização de eventos. Além de Pondé, figuraram entre seus colaboradores o cientista político João Pereira Coutinho, os economistas Bruno Garschagen e Joel Pinheiro, e o filósofo Olavo de Carvalho. Pondé publicou dois artigos na revista. O primeiro, intitulado *Um punhado de pó*, apareceu na edição de estreia e consiste em uma reflexão sobre o livro bíblico de Eclesiastes. Nele, o autor explora os questionamentos existenciais presentes na obra e o que chama de seu “efeito filosófico”: a forma como a ideia de Deus, “aquele que tudo sabe e tudo pode”, estrutura uma visão do mundo que transcende o imediatismo humano.

Apesar de se declarar ateu, Pondé reconhece o valor filosófico e civilizacional da Bíblia, não como documento descritivo, mas como repositório simbólico de valores que fundamentam a tradição ocidental. Essa perspectiva é central em sua interpretação do conservadorismo, na medida em que vê nessa herança um antídoto contra o voluntarismo moderno e a ilusão de que a sociedade pode ser refeita a partir de projetos racionais abstratos.

O segundo artigo do filósofo, publicado na quarta edição do periódico e intitulado *Pequeno ensaio sobre a devastação*, aborda o conservadorismo como uma escolha de visão de mundo. Nesse texto, estão presentes, de forma incipiente, as ideias que seriam desenvolvidas com maior profundidade em seu capítulo posterior no livro organizado em parceria com João Pereira Coutinho e Denis Rosenfield.

No entanto, sua atuação junto a essas organizações de pensamento não se restringiu ao IFE. Pondé também participou de cursos e palestras promovidos pelo Instituto Millenium, incluindo mesas de debate sobre temas como o pensamento liberal e conservador no Brasil. Ademais, é importante ressaltar que tais institutos operavam em rede, conforme observa Fortes (2012): o Instituto Millennium contava não apenas com a colaboração de veículos de mídia, mas também com o patrocínio de empresários de diversos setores, que financiavam regularmente seus eventos.

No universo dos *think tanks*, também se observam afinidades ideológicas, mas sem registros de vínculos diretos entre as organizações. Por exemplo, o Instituto Millennium e o Instituto de Formação e Educação (IFE) atuaram para influenciar o debate público e a formação de opinião no Brasil, embora com abordagens distintas: o IFE com foco mais cultural e educacional, e o Instituto Millenium, mais político e econômico.

Essas organizações compartilharam referenciais intelectuais específicos, com os Estados Unidos atuando como polo central de influência. No caso do Instituto Millennium, observa-se uma forte assimilação do liberalismo clássico norte-americano, expressa na divulgação e promoção de autores como Friedrich Hayek, Milton Friedman e Ayn Rand, bem como em análises comparativas que destacam políticas e modelos econômicos considerados bem-sucedidos no país. Essa conexão é reforçada pela sua filiação à *Atlas Network*, rede internacional que congrega *think tanks* liberais e libertários.

Já o Instituto de Formação e Educação (IFE) inspira-se no modelo de *liberal education*, com ênfase nas humanidades tal como praticado em instituições dos

Estados Unidos e do Reino Unido. O IFE dedicou-se à difusão de obras e à produção de resenhas e ensaios sobre o pensamento conservador nesses contextos, além de desenvolver cursos alinhados a essa tradição educacional. Entre suas referências destacam-se instituições como o *Intercollegiate Studies Institute* (ISI), organização fundada em 1953 por Frank Chodorov e William F. Buckley Jr. com o objetivo de promover a educação liberal e o conservadorismo intelectual nos Estados Unidos. O IFE também apoiou veículos como a *Revista Vila Nova* e editoras, entre elas, *A Fé* e a *Vide Editorial*, que atuam como canais de tradução e divulgação de autores liberais e conservadores.

Assim, embora atuem em esferas distintas, o Instituto Millennium no campo político-econômico e o IFE no âmbito educacional e cultural, ambos encontraram nos Estados Unidos um referencial fundamental para suas agendas intelectuais e institucionais.

5 CONCLUSÃO

Este estudo analisou como um repertório político consolidado pela direita norte-americana entre as décadas de 1950 e 1990, período marcado pela ascensão do conservadorismo moderno e pela síntese fusionista, foi incorporado por setores da Direita Brasileira. Essa base ideológica, que abrange desde o conservadorismo cultural (vinculado a autores como Russell Kirk e Richard Weaver) até o libertarianismo (inspirado em Ayn Rand e Friedrich Hayek), foi reintroduzida no debate público brasileiro por segmentos da “Nova Direita”. Mediante uma estratégia de adaptação retórica, esses grupos mimetizaram a união de tendências originalmente heterogêneas para fundamentar um projeto de oposição ao progressismo. Portanto, trata-se não de um bloco monolítico, mas de uma convergência de distintas vertentes que, apesar de suas divergências teóricas, articularam-se em uma frente ideológica comum no cenário nacional.

Essa influência contribuiu para o fortalecimento do campo da direita no Brasil, tanto na identificação com esse ideário quanto na formação de um eleitorado — como se observa no apoio e na recepção dos trabalhos desses intelectuais com esse ideário, quanto na formação de um eleitorado que, anos após o recorte aqui analisado, levaria um grupo político identificado com esses atores ao Executivo nacional.

Conforme observado, a mobilização virtual e o alcance massivo da internet foram fatores importantes para o ativismo desse campo. Figuras como o filósofo Olavo de Carvalho, por exemplo, migraram para o ambiente virtual e potencializaram ideias até então marginais, atraindo simpatizantes com um discurso que oferecia soluções simples e diretas para problemas complexos.

Além dele, destacou-se a atuação de Rodrigo Constantino na defesa do liberalismo econômico e do libertarianismo, que trouxe ao Brasil uma perspectiva fortemente influenciada por autores como Ayn Rand e Friedrich Hayek. Ao utilizar referenciais teóricos para criticar o PT e o intervencionismo estatal, Constantino traduziu debates norte-americanos sobre o *welfare state* e a “justiça social” para o contexto nacional. Essa abordagem ganhou maior evidência em sua obra *Esquerda Caviar*, exemplificando a combinação de elementos libertários e conservadores na construção de uma oposição ao progressismo.

Embora os elementos doutrinários analisados já circulassem em outros contextos, sua combinação e aplicação no cenário brasileiro constituíram uma

reconfiguração discursiva e organizacional. O impacto político, portanto, não residiu na originalidade das ideias em si, mas na capacidade de articulá-las a demandas locais, forjando um vocabulário próprio de oposição ao progressismo.

Seus intelectuais criaram narrativas e argumentos que desenharam um cenário de caos político alinhado ao contexto estadunidense da Guerra Fria, estabelecendo comparações entre a esquerda brasileira e a norte-americana em um corte conjuntural totalmente distinto, aproximação que, nas elaborações desses intelectuais, fazia sentido.

Diante da ascensão das vertentes de direita nas democracias ocidentais, especialmente a partir de 2010, discursos e ideias preexistentes no cenário nacional foram reapropriados como possíveis respostas a um quadro de suposta hegemonia da esquerda. Segmentos específicos da direita brasileira, em especial aqueles associados à “Nova Direita” de perfil neoconservador e libertário, anteriormente marginalizados ou sem coesão discursiva, mobilizaram no repertório político norte-americano as bases ideológicas que permitiram sua rearticulação e entrada no debate público.

Esse movimento, potencializado pela crise de credibilidade do Partido dos Trabalhadores (PT) em meio a escândalos de corrupção, contou com intelectuais públicos como mediadores de um repertório político até então incomum. Como demonstrado no capítulo sobre Olavo de Carvalho, as leituras de autores como Gramsci por parte desses intelectuais frequentemente se afastaram dos parâmetros de análise estabelecidos pela tradição de pesquisa acadêmica, priorizando uma recepção instrumental voltada a fins polêmicos. Essa abordagem cumpriu uma função de mobilização, fornecendo um arcabouço para a direita brasileira reinterpretar a realidade política nacional. A projeção de suas imagens como intelectuais difundiu a narrativa de uma “Guerra Cultural”.

Tal conjunto de ações não era endógeno, mas resultado de um processo de influência internacional. A narrativa de “ameaça vermelha” e de “guerra cultural”, embora originada no conservadorismo norte-americano, foi reelaborada por atores locais para operar como diagnóstico da realidade brasileira. Essa tradução política não corresponde a um reflexo fiel do original estadunidense, mas tampouco pode ser reduzida a mera “projeção”: ela produziu efeitos concretos na mobilização de setores sociais e na redefinição do campo ideológico nacional. É importante mencionar que essa articulação foi reforçada com a vitória de Donald Trump em 2016 e com a ascensão de líderes de direita em outros países ocidentais ao longo do final da década de 2010,

em um contexto frequentemente descrito como de “onda global da direita populista” (Mudde, 2022).

Ao analisarmos o panorama político e intelectual dessa direita no país e as consequências de seu ativismo, entendemos que essas ideias e influências estadunidenses amplificaram seu eco no campo político brasileiro. O *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, juntamente com a ascensão de parlamentares alinhados a essas ideias, foram indicativos de que o ativismo desses intelectuais surtiu efeito no campo político brasileiro. Além disso, o pânico moral divulgado por essa direita, reforçado pelos escândalos de corrupção noticiados nas mídias, contribuiu para uma visão distorcida da esquerda brasileira e endossou discursos alinhados a uma versão da história sob a ótica dessa direita, especialmente suas teorias sobre comunismo no país.

Por sua vez, é importante mencionar que essa configuração ideológica passou por um sensível processo de fragmentação nos últimos anos, especialmente em razão dos impasses gerados pela atuação de seus representantes no governo. O impacto da covid-19, juntamente com as ações dessa direita no campo político, fragmentou seu apoio, embora ainda exista um amplo núcleo duro de militância. Tal cenário evidencia-se na derrota de Jair Bolsonaro em 2022, ainda que por uma pequena margem, o que se torna ainda mais significativo considerando que seu oponente era Luiz Inácio Lula da Silva, líder que figura como seu principal antagonista político e ideológico¹⁶⁷. Contudo, o campo da direita, especialmente o segmento atrelado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, construiu um espaço doutrinário e ideológico específico e consolidou uma base de apoio, tornando-se uma força política no país.

Nesse contexto, é importante olhar para os intelectuais que, em grande parte, viabilizaram os discursos e as ideias aqui analisados e, em grande medida, perderam proeminência nesse campo ou tiveram sua influência reduzida. O filósofo Olavo de Carvalho faleceu no início de 2022, mas sua influência já era menor do que no período abrangido por esta pesquisa. Na vitória de Jair Bolsonaro em 2018, o filósofo ganhou visibilidade e foi frequentemente apontado como o principal articulador dessa direita, chegando a indicar ministros de Estado ao então presidente. Contudo, sua influência

¹⁶⁷ Vale notar que a análise deste estudo concentra-se no período anterior a 2022. Eventos subsequentes, como a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, embora relevantes para o entendimento da evolução do campo, extrapolam o recorte temporal aqui adotado e devem ser abordados em investigações futuras. A menção a esses desdobramentos serve apenas como indicação da continuidade e complexidade do fenômeno analisado.

declinou nos anos seguintes, e, próximo à sua morte, sua postura tornou-se abertamente crítica ao governo que antes apoiava¹⁶⁸.

O economista Rodrigo Constantino manteve-se ativo como articulador de um segmento libertário no país, atuando em programas de mídia digital alinhados às ideias que defende e à defesa da direita brasileira. Apesar disso, deixou de figurar como um intelectual público central desse campo e perdeu parte da visibilidade anterior, embora permaneça presente nos meios de comunicação associados a esse espectro ideológico¹⁶⁹.

Já o jornalista Reinaldo Azevedo modificou seu posicionamento político, passando de crítico a uma figura simpática ao governo do PT, especialmente na conjuntura recente. Manteve-se destacado na mídia, com programas de ampla audiência, mas suas críticas aos governos petistas deram lugar a duras avaliações à direita brasileira. Essa inflexão ideológica já se manifestava ainda durante o governo Bolsonaro¹⁷⁰.

Por fim, o filósofo Luiz Felipe Pondé, diferentemente do crítico contundente do PT identificado em nossa análise, suavizou seu discurso nos últimos anos, adotando uma postura mais contida em seus comentários. Em suas redes sociais e em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, tem priorizado uma crítica de cunho cultural em detrimento do engajamento político direto. Essa reorientação enfraqueceu sua imagem como crítico político, em especial do PT, e distanciou-o do protagonismo anterior no debate ideológico.

Dessa forma, de modo geral, podemos apontar que a efetividade do discurso dessa direita no Brasil esteve vinculada a um cenário de convergência proporcionado

¹⁶⁸ Isso pode ser visto em uma mensagem de Olavo de Carvalho em suas redes em 2021. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/21/olavo-de-carvalho-diz-que-bolsonaro-lhe-usou-como-poster-boy-para-se-eleger.htm> >. Acesso em 15 nov. 2025.

¹⁶⁹ Sua demissão da Jovem Pan em 2020 e polêmicas que envolveram o economista influenciaram na sua perda de espaço e visibilidade. Ver. FILHO, João. Rodrigo Constantino foi demitido pelos veículos de imprensa que normalizaram suas barbaridades. Intercept, 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/11/07/rodrigo-constantino-foi-demitido-pelos-veiculos-de-imprensa-que-normalizaram-suas-barbaridades/>. Acesso em 17 out. 2025.

¹⁷⁰ O estopim dessa mudança pode ser apontado durante a operação Lava-Jato com o vazamento de uma conversa de Azevedo com a irmã do político Aécio Neves, Andrea Neves. Essa mudança de posição de Azevedo marcou diversas outras que ocorreram em sua carreira. Isso pode ser visto no histórico de sua carreira e polêmicas, copilado no texto de Julian Rodrigues (2022). Disponível em: < <https://aterraeredonda.com.br/as-metamorfoses-de-reinaldo-azevedo/> >. Acesso em 10 nov. 2025.

por múltiplos fatores. Como salienta João César de Castro Rocha (2021, p. 49), sem a linguagem articulada por Olavo de Carvalho na década de 1990, a ascensão desses grupos não teria encontrado o repertório que hoje os irmana. Essa base ideológica foi cultivada em diversas frentes que convergiram ao longo do tempo. Destacam-se, nesse processo: o campo religioso, por meio do ativismo político evangélico; o campo intelectual, com a divulgação de uma literatura de pensamento de direita; e o campo político, que soube capitalizar esse ideário. Ao projetar uma imagem de unidade estratégica destinada a confrontar a hegemonia “esquerdista”, esses segmentos forjaram uma frente de oposição que, embora heterogênea em seus fundamentos, apresentou-se como um bloco coeso no debate público. Essa dinâmica reverbera as análises de Cas Mudde sobre como a ultradireita mobiliza uma ideologia de núcleo fino para aglutinar demandas distintas sob um mesmo guarda-chuva retórico.

Além disso, a hiperpolitização do cotidiano, fomentada pelas redes sociais e por esses grupos, fortaleceu narrativas falaciosas e descontextualizadas. Esse fenômeno se intensificou diante da crescente convergência entre as dinâmicas de polarização nos Estados Unidos e no Brasil, cujos eventos e desdobramentos têm produzido reverberações evidentes no contexto político brasileiro. Um exemplo recente foi o dos ataques ao Capitólio em 2021, que reverberaram nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 no Brasil, ou mesmo, a recente mobilização de simpatizantes do ex-presidente Jair Bolsonaro em defesa de sanções dos EUA contra o próprio Brasil. Essas ações tornam a análise ainda mais pertinente, uma vez que o contexto não apenas dialoga com, mas é constitutivo da atualidade política nacional por meio do uso retórico da importação e recepção de ideias estadunidenses.

Portanto, o que se observou foi a exploração de um vocabulário e de um projeto político já existentes, que foram habilmente remodelados e atualizados para ressoar como alternativas ao cenário político brasileiro. O quadro de polarização e crise foi, em grande medida, instrumentalizado para justificar e legitimar a suposta necessidade e urgência desse ideário. Os intelectuais e ativistas que impulsionaram essa corrente não apenas forjaram uma identidade política para a direita no país, como também legitimaram um novo vocabulário no debate público. Esse movimento permitiu que ideias antes marginais circulassem amplamente, redefinindo o cenário político nacional e consolidando uma direita que se via como guardiã da “civilização ocidental” contra um inimigo comum: o “comunismo” em suas variantes culturais.

Desse modo, observa-se que a história recente da direita brasileira está atrelada à trajetória do conservadorismo norte-americano. O que aparenta ser um conflito local é, na verdade, a ressonância de uma guerra ideológica global. O atalho americano, portanto, não apenas forneceu um arsenal retórico e um repertório narrativo à direita brasileira, funcionando como um manual de reinvenção ideológica, mas também reconfigurou o debate público, promovendo uma hibridização que tensiona questões globais e demandas específicas da realidade nacional. Essa tendência de importar referenciais e formatos de conflito não representa um simples desvio de atenção, mas uma reorientação estratégica: os atores locais instrumentalizam valores externos para ressignificar os problemas brasileiros, consolidando um projeto político que, embora transnacional em sua forma, busca efeitos concretos e duradouros na estrutura de poder doméstica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AIKIN, Scott; CASEY, John. **Straw Man Arguments: A study in fallacy theory**. London: Bloomsbury Academic, 2022.

ALEXANDER, Jeffrey C. Intelectuais dramáticos: elementos de performance. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 184–210, ago./nov. 2019.

ALLITT, Patrick. **Religion in America: A History**. New York: Columbia University Press, 2003.

ALVES CEPÊDA, Vera. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

AMADO, Renato. Gramscismo e Globalismo: As teorias da Conspiração capilarizadas por Olavo de Carvalho e suas inconsistências. **Revista de Literatura Brasileira / A Journal of Brazilian Literature**, v. 36, p. 68–82, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/brasilbrazil/article/view/137652/90830>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita: rede de *think tanks* conservadores dos EUA financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com uma nova linguagem. **Agência Pública**. [S.l.], 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

AZEVEDO, Reinaldo. Ainda esquerda e direita – Esquerdismo é ideologia sim. No mais das vezes, aquilo a que se chama “direita” é só bom senso aplicado. **Blog da Veja**. [S. l.], 14 out. 2013b. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ainda-esquerda-e-direita-esquerdismo-e-ideologia-sim-no-mais-das-vezes-aquilo-a-que-se-chama-direita-e-so-bom-senso-aplicado>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

AZEVEDO, Reinaldo. Campanha do Ódio, da Violência e da Mentira obtém a maioria nas urnas: Dilma se reelege com quase 52% dos votos. À sua frente, uma economia estagnada e o fantasma do *impeachment*. Pode contar com a gente (Re)governanta: Para vigiá-la. **Blog da Veja**. [S. l.], 27 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/campanha-do-odio-da-violencia-e-da-mentira-obtem-a-maioria-nas-urnas-dilma-se-reelege-com-quase-52-dos-votos-a-sua-frente-uma-economia-estagnada-e-o-fantasma-do-impeachment-pode-contar-com-a-gente-re>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

AZEVEDO, Reinaldo. Liberdade de expressão: “O mais perfeito dos sistemas seria uma monstruosidade se cassasse do homem a palavra”. **Blog da Veja**. [S. l.], 4 mai. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/liberdade-de-expressao-o-mais-perfeito-dos-sistemas-seria-uma-monstruosidade-se-cassasse-do-homem-a-palavra>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

AZEVEDO, Reinaldo. **Máximas de um país mínimo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

AZEVEDO, Reinaldo. Meninos, eu vi” Trinta anos: O PT desde o fim. **Blog da Veja**. [S. l], 11 fev. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/meninos-eu-vi-trinta-anos-o-pt-desde-o-fim/>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

AZEVEDO, Reinaldo. O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. **Blog da Veja**. [S. l], set. 2013a. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-minimo-que-voce-precisa-saber-para-nao-ser-um-idiota/>>. Acesso em 10 abr. 2024.

AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos Petralhas II: O inimigo agora é o mesmo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos Petralhas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

AZEVEDO, Reinaldo. Quem “inspirou” o guia turístico da “Nova Direita”. **Blog da Veja**. [S. l], 7 ago. 2007. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/quem-8220-inspirou-8221-o-guia-turistico-da-8220-nova-direita-8221>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Uma entrevista com Olavo de Carvalho. **Blog da Veja**. [S. l], 6 jun. 2008. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/uma-entrevista-com-olavo-de-carvalho/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

AZEVEDO, Reinaldo. Uma visão ainda mais liberal. **Blog da Veja**. [S. l], 5 jun. 2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/uma-visao-ainda-mais-liberal#google_vignette>. Acesso em: 3 fev. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. Vá estudar, Arnaldo Jabor! Ou: O fascismo é de esquerda, meu rapaz! **Blog da Veja**. [S. l], 31 ago. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/va-estudar-arnaldo-jabor-ou-o-fascismo-e-de-esquerda-meu-rapaz/>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BABBITT, Irving. **Democracy and Leadership**. Cambridge: The Riverside Press, 1924.

BABBITT, Irving. **Literature and The American College: Essays in Defense of the Humanities**. Cambridge: The Riverside Press, 1908.

BAGGIO, K. G. Conexões ultraliberais nas Américas: o *think tank* norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: SOUZA, Robson Sávio Reis; PENZIN, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco (Org.). **Democracia em crise: o Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. v. 1, p. 115–148.

BANWART, Doug. Jerry Falwell, the Rise of the Moral Majority, and the 1980 Election. **Western Illinois Historical Review**. [S. l], vol. 5, 2013. Disponível em: <<http://www.wiu.edu/cas/history/wihr/pdfs/Banwart-MoralMajorityVol5.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

BELLOTI, Karina Kosicki. A batalha pelo ar: a construção do fundamentalismo cristão norte-americano e a reconstrução dos “valores familiares” pela mídia (1920–1970). **Mandrágora**, Universidade Metodista de São Paulo, n. 14, p. 55–72, 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/696>>. Acesso em: 6 jan. 2023.

BENDA, Julien. **La traición de los intelectuais**. Santiago: Ediciones Ercilla, 1951.

BENNETT, William J. To Reclaim a Legacy: A Report on the Humanities in Higher Education. **National Endowment for the Humanities**. Washington, D.C., nov. 1984. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED247880>>. Acesso em 22 mar. 2023.

BERLANZA, Lucas. **Guia bibliográfico da Nova Direita**: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro. São Luiz: Resistência Cultural, 2017.

BERTONHA, João Fabio. **O Integralismo e sua história**: memória, fontes, historiografia. Salvador: Editora Pontocom, 2016.

BIANCHI, Álvaro. Ideologia do medo. **Cult**. São Paulo, 24 jan. 2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/olavo-de-carvalho-ideologia-do-medo/>>. Acesso em: 17 set. 2024.

BLOOM, Allan. **O Declínio da Cultura Ocidental**: Da crise da Universidade à crise da sociedade. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

BOAZ, David. **Libertarianism**: A Primer. New York: The Free Press, 1998.

BOMENY, Helena Maria Bousquet; LAMOUNIER, Bolivar. Depoimento [entrevista]. **FGV**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/bolivar-lamounier>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRADFORD, Melvin E. **A Better Guid Than Reason**: Federalists and Anit-Federalists. New Your: Routledge, 2017.

BRADFORD, Melvin E. The Agrarian Inheritance: An Affirmation. **Gulf Coast History and Humanities Conference Proceedings**. [S. I], 1973. Disponível em: <https://archive.org/details/agrarian_inheritance>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRADFORD, Melvin E. **The Reactionary Imperative**: Essays Literary & Political. Illinois: Sherwood Sugden & Company Publishers, 1990.

BRESIGER, Gregory. Laissez Faire and Little Englanderism: The Rise, Fall, Rise, and Fall of the Manchester School. **Journal of Libertarian Studies**, [S. I], v. 13, n. 1, 1997. Disponível em: <<https://mises.org/journal-libertarian-studies/laissez-faire-and-little-englanderism-rise-fall-rise-and-fall-manchester-school>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BUCKLEY JR., William F. **God and Man in Yale**: 50th Anniversary Edition. Washington: Gateway Editions, 2001.

BUCKLEY JR., William F. Publisher's Statement. **National Review**, [S. l], v. 1, 19 nov. 1955, p. 5. Disponível em: <https://archive.org/details/sim_national-review-1955_1955-11-19_1_1/page/4/mode/2up>. Acesso em: 2 fev. 2023.

BUCKLEY JR., William; BOZELL, L. Brent. **McCarthy and His Enemies**: The Record and its Meaning. Chicago: Henry Regnery Company, 1954.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

BURNHAM, James. **O suicídio do Ocidente**: um ensaio sobre o significado e o destino do esquerdismo. Campinas: Vide Editorial, 2020.

BURNHAM, James. **The Machiavellians**: Defenders of Freedom. New York: The John Day Company, Inc., 1943.

BURNHAM, James. **The Struggles for the World**. London: Jonathan Cape, 1947.

BURNHAM, James. **What is happening in the World**. New York: The John Day Company, Inc., 1941.

BURNS, Jennifer. **Goddess of the market**: Ayn Rand and the American Right. New York: Oxford University Press, 2009.

BURNS, Jennifer. What Was Conservatism? **The Chronicle of Higher Education**, [S. l], 2016. Disponível em: <https://www.chronicle.com/article/what-was-conservatism/?cid2=gen_login_refresh&cid=gen_sig_in&cid2=gen_login_refresh>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BUSH, H. W. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. **George H. W. Bush Presidential Library & Museum**. [S. l], jan. 1991. Disponível em: <<https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/2656>>. Acesso em: abr. 2024.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech**: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.

CAETANO, Maria Raquel; MENDES, Valdelaine da Rosa. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e75939, p. 1–21, 2020.

CALDEIRA NETO, Odilon. **"Nosso nome é Enéas!"**: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). Orientadora: Carla Brandalise. Coorientador: António Costa Pinto. 2016. 413 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Neofascism and the Far Right in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 64–81, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4755/475571195007/html/>>. Acesso em 21 ago. 2024.

CAMARGO, Cristina; AZEVEDO, Reinaldo. Entrevista Reinaldo Azevedo. **Instituto Millenium**, [S. I], jan. 2008. Disponível em: <<https://archive.ph/J4ct3>>. Acesso em: 22 out. 2024.

CARVALHO, Heloisa de; BUGALHO, Henry. **Meu Pai, o Guru do Presidente**: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho. Curitiba: Kotter Editorial; Editora 247, 2020.

CARVALHO, Olavo de. “Dogma” e a mentira. **Jornal da Tarde** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. I], jan. 2000. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/dogma-e-a-mentira/>>. Acesso em 11 ago. 2024.

CARVALHO, Olavo de. “Dogma” e a mentira. **Jornal da Tarde**. [S. I], jan. 2000. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/dogma-e-a-mentira/>>. Acesso em: abr. 2025.

CARVALHO, Olavo de. A crise sobre a linguagem – análise de escritos culturais brasileiros. **Aula COF 348**, [S. I], jul. 2016. Disponível em: <<https://archive.org/details/COFemAudio/COF415.aac>>. Acesso em: nov. 2024.

CARVALHO, Olavo de. A farsa da farsa. **O Globo** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. I], jan. 2002. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/a-farsa-da-farsa/>>. Acesso em: jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a Revolução Cultural** – Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi, 1994.

CARVALHO, Olavo de. Do marxismo cultural. **O Globo** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. I], jun. 2002a. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>>. Acesso em: ago. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Entrevista Programa Frente a Frente, maio de 1995. **Sapientiam Autem Non Vincit Malitia**. [S. I], Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/entrevista-do-olavo-de-carvalho-no-programa-frente-a-frente-parte-1-de-4/>>. Acesso em: jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Escola de Frankfurt – Marxismo cultural. **Aula COF 237**, [S. I], fev. 2014. Disponível em: <<https://archive.org/details/COFemAudio/COF415.aac>>. Acesso em: nov. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Escola de Frankfurt + perguntas. **Aula COF 462**. [S. I], mar. 2019. Disponível em: <<https://archive.org/details/COFemAudio/COF415.aac>>. Acesso em: nov. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Esquema da escola de Frankfurt e demais considerações. **Aula COF 484**. [S. l], ago. 2019. Disponível em: <<https://archive.org/details/COFe-mAudio/COF415.aac>>. Acesso em: nov. 2024.

CARVALHO, Olavo de. **O Futuro do Pensamento Brasileiro**: Estudos sobre o nosso lugar no mundo. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1997a.

CARVALHO, Olavo de. **O Imbecil Coletivo**: atualidades inculturais brasileiras. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1997.

CARVALHO, Olavo de. **O Jardim das aflições**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

CARVALHO, Olavo de. O plano e o fato. **Diário do Comércio** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. l], mar. 2013b. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/o-plano-e-o-fato/>>. Acesso em 19 ago. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Olavo de Carvalho – Marxismo Cultural no Brasil. **YouTube**. [S. l], mar. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3OftHc9iF6Y>>. Acesso em: ago. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Olavo de Carvalho sobre a revolução da Escola de Frankfurt e o novo marxismo. **YouTube**, [S. l], mar. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yhVfVjg-TvE>>. Acesso em: ago. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Olavo de Carvalho/Seminário. **Sapientiam Autem Non Vincit Malitia**. [S. l], abr. 2013a. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/o-seminario-de-filosofia/>>. Acesso em 29 jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Pedro Bial entrevista Olavo de Carvalho. **Sapientiam Autem Non Vincit Malitia**. [S. l]. Ago. 1996. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/pedro-bial-entrevista-olavo-de-carvalho-decada-de-90/>>. Acesso em: jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Programa Diálogos Impertinentes – TV PUC SP. **Sapientiam Autem Non Vincit Malitia**. [S. l], mai. 1997. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/programa-dialogos-impertinentes-tv-puc-sp/>>. Acesso em: jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Que é ser socialista? **Jornal da Tarde** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. l], 28 out. 1999. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/que-e-ser-socialista/>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Saudades do jornalismo. **Diário do Comércio** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. l], 23 abr. 2012. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/saudades-do-jornalismo/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Sujeitinho temível. **Diário do Comércio** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. l], fev. 2013c. Disponível em: < <https://olavodecarvalho.org/sujeitinho-temivel/> >. Acesso em: jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. Um inimigo do povo. **O Globo** [Sapientiam Autem Non Vincit Malitia]. [S. l], dez. 2011. Disponível em: < <https://olavodecarvalho.org/um-inimigo-do-povo/> >. Acesso em 23 out. 2023.

CARVALHO, Olavo de; DUGIN, Alexandre. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial**: Um Debate Entre Olavo de Carvalho e Alexandre Dugin. Campinas: Vide Editorial, 2012.

CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy em Português**, São Paulo, v. 11, n. 2, nov. 2022. Disponível em: <https://www.plataformademocratica.org/Arquivos/nov-22/O_movimento_bolsonarista_e_a_americanizacao_da_politica_brasileira_causas_e_consequencias_da_extrema_direita_no_poder.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2023.

CAUTE, David. **The Great Fear**: The anti-communist purge under Truman and Eisenhower. New York: First Touchstone Edition, 1978.

CESARINO, Letícia. **O mundo do Avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. **Dois Pontos**, Curitiba, São Carlos, v. 19, n. 2, p. 71–89, jan. 2023.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, v. 72, p. 24–41, 2016. Disponível em: <<https://insightinteligencia.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CHAMBERS, Whittaker. **Witness**. 50th Anniversary edition. Washington, D.C.: Regnery Publishing, 2002.

CHODOROV, Frank. Why Youth Goes Communist. **The Freeman**, [S. l], fev. 1938. Disponível em: <https://cooperative-individualism.org/chodorov-frank_why-youth-goes-communist-1938-feb.pdf >. Acesso em: 11 jul. 2022.

COHEN, Adam. The Difference Between Politically Incorrect and Historically Wrong. **The New York Times**, New York, 26 jan. 2005. Opinion. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/01/26/opinion/the-difference-between-politically-incorrect-and-historically-wrong.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

CONNELY, Thomas Lawrence. The Vanderbilt Agrarians: Time and Place in Southern Tradition. **Tennessee Historical Quarterly**, [S. l], v. 22, n. 1, p. 22–37, mar. 1963.

CONSTANTE, Bruno Erbe. “Sou antipetista por um império de racionalidade”: Os discursos políticos produzidos por Reinaldo Azevedo na mídia social Twitter (junho 2013 – dezembro 2015). **Oficina do Historiador**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. e39510, 2021. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/39510/26705>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. **1º Seminário de Economia Austríaca no Brasil. Instituto Millenium**. [S. l], jan. 2010. Disponível em: <<https://institutomillennium.org.br/1%C2%BA-seminario-de-economia-austriaca-no-brasil/>>. Acesso em 22 jun. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. A Desigualdade Social. **Blog Rodrigo Constantino**. [S. l], 14 abr. 2008. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Justi%C3%A7a+Social>>. Acesso em: 17 maio 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. A Deusa do Mercado. **Blog Rodrigo Constantino**. [S. l], dez. 2009b. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Rand>>. Acesso em 19 jun. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. A Imoralidade de Robin Hood. **Blog Rodrigo Constantino**. [S. l], jan. 2007a. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Robin+Hood>>. Acesso em 15 jun. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. A influência de Rand em Greenspan. **Blog Rodrigo Constantino**. [S. l], 15 out. 2007. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Ayn+Rand>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. A lição econômica. **Blog Rodrigo Constantino**, [S. l], 22 maio 2007. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Henry+Hazlitt>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. Chega de Impunidade!. **Blog Rodrigo Constantino**. [S. l], mai. 2006a. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Chega+de+impunidade>>. Acesso em 15 mar. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. Esquerda Caviar com Rodrigo Constantino. **Programa Agora É Tarde**, [S. l], out. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=erX0QY3q4mw>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Esquerda Caviar**: A hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Record, 2013a.

CONSTANTINO, Rodrigo. Liberdade de Expressão. **Blog Rodrigo Constantino**. [S. l], fev. 2006. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Politicamente+correto>>. Acesso em 20 jun. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. Novos desafios: Presidente do Instituto Liberal. **Blog Rodrigo Constantino**, [S. l], 3 jul. 2013. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/2013/07/novos-desafios-presidente-do-instituto.html?sref=fb>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. O caminho da Vitória. **Mises Brasil**, [S. I], 5 maio 2008. Disponível em: <<https://mises.org.br/artigos/53/o-caminho-da-vitoria>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. O Espírito Socrático. **Blog Rodrigo Constantino**, [S. I], 21 nov. 2007b. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Irving+Babbitt>>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. O fascismo politicamente correto. **Blog Rodrigo Constantino**, [S. I], jul. 2013. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=Politicamente+correto>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. O homem que combatia com o cérebro. O Globo [Blog Rodrigo Constantino]. [S. I], mar. 2012. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=O+Homem+que+combatia+com+o+C%C3%A9rebro>>. Acesso em 18 jun. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. Socialistas Envergonhados. Blog Rodrigo Constantino. [S. I], maio. 2007. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=justi%C3%A7a+social>>. Acesso em 15 jun. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. Sonegação e corrupção: as diferenças essenciais. **Mises Brasil**, [S. I], 12 dez. 2009a. Disponível em: <<https://mises.org.br/article/546/sonegacao-e-corrupcao-as-diferencas-essenciais>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSTANTINO, Rodrigo. Um Conflito Produzido. Blog Rodrigo Constantino. [S. I], nov. 2007. Disponível em: <<https://rodrigoconstantino.blogspot.com/search?q=justi%C3%A7a+social>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COOLIDGE, Calvin. Sixth Annual Message to the Congress of the United States. **Calvin Coolidge Presidential Foundation**. [S. I], 4 dez. 1928. Disponível em: <<https://coolidgefoundation.org/resources/sixth-annual-message-to-the-congress-of-the-united-states/>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

COURTHWRIGHT, David T. **No Right Turn**: Conservative Politics in a Liberal America. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Presença de Gramsci no Brasil. **Revista Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, [S.I.], n. 22, p. 37–44, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/50>>. Acesso em: set. 2024.

COUTINHO, João Pereira. A dúvida conservadora. **Folha de S. Paulo – Ilustrada**, [S. I], 31 jan. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3101200709.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

COWAN, Benjamin A. **Moral Majorities across the Americas**: Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

COWAN, Benjamin. **Securing sex**: morality and repression in the making of Cold War Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

CRITCHLOW, Donald T. **Phyllis Schlafly and grassroots conservatism**: a woman's crusade. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

CRITCHLOW, Donald T. **The Conservative Ascendancy**: How the Republican Right Rose to Power in Modern America. Lawrence: University Press of Kansas, 2007.

D'ALMONTE, Edson; DIBAI, Priscila. O papel do medo: como a Extrema direita engajou o público a partir de ameaças inexistentes. **Revista Desigualdade & Diversidade**, [S. l], n. 27, 2025, p. 89–106. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/73803/73803.PDFXXvmi=>>>. Acesso em: 14 set. 2025.

DIAMOND, Sara. **Not by politics alone**: The Enduring Influence of the Christian Right. New York: The Guilford Press, 1998.

DIGGINGS, John P. **Up from communism**. New York: Columbia University Press, 1994.

DIREITOS SOCIAIS, CULTURA E CIDADANIA. Olavo de Carvalho e a Guerra Cultural da Nova Direita. **Youtube**. [S.l.], 23 abr. 2021. Entrevista com o Prof. Dr. Álvaro Bianchi. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JvbJk8SBs8M>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

DROLET, Jean-François; WILLIAMS, Michael C. America First: paleoconservatism and the ideological struggle for the American Right. **Journal of Political Ideologies**, [S. l], 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569317.2020.1699717>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

DROLET, Jean-François; WILLIAMS, Michael C. The View from MARS: US paleoconservatism and ideological challenges to the liberal world order. **International Journal**, [S. l], v. 74, p. 15–31, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0020702019834716>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

DUGIN, Aleksandr. **Foundations of Geopolitics**: The Geopolitical Future of Russia. Moscow: Arktogetja, 1997. Disponível em: <https://www.maieutiek.nl/wp-content/uploads/2022/05/Foundations-of-Geopolitics.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2026.

EASTMAN, Max. **Marx, Lenin and the Science of Revolution**. New York: Routledge, 2017.

EASTMAN, Max. **Reflections on the Failure of Socialism**. Atlanta: Foundation for Economic Education, 2016.

EHRMAN, John. **The Rise of Neoconservatism**: intellectuals and foreign affairs, 1945–1994. New Haven: Yale University Press, 1995.

ESQUERDA e direita no Brasil: William Waack, Luiz Felipe Pondé, Bolívar Lamounier e Azevedo. **YouTube** (Globo News). [S. l], dez. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z421RjUf_r8>. Acesso em: 20 jan. 2025.

EYAL, Gil; BUCHHOLZ, Larissa. From the Sociology of Intellectuals to the Sociology of Interventions. **Annual Review of Sociology**, [S. l], v. 36, p. 117–137, 2010.

FACHIN, Patricia; ROCHA, Camila. A nova direita brasileira surge na onda anti-pt e quer se descolar da velha direita desenvolvimentista: entrevista especial com Camila Rocha. Entrevista concedida a João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. [S. l], 15 set. 2016. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias?id=560085%3Aentrevista-especial-com-camila-rocha>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FALWELL, Jerry. [Letter from Jerry Falwell on Keeping Old Time Gospel Hour on air], letter. **The Portal to Texas History**. [S. l], 13 ago. 1981. Disponível em: <<https://texashistory.unt.edu/ark:/67531/metadc177440/citation/#top>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **Intercept**. [S. l], 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FELLET, João; CARVALHO, Olavo de. Olavo de Carvalho, o “parteiro” da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. **BBC News Brasil**. [S. l], dez. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>>. Acesso em: nov. 2024.

FISH, Stanley. **There’s no such thing as Free Speech**. New York: Oxford University Press, 1994.

FITZGERALD, Frances. **The Evangelicals: The Struggle to Shape America**. New York: Simon & Schuster, 2017.

FORTES, Leandro. Saudades de 1964. A Nova direita. **Carta Capital**, [S. l], ed. 727, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/516575-saudades-de-1964-a-nova-direita->>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCIS, Samuel T. The Paleo Persuasion. **The American Conservative**, [S. l], 12 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.theamericanconservative.com/articles/the-paleo-persuasion>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FREEDEN, Michael. **Ideologies and Political Theory: a conceptual approach**. New York: Oxford University Press, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GALINDO, Florencio. **O fenômeno das seitas fundamentalistas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GAMA, Vítor Almeida. O Centro Dom Bosco e a atuação política da nova direita católica. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Rio de Janeiro, 2021. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021. p. 1–15.

GAMBLE, Andrew. Economic Libertarianism. In: FREEDEN, Michael (Ed.). **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. New York: Oxford University Press, 2013.

GARCIA, Bruno. O Movimento Conservador Norte Americano e o 11 de Setembro. **Locus: Revista de História**, [S. l], v. 27, n. 2, p. 123–149, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/33847>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GATES, Henry Louis, Jr. **Loose Canons: Notes on the Culture Wars**. New York: Oxford University Press, 1992.

GBPPR2. The History of Political Correctness (Complete). **YouTube**, 31 mar. 2011. 1 vídeo (22 min 27 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EjaBpVzO-ohs>. Acesso em: 6 ago. 2024.

GENOVESE, Eugene D. **The Southern Tradition: the achievement and limitations of an American conservatism**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

GENOVESE, Eugene D. **The Southern front: history and politics in the cultural war**. Columbia: University of Missouri Press, 1995.

GOLDBERG, Jonah. **Fascismo de esquerda: a história secreta do esquerdismo americano**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOLDBERG, Jonah. Nazism Vs. Communism. **National Review**, [S. l], fev. 2008. Disponível em: <<https://www.nationalreview.com/liberal-fascism/nazism-vs-communism-jonah-goldberg/>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GOLDSTEIN, Jared A. The american liberty league and the rise of constitutional nationalism. **Temple Law Review**, [S. l], v. 86, n. 2, p. 287–330, winter 2014.

GOLDWATER, Barry. **The Conscience of A Conservative**. Bottom of the Hill Publishing: San Francisco, 2010.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2020.

GONÇALVES, Marcos Augusto; CARVALHO, Olavo de. USP é templo de vigarice. **Folha de S. Paulo**. [S. l], 24 set. 2006. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/usp-e-templo-de-vigarice/>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

GOTTFRIED, Paul Edward. **Conservatism in America: Making Sense of the American Right**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

GRAHAM, Robert. **Anarchism: A Documentary History of Libertarian Ideas**. v. 1: From Anarchy to anarchism (300 CE to 1939). Montreal: Black Rose Books, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GROSS, John. Books of the times. **New York Times**. [S. l], Abr. 1987. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1987/04/17/books/books-of-the-times-312587.html>>. Acesso em: 19 dez. 2024.

HALPER, Stefan; CLARKE, Jonathan. **America Alone: The neo-conservative and the Global Order**. New York: Cambridge University Press, 2004.

HAMOWY, Ronald. **The Encyclopedia of Libertarianism**. Los Angeles: Sage, 2008.

HART, D. G. **The Lost Soul of American Protestantism**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2002.

HARTMAN, Andrew. **A War for the Soul for America: A history of the culture Wars**. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

HARTMAN, Andrew. **Education and the Cold War: The Battle for the American School**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

HARTZ, Louis. **The Liberal tradition in America**. New York: Harcourt, Brace & World, 1955.

HAWLEY, George. **Right-Wing Critics of American Conservatism**. Kansas: University Press of Kansas, 2016.

HAYEK, F. A. **Direito, Legislação e Liberdade**. v. 2: A miragem da justiça social. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK, F. A. **Los Fundamentos de La Libertad**. 9. ed. Madrid: Unión Editorial, 2014.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAZLITT, Henry. **Foundations of Morality**. New York: The Foundation for Economic Education Inc., 1994.

HAZLITT, Henry. **The Man vs. Welfare State**. New York: Arlington House, 1969.

HEALE, M. J. **American Anticommunism: Combating The Enemy Within (1830 – 1970)**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

HEARNSHAW, F. J. C. **Conservatism in England**. Londres: Macmillan & Co., Limited, 1933. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Yi0GAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 3 fev. 2023.

HEILBRUNN, Jacob. **They Knew They Were Right: The Rise of the Neocons**. New York: Anchor Books, 2008.

HIGHAM, Johh. **Strangers in the Land: Patterns of American Nativism 1860-1925**. New York: Atheneum, 1977.

HIRSCH JR., E. D. **Cultural Literacy: What Every American Needs to Know**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções, 1789–1848**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOFSTADTER, Richard. **The Paranoid Style in American Politics and Other Essays**. Massachusetts: Harvard University Press, 1964.

HOFSTADTER, Richard. The Pseudo-Conservative Revolt (1955). In: BELL, Daniel. **The Radical Right**. New York: Routledge, 2017.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress: education as the practice of freedom**. New York: Routledge, 1994.

HUNTER, J. D.; ZANON, C. A guerra cultural contínua. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l], v. 16, n. 1, p. 22–62, jan./jul. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385>>. Acesso em: 22 out. 2024.

HUNTER, James Davison. **Culture Wars: The Struggle to Define America**. New York: BasicBooks, 1991.

HUXLEY, Aldous. **Os demônios de Loudun**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2014.

JAMIN, Jérôme. Cultural Marxism and the Radical Right. In: JACKSON, Paul; SHEKHOVTSOV, Anton (eds.). **The Post-War Anglo-American Far Right: A Special Relationship of Hate**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014. p. 84–103.

JAY, Martin. **A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de pesquisas sociais (1923–1950)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JAY, Martin. Dialectic of Counter-Enlightenment: The Frankfurt School as Scapegoat of the Lunatic Fringe. **Salmagundi Magazine**, Saratoga Springs, n. 168-169, 2010. Column: Force Fields. Disponível em: <http://cms.skidmore.edu/salmagundi/backissues/168-169/martin-jay-frankfurt-school-as-scapegoat.cfm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

JOSÉ, Emiliano. Instituto Millenium, mídia e as lições da história. **Carta Capital**, [S. l], set. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/instituto-millennium-midia-e-as-lico-es-da-historia/>>. Acesso em: 14 out. 2024.

JOSEPHSON, Matthew. **The Robber Barons: The Great American Capitalists (1861 – 1901)**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1934.

JÚNIOR, João Feres. Esquerda, Direita e o Politicamente Correto: breve estudo comparado. **Revista USP**, [S. l], n. 115, p. 51–66, 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/4-Joa%CC%83o-Feres.pdf>>. Acesso em: mai. 2024.

JÚNIOR, João Feres; GAGLIARDI, Juliana. O Antipetismo da Imprensa e a Gênese da Nova Direita. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **Brasil em Colapso**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

KAYSEL, André. Contra os Sacerdotes Vermelhos: A Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) e a formação de uma direita religiosa (1972–1984). **Lua Nova**, São Paulo, n. 120, p. 91–122, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/Tws69xV7xyrFVdSX5mD6mvh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 set. 2025.

KIMBALL, Roger. **Radicais nas Universidades**: Como a política corrompeu o ensino superior nos Estados Unidos da América. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2009.

KIMBALL, Roger. **The Rape of the Masters**: How Political Correctness Sabotages Art. New York: Encounter Books, 2008.

KIRK, Russell. **The Conservative Mind**: From Burke to Eliot. Washington, DC: Regnery Publishing, 2001.

KIRK, Russell. The Dissolution of Liberalism. *Logos: A Journal of Catholic Thought and Culture*, [S. l], v. 22, n. 4, p. 145–173, fall 2019. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/733069/pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

KOLOZI, Peter. **Conservatives Against Capitalism**: From the Industrial Revolution to Globalization. New York: Columbia University Press, 2017.

KRISTOL, Irving. Irving Kristol Recounts Origins of Neoconservatism. **C-SPAN**, [S. l], 5 set. 1995. Disponível em: <<https://www.c-span.org/video/?67045-1/neoconservatism>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

KRISTOL, Irving. **Reflections of a Neoconservative**: Looking Back, Looking Ahead. New York: Basic Books, 1983.

KRUSE, Kevin M. **How Corporate America Invented Christian America**. New York: Basic Books, 2015.

LAATS, Adam. **The Other School Reformers**: Conservative Activism in American Education. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

LEBERGOTT, Stanley. Annual estimates of unemployment in the United States, 1900–1954. In: *The Measurement and Behavior of Unemployment*. **NBER**. Massachusetts, 1957. p. 211–242. Disponível em: <<https://www.nber.org/system/files/chapters/c2644/c2644.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal**: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LIND, Michael. Why Intellectual Conservatism Died. **Dissent**, [S. l], p. 42–47, winter 1995. Disponível em: <http://www.dissentmagazine.org/pdfs/lind.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LIND, W. S., & MARSHNER, W. H. (Eds.). (1991). **Cultural conservatism**: theory and practice. Free Congress Foundation, Center for Cultural Conservatism. <https://archive.org/details/cultural-conservatism-theory-and-practice-william-s.-lind-william-h.-marshner/page/n3/mode/2up>. Acesso em 15 mar. 2024.

LIND, William S. (ed.). **"Political Correctness"**: A Short History of an Ideology. Washington, D.C.: Free Congress Foundation, 2004.

LIND, William S. The Roots of Political Correctness. **The American Conservative**, 19 nov. 2009. Disponível em: <https://www.theamericanconservative.com/the-roots-of-political-correctness/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

LIPSET, Seymour Martin. The Sources of the “Radical Right” (1955). In: BELL, Daniel. **The Radical Right**. New York: Routledge, 2017.

LIPSET, Seymour Martin. The Sources of the “Radical Right”. In: BELL, Daniel (Org.). **The Radical Right**. New York: Routledge, 1955. p. 307–371.

LOWE, Norman. **História do mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Penso, 2011.

LYNCH, Christian; CHALOUB, Jorge. Jorge Chaloub: Quem são as figuras carismáticas ou populistas de direita? | Diálogos. Entrevistador: Christian Lynch. Canal Meio. **YouTube**, 9 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cVFV1T1XPnI>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

LYONS, Eugene. **The Red Decade**. New York: The Bobbs-Merrill Company Publishers, 1941.

MAIER, Jane. **Dark Money**: The Hidden History of the Billionaires Behind the Rise of the Radical Right. New York: Doubleday, 2016.

MAINARDI, Diogo. **A queda**: As memórias de um pai em 424 passos. Rio de Janeiro: Record, 2012.

McGIRR, Lisa. **Suburban Warriors**: The Origins of the New American Right. Princeton: Princeton University Press, 2001.

McLEAN, Nancy. **Democracy in Chains**: The Deep History of The Radical Right's Stealth Plan for America. New York: Viking, 2017.

McLEAN, Nancy. **Behind the Mask of Chivalry**. New York: Oxford University Press, 1994.

MANNHEIM, Karl. **Diagnosis of our time**: wartime essays of a sociologist. Londres: Routledge, 1998. (Collected Works of Karl Mannheim, v. 3).

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, [S. l], v. 32, n. 3, p. 567–590, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRpHfKbRS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MEYER, Frank S. (Ed.). **What is Conservatism?** Delaware: ISI Books, 2015.

MEYER, Frank S. **In Defense of Freedom and Related Essays**. Indianapolis: Liberty Fund, 1996.

MICHAELS, Jonathan. **McCarthyism**: The Realities, Delusions and Politics Behind the 1950s Red Scare. New York: Routledge, 2017.

MINNICINO, Michael J. The New Dark Age: The Frankfurt School and 'Political Correctness'. **Fidelio**, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 4-27, winter 1992. Disponível em: https://schillerinstitute.com/fid_91-96/921_frankfurt.html. Acesso em: 6 ago. 2024.

MINNICINO, Michael. A nova idade das trevas: a Escola de Frankfurt e o “Politicamente Correto”. Tradução: Cássia Zanon. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l], v. 15, n. 1, p. 219–268, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48384>>. Acesso em: 15 out. 2024.

MISES, Ludwig von. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MOLLER, Dan. Dilemmas of Political Correctness. **Journal of Practical Ethics**, [S. l], 2016. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/MOLDOP.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MOLLER, Marilyn. Ayn Rand's Atlas Shrugged Places in the top 20 on The Great American Read. **The Atlas Society**, [S. l], 2018. Disponível em: <<https://www.atlas-society.org/post/ayn-rands-atlas-shrugged-places-in-the-top-20-on-the-great-american-read>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MOORE, R. Laurence. **Selling God**: American Religion in the Marketplace of Culture. New York: Oxford University Press, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo del siglo XXI en Brasil. **NACLA**, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://nacla.org/anticomunismo-siglo-xxi-brasil/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MOYN, Samuel. The Alt-Right's Favorite Meme Is 100 Years Old. **The New York Times**, [S. l], 13 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/11/13/opinion/cultural-marxism-anti-semitism.html>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MUDDE, Cas. **A Extrema Direita Hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contracorrente, 2022.

MULLOY, D. J. **The world of the John Birch Society**: Conspiracy Conservatism and the Cold War. Nashville: Vanderbilt University Press, 2014.

MURPHY, Paul V. **The Rebuke of History**: The Southern Agrarians and American Conservative Thought. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2001.

MURRAY, Robert K. **Red Scare**: A Study in National Hysteria, 1919–1920. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1955.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Álvaro. Antigramscismo na América Latina: circulação e tradução de ideias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l], n. 37, p. 1–29, 2022.

NASH, George H. History of American Conservatism. **YouTube**. [S. l], Hasp: Hope Academy of Senior Professionals, 30 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VEyxXtGrFhs>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

NASH, George H. **YouTube**. [S. l], 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XuW-yvXnGMc&t=1213s>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

NASH, George. **The Conservative Intellectual Movement in America**: since 1945. 30. ed. Wilmington: ISI Books, 2006.

NICOLAISEN, Peter. The Southern Agrarians and European Agrarianism. **The Mississippi Quarterly**, [S. l], v. 49, n. 4, p. 683–700, fall 1996.

NÓBREGA, Leonardo da Silva. O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. **Teoria e Cultura**, [S. l], 20 dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

NÓBREGA, Leonardo da Silva. O mercado editorial e as direitas contemporâneas no Brasil. **II Simpósio Direitas Contemporâneas (Simpósio)**, [S. l], 2020. Disponível em: <<https://www.fcedu.uner.edu.ar/wp-content/uploads/2021/12/Leonardo-Nobrega-O-mercado-editorial-e-as-direitas-contemporaneas-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2024.

NÓBREGA, Leonardo. Polarização Política no Mercado Editorial Brasileiro. **Revista Escuta**, [S. l], mar. 2017. Disponível em:

<<https://revistaescuta.wordpress.com/2017/03/23/polarizacao-politica-no-mercado-editorial-brasileiro/>>. Acesso em: 22 mai. 2024.

NOGUEIRA, Paulo. Os novos trombones da direita. **Época**, [S. l], abr. 2012. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120530191554/https://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/04/os-novos-trombones-da-direita.html>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

NOVAES, Rubem de Freitas. Disputa de classes ou quem paga o pacto? **Instituto Millenium**, [S. l], 15 nov. 2002. Disponível em: <<https://institutomillennium.org.br/disputa-de-classes-ou-quem-paga-o-pacto/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NUNES, R. G. Todo Lado Tem Dois Lados: Sobre a Ideia de Polarização. **Serrote**, [S. l], v. 34, p. 21, 2020.

NUSSBAUM, Martha C. **Cultivating Humanity**: A classical defense of Reform in Liberal Education. Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel dos Intelectuais e Think Tanks na propagação do Liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLAVO de Carvalho - Marxismo Cultural no Brasil. Entrevistado: Olavo de Carvalho. Publicado pelo canal Danilo Max. [S. l]: **YouTube**, 16 mar. 2016. 1 vídeo (13 min 54 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3OftHc9iF6Y>. Acesso em: 6 ago. 2026.

PAIVA, Marcelo Rubens; MAINARDI, Diogo. Entrevista: Diogo Mainardi faz provocação ao Brasil. **Folha de S. Paulo – Ilustrada**. [S. l], 19 set. 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq19099813.htm>>. Acesso em: 19 out. 2024.

PANICHAS, George A. **Essential Russell Kirk**: Selected Essays. Wilmington: ISI Books, 2007.

PATSCHIKI, L. Quem organiza a classe dominante? Uma análise sobre os financiadores do Instituto Millennium. In: **XII Semana de História**: Tempo, história e mundo da vida. [S. l], Goiás, 2013.

PATSCHIKI, Lucas. Organiza-se contra o povo: A criação do Instituto Millenium (2005–2007). **Anpuh-SP – XXIII Encontro Estadual de História**. [S. l], set. 2016. Disponível em: <https://www.encontro2016.sp.anpuh.org/recursos/anais/48/1475258843_ARQUIVO_t25.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PATSCHIKI, Lucas. **Os Litores da Nossa burguesia**: o Mídia Sem Máscara em Atuação Paridária (2002-2011). 2012. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

PHILLIPS-FEIN, Kim. Conservatism: A State of the Field. **The Journal of American History**, [S. l], v. 98, n. 3, p. 723–743, dez. 2011.

PHILLIPS-FEIN, Kim. **Invisible Hands**: The businessmen's Crusade Against the New Deal. New York: W. W. Norton, 2009.

PHILLIPS-FEIN, Kim. Today's Conservative Movement Has roots in the Capitalist Backlash Against the New Deal Order. **Jacobin**, [S. l], 16 dez. 2022. Disponível em: <<https://jacobin.com/2022/12/conservative-movement-roots-capitalist-backlash-new-deal-order-kim-phillips-fein>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As Bases da Nova Direita. **Novos Estudos**, [S. l], n. 19, p. 3–12, dez. 1987. Disponível em: <<https://arquivo.ibccrim.org.br/docs/sao-paulo2014/bases.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PITCAVAGE, Mark. Surveying the landscape of the American Far Right. **Program on Extremism (The George Washington University)**, [S. l], ago. 2019. Disponível em: <https://extremism.gwu.edu/sites/g/files/zaxdzs5746/files/Surveying%20The%20American%20Far%20Right_0.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard; NEUNHÖFFER, Gisela. **Neoliberal Hegemony**: A Global Critique. New York: Routledge, 2006.

PODHORETZ, Norman. Neoconservatism: A Eulogy. **Commentary**, [S. l], mar. 1996. Disponível em: <<https://www.commentary.org/articles/norman-podhoretz/neo-conservatism-a-eulogy/>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

PONDÉ, Luiz Felipe. “Tea Party”. **Folha de S. Paulo Ilustrada**. São Paulo, fev. 2010a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1502201017.htm>. Acesso em 10 ago. 2024.

PONDÉ, Luiz Felipe. A ciência idiota da política. **Folha de S. Paulo Ilustrada**. São Paulo, maio. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0806200925.htm>>. Acesso em 19 out. 2024.

PONDÉ, Luiz Felipe. A formação de um pessimista. In. COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita**. São Paulo: Três Estrelas, 2012a.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Contra um mundo melhor**: ensaios do afeto. São Paulo: Leya, 2010b.

PONDÉ, Luiz Felipe. Ditaduras. **Folha de S. Paulo Ilustrada**. São Paulo, mar. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0903200918.htm>>. Acesso em 10 ago. 2024.

PONDÉ, Luiz Felipe. Guerra. **Folha de S. Paulo Ilustrada**. São Paulo, nov. 2010c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0111201020.htm>. Acesso em 11 ago. 2024.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

PONDÉ, Luiz Felipe. Pequeno ensaio sobre a devastação. **Dicta & Contradicta**. São Paulo, n. 4, dez. 2009. Disponível em: < <http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-4/pequeno-ensaio-sobre-a-devastacao/>>. Acesso em 17 jun. 2024.

PONDÉ, Luiz Felipe. Um punhado de pó. **Dicta & Contradicta**, São Paulo, n. 1, jun. 2008. Disponível em: < <http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-1/>>. Acesso em 17 jun. 2024.

PONDÉ, Luiz Felipe. Viva o Brasil capitalista!. **Folha de S. Paulo Ilustrada**. São Paulo, jan. 2010d. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0401201017.htm>>. Acesso em 15 ago. 2024.

POULSEN, Niels Bjerre. **Right Face**: Organizing the American Conservative Movement (1945–65). Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2002.

PRESTON, Robert A. The Relation of Intellect and Will in the Thought of Richard Weaver. In: **The Dilemmas of American Conservatism**. Lexington: The University Press of Kentucky, 2010.

RAND, Ayn. **Capitalism**: The Unknown Ideal. New York: A Signet Book, 1966.

RAND, Ayn. **The Virtue of Selfishness**: A New Concept of Egoism. New York: New American Library, 1964.

REISS, Tom. The First Conservative: How Peter Viereck inspired and lost a movement. **The New Yorker**, [S. l], 24 out. 2005. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2005/10/24/the-first-conservative>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBUFFO, Leo P. Why Is There So Much Conservatism in the United States and Why Do So Few Historians Know Anything About It? **The American Historical Review**, [S. l], v. 99, n. 2, p. 438–449, abr. 1994.

ROBBINS, Anthony. **Poder Sem Limites**: O caminho do sucesso pessoal pela programação Neurolinguística. Rio de Janeiro: Editora Best-Seller, [1997].

ROBERTS, Peter. Literacy, Education and Knowledge: A Critical Analysis of Allan Bloom's *The Closing of the American Mind*. **AARE/NZARE conference**, Geelong, 22–26 nov. 1992. Disponível em: <<https://www.aare.edu.au/data/publications/1992/robep92060.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: Uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, João Cesar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**. Goiânia: Caminhos, 2021.

RODRIGUES, Julian. As metamorfoses de Reinaldo Azevedo. **A terra é Redonda**, [S. l], set. 2022. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/as-metamorfoses-de-reinaldo-azevedo/>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016). **Política & Sociedade**, v. 17, p. 277–312, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p277>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ROQUE, Leandro. Algumas ideias sobre a liberalização das drogas. **Mises Brasil**, [S. l], 27 out. 2009. Disponível em: <<https://mises.org.br/article/440/algumas-ideias-sobre-a-liberalizacao-das-drogas>>. Acesso em: 22 maio 2025.

RORTY, Richard. **Achieving our Country**: Leftist thought in Twentieth-Century America. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

RYAN, Maria. **Neoconservatism and the New American Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

SANTOS, Fabio Muruci. Peter Viereck, conservadorismo e política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (1942–1964). **Dimensões**: Revista de História da Ufes, [S. l], n. 52, p. 90–116, 2024.

SCHNEIDER, Gregory. **Conservatism in America Since 1930**. New York: New York University Press, 2003.

SCOTCHIE, Joseph (Ed). **The Paleoconservatives**: new voices of the Old Right. New Jersey: Transaction Publishing, 1999.

SCHLESINGER JR., Arthur M. **The Vital Center**: the politics of freedom. Boston: Houghton Mifflin Company, 1949. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.506434>. Acesso em: 21 ago. 2026.

SCHRECKER, Ellen. **The Age of McCarthyism**: A Brief History with Documents. New York: Bedford Books, 1994.

SCHRECKER, Ellen. **The Lost Soul of Higher Education**: Corporatization, the Assault on Academic Freedom, and the End of the American University. New York: The New Press.

SCRUTON, Roger. **The Palgrave Macmillan Dictionary of Political Thought**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SEMPA, Francis. James Burnham, the first Cold Warrior. **American Diplomacy**, [S. l.] dez. 2000. Disponível em: <<https://americandiplomacy.web.unc.edu/2000/12/james-burnham-the-first-cold-warrior/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, I. H. M. 'Liberal na economia e conservador nos costumes' - uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Online)**, [S. l.], v. 36, p. 1–19, 2021.

SILVA, Maria Ramos; PONDÉ, Luiz Felipe. **Entrevista: Pondé em Portugal**. [S. l.], out. 2012. Disponível em: <<https://luizfelipeponde.wordpress.com/2012/10/09/entrevista-ponde-em-portugal-setout-2012/>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Tatiana Teixeira da. **Os *think tanks* na Política Externa Americana para o Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/12474>>. Acesso em: 1 out. 2024.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SKINNER, Quentin. **Visões da política:** sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

STEWART, Katherine. **The Power Worshippers:** Inside the Dangerous Rise of Religious Nationalism. New York: Bloomsbury Publishing, 2019.

STRAUSS, Leo. **Natural Right and History**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1965.

SUTTON, Matthew Avery. **American Apocalypse:** A History of Modern Evangelicalism. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SUTTON, Matthew Avery. **Jerry Falwell and the Rise of the Religious Right:** A Brief History with Documents. Boston: Bedford/St. Martin's, 2013.

SUZIN, Raphaela Orlandi. Consolidação da direita em Santa Catarina atrai jovens para a política. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2024. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2024/florianopolis-sc/consolidacao-direita-santa-catarina-atrai-jovens-politica/>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

TANENHAUS, Sam. **Whittaker Chambers:** A Biography. New York: Random House, 1997.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

THEOHARIS, Athan G. The FBI's Stretching of Presidential Directives, 1936-1953.

Political Science Quarterly, v. 91, n. 4, p. 649-672, Winter 1976-1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2148801>. Acesso em 06 jun. 2025.

TRILLING, Lionel. **The Liberal Imagination: Essays on Literature and Society**. New York: New York Review Books, 2008.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)**. São Paulo: Difel, 1979.

VAÏSSE, Justin. **Neoconservatism: The Biography of a Movement**. London: Harvard University Press, 2011.

VAÏSSE, Justin. Why Neoconservatism Still Matters. **Brookings: Foreign Policy**, [S. l], n. 20, may 2010. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/05_neoconservatism_vaisse.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2023.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens Vigeadas: Uma História Social do Cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945–1954**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2006.

VIANA, Natalia. A direita abraça a rede: a ascensão dos grupos conservadores nas redes sociais – da revolta “pop” ao uso de perfis fake e robôs importados da campanha eleitoral. **Agência Pública**, [S. l], 22 jun. 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

VIEIRA, Allana Meirelles; CHIARAMONTE, Aline Rodrigues. O Instituto Millenium na busca por poder. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 169–202, 2021. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/ts/article/view/165937>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

VIERECK, Peter. **Conservatism Revisited: The Revolt Against Revolt (1915–1949)**. London: John Lehmann, 1949.

VIERECK, Peter. **Conservative Thinkers: From John Adams to Winston Churchill**. New York: Routledge, 2017.

VIERECK, Peter. The Rootless “Roots”: Defects in the New Conservatism. **The Anti-och Review**, [S. l], v. 15, n. 2, p. 217–229, summer 1955.

VOEGELIN, Eric. **A Nova Ciência Política**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

WALTON, Douglas. **Methods of Argumentation**. New York: Cambridge, 2013.

WEAVER, Richard M. **As ideias têm consequências**. São Paulo: Realizações Editora, 2012.

WEAVER, Richard M. **The Southern Tradition at Bay: A History of Postbellum Thought**. Washington, D.C.: Regnery, 2021.

WEST, Cornel. **Race Matters**. Boston: Beacon Press, 1994.

WHITFIELD, Stephen J. **The Culture of the Cold War**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

WIGGERSHAUS, Rolf. **The Frankfurt School: Its History, Theories, and Political Significance** Studies in Contemporary German Social Thought. Cambridge: The MIT Press, 1995.

WILSON, John K. **Political Correctness: The conservative attack on higher education**. Durham: Duke University Press, 1998.

WINK, Georg. **Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita**. Belo Horizonte: Emcomun Estúdio Livre, 2023.

WOODS JR., Thomas E. **The Politically Incorrect Guide to American History**. Washington: Regnery Publishing, Inc., 2004.

YOUNG, Neil J. **We Gather Together: The Religious Right and the Problem of Inter-faith politics**. New York: Oxford University Press, 2016.

ŽELINSKÝ, Dominik. The sociology of intellectuals in the 20th and 21st century. **Sociology Compass**, [S. l], v. 14, n. 2, e12775, p. 1–12, 2020.

ZIMMERLING, Ruth. **El Concepto de Influencia y otros ensayos**. Del Carmen: Fontamara, 2001.

ZIMMERLING, Ruth. **Influence and Power: variations on a messy theme**. Dordrecht: Springer, 2005.

ZWOLINSKI, Matt; TOMASI, John. **The Individualists: Radicals, Reactionaries, and the Struggle for the Soul of Libertarianism**. New Jersey: Princeton University Press, 2023.